

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Lucas Bezerra Alves

EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
O jogo Oasis

Belo Horizonte

2018

Lucas Bezerra Alves

EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

O jogo Oasis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Ana Paula Baltazar

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

A474e	Alves,	Lucas	Bezerra.
	Exercícios de mobilização sócio-espacial [manuscrito] : o Jogo Oasis		
	/ Lucas	Bezerra	Alves. - 2019.
	295 f. : il.		
	Orientadora: Ana Paula Baltazar.		
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.		
	1. Espaço urbano - Teses. 2. Espaços públicos - Aspectos sociais - Teses. 3. Planejamento urbano - Teses. 4. Educação - Teses. 5. Produção do espaço - Teses. I. Baltazar, Ana Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.		
	CDD 711.13		

Ficha catalográfica: Preenchida pela Biblioteca Professor Raffaello Berti.

Lucas Bezerra Alves

EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
O jogo Oasis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais.

Prof. Ana Paula Baltazar - UFMG (Orientadora)

Belo Horizonte

2018

AGRADECIMENTOS

Não por formalidade, mas por verdadeira gratidão, o primeiro agradecimento é direcionado à Ana Baltazar, minha orientadora. Que me deu corda para experimentar, inclusive nas extensões de prazo, mas mantinha um olhar atento para puxá-la quando me distanciei demais do caminho a ser percorrido no curto espaço de tempo de um mestrado. Dedicou atenção exaustiva à leitura e entrou comigo nos mínimos detalhes das propostas que eu levava para o Conjunto Ribeiro de Abreu. Sempre de forma gentil, me forçou a ir além do que eu acreditava ser possível em cada momento.

Em igual medida, também por terem sido orientadores desta pesquisa, sou eternamente grato aos moradores da Vila Nova Cachoeirinha, do Ribeiro de Abreu, do Conjunto e região; espero poder seguir nessa luta de que agora me considero parte. Faço questão de citar alguns, com quem tive um diálogo mais constante, mas estou seguro de que muitos outros participaram ativamente desse processo: Juquinha, Malu, Paula, Simone, Matheus, Grazi, Fátima, Lurdinha, Malvina, Edilson, Kate, Roberto, Cecília, Davidson, Maria Luiza, Cléria, Roneide, Rosemar, Rosangela, Edson, Conceição, Débora, Agenor, Isabela, Itamar, Helena, Maria José, Wesley, Branco, Danilo, Majô, Edson, Luciana, Sonia, Vânia, Walquiria e Rafael. Fica cada vez mais evidente que nada disso teria sido possível caso não tivesse encarado esse trabalho como uma tarefa coletiva. Espero que minha disposição para trabalhos futuros seja suficiente para compensar o tempo investido por vocês a nossa árdua tarefa de aprender a aprender coletivamente. Afinal, Roberto deixou bem claro que não estava muito interessado no que eu ia escrever, mas que eu estivesse presente para continuar provocando o grupo a refletir e sair da zona de conforto.

O contato com outras professoras e professores também foi imprescindível para o ingresso no universo da arquitetura e o desenvolvimento das reflexões que estão aqui: à Silke Kapp pelo exemplo de transividade crítica, capacidade de transcender espaços e me acompanhar (talvez sem saber) como interlocutora imaginária ao longo de toda a escrita; à Margarete Leta, pela oportunidade de uma disciplina autogerida; ao Roberto Monte-Mór, por instigar outras formas de olhar para o espaço; à Renata Marquez por ter facilitado a ponte para um antropólogo recém-chegado na Escola de Arquitetura; ao Roberto Eustáquio por ensinar a ler estudos de caso (não é tarefa tão simples quanto parece); ao João Marcos Lopes, pelo incentivo à experimentação crítica e pelas contribuições da qualificação; ao Roberto Andrés, por me conectar com o Ribeiro, e muit*s

outras conexões que estão por vir; e à Lígia Milagres, por iluminar o caminho da auto-organização enquanto pedagogia sócio-espacial. A vocês, muito obrigado!

Agradeço também ao Instituto Elos pela inspiração do Jogo Oasis e principalmente à Natasha, com quem retomei contato já no final do mestrado e descobri caminhos de reflexão similares às questões que colocava em pauta durante a experimentação. Sinto não ter escrito a dissertação em diálogo com os propositores do método, certamente apresentariam outras questões para o desenvolvimento da crítica, mas espero poder trocar em outras situações.

Agradeço ao Daniel Figueiredo e sua Formação de Educadores Populares orientada pela filosofia de Paulo Freire e também às Azdiferentonas e à Gabinetona, que abriram um curso de Teatro do Oprimido no momento exato em que eu me arriscava a experimentar o arsenal de Boal sem nunca ter vivenciado sequer um exercício do método. Sorte a minha ter podido ensaiar antes com o grupo de multiplicadores mais incrível que essa cidade já viu.

E pela ajuda em campo agradeço: à Cecília, cujos talentos de pesquisa permitiram uma análise bem mais sistemática do que eu daria conta de fazer sozinho; à Bruna, com quem me identifiquei profundamente nos ideais de facilitação; ao Coletivo Micrópolis, que esteve comigo no Ribeiro de Abreu; e também às amigas do Coletivo Às Margens, Aline e Izabela, com quem compartilho sonhos de uma outra relação com as águas, as pessoas e a cidade.

Agradeço à família, em especial à Lena, minha mãe, que me incentivou formemente a fazer o mestrado e deixou escapar que *“arquitetura tem muito mais a ver com você”*, apesar dos quatro anos dedicados às ciências sociais na graduação. Ao Rodrigo, que me apresentou Lefebvre e o Carnaval. E, é claro, a outros tantos amigos e amigas que pouco se envolveram com essa pesquisa, mas dão a sustentação para um caminhar mais lúdico e inspiração para toda a reflexão. Bruno, Gustavo, Diego, Ciro, Hernani, Pedro, Rafael, Anna, Tiago, Débora. Agradeço também ao Alberto, pela escuta verdadeira.

O último agradecimento, é para a pessoa com quem dividi não só as reflexões, mas principalmente as angústias dessa caminhada. Nanda, que encara comigo a possibilidade de abrir também outros jogos e estruturas e revisar os pressupostos prescritivos da vida a dois. Obrigado pelo carinho, pela escuta e pelo debate na invenção desse casamento autônomo.

Nas favelas, na periferia, a pessoa muitas vezes nasce em um lugar em que as coisas já estão um pouco melhores. Tem asfalto, centro de saúde, escola, saneamento etc. Mas aí ela cresce, começa a arrumar a vida, casa e vai comprar um lugar pra morar. Acontece que com o pouco dinheiro que ela tem, só consegue comprar lá longe. E lá não tem nada disso que tinha no bairro dela. Mas ela só percebe isso depois, e percebe também que ninguém ensinou a correr atrás disso que é direito dela. Percebe que não aprendeu na escola e muito menos na igreja. E aí tem que aprender sozinha, negociar, esperar, cobrar, exigir até que consegue tudo de novo. Mas depois de um tempo, os filhos dela também vão querer sair de casa, e pra onde é que eles vão? Assim a história se repete.

– Itamar de Paula dos Santos

RESUMO

Essa dissertação de mestrado parte da construção de uma lente teórica que é utilizada como repertório conceitual para análise do Jogo Oasis, método de mobilização cidadã do instituto Elos, organização social de Santos (SP). A partir da aplicação do jogo em dois bairros de Belo Horizonte (Vila Nova Cachoeirinha e Ribeiro de Abreu) no primeiro semestre de 2017, utiliza-se os conceitos de autogestão, autonomia, autoconstrução, autoprodução e auto-organização, sobretudo no que concerne à produção do espaço, para criticar o método e desenvolver apontamentos para novas experiências de mobilização que possam impulsionar a produção de relações sócio-espaciais distintas das relações de dominação típicas do modo de produção capitalista. Tais apontamentos direcionam o processo de pesquisa à busca de uma pedagogia sócio-espacial orientada por sete princípios, inspirada na filosofia de Paulo Freire e nas práticas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Os princípios orientaram uma terceira experimentação, de março a setembro de 2018, no Conjunto Ribeiro de Abreu, que reúne moradores da região em um processo de mobilização com foco na sua continuidade, tendo em vista a possibilidade de emancipação sócio-espacial. Espero, com isso, contribuir com o desenvolvimento de atividades e ferramentas que auxiliem na mobilização inicial de grupos sócio-espaciais, para que se engajem em processos de auto-organização.

Palavras-chave: Autonomia. Autogestão. Autoprodução. Auto-organização. Produção do Espaço.

ABSTRACT

This Masters dissertation is based on the construction of a theoretical lens that is used as a conceptual repertoire for the analysis of the Oasis Game, a method of citizen mobilization designed by Instituto Elos, a social organization in Santos (SP). From the application of the game in two neighborhoods of Belo Horizonte (Vila Nova Cachoeirinha and Ribeiro de Abreu) in the first semester of 2017, I use the concepts of self-management, autonomy, self-construction, self-production and self-organization, especially regarding the production of space, to criticize the method and to develop pointers for new experiences of mobilization that could impel the production of socio-spatial relations distinct from those of domination, typical of the capitalist mode of production. These pointers head the research process to the search for a socio-spatial pedagogy guided by seven principles, inspired by the philosophy of Paulo Freire and practices of the Theater of the Oppressed, by Augusto Boal. The principles guided a third experiment, from March to September of 2018 in Conjunto Ribeiro de Abreu, which brings together residents of the region in a process of mobilization focused on its continuity, considering the possibility of socio-spatial emancipation. I hope to contribute with the development of activities and tools that help in the initial mobilization of socio-spatial groups to engage in self-organizing processes.

Keywords: Autonomy; Self-management; Self-production; Self-organization; Production of Space.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 - Mobilizadores do Oasis Vila Nova Cachoeirinha.....	37
Foto 2 – Vila Nova Cachoeirinha: Volta Olímpica de celebração do Mutirão	47
Figura 1 - Cronograma de Encontros – Vila Nova Cachoeirinha.....	50
Figura 2 - Cronograma para Mobilizadores – Vila Nova Cachoeirinha.....	51
Foto 3 – Fim do Mutirão na Vila Nova Cachoeirinha.....	53
Foto 4 – Show de Talentos e Encontro de Sonhos Vila Nova Cachoeirinha	54
Foto 5 – Encontro de Maquete na Vila Nova Cachoeirinha.....	56
Figura 3 – Agenda do Oasis Ribeiro de Abreu apresentada em Março de 2017.....	58
Figura 4 – Cartaz de Divulgação dos Encontros Comunitários no Ribeiro de Abreu.....	59
Foto 6 – Mutirão no Oasis Ribeiro de Abreu I.....	63
Foto 7 – Mutirão no Oasis Ribeiro de Abreu II.....	64
Foto 8 - Mutirão de construção da Cerca de Bambus I – Ribeiro de Abreu	68
Foto 9 - Mutirão de construção da Cerca de Bambus II – Ribeiro de Abreu.....	69
Foto 10 – Troca de Sonhos Vila Nova Cachoeirinha.....	84
Quadro 1 - Registro das perguntas de pesquisa levantadas	108
Quadro 2 – Planejamento de 2018 Turma do Parquinho.....	110
Quadro 3 - Princípios da Mobilização Sócio-espacial.....	134
Foto 11 - Agenda de Atividades do Oasis do Conjunto.....	148
Figura 5 – Slide com agenda de atividades do Oasis do Conjunto	150
Figura 6 – Cartaz de Divulgação dos Encontros do Oasis do Conjunto	152
Quadro 4 - A Estrutura da Reunião (Enviado no Whatsapp - reunião 12).....	170
Foto 12 – Teatro-imagem: “Como é a Participação Social no Ribeiro de Abreu?”	176
Foto 13 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu I.....	177
Foto 14 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu II.....	177
Foto 15 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu III	178
Foto 16 – Teatro-imagem: “Como é a mobilização social no Ribeiro de Abreu?” I.....	179
Foto 17 – Teatro-imagem: Ideal de mobilização social no Ribeiro de Abreu I	180
Foto 18 – Teatro-imagem: “Como é a mobilização social no Ribeiro de Abreu?” II	181
Foto 19 – Teatro-imagem: Ideal de mobilização social no Ribeiro de Abreu II.....	182
Foto 20 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos I	197

Foto 21 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos II.....	197
Foto 22 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos III	198
Foto 23 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Troca de Sonhos I	201
Foto 24 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Troca de Sonhos II.....	202
Foto 25 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Registros I.....	203
Foto 26 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Registros II	203
Foto 27 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu.....	203
Foto 28 – Moradores observam o Rio do Tempo no Encontro de Cuidado.....	208
Foto 29 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto I.....	210
Foto 30 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto II	210
Foto 31 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto III.....	210
Foto 32 – Teatro-imagem: Materialidade do Sonho	212
Foto 33 – Oasis do Conjunto: Espaço antes da intervenção.....	213
Foto 34 – Oasis do Conjunto: Resultados do Mutirão I.....	217
Foto 35 – Oasis do Conjunto: Resultados do Mutirão II.....	218

SUMÁRIO

1 PARTINDO DE UMA LINHA DE CHEGADA	11
2 AUTO- O QUÊ?	20
2.1 Autogestão	21
2.2 Autonomia	25
2.3 Autoconstrução ou Autoprodução?	29
2.4 Auto-organização	32
2.5 Auto- pra quê?	33
3 DESCRIÇÃO DO MÉTODO: O JOGO OASIS	36
4 REFLEXOS DE EXPERIÊNCIAS DO JOGO OASIS EM BELO HORIZONTE	48
4.1 Vila Nova Cachoeirinha	48
4.2 Ribeiro de Abreu	56
4.3 Reprodução de organização heterônoma	71
4.4 Relações de dependência	81
4.5 Sonhos limitados por necessidades impostas	87
4.6 Centralização das relações com o Estado	92
4.7 Entre o hetero- e o auto-	99
5 DA PESQUISA-AÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA EXPERIMENTAÇÃO CRÍTICA	102
5.1 Pesquisa-ação	103
5.2 Princípios da mobilização sócio-espacial	118
6 EXPERIMENTAÇÃO CRÍTICA	138
6.1 Quem serão os mobilizadores? Como encontrá-los?	141
6.2 Como definir a agenda de atividades?	147
6.3 Como o grupo se comunica entre uma reunião e outra e com o resto do bairro?	152
6.4 Como estruturar as reuniões?	155
6.5 Onde e quando começa a mobilização sócio-espacial?	170
6.6 Quais serão as atividades de mobilização?	183
6.7 Até onde interfere o facilitador?	188
6.8 O que nos mobiliza?	190
6.9 Como ampliar o imaginário e sonhar além do prescrito pelo que vem de fora?	194
6.10 Como intervir no espaço?	214
6.11 Como pensar a continuidade?	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	238

APÊNDICES _____ **242**

ANEXOS _____ **256**

1 PARTINDO DE UMA LINHA DE CHEGADA

Esta pesquisa levanta apontamentos para o desenvolvimento de processos de mobilização sócio-espacial que possam romper com a reprodução das relações de produção típicas do modo de produção capitalista. A ideia de uma mobilização sócio-espacial parte da tradição do “planejamento como mobilização social”, explicitada por John Friedmann (1987). Essa tradição abarca a perspectiva dos diferentes movimentos sociais que têm como propósito uma prática política que leve à libertação e à emancipação do indivíduo, e surgiram como crítica ao capitalismo industrial e às desigualdades que se intensificavam no século XVIII – inclui em uma mesma abordagem as contribuições dos teóricos dos movimentos utópicos, os anarquistas sociais, e dos teóricos do materialismo histórico. No entanto, adiciono a essa perspectiva a questão espacial, por entender, a partir de Henri Lefebvre (1976), que o capitalismo sobrevive produzindo um tipo específico de espaço. Portanto, romper com esse ciclo de perpetuação do capitalismo demanda reinventar a dinâmica de produção do espaço.

Da mesma forma como o utiliza Marcelo Lopes de Souza (2013), o conceito escolhido para complementar a ideia de mobilização social é “sócio-espacial”, com hífen, para dar evidência à relação dialética entre espaço e sociedade. Segundo Lorena Melgaço e Ana Baltazar (2017), o espaço constitui e é constituído pelo social, apontando para a conformação de grupos sócio-espaciais. Tal conceito é trabalhado também por Silke Kapp (2018) em um esforço de munir as pesquisas e práticas de assessoria técnica de um referencial conceitual (e prático) que permita uma reflexão acerca dos grupos a que se destinam. Seguindo esses passos, entendo mobilização sócio-espacial como um processo de assessoria que visa a emancipação de grupos sócio-espaciais das relações de dominação a que estão submetidos. Dessa forma, arrisco a usar o termo mobilização sócio-espacial como conceito estruturante de toda a pesquisa, mesmo sem encontrar referências bibliográficas que também o utilizem.

Entretanto, parto de uma linha de chegada. A investigação pela qual me oriento desde o início do mestrado tem como referência um método pronto, o Jogo Oasis, desenvolvido em 2003 pelo Instituto Elos, organização social de Santos (SP). É entendido por seus criadores como uma “ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos” (INSTITUTO ELOS, 2018a) Envolve um conjunto de atores — voluntários, ONGs, Estado, empresas — para identificar e realizar projetos comunitários com os moradores de um local, de forma colaborativa.

Os resultados costumam ser a reforma ou a construção de equipamentos de uso coletivo ou o início de empreendimentos comunitários, a partir de mutirões com material captado por meio de doações. Apesar de ter sido replicado em diversos contextos, no Brasil e em outros países, não foram encontradas pesquisas acadêmicas que analisem o processo.

Assim, decidi percorrer o caminho inverso e, a partir do estudo de casos de aplicação do jogo em Belo Horizonte (MG), construir uma lente teórica que me permita decompor o método e expô-lo a crítica. Desde quando conheci o método, entendi que havia ali um potencial de mobilizar energias de um grande número de pessoas em torno de objetivos comuns. Entretanto, a análise que desenvolvi até aqui, e que apresento no decorrer desta pesquisa, indica que o jogo não foi capaz de evidenciar as relações de produção desiguais que permeiam a vida cotidiana dos moradores dos locais onde é aplicado, bem como as relações de opressão internas aos grupos que se envolvem com a atividade. E como não há essa tomada de consciência, o jogo pode até reforçar a reprodução dessas relações de opressão, ao invés de romper com um ciclo de competição e exploração. É importante ressaltar que as críticas não devem ser encaradas como uma oposição ao método. Pelo contrário, me dedico a essa crítica exatamente por que valorizo e reconheço seu potencial. Todo o trabalho desenvolvido pelo Instituto Elos e os replicadores do método, certamente, contribui para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de diversas comunidades onde foi colocado em prática, além de ser um impulsionador da reunião de lideranças comunitárias, movimentos que são cada vez menos frequentes e desacreditados nos bairros das grandes cidades. Contudo, minha leitura parte de um repertório conceitual (e político) que provavelmente não foi considerado pelos criadores do método. Entendo que estou experimentando o método com um olhar específico para avaliar uma capacidade de produzir transformações nas relações sociais de produção que ele mesmo não pretende alcançar. E, com isso, é preciso fazer uma segunda ressalva de que a forma como aplico o método, apesar de tentar seguir as orientações do jogo nas primeiras aplicações, traz consigo subjetividades minhas e uma apreensão das instruções dadas pelo Instituto que, certamente, varia de acordo com quem o aplica. Dessa forma, o primeiro passo será apresentar esse repertório. No capítulo 2 discuto os conceitos de *autogestão*, *autonomia*, *autoconstrução*, *autoprodução* e *auto-organização* e algumas de suas possíveis inter-relações, sobretudo, no que concerne à produção do espaço. Não se desenvolve uma genealogia dos conceitos, mas um exercício de análise

tendo em vista as possibilidades de se efetivarem na prática, produzindo relações sociais alternativas àquelas que dominam o modo de produção capitalista.

Vale dizer que o início do processo de investigação que motiva a pesquisa, e que me levou ao Jogo Oasis, parte de um momento anterior, no início de 2015, quando nenhum desses conceitos me haviam sido apresentados. A essa altura, me interessava por aquilo que entendia como práticas de ocupação e intervenção no espaço público enquanto meio de repensar a forma que vemos e interagimos “com” e “na” cidade. Principalmente aqueles processos não institucionalizados em que houvesse uma descentralização das decisões. Em Belo Horizonte, comecei a me aproximar de iniciativas que se manifestam, principalmente entre jovens, nas articulações entre festa e política. Entretanto, participava dessa dinâmica que se concentrava na região central da cidade. Cito como exemplo ocupações culturais como: o Duelo de MCs, que é realizado no baixio do Viaduto Santa Tereza desde 2007; a Praia da Estação, que acontece desde 2009 na Praça da Estação (MIGLIANO, 2013), também no centro da cidade; as massas críticas e outras pedaladas-protesto como forma de ativismo pelo uso da bicicleta enquanto alternativa de mobilidade urbana; e o crescente número de blocos que reconfiguraram o carnaval de rua da cidade nos últimos anos (a maior parte na região central, e mesmo quando acontece em alguns bairros na periferia, costuma ter no centro da cidade o *locus* das decisões que motivam essa busca por outros espaços) (DIAS, 2015). A partir de tais experiências, me perguntava se seria possível levar essa energia mobilizadora para outras regiões da cidade, para além de manifestações culturais, de forma a impulsionar uma luta por direitos e pela redução das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, questionava a permeabilidade desses movimentos de abarcar atores de diferentes classes sociais e se processos similares (ou mais potentes) já estariam acontecendo a partir da periferia. Uma outra questão, que ainda é bastante presente, trata do tipo de envolvimento que eu, um jovem pesquisador, branco, de classe média alta, que mora em um bairro também de classe média alta, no centro da cidade, deve ter com a periferia. Sendo de fora (ou do centro), qual poderia ser o meu papel nessas lutas?

Em busca de métodos que pudessem ampliar minha visão sobre esses processos, fui selecionado e participei, em julho de 2015, do programa de formação em empreendedorismo social do Instituto Elos, chamado “Guerreiros sem Armas”. O programa estimula a construção de iniciativas criativas para: a solução de problemas sociais a partir da mobilização cidadã em comunidades da Baixada Santista (SP); a experimentação de processos colaborativos e lúdicos, que

normalmente se materializam em intervenções no espaço público — como a construção de praças, parquinhos infantis, centros culturais, espaços de convivência etc.; ou dá início a projetos que geram renda para a comunidade (menos frequentes) — cooperativas de artesãos, produtores locais, hortas comunitárias etc. O programa segue uma linha de aprendizagem vivencial do que chamam de Filosofia Elos – um conjunto de conceitos que também fundamentam o Jogo Oasis – e uma série de palestras e workshops em torno de temas como sustentabilidade, comunicação não-violenta (ROSEMBERG, 2006), economia da abundância, jogos cooperativos, danças circulares, dentre outros (INSTITUTO ELOS, 2018b). O jogo é uma forma de simplificar a aplicação da filosofia do instituto, com orientações passo a passo em que um grupo de mobilizadores realiza atividades e assume personagens que desempenham papéis específicos ao longo da prática que dura aproximadamente três finais de semana. Após a participação no programa Guerreiros sem Armas, o Instituto Elos incentiva que os participantes repliquem o método e fornecem assessoria para que isso aconteça. Mas incentiva também que empreendam novos projetos a partir da experiência vivida. O capítulo 3 apresenta o detalhamento do jogo, conforme proposto por seus idealizadores.

Já o capítulo 4 apresenta duas experiências de aplicação do método em Belo Horizonte: a primeira, entre maio e junho de 2017, na Vila Nova Cachoeirinha (VNC), favela localizada na regional noroeste de Belo Horizonte, que tem aproximadamente 6.500 moradores¹; e a segunda, entre março e abril de 2017, no Ribeiro de Abreu (RdA), localizado na regional nordeste da capital, que tem uma população de 16.020 habitantes (IBGE, 2010). Decidi apresentar primeiro a experiência na Vila Nova Cachoeirinha, mesmo tendo sido realizada após a outra, por se aproximar mais do que normalmente ocorre em um Oasis: um grupo de voluntários, de diversas regiões da cidade, se inscreve para participar da vivência como mobilizadores. Nesse caso, o projeto contava com recursos da Localiza, empresa de aluguel de carros que estava em processo de mudança para sua nova sede administrativa nas proximidades da vila. O segundo caso, que teve início a partir de uma solicitação do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), tinha como objetivo apoiar a construção do protótipo de um parque em um terreno às margens do Ribeirão Onça, de onde foram removidas cerca de cem casas por estarem em área de frequente alagamento. A ideia do parque é parte de uma luta antiga do COMUPRA, que conseguiu que a

¹ A informação é retirada do verbete da Wikipedia, redigido pelo atual presidente da Associação Comunitária, Roger Alberto Silva (WIKIPEDIA, 2016).

Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) realizasse, em 2014, três oficinas para desenhar um pré-projeto participativo. Contudo, como não existe uma previsão para a execução do projeto, há um receio de lideranças do COMUPRA de que o terreno volte a ser ocupado desordenadamente ou que vire uma via fácil para o despejo de entulhos no Ribeirão Onça, algo que já estava acontecendo no local. Dessa forma, tínhamos² um objetivo triplo, mobilizar a comunidade em torno da preservação ambiental do rio, começar a construir o parque envolvendo a população e evitar a ocupação de casas na área. Os mobilizadores eram estudantes do primeiro período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, junto com arquitetos do Coletivo Micrópolis e dois professores da disciplina que também se integraram ao processo. A partir das experiências, faço uma análise tendo os conceitos de autonomia, autogestão, autoprodução, autoconstrução e auto-organização, como pano de fundo, na tentativa de avaliar como o método se relaciona com os conceitos e também apontar as limitações do método para impulsionar transformações nas relações sócio-espaciais das populações envolvidas. Sem querer ser taxativo em relação ao método, é possível dizer que as duas experiências que conduzi indicam que o Jogo Oasis acabou por reproduzir as relações sociais vigentes, ao invés de questioná-las – o que seria imprescindível para incentivar um processo de emancipação sócio-espacial. Mesmo tendo impulsionado um movimento cooperativo de participação comunitária, no caso do RdA, o grupo de moradores envolvido seguiu reproduzindo uma estrutura organizacional que chamei de “fazeção acrílica”, por não ser capaz de rever as proposições que levava adiante, os processos de tomada de decisão e a própria dinâmica das reuniões. Apesar de incitar relações cooperativas entre os moradores que participam das ações, não parece haver um potencial de que se expandam além do jogo, cujas regras e orientações vêm de fora. Ao mesmo tempo, corre-se o risco de reforçar relações de dependência entre os moradores e voluntários externos (que podem ser motivados por um tipo de atuação missionária que depende dos necessitados para se realizar), similares àquelas que

² Cabe sinalizar que o uso da primeira pessoa do plural ao longo do texto não remete ao plural majestático normalmente usado para tentar suprimir a individualidade do pesquisador (como se fosse possível) que pode ser observado (cada vez menos) em boa parte das pesquisas acadêmicas. Faço questão de usá-la apenas nos momentos em que considero que as decisões foram tomadas coletivamente, ou quando apresento conclusões e reflexões que não são minhas, mas desenvolvidas em conjunto com os moradores dos bairros em que decorreram os casos analisados e também com Cecília, que tive a sorte de ter como assistente de pesquisa disponibilizada pelo LAGEAR (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica), durante a terceira experiência de aplicação do método, que chamei de experimentação crítica (Conjunto Ribeiro de Abreu).

dominam o modo de produção capitalista. Contudo, exatamente por ter sido capaz de incitar a participação de pessoas que antes não se envolviam com as questões do bairro, continuo defendendo o potencial de mobilização do método que passei a encarar (e apresentar) como um exemplo para inspirar outras abordagens de mobilização social, e não como modelo a ser reproduzido indiscriminadamente.

Nesse sentido, o segundo caso se apresentou como uma oportunidade para desenvolver uma continuidade da pesquisa além da aplicação do método em si. Em função da proximidade com os alunos da UFMG e da abertura que foi dada pelos moradores do bairro quando conversamos sobre o tema, decidi propor um processo de *pesquisa-ação*. Trata-se de:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011. p. 14).

A pesquisa aconteceu, mas os alunos não se envolveram. Apenas um grupo de moradores do Ribeiro de Abreu passou a se reunir semanalmente depois da realização do Oasis, em maio de 2017. É o que descrevo no quinto capítulo. Nesse caso, não apenas eu, mas um grupo de moradores, atuamos como pesquisadores na tentativa de realizar seminários para diagnosticar a própria realidade, levantar hipóteses, experimentá-las ativamente, coletar dados e realizar seminários ao longo de toda a pesquisa, tanto para definir seus rumos quanto para difundir os conhecimentos gerados. Na perspectiva de Thiollent (2011), tais seminários são o ponto principal de sistematização entre um grupo de técnicos mais ou menos especialistas em pesquisa social e a população interessada em participar da pesquisa mais ou menos ativamente. A experiência vivenciada na aplicação do Jogo Oasis, e nas reuniões posteriores que os moradores envolvidos realizaram, serviriam para informar os seminários que se realizaram durante quatro meses. Percebi depois que os participantes não reconheciam as proposições do Oasis como repertório que poderiam usar na mobilização. Por terem participado apenas de parte do processo, tinham uma visão do que aconteceu limitada aos momentos de tomada de decisão sobre as ações que seriam realizadas e ao trabalho coletivo no mutirão.

Dessa forma, partimos para o que chamei de experimentação crítica do Jogo Oasis (apresentada no capítulo 6) para ressaltar a diferença com o tipo de reflexão que tentamos

desenvolver com a pesquisa-ação, que considero ter sido apartada da prática, e por isso não levava à mudança da forma como o grupo se organizava. A experimentação crítica foi orientada por sete princípios que são detalhados na segunda seção do capítulo 5 e foram desenvolvidos a partir das análises que faço no quarto capítulo, da experiência da pesquisa-ação e das obras de Paulo Freire e Augusto Boal – como referências que propõem estratégias pedagógicas para a libertação da sociedade das relações de opressão e dominação. O que chamei de sete princípios da Mobilização Sócio-espacial são: a **(1) Autorreflexão constante**; o fato de que **(2) Opressão existe e não se revela sozinha**; a necessidade de uma **(3) Conscientização Histórica** para que seja possível repensar e transformar a realidade sócio-espacial em que estamos inseridos; a **(4) Dialogicidade** no lugar de uma transferência de conhecimento enquanto estratégia pedagógica; o entendimento de que o **(5) Espaço importa**, em sua relação dialética com a sociedade; o esforço de manutenção de uma **(6) Estrutura aberta** para o próprio processo e para a continuidade das proposições (ferramentas, dinâmica de reuniões etc.) que o grupo venha a desenvolver; e a ideia de uma **(7) Interação lúdica**, no sentido de incentivar um tipo de interação não prescritiva com o conteúdo e os pressupostos do que está em jogo, e não apenas com as atividades propostas. Durante a pesquisa-ação, já tinha clareza da importância de instaurar a autorreflexão constante, que acreditava que seria estimulada com o método de Thiollent (2011). Mas os demais princípios foram delineados enquanto tentava levar adiante essa ideia de uma pesquisa coletiva.

A experimentação crítica, que foi organizada e divulgada no bairro como um Curso de Formação de Mobilizadores Sociais, seguiu a estrutura do Jogo Oasis, mas era uma tentativa de estimular uma reflexão a respeito do método, ao mesmo tempo em que o experimentávamos, eu e os moradores da região. Diferente do que costuma acontecer no Oasis, decidi envolver apenas pessoas que moram no Conjunto Ribeiro de Abreu e nos bairros do seu entorno. A participação de moradores de outras áreas da cidade, principalmente quando vêm de classes sociais superiores, parecia ter reforçado as relações de dependência que impedem qualquer via de emancipação nos outros dois casos analisados. Além de tentar verificar se a mobilização envolvendo apenas moradores da região seria possível, meu papel, enquanto agente externo, já era suficientemente problemático. Não queria que a experiência do Oasis fosse prescritiva ao ponto de levar a uma domesticação das relações sociais do grupo sócio-espacial que se envolvia. Mas sim que os moradores fossem incentivados a desenvolver a reflexão sobre as relações sociais (e espaciais) que

estão reproduzindo e o quanto são capazes de alterá-las, pouco a pouco, tendo em vista a possibilidade de emancipação sócio-espacial. Dessa forma, no capítulo 6 organizo a narrativa tendo uma série de perguntas como referência. Os temas dessas perguntas que dão título a cada uma das seções do capítulo são: os critérios e táticas para reunião de um time de mobilizadores (6.1); o processo de definição de uma agenda de atividades (6.2); a comunicação do grupo entre seus membros e o restante do bairro (6.3); a estrutura e a dinâmica das reuniões (6.4); o entendimento do momento histórico do processo de mobilização sócio-espacial em relação às ações que já acontecem no bairro (6.5); a definição dos pressupostos e escolha das atividades que são usadas (6.6); o papel de quem está coordenando a experiência (6.7); os motivos que levam as pessoas a se envolverem (6.8); a possibilidade de ampliação do imaginário sócio-espacial anterior à proposição de intervenções no espaço (6.9); o momento da intervenção no espaço e seus sentidos (6.10); e a continuidade da mobilização sócio-espacial (6.11). Os temas não são formulados enquanto perguntas para que eu possa determinar suas respostas, mas para delinear os questionamentos que permanecem em aberto e espero levar adiante em outras pesquisas, e, principalmente, em outras tentativas de mobilização sócio-espacial. Assim substituí a expectativa de que um método seria capaz de incentivar a emancipação sócio-espacial por um conjunto diretrizes (ou um meta-método) que pudesse auxiliar no desenvolvimento de ações específicas adaptadas a cada contexto. Afinal, qualquer método que venha pronto, fechado, dificilmente abrirá brechas para que possam surgir novas relações de produção, autorreferenciadas. E, mesmo que não sejam completamente gestadas dentro do próprio grupo, ao menos uma visão crítica do que vem "de fora" e "de cima" deverá estar presente.

Nesse sentido, no capítulo 7 delinheiro algumas considerações finais resgatando o que não foi possível trabalhar em relação aos quatro pontos de crítica levantados no capítulo 4. Apesar de terem estimulado e, em boa medida, direcionado as decisões que tomei ao planejar as ações da experimentação crítica, não é possível dizer que estão resolvidas. Pelo contrário, a experimentação crítica não foi uma tentativa de resposta às críticas levantadas. Ainda considero as questões que permanecem em aberto como um incentivo para novas experimentações. Se possível, espero também incentivar outros pesquisadores, mobilizadores ou ativistas que se colocam diante do desafio de contribuir com a transformação da sociedade e, como diria Paulo Freire, sem a pretensão

de achar que me aproximo dessa realização, a “criação de um mundo que seja menos difícil de amar” (FREIRE, 2018, p.253).

2 AUTO- O QUÊ?

A possibilidade de mudanças efetivas na sociedade a partir das ações de movimentos sociais há séculos incita debates acadêmicos e não-acadêmicos. A mim, interessam, em particular, as iniciativas que giram em torno das dinâmicas espaciais (da gestão ou intervenção em espaços e territórios) e das relações sociais que as acompanham, mais especificamente, no sentido que Henri Lefebvre (1976; 2006) dá para a ideia de “produção do espaço”. Entretanto, é preciso considerar que diferentes movimentos, organizações e grupos podem, por um lado, reproduzir as relações sociais vigentes (seguindo modelos “de fora do grupo”) ou, por outro, estimular novos arranjos sociais (e espaciais) gestados no próprio grupo (auto-referenciados). Em busca de tais arranjos, me deparei com diferentes conceitos como *autogestão*, *autonomia*, *autoconstrução*, *autoprodução* e auto-organização. Todos eles parecem descrever caminhos similares, mas certamente distintos, apesar de potencialmente confusos entre si.

Discernir alguns aspectos desses conceitos e dos usos que têm sido dados a eles será a tarefa sobre a qual me debruço neste capítulo. Passarei por algumas autoras e autores que trabalham esses conceitos — sem esgotar a totalidade de suas obras — que certamente não irão exaurir as possibilidades de debate acerca de cada um deles ou de suas relações possíveis. Não será, portanto, uma genealogia dos conceitos, mas um exercício de análise tendo em vista as possibilidades de se efetivarem na prática. Espero que o exercício possa ajudar também outras pesquisadoras e pesquisadores que, como eu, acreditam que o prefixo *auto-* estará presente em qualquer que seja a alternativa possível — como fim último a ser conquistado ou como direcionamento para essa busca. Assim, parto do pressuposto de que qualquer processo de transformação da sociedade, que rompa com a reprodução de desigualdades sociais características do modo de produção capitalista, deverá passar por uma tomada das rédeas do processo pela coletividade em todos os níveis possíveis — do local, ao global.

Para Marcelo Lopes de Souza (2009), movimentos sociais são um tipo específico de ativismo que, de forma mais organizada, reivindicam mudanças estruturais e pressupõem, portanto, um senso crítico ao *status quo*. Para analisar tais movimentos, o autor enumera alguns pontos críticos relevantes - nem sempre levados em consideração pelos demais autores - dentre os quais destaco: (1) o papel do espaço na dinâmica desses movimentos; (2) a importância de “lutas simbólicas” ou culturais; (3) a sustentação econômica desses movimentos envolvendo a

possibilidade de dinâmicas de economia popular e solidária; (4) e, os riscos de cooptação. Esses pontos entrarão como pano de fundo para a discussão dos conceitos à medida que se relacionam com transformações possíveis: (1) na produção do espaço; (2) na vida cotidiana; (3) nas relações de produção; e também (4) nas formas de tomada de decisão e organização política. Nos próximos capítulos, são acessados também na análise do Jogo Oasis e nos reflexos que sua prática estimula.

Parto, na primeira seção, da discussão lefebvriana (1976) em torno da ideia de *autogestão* e das possibilidades de que se espalhe pelas unidades produtivas a partir da obra de Paul Singer (2002) e pela sociedade como um todo, e suas instâncias de tomada de decisão tendo Marcelo Lopes de Souza (2010) como referência. Na segunda seção, o conceito de *autonomia* é apresentado amparado em duas visões: a perspectiva autonomista de Cornelius Castoriadis na leitura de Souza (2010); e em uma das pesquisas de Silke Kapp (2012). Em seguida, *autoconstrução* e *autoprodução* são apresentados na perspectiva de Ermínia Maricato (1982) e Kapp (2008). Finalmente, discuto, na quarta seção, a ideia de *auto-organização* utilizada por Lígia Milagres (2016) e apresento, na última, uma tentativa de correlacionar os conceitos mencionados de forma que possam ser usados em conjunto nesta pesquisa.

2.1 Autogestão

Segundo Lefebvre (1976), a única possibilidade de superar o modo de produção capitalista viria a partir de iniciativas que engendram mudanças no processo de *reprodução das relações de produção*. O conceito é discutido a partir de estudos da obra de Marx em *A Sobrevivência do Capitalismo* (1976). Ao analisar os mecanismos pelos quais o modo de produção capitalista se sustenta, contrariando as previsões de Marx de que em breve teria seu fim, Lefebvre desloca a atenção que vinha sendo dada para o modo de produção em si, para a reprodução das relações de produção. Não há como pensar em uma lógica social estática que se mantém infinitamente como algo natural. É preciso que haja um esforço contínuo de reprodução das relações sociais criadas pela sociedade burguesa, respondendo às contradições do próprio capitalismo, e, nesse processo, criar novas relações de dominação e exploração à medida que as anteriores são contestadas (LEFEBVRE, 1976). Esse processo se dá por meio de uma estratégia que tem o Estado como principal instrumento de efetivação — organizador das relações contratuais, institucionais e de

propriedade, e também como força repressiva. O planejamento centralizado, que tem o crescimento econômico como pressuposto básico, comum ao Estado capitalista e às experiências do chamado Estado socialista, funciona sempre da mesma forma, produzindo um tipo específico de espaço, alheio às considerações e demandas da classe trabalhadora que o produz, e, com isso, reproduz nele as relações de produção em novos formatos que mascaram as contradições que ele mesmo gera. Para Lefebvre, a partir de Marx, é preciso considerar a produção em dois sentidos, aquela dos produtos, bens e mercadorias, que poderíamos chamar de econômico (material), e também no sentido filosófico mais amplo (mental) — obras, conhecimentos, instituições, ideias e também as relações sociais. Esses dois sentidos não podem ser separados, ao mesmo tempo em que produzimos o mundo em que vivemos, materialmente, produzimos também a forma como percebemos esse mundo e nos relacionamos nele (ELDEN, 2004).

A partir dessa análise, as possibilidades de transformação viriam da descentralização desse planejamento, na ideia de *autogestão*, tanto das unidades produtivas (empresas, indústrias etc.), como das unidades territoriais (comunidades, cidades, regiões). O *auto-* aqui, refere-se à classe trabalhadora. Entretanto, à diferença do que a construção do marxismo vem defendendo, não se constitui enquanto sujeito histórico revolucionário por natureza. Pelo contrário, compartilha com a burguesia uma racionalidade econômica que nasce nas empresas e se estende por toda a sociedade, reproduzindo as relações sociais de dominação e exploração também nos espaços da vida cotidiana — famílias, escolas, vizinhança etc. — que, por sua vez, produzem indivíduos treinados para atender às demandas do mercado de trabalho capitalista (LEFEBVRE, 1976). Faz sentido, então, que a gestação de outras relações de produção possa surgir de outra forma de organizar o trabalho nas empresas, refletindo assim em outras relações sociais na sociedade como um todo.

Autogestão pressupõe, então, uma *pedagogia social*, pois não é a solução em si, mas um processo que responde à questão da socialização dos meios de produção, mas coloca tantos problemas quanto resolve: não elimina a necessidade da luta de classes, mas a estimula; não dissolve as relações de dominação, mas as evidencia; não dispensa o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, mas exige controle e autocrítica constantes dos técnicos (incluídos aqui os planejadores e arquitetos) para que não se sobreponham à classe trabalhadora como um todo. Trata-se de criar uma rede de diversas organizações apresentando ao invés de representar os interesses das pessoas e grupos (LEFEBVRE, 1976. p.125).

Para entrar nos detalhes de como a *autogestão* se dá na prática, principalmente no contexto das unidades produtivas, Paul Singer (2002) apresenta as origens das cooperativas que remontam ao período em que se consolidaram as relações de produção capitalistas. Autogestão e seu oposto, a heterogestão, estiveram, ao longo do século XIX, em disputa para se consolidar enquanto relações de produção dominantes.

As cooperativas são empresas solidárias regidas pela autogestão, segundo Singer: administradas de forma democrática. A grande diferença em relação às empresas capitalistas está nas formas de tomada de decisão, que no dia a dia podem ser de responsabilidade dos gerentes e diretores, escolhidos pelo coletivo de trabalhadores da empresa (que são todos sócios), mas quando são mais estratégicas precisam passar por uma assembleia que pode ser mais ou menos frequente de acordo com o tamanho da empresa. Também há hierarquia, mas funciona de forma oposta à forma como são administradas as empresas capitalistas: ordens e instruções partem de baixo para cima, enquanto demandas e informações úteis para a tomada de decisão vêm de cima para baixo (SINGER, 2002). Trata-se de uma política de delegados que apresentam as propostas dos níveis mais baixos da hierarquia, ao invés de representá-los decidindo por conta própria os rumos que devem ser tomados. A autoridade maior é sempre da assembleia de todos os sócios que dão as diretrizes que devem ser cumpridas pelos gerentes e diretores da administração. Todos devem se preocupar e buscar informações sobre a empresa como um todo, um esforço aparentemente bem maior do que na empresa capitalista, em que os empregados podem simplesmente seguir alienados em suas funções específicas. Mas é um esforço que seria compensado no funcionamento da empresa, pois permite que soluções mais rápidas e melhores sejam adotadas por facilitar a cooperação.

Existem ganhos pedagógicos ao se desenvolver atividades de produção cooperativas, mas nenhum passo dado em direção às relações de produção autogestionárias indica que o próximo passo será mais fácil. O esforço de manter relações livres da dominação parece precisar ser maior à medida que a cooperativa se torna mais bem-sucedida. Quando cresce, decisões mais complexas precisam ser tomadas e aumenta a quantidade de informação a ser distribuída para que todos possam se envolver nas tomadas de decisão. O caminho mais fácil costuma ser o de eleger representantes que, pouco a pouco, concentram poder enquanto aqueles que não se envolvem se alienam (SINGER, 2002). Um revezamento obrigatório dos representantes parece responder bem

a essa questão, fazendo com que o poder de decisão seja visto mais como uma responsabilidade indesejada do que um benefício em que se acomodam aqueles que ocupam posições mais altas na hierarquia de informações e decisões. Por outro lado, evitar o crescimento (quando é possível ser pequeno e manter-se funcionando) parece ser também uma forma de manter o fluxo de aprendizado e a reprodução de relações sociais de cooperação ao invés de competição. Entretanto, a competição com o mercado capitalista costuma não permitir esse espaço de aprendizado. Afinal, mesmo que se estabeleça uma lógica interna à cooperativa que reproduz relações solidárias, o mesmo não acontece para fora. Para o mercado, ainda é necessária a manutenção da competição como lógica dominante. E isso certamente perpassa os muros da cooperativa e se reproduz na vida cotidiana de seus sócios.

Talvez os esforços de autogestão devam seguir caminhos paralelos ao das unidades produtivas e tais princípios poderiam ser levados também às formas de tomada de decisão da sociedade como um todo. Mas esse caminho também não é livre de contradições. Marcelo Lopes de Souza (2010) adota uma perspectiva que incorpora a ideia de autogestão nas políticas públicas e no planejamento urbano, e considera ser possível que o próprio Estado crie brechas para que ela se desenvolva à medida que se dedica a um maior grau de participação popular no planejamento. Em outras palavras, o planejamento centralizado criticado por Lefebvre que, por vezes, se apresenta supostamente participativo, poderia, em oposição ao tecnocratismo, se voltar para uma participação autêntica. Souza utiliza uma escala de avaliação dos níveis de abertura modificada, a partir da “escada da participação popular” de Sherry Arnstein (1969, *apud* SOUZA, 2010). Na versão de Souza, a classificação composta de oito categorias vai da (1) coerção à (8) autogestão, passando por: (2) manipulação; (3) informação; (4) consulta; (5) cooptação; (6) parceria; e (7) delegação de poder. Não interessa à discussão aqui apresentada entrar em cada uma das categorias para se chegar a uma definição da ideia de autogestão, mas esclarecer as diferenças entre as três mais altas (6, 7 e 8), consideradas por Souza como as únicas em que há participação autêntica, sendo as primeiras (1 e 2) não-participativas, e as outras (3, 4 e 5) psêudoparticipativas.

A ideia de parceria (6) cria espaços de diálogo entre a sociedade e o Estado considerando as demandas e propostas populares não de forma consultiva ou cooptativa, mas colaborativas entre si (SOUZA, 2010). Aqui ainda existe uma tendência de que os técnicos se sobreponham à sociedade civil organizada em função da desigualdade que normalmente se estabelece nesse tipo

de relação. Ainda assim, se fosse possível a contratação de técnicos autocríticos o suficiente, teríamos ganhos de participação no que diz respeito à gestão do Estado. No nível posterior (7), a ideia de delegação de poder vai além. Funciona quando o Estado se retira completamente da prerrogativa de decidir em um determinado tema, mas apenas nesse tema específico, devolvendo à população o poder de decidir sobre aquilo que lhe diz respeito. Junto com o nível anterior, configuram aspectos da cogestão (também criticada por Lefebvre [1976]). Como exemplo, os chamados orçamentos participativos.

Já no último nível, é preciso dizer que, na prática, não poderia ser entendido como uma forma de planejamento estatal, pois, em última instância, exclui a existência de um Estado acima da sociedade³. Todas as decisões políticas e intervenções se dariam de modo autogestionário. Nas palavras de Souza, não haveria um Estado que “*decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido*”, e por isso, “*pressupõe, a rigor, um macrocontexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma*”. (SOUZA, 2010. p.205). Se uma sociedade autogerida pressupõe que ela seja autônoma, faz-se necessário esclarecer um segundo conceito, que é o foco da próxima seção. Ainda assim, cabe ressaltar que o autor reserva um lugar às experiências autogestionárias marginais em função de seu impacto político-pedagógico (algo como a pedagogia social de que fala Lefebvre).

2.2 Autonomia

O conceito de autonomia talvez seja aquele de mais difícil definição dentre os demais apresentados. Seu sentido original remete à capacidade de definir as regras (o *nomos*, ou as normas) sobre as quais se decide viver (KAPP, 2005). Entretanto, sofre, como é comum nas ciências sociais, por se confundir em diferentes usos dentre as aplicações cotidianas e acadêmicas. É comum que o termo apareça para designar a quilometragem que um automóvel pode percorrer sem que seja abastecido, ou o tempo de duração da bateria de um celular ou outros aparelhos eletrônicos. É

³ Aqui é importante diferenciar que, na proposta de Singer (2002. P.11), mesmo em uma economia completamente solidária, há sempre a necessidade de um Estado regulador das diferenças econômicas naturais às diferentes atividades produtivas, e que teria a responsabilidade de “*captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável.*”

usado na pedagogia para falar da autonomia do aluno de definir os conteúdos e formas de aprendizado que melhor lhe convêm. E é também normalmente confundido com a ideia de liberdade individual, além de aparecer cada vez mais no mercado de trabalho e no mundo corporativo como característica de determinada função que permita maior liberdade na definição de estratégias, prazos, horário e local de trabalho, e também dos rumos que uma pessoa pode dar a sua carreira sem depender de uma ou outra empresa — mesmo tratando-se de uma autonomia ilusória que restringe muito mais do que libera. Em alguma medida, pode-se dizer que o termo está na moda. Singer (2002. p.114 e 115) chega a falar de um direito à autonomia na atividade produtiva - como um dos ganhos das relações de produção solidárias - que seria “*não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam*”. Essa ideia se aproxima do conceito de autonomia que apresento a seguir, que vai além do trabalho e se instaura na possibilidade não só de uma autonomia individual, mas também de uma autonomia coletiva, sendo a segunda muito pouco debatida em outros contextos.

Voltando a Marcelo Lopes de Souza, o sentido que é dado à sociedade basicamente autônoma é aquele da sua leitura da perspectiva autonomista de Cornelius Castoriadis direcionada à questão do espaço e do planejamento urbano. O pensador greco-francês que originalmente vem de uma tradição marxista (teórica e militante), recupera teóricos anarquistas e apresenta uma crítica contundente à democracia representativa em oposição à possibilidade de uma democracia direta (SOUZA, 2010). Para tanto, resgata na polis grega e no debate em torno da autogestão produtiva experienciado pelos conselhos operários, um ângulo autonomista que critica os limites de Marx, e mais especificamente do marxismo, por ter instituído no século XX uma (outra) ideologia opressora – que quando se realiza se converte em ditadura do proletariado.

Para Souza, a partir de Castoriadis:

[...] uma sociedade basicamente autônoma significa, “apenas”, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2010. p. 175).

Dessa forma, não se extingue o poder, ou a hierarquia, mas suas formas institucionalizadas e, portanto, fixas. A diferença principal estaria nessa possibilidade de a sociedade se “*auto-instituir*” livremente, e fazê-lo novamente sempre que acharem interessante a partir do debate entre

cidadãos igualmente informados e interessados voluntariamente nas questões que os concernem. Faz-se necessária, então, a produção de um outro tipo de cidadão, não alienado e domesticado pelas relações de produção vigentes, mas produtor de outras possibilidades, seja na vida cotidiana, no trabalho ou nas formas de tomada de decisão. Tais “indivíduos lúcidos, dotados de autoestima e insensíveis a tutelas políticas” (SOUZA, 2010. p.174) são aqueles que têm sua **autonomia individual** garantida, e, portanto, fazem escolhas livremente e se submetem apenas — ao mesmo tempo em que a instituem — à **autonomia coletiva**: “às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade” (SOUZA, 2010. p.174). Assim, autonomia se coloca não como característica fixa, mas como horizonte inalcançável que deve a todo tempo permanecer em constante discussão, aberto à reinvenção determinada por seus integrantes, e não por instâncias exteriores ao grupo sócio-espacial, ou por subgrupos ou classes que detêm maior poder. Quando essas determinações vêm de fora, ou de cima, fala-se de *heteronomia* (SOUZA, 2010).

Como vimos, autonomia está completamente vinculada à autogestão. Pode-se dizer que caso não exista autonomia individual e, sobretudo, coletiva, não há como existir autogestão. Mas como chegar lá? Se há necessidade de que sejam produzidos indivíduos autônomos e novas instituições que garantam e estimulem a autonomia constantemente, uma sociedade de bases autônomas só existirá se for produzida substituindo as relações sociais vigentes (de produção e reprodução). Entretanto, de onde partiria esse movimento? Cabe então ao Estado incentivar que isso aconteça abrindo espaço para iniciativas autônomas da população, retirando-se do papel de centralidade planejadora, em direção a uma democracia cada vez mais direta? Imagino que não. Pois a forma com que o planejamento centralizado tem se colocado é o completo oposto. Um ponto de partida logicamente possível seria diminuir o papel centralizador do Estado na escala local, a partir dos governos municipais e metropolitanos, que pouco a pouco se colocariam em uma posição de incentivar que a população possa determinar, de forma autônoma, os rumos da produção do espaço e responder a essas proposições. Mas é necessário ressaltar que isso não pode ser feito enquanto os recursos e informações disponíveis para tanto se distribuírem de forma tão desigual — cabendo ao Estado primeiro garantir essa redistribuição e também assessoria técnica à população. Mas seria ilusório acreditar que tais mudanças viriam sem que houvesse uma intensa

pressão popular. E para que existisse uma pressão nesse sentido, e não no sentido do reforço da heteronomia, é de se esperar que só aconteceria com uma população que já experimenta os benefícios de processos autogestionados em suas comunidades ou nas unidades produtivas.

Silke Kapp discute extensamente as possibilidades de uma produção do espaço com autonomia (KAPP, 2005; 2008; 2012; KAPP et al, 2012; KAPP e CARDOSO, 2013). A partir dessa leitura, é possível que o nível microlocal, ou o que pode ser definido como *espaço cotidiano*, seja um ponto de partida. Mas não se pode limitar a ele, deve-se produzir também as formas de se relacionar com outras localidades em articulações políticas de diferentes escalas, do local ao regional e ao global. Para Kapp (2012. p.469), a partir de Lefebvre, o “espaço cotidiano seria o que resta quando se subtraem espaços ‘distintos, superiores, especializados, estruturados’, como monumentos e redes e equipamentos urbanos de amplo alcance”. Ou seja, diferente do espaço em que o conhecimento técnico se sobrepõe ao local, do planejamento urbano, das prescrições do Estado, e portanto:

A autonomia na sua produção implica que grupos locais e microlocais determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo. Essa possibilidade está focada em relações de vizinhança, na negociação e ação numa coletividade territorial, na capacidade de solucionar diretamente e sem complexos mecanismos burocráticos os fatores de desconforto de ambientes privados, coletivos ou públicos, nas oportunidades de transformar rotinas ou levar a cabo empreendimentos criativos, na perspectiva de definir serviços ou equipamentos disponíveis (KAPP, 2012. p.469).

Ainda assim, tanto autogestão como autonomia parecem se apresentar como ensaios utópicos em um cenário em que tal expansão é improvável. Ou se extinguem as relações de heterogestão e heterônomas, ou nada feito. E, à medida que partimos dessa para outras escalas, as dificuldades de manutenção desses conceitos são maiores. A resposta que costuma ser dada é a de centralizar as definições nas mãos de uma minoria, ao invés de desenvolver recursos e ferramentas que permitam articulações com autonomia. Tais recursos, ou as instituições e condições materiais garantidoras da autonomia coletiva, podem se traduzir enquanto tecnologia caso haja interesse em se desenvolvê-las. Não apenas meios eletrônicos e digitais, mas também em um sentido ampliado — conhecimentos, conjuntos de regras, técnicas, métodos etc⁴.

⁴ Ivan Illich (1975. p.33) desenvolve o conceito de ferramentas para a convivialidade (tools for conviviality) como alternativa para esse tipo de articulação que levariam a uma sociedade que “*deveria ser desenhada para permitir que*

As duas próximas seções se apresentam enquanto possibilidades que parecem conseguir conviver com o capitalismo na mesma medida em que se apresentam como alternativa a ele.

2.3 Autoconstrução ou Autoprodução?

Ermínia Maricato (1982 [1976]) discute o termo autoconstrução, que vinha sendo usado (e valorizado) como sinônimo de mutirão, remetendo ao “processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho” (MARICATO, 1982. p.71). Um processo de trabalho como esse parece se aproximar das transformações nas relações de produção que venho discutindo. Entretanto, a autora prefere abandonar o conceito de mutirão, que centra a atenção em aspectos como solidariedade, espontaneidade, e desalienação pelo contato transversal com o produto, e passa a se referir à autoconstrução como única arquitetura possível para garantir as condições de reprodução da classe trabalhadora nos países capitalistas periféricos. Aqui incluí, além do trabalho coletivo (como no mutirão), também aquele individual de construção da própria casa com ou sem ajuda dos amigos e/ou parentes, ou a partir da contratação de profissionais.

Maricato fala das grandes cidades dos países capitalistas dependentes que recebiam um número crescente de trabalhadores rurais e enfrentavam dificuldades para encontrar moradia. Chama a atenção para o fato de que os programas de habitação popular promovidos na época eram menos relevantes que o que a autoconstrução apresentava como forma de resolver o problema da habitação da classe trabalhadora — investimento a que se destina maior parte das economias dessas famílias. Fica evidente que o Estado ignora a classe trabalhadora urbana no que diz respeito à habitação, saneamento e infraestrutura por não constituírem “demanda econômica para pagar esses bens e serviços” (MARICATO, 1982. p.74).

Além disso, a autora corrobora com as análises de Francisco de Oliveira, quando mostra como a questão da autoconstrução é funcional ao capitalismo e sua expansão por explorar o trabalhador ainda mais intensamente. Como o trabalhador consegue produzir sua habitação, é dispensável que os salários supram esses custos de reprodução da força de trabalho, ou que o Estado

todos os seus membros ajam da forma mais autônoma possível por meio de ferramentas menos controladas por outros.” (tradução minha). Ver também a discussão sobre tecnologias sociais de Kapp e Cardoso (2013).

o faça (MARICATO, 1982. p.76). Não só as residências entram na conta, mas toda a infraestrutura que a classe trabalhadora se vê forçada a produzir por conta própria (igrejas, escolas, creches, sede de associações de bairro, centros comunitários e, por vezes, redes de esgoto e até calçamento). Em suas palavras:

Se a habitação, a chamada infra-estrutura urbana, e os equipamentos constituem mercadorias, se a política habitacional é centralizadora e elitista, e se por outro lado o salário é mantido a um nível abaixo daquele que permitiria a compra desses bens, as necessidades são em grande parte supridas pela prática da autoconstrução ou não são supridas (MARICATO, 1982, p.82).

A autora apresenta também uma crítica àqueles que remetem à autoconstrução uma oportunidade criadora, ou de inovação arquitetônica. Segundo ela, não há espaço para isso, uma vez que as técnicas empregadas são as mais tradicionais, de uso comum, sem dispor de máquinas, e também por estarem em loteamentos irregulares. Esse cenário traz um resultado, o único possível, que não é dos melhores em termos de conforto ambiental. Isso ocorre também por se valer dos priores materiais, produzidos também em condições de exploração intensa, *“sempre o mais barato, de manipulação simples, e é determinado também pelo que é oferecido pela loja de materiais mais próxima, o que prova que a oferta e a distribuição dos materiais também são determinantes na produção da casa.”* (MARICATO, 1982. p.89). Esse tipo de construção traz como resultado condições habitacionais precárias, dentre as quais compromete-se também a saúde da população.

Por outro lado, considero relevante explorar com mais intensidade a possibilidade de que outras relações de produção se apresentem nesses contextos. Silke Kapp (2008), sem desconsiderar a precariedade socioeconômica que certamente influi sobre esses processos, discute como esses contextos apresentam uma “autonomia de canteiro”, que não existe na produção arquitetônica convencional. Autonomia aqui segue a mesma lógica de contraposição à heteronomia que pressupõe as relações de dominação discutidas anteriormente. Utiliza o conceito de autoprodução, mais abrangente que o de autoconstrução, que seria um subconjunto do primeiro. Autoprodução incorpora também as pessoas que gerenciam os recursos, tomam as decisões e se responsabilizam pela produção dos espaços sem necessariamente colocar a mão na massa (KAPP e CARDOSO, 2013).

Diferentemente do que constata Maricato, a pesquisa de Kapp (2008) argumenta que há sim espaço para experimentação e criatividade. É como se estivesse contida na autoprodução a possibilidade de “*emancipação da produção do espaço*” em contraposição ao que a arquitetura projetada gera em termos de trabalho alienado. A diferença principal está no fato de que:

[...] há na favela um tipo de autonomia de indivíduos e pequenos grupos com relação ao espaço, que simplesmente inexiste na cidade formal. Tal autonomia, que nada mais é do que efeito da condição marginal ao sistema econômico, significa que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material predominante na produção formal do espaço não prevalece ali. As pessoas que concebem o espaço são as mesmas que o constroem e, em geral, também as que o usam. Trabalho intelectual de concepção e trabalho manual de execução não estão apartados. A produção não é dirigida pelo lado de fora (KAPP, 2008, p. 8).

O argumento central gira em torno da possibilidade de que o trabalho nos canteiros da autoprodução seja livre de relações de dominação, se aproximando do que Sérgio Ferro chama de “trabalho livre”⁵. Ainda assim, as dificuldades socioeconômicas se apresentam à autoprodução como limitadoras. Mas, se buscamos uma transformação no processo de reprodução das relações de produção, faz mais sentido “*combater as condições precárias em que ela se realiza*”, do que condená-la a ser “*tão somente um mal a extirpar.*” (KAPP, 2008. p. 10). Essa abordagem abriria espaço para deixar florescer essa “outra produção arquitetônica”, que poderia levar a algo como uma *autoprodução* das relações de produção. E, como vimos, não deveria se limitar ao canteiro ou à arquitetura, mas pode surgir a partir deles, e deverá se expandir como dinâmica para a vida social como um todo. Kapp e Cardoso (2013) diferem ainda autoprodução de produção autônoma, em que os autoprodutores teriam acesso também a informações; suporte técnico, financiamento e formas de regularização; bem como o estabelecimento das regras e normas a que concernem esses processos: incorporando a autonomia na produção.

⁵ Ferro (2006) desenvolve o conceito de “trabalho livre” em oposição às relações de produção comuns aos canteiros de obra da arquitetura profissional que têm como principal instrumento de dominação o desenho: que organiza de forma codificada a produção, aliena o trabalhador e faz com que seja possível extrair mais-valia. No trabalho livre, há autonomia na produção.

2.4 Auto-organização

Por fim, entro no conceito de auto-organização, que é normalmente encontrado na descrição de sistemas físicos, químicos, biológicos ou robóticos que têm a capacidade de encontrar a ordem a partir de interações dos elementos internos ao próprio sistema. Entretanto, a referência do conceito que apresento em relação à produção do espaço é de Lígia Milagres (2016), que discute “processos de auto-organização desencadeados a partir de situações de disputa”, em especial, do “poder efetivo de decisão e de ação dos moradores das grandes cidades na definição da produção do espaço urbano cotidiano” (MILAGRES, 2016. p. 12). Para tanto, define o que seriam *processos de auto-organização sócio-espacial*⁶. Apesar de não lastrear a escolha do termo auto-organização a partir de um referencial teórico que também o utilize, desenha um conceito diferente daqueles caracterizados pelos demais apresentados até aqui, mas em relação a eles. A definição da ideia de auto-organização sócio-espacial se dá vinculada ao conceito de autonomia, e quase como um sinônimo de autogestão. O processo de “auto-instituição” da sociedade que leva à autonomia, conforme explicita Souza a partir de Castoriadis, é, para Milagres, a auto-organização social ou a autogestão entendida no sentido processual que Lefebvre dá a ela (MILAGRES, 2016).

É como se auto-organização sócio-espacial fosse uma forma bem próxima da vida cotidiana de se aproximar da autonomia. Nada que não esteja contido na definição que Kapp (2008) dá para o que está implícito na questão da autonomia da produção do espaço em nível microlocal, mencionada na segunda seção deste capítulo. A diferença está no esforço de estabelecer um conceito intermediário, que possa ser discutido principalmente no âmbito da vida e do espaço cotidiano, incorporando as ambivalências e contradições que existem na possibilidade de se estabelecer novos arranjos sociais a partir dos atuais. Nas palavras de Milagres (2016. p.54), “uma abordagem da auto-organização sócio-espacial como processo de tentativa e erro, cujas possibilidades e limites são dadas pelas condições presentes”. Trata-se não necessariamente de um processo de oposição, mas de entendimento, um “campo de experimentação”, e, portanto, aprendido, da forma como o caráter heterônomo das práticas do planejamento tecnocrático se

⁶ Sócio-espacial remete, conforme Milagres deixa claro, à forma como Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 16-17) o utiliza para designar o caráter social, não apenas como um tipo específico de abordagem do espaço, mas em relação de complementariedade – define práticas tanto sociais, quanto espaciais. Também é a forma como eu utilizo o conceito.

ção, sendo os processos de auto-organização sócio-espacial uma possível saída à alienação “confirmada, legitimada e reproduzida cotidianamente” pela atuação do Estado. Elementos como “discussão”, “planejamento” e “gestão dos espaços vivenciados diariamente”, que estariam apenas nas mãos da administração pública, passariam a ser conduzidos, ou ao menos disputados, por grupos que se auto-organizam (MILAGRES, 2016).

Extrapolando as análises de Singer (2002) acerca das relações de produção nas cooperativas e empreendimentos da economia solidária, para além das relações de trabalho autogeridas, a ideia de processos de auto-organização sócio-espacial permite focar também na reprodução da vida e nos espaços cotidianos. Mas, assim como na economia solidária, é necessária a reunião dos membros de um grupo sócio-espacial e seu profundo envolvimento em tomadas de decisão democráticas. Mais uma vez um tipo de indivíduo que o capitalismo não produz. Deverá ser produzido então, nas brechas que existem em suas contradições e organizar-se a partir das relações sociais que estão disponíveis. Esse tipo de iniciativa, que pode voltar-se para organização e gestão de espaços comuns, constitui um nível de envolvimento menos arriscado, em termos materiais, que aquele da produção. Ainda assim, pressupõe que as pessoas tenham um tempo ocioso para se envolver que nem sempre é possível para a população de baixa renda que chega a ter mais de um emprego e costuma gastar muitas horas em deslocamentos por morarem em regiões periféricas, distantes de onde estão concentradas as oportunidades de trabalho formal⁷. Portanto, estimular processos de auto-organização também não torna os investimentos para redução das desigualdades de renda dispensáveis.

2.5 Auto- pra quê?

Em uma tentativa de síntese, autonomia parece ser uma espécie de princípio direcionador que abarca os outros conceitos. A autogestão volta as atenções para as tomadas de decisão, tanto nas unidades produtivas, quanto nas diferentes coletividades locais, regionais, nacionais ou globais. Para ambos os casos, são necessárias novas relações sociais e, sobretudo, mecanismos que

⁷ Nos processos de experimentação desenvolvidos, poucos moradores trabalhavam de carteira assinada, e os poucos que conseguiam um emprego ao longo do processo, diminuíram drasticamente a frequência com que participavam das atividades.

assegurem sua reprodução, e é possível que estejam sendo gestadas nos canteiros da autoprodução e nos pequenos grupos que se auto-organizam. Afinal, como nos lembra Souza:

Seria tolice pretender negar que ativismos grandes e marcantes muitas vezes começam pequenos e tímidos, e que mesmo os “pequenos e tímidos” podem, inclusive no longo prazo, e quando subsistem por tempo suficiente – ancorados talvez não em organizações de ativistas em sentido usual, mas sim em organizações mais fluidas, criando-se e recriando-se continuamente no cotidiano –, colaborar para transformações notáveis: nos modos de ser e de ver o mundo, nos vínculos com o espaço, nas formas de sociabilidade (SOUZA, 2009, p.11).

Mas à medida que aumentam de tamanho, parece ser mais difícil manter o fluxo de aprendizagem e transformações. Ainda assim, uma pedagogia social ou um desenvolvimento político-pedagógico que apontem para a vida cotidiana parecem ser necessários para que a sociedade se aproxime de sua autoinstituição.

Como vias possíveis para esse processo de aprendizagem, entendo que autoconstrução ou autoprodução não serão sempre produtoras de autonomia, e são, pelo contrário, funcionais ao capitalismo. Entretanto, abrem espaço para relações de produção alternativas àquelas de dominação, principalmente quando resultam em espaços que demandam o desenvolvimento dos grupos que o produziram ou passam a utilizá-lo a partir de processos de auto-organização que possam levar à autogestão ou a uma maior autonomia coletiva. Nesse sentido, criar uma creche, projetos sociais com crianças e adolescentes, pequenas intervenções no espaço comunitário, grupos de artesanato etc., principalmente quando auto-organizados, pode indicar os rumos de uma pedagogia social que produz novas relações sociais. Isso não elimina a necessidade de investimentos públicos nessas áreas. As duas coisas podem andar juntas.

Dessa forma, me parece necessário discutir que tipos de processos de aprendizado podem levar à autonomia, e o termo auto-organização será usado sempre nesse sentido. Esse é o foco que dou para a análise que faço nos capítulos 4 e 6 a partir dos casos de experimentação apresentados. Essa linha de raciocínio vem sendo explorada desde o início da pesquisa, mas se delimita enquanto foco principal no esforço de tentar responder a uma pergunta que me foi posta em uma entrevista com uma moradora do Ribeiro de Abreu alguns meses após a realização do primeiro Oasis no bairro, pouco tempo antes de iniciarmos a pesquisa-ação. Conversávamos sobre as reuniões que são realizadas pelo grupo que se consolidou após o Oasis e a possibilidade de que dali pudesse

surgir um novo tipo de ativismo de bairro na região que hoje, segundo ela, foca na questão ambiental e na revitalização do Ribeirão Onça. Como na maioria dos bairros de periferia, ali *“falta o primário, e o primário tem que vir primeiro”*. Era o que me dizia Grazi enquanto discutíamos a relevância dos rumos que estavam sendo dados pelo grupo que se reunia semanalmente. E daí veio a pergunta: *“Você falou de autonomia, e autonomia é liberdade, né? E liberdade não se aprende de um dia para o outro. Tem que se acostumar com ela, tem altos e baixos. E além disso, como é que eu posso ser criativa, se a gente não tem o primário?”*. Embora liberdade não seja exatamente um sinônimo de autonomia, seguem um rumo parecido. Assim, abriu-se um leque de perguntas: liberdade, autonomia, auto-organização, se aprendem? Se sim, como? E se é possível aprender, alguém ensina? Mas se ensina, ensina "de fora", e sempre trará consigo heteronomia? O que é o primário nesse caso? É possível estimular a criatividade enquanto não estão garantidos direitos humanos fundamentais? Seria possível tornar a própria luta por esses direitos um processo que estimula essa criatividade? Dessa forma, os conceitos apresentados servirão de balizadores, primeiro para analisar o Jogo Oasis em uma perspectiva crítica e, em seguida, como pano de fundo para o desenvolvimento do que chamo de princípios da mobilização sócio-espacial (capítulo 5) que orientam uma nova experimentação que tenta explorar um processo que incentive a auto-organização enquanto processo de emancipação sócio-espacial (capítulo 6).

3 DESCRIÇÃO DO MÉTODO: O JOGO OASIS

Conforme apresentado no primeiro capítulo, meu engajamento com a experimentação do Jogo Oasis foi o primeiro passo na investigação da possibilidade de impulsionar processos de mobilização sócio-espacial que tivessem como pressuposto o que venha a ser *auto-* (“de dentro”) em contraponto ao *hetero-* (“de fora”). Tal método foi adotado em dois casos, que serão discutidos no próximo capítulo, e em uma experimentação crítica do método que apresento no capítulo seis. Mas antes de passar para a discussão dos casos, esse capítulo apresenta o método conforme idealizado pelo Instituto Elos.

A filosofia elos, que é o conjunto de pressupostos que orientam o método, se traduz em sete conceitos que são também os passos do Jogo Oasis: (1) o **Olhar**; (2) o **Afeto**; (3) o **Sonho**; (4) o **Cuidado**; (5) o **Milagre**; (6) a **Celebração**; e (7) a **Re-evolução**. Na aplicação do jogo, esses sete conceitos são vivenciados por um grupo de pessoas, moradores da comunidade ou não, que serão os **jogadores** em um processo lúdico de mobilização comunitária. As etapas do jogo passam por um período de levantamento de belezas e recursos, e de mobilização de talentos, seguido da identificação de um projeto e da captação dos recursos necessários para realizá-lo em um mutirão, e culmina em uma celebração e uma reunião comunitária para planejar outros projetos que a comunidade queira realizar. Entende-se, a partir da proposta do Instituto, que o jogo pode ser aplicado em praticamente qualquer contexto,⁸ envolvendo ou não o poder público e empresas locais, ainda que as orientações do método incentivem essas parcerias.

Na descrição do método (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013a), o objetivo geral é “Estimular desenvolvimento comunitário através do protagonismo cidadão e habilitar comunidades na cooperação e empreendedorismo, ampliando sua capacidade de propor respostas criativas para resolução de problemas, e assim criar as bases para o sucesso de políticas públicas participativas”. E, dentre os objetivos específicos estão:

Estabelecer uma experiência exitosa onde a comunidade vê um sonho coletivo materializado utilizando seus próprios talentos e recursos; criar ambiente propício para o surgimento de novas lideranças comprometidas com os objetivos da comunidade; realizar

⁸ Na maioria das vezes é aplicado em favelas e bairros de baixa renda, mas há experiências em bairros de classe média e alta. Participei, em outubro de 2015, como mobilizador voluntário no projeto *GVT na Praça*, que aplicou o jogo na Praça João Vianna, que fica na divisa entre os bairros Sinimbu e Santa Mônica, região de classe média em Belo Horizonte. Foi produzido um vídeo que ilustra a experiência (VIVO, 2016). A título de exemplo, ver também a experiência do GVT na praça no bairro Vila Madalena em São Paulo (GVT+VIVO, 2014).

uma transformação física em um espaço de uso coletivo; ampliar o leque de referências de técnicas e estratégias de sustentabilidade; fortalecer, ampliar e diversificar a rede de apoio da comunidade; estimular soluções locais para geração de emprego e renda; estimular a prática de estratégias para redução de impacto ambiental nas comunidades; promover a apropriação pela comunidade do equipamento público a ela oferecido; criar oportunidade para participação dos moradores no jogo assumindo papéis, conhecendo as regras e metas e se engajando nas ações; propiciar uma experiência participativa onde governo e sociedade civil cooperam e geram resultados concretos. (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013a)

Dentre os **jogadores**, temos os **mobilizadores**, que se envolvem do início ao fim do projeto e participam das atividades e dinâmicas orientadas que dão sentido ao processo. São voluntários que, na maioria dos casos, não residem no local em que acontece o jogo. Temos também os **moradores**, que são também voluntários que vivem no local ou costumam frequentá-lo. Esses participam direta ou indiretamente das reuniões comunitárias, recebem os mobilizadores em suas casas, trazem as informações que serão usadas durante todo o processo e devem ser os protagonistas das tomadas de decisão e das ações a serem realizadas. Utiliza-se o termo **comunidade** para referir-se ao coletivo de **moradores**. Mas, na perspectiva do jogo, é como se, ao menos ao longo do processo, fosse formada uma nova comunidade composta de **mobilizadores** e **moradores**, assim, são duas comunidades se relacionando.

Foto 1 - Mobilizadores do Oasis Vila Nova Cachoeirinha



Fonte: Lucas Hallel (2017).

Quando o Instituto Elos aplica o jogo, é mais comum que o faça no contexto de uma formação vivencial sobre a filosofia, nesse caso, recebe o nome de Vivência Oasis. As cartas e o manual do método estão disponíveis no site do instituto (INSTITUTO ELOS, 2018a), que tem orientações para apoiar que pessoas que nunca tenham vivenciado uma aplicação do Jogo possam experimentá-lo. Não tenho notícias de um grupo que o tenha aplicado sem ter ao menos um participante formado pelo Instituto Elos em um de seus programas de formação vivencial, replicando o que aprendeu, ou tenha vivenciado a experiência com um desses replicadores. Se existem esses exemplos, são menos frequentes e não são considerados para essa análise. O processo que analiso é o de replicação do método por alguém que, como eu, assume o papel de facilitador e escolhe como espaço para sua aplicação uma comunidade que não é aquela em que vive. Nesse contexto, para que o jogo aconteça, os chamados **facilitadores** (pelo menos um, mas usualmente mais de um) conduzem as atividades e dão orientações sobre o método. Antes de realizar o jogo os facilitadores visitam a comunidade, articulam a viabilidade do projeto com lideranças e consultam um número relativo de moradores para checar a relevância e o interesse de participação da comunidade⁹, além de identificar projetos e grupos já formados e também atores e agências locais que possam apoiar o projeto. Ao longo do jogo, os mobilizadores e alguns moradores da comunidade, que pouco a pouco entram no jogo, assumem alguns papéis específicos que contribuem para a organização das atividades e passam a exercer funções de mobilização. Os papéis são assumidos de forma voluntária quando os jogadores se sentem aptos para se responsabilizar pelas atividades de cada personagem.

Antes de iniciar as atividades é estabelecido um ponto de encontro que funciona como base durante todo o processo. É normalmente um espaço grande que permite que todo o grupo se sente em um círculo, pode ser uma sala de aula em uma escola, ou o salão de uma igreja, preferencialmente dentro da comunidade ou o mais próximo possível. Ali os mobilizadores se reúnem, deixam seus pertences, recebem as orientações do facilitador, ou a partir das leituras das cartas de cada passo, compartilham e refletem sobre o que foi vivido em cada etapa e registram as informações coletadas ao longo do dia.

⁹ Esse número não é orientado pelo manual do método, trata-se, portanto, de uma decisão subjetiva dos facilitadores.

O jogo é composto de: um **tabuleiro** com os sete passos; um **peão** que indica em que passo os jogadores se encontram; **coletes** de cores diferentes que indicam os personagens que serão assumidos pelos jogadores ao longo do processo; **cartas** que orientam as ações que devem ser conduzidas a cada etapa e dão “pistas” (dicas) para facilitar o processo; **cartazes** para que os jogadores possam registrar os dados coletados a cada atividade; e também um **manual** que orienta os passos a serem seguidos¹⁰. Segundo orientações do Instituto Elos, os componentes do jogo não são necessários para que seja aplicado. Em alguns casos os facilitadores adaptam o material proposto com cartazes, formas alternativas de identificar os personagens e orientações a partir de vídeos do Instituto Elos, sem utilizar as cartas ou coletes de personagens, entretanto, apresento a seguir uma referência de aplicação tentando ser o mais fiel ao que propõe o manual.

Para complementar esse descritivo e auxiliar uma visão comparativa dos casos que serão apresentados nas próximas sessões, descrevi cada uma das atividades em uma tabela (APÊNDICE 1) que pode ser consultada ao longo da leitura. Algumas das informações se repetem na tabela e no descritivo a seguir. Nem todas as atividades descritas na tabela estão definidas no manual. As descrevo a partir da experiência no programa Guerreiros Sem Armas, da observação da aplicação do jogo no projeto GVT na Praça, desenvolvido pelo Instituto Elos em parceria com a GVT, em outubro de 2015, e informações passadas por outros facilitadores que já aplicaram o método. As colunas em itálico têm como conteúdo as orientações do método de acordo com seus propositores, e as outras são análises minhas ou o detalhamento de aplicação dos casos em Belo Horizonte – que serão apresentados no capítulo 4. As colunas "Ordem VNC", referente à Vila Nova Cachoeirinha, e "Ordem RdA", referente ao Ribeiro de Abreu, indicam a sequência em que ocorreram cada uma das atividades. Quando aparecem números repetidos, indicam que as atividades foram feitas simultaneamente. Quando estão vazias, indicam que não foram aplicadas.

Os personagens são funções ou atribuições especiais distribuídas ao longo do jogo. No momento das orientações de cada passo os jogadores presentes escolhem, de acordo com a disposição de cada um para o papel proposto, quem assume aquela função até o final do jogo. Quando se utiliza o material completo, os personagens são identificados por coletes, mas podem ser identificados de formas alternativas através de pulseiras e crachás. Quanto maior o número de

¹⁰ O vídeo produzido pela Fundação Banco do Brasil (2013b) é útil para visualizar os materiais e a dinâmica do Jogo. Link nas referências bibliográficas.

jogadores mobilizadores, mais pessoas podem assumir um mesmo papel. Os personagens e suas funções serão apresentados ao final de cada passo neste descritivo.

O primeiro passo do jogo, **(1) o Olhar**, parte do que é chamado de “visão apreciativa”. Os mobilizadores são incentivados a desprender-se de visões preconceituosas que normalmente têm (principalmente do contexto onde vivem populações de baixa renda) para encarar uma perspectiva de abundância: olhar para o potencial das pessoas e dos recursos disponíveis ao invés de olhar para aquilo que falta de acordo com o ideal de infraestrutura existente nos bairros da cidade formal. Nesse primeiro momento, que dura normalmente um dia, as atividades são focadas na percepção sensorial. Costuma-se iniciar com uma dinâmica de formação de grupo para gerar maior intimidade entre os participantes e, em seguida, acontece a primeira atividade externa, a **Cabra-cega**: os mobilizadores saem em duplas pelas ruas da comunidade, enquanto um membro de cada dupla está vendado. O objetivo é reconhecer o local sem utilizar a visão, identificando cheiros, sons, texturas e percebendo o espaço em uma dinâmica diferente daquela que estamos acostumados. Os facilitadores não orientam os limites (até onde as pessoas podem ir) ou o que a pessoa deve fazer e como ela deve descobrir o espaço. Apenas orientam que nenhum dos participantes pode falar durante a atividade, completo silêncio. O outro membro da dupla deve controlar o tempo (15 minutos) e cuidar para que a pessoa não se machuque. Após os primeiros 10 ou 15 minutos, a dupla troca a venda e aquele que estava vendado assume o papel de garantir a segurança do outro. Após a atividade, os mobilizadores retornam à base para compartilhar a experiência. Nesse **compartilhamento de experiências**, que acontece após cada uma das atividades do Oasis, estimula-se que os jogadores falem de sentimentos, impressões, descobertas pessoais, e é uma forma de fazer com que os voluntários se envolvam emocionalmente no processo, bem como de compartilhar informações relevantes sobre a comunidade com os demais jogadores. A partir dessas informações, o grupo passa a ter uma impressão geral do que aconteceu com as outras duplas. O que normalmente acontece na Cabra-cega é que as pessoas vão se soltando aos poucos e é a segunda pessoa da dupla que se solta mais e tenta viver a experiência explorando mais os outros sentidos por conta própria. Aquele que está cuidando da segurança do participante vendado, normalmente o conduz para experimentar texturas e objetos que encontra no caminho, intervindo mais do que o necessário para preservar a segurança da dupla. Como os vendados não podem ver e a dupla não pode conversar, a experiência precisa ser sonora, olfativa e tátil. Experiências como ouvir crianças

brincando, cachorro latindo, cheiro de comida, texturas diversas, levam as pessoas a refletir sobre outras experiências da própria vida, as aproximando afetivamente daquela vivência de estar naquele lugar¹¹. Segundo relatos dos próprios moradores que não estão participando e passam pelas duplas, eles ficam curiosos sobre o que está acontecendo, costumam interagir brincando com a pessoa vendada, e, em alguns casos, abrem as portas de suas casas para receber os voluntários que não moram no local.

Em seguida, ainda no **Olhar**, os participantes saem novamente em duplas para identificar no local pelo menos cinco belezas e cinco recursos que existam no território. Segundo o manual, belezas variam de acordo com a percepção de cada um: podem ser belezas construídas, artísticas, naturais ou humanas — de espaços a situações vivenciadas, e, em alguns casos, são consideradas belas por remeterem a alguma lembrança pessoal dos mobilizadores. Os recursos podem ser materiais encontrados num depósito de materiais de construção ou num bambuzal atrás da comunidade, ou mesmo materiais e ferramentas disponíveis no local. Mas são também recursos imateriais como lugares em que as pessoas se reúnem como igrejas, escolas e bares, ou características do bairro. As belezas e recursos identificados são compartilhadas ao retornar à base e registradas em uma folha grande por todos os participantes.

Os personagens dessa etapa são os “**bemvindo**”, que recebem as pessoas que chegam ao longo do jogo e as situam de tudo que aconteceu até ali, ajudando-as a entrar no jogo caso tenham interesse ou respondendo a dúvidas que possam ter; e os “**contatudo**”, que ficam responsáveis por fazer registros de imagens e vídeos para compartilhar informações sobre o processo nas redes sociais e divulgar o que está acontecendo. É comum que seja criado um grupo no whatsapp entre os mobilizadores e, em alguns casos, outro grupo com os moradores que se envolvem nas atividades ao longo do processo. Os “contatudo” costumam postar informações sobre o processo também no Facebook e os outros mobilizadores a compartilham.

No passo seguinte, **(2) o Afeto**, os participantes do jogo são convidados a descobrir os talentos e as histórias que existem por trás das belezas e recursos encontrados. Novamente em duplas, saem pela comunidade com o objetivo de conversar com os moradores fazendo perguntas sobre suas histórias de vida e os talentos que existem ali. A orientação é de que exercitem ao

¹¹ Essas e outras informações sobre o que costuma ocorrer nas atividades são exemplos do resultado da observação e relatos de jogadores que participaram das experiências do jogo em Belo Horizonte, que conduzi ao longo da pesquisa.

máximo a escuta, criando um ambiente descontraído para que as pessoas se sintam confortáveis para compartilhar suas histórias. Nesse processo, espera-se criar uma relação de confiança, mesmo que superficial em um primeiro momento. A partir desses vínculos pessoais, os moradores serão convidados a tomar parte nas reuniões comunitárias que acontecem ao longo do processo e, pouco a pouco, criam vínculos com outros mobilizadores, mas sobretudo com outros moradores. Após essa atividade os mobilizadores voltam à base e compartilham as histórias e talentos encontrados. As histórias mais marcantes, incluindo as histórias do lugar, são registradas em uma folha de flipchart assim como os talentos identificados, que podem ser talentos artísticos, técnicos, construtivos, culinários, habilidades interpessoais etc. Nessa etapa, já foram identificados talentos que possam ser relevantes para a construção de um sonho comum, e quem são as pessoas que mais se envolvem com assuntos comunitários, ou aquelas que querem se envolver mas não têm o costume. Antes do final dessa etapa os mobilizadores são divididos em três frentes de trabalho para organizar e realizar um **show de talentos**, que é a primeira reunião aberta na comunidade. Uma das frentes de trabalho fica responsável pela **organização do espaço** e pelos materiais necessários como cadeiras, caixas de som, microfones, projetor e também cuidam da decoração. Uma segunda frente de trabalho cuida da **programação** do evento, inscrevendo os talentos que querem se apresentar e organizando a ordem das apresentações. Além disso, costuma ser preparada, por esse grupo, uma apresentação que reúne fotos e os registros das belezas, recursos, talentos e histórias, expondo aos moradores o que os mobilizadores vivenciaram até aquele momento, e, ao mesmo tempo, estimulando o mesmo olhar apreciativo, com foco na abundância, que vem sendo experimentado pelos mobilizadores. A terceira frente de trabalho se responsabiliza pelo convite e pela **mobilização de pessoas** para participação no encontro. São incentivados a fazer isso de forma criativa, com cartazes espalhados pela comunidade, ou com um cortejo que sai pelas ruas convidando as pessoas de forma alegre e descontraída. A essa altura, é comum que alguns moradores comecem a participar como mobilizadores, caso já não o estejam fazendo desde o início do jogo. Sempre que possível os mobilizadores convidam os moradores para que se envolvam nas atividades, incluindo a organização do encontro. Espera-se que quanto maior o número de moradores envolvidos desde o início do processo, maior seja o engajamento nas etapas posteriores.

Os personagens desse passo são os “**fazacontecer**”, que produzem os encontros comunitários garantindo a estrutura e o espaço para a realização desses¹²; os “**chamagente**”¹³, que convidam pessoas estratégicas para participar das atividades, sejam moradores ou pessoas de fora da comunidade, podendo ser especialistas que possam ser importantes para as ações propostas, além disso, se pode criar novas formas de divulgação e mobilização em parceria com os "contatado"; e os “**brincante**” que cuidam para que as crianças participem, à sua maneira, das atividades. Cabe a esses incluir as crianças no processo de forma divertida. Não se trata de entreter as crianças enquanto os adultos jogam o jogo, mas criar formas alternativas para seu envolvimento.

A partir desse encontro inicial que tenta se distanciar das abordagens institucionais de entrevistas ou convites para reuniões formais, os moradores são estimulados a identificar desejos comuns, que são o foco do terceiro passo, **(3) o Sonho**. Tais desejos precisam ser fortes o suficiente para mobilizar um grande número de pessoas a realizá-los em um mutirão que será a etapa **(5) milagre**. A dinâmica de Coleta de Sonhos é dividida em duas etapas. Uma primeira, é mais uma rodada em que os mobilizadores saem em duplas, dessa vez com o objetivo de coletar 5 sonhos. Essa rodada é feita a partir de conversas individuais com os moradores, em que os mobilizadores são desafiados a conseguir criar um ambiente confortável para que os moradores compartilhem seus sonhos. É estimulado que os moradores pensem em sonhos coletivos e que possam ir além da prática comum de identificar problemas. Aqui os mobilizadores são lembrados de que continuam se valendo das orientações do (1) Olhar e do (2) Afeto para criar esses espaços de diálogo. Conforme o manual, sonhos estão vinculados à capacidade de acreditar na utopia. Ainda nesse passo, da mesma forma em que foi realizado o show de talentos, os mobilizadores são divididos em frentes de trabalho para organizar um **Encontro de Sonhos**. Esse encontro é a segunda etapa da dinâmica de Coleta de Sonhos. É proposta uma segunda reunião comunitária aberta em que são organizadas rodas de conversa para que os moradores discutam e apresentem sonhos a partir de uma dinâmica inspirada na tecnologia social de uso livre chamada World Café (WORLD CAFÉ,

¹² A função desse personagem entra em conflito com a frente de trabalho de organização do espaço apresentada anteriormente. Como prefiro que as funções sejam sempre compartilhadas por um número maior de pessoas, prefiro não usar esse personagem. Corre o risco de recair sobre ele toda a responsabilidade de organização dos encontros comunitários.

¹³ A função desse personagem entra em conflito com a frente de trabalho de mobilização, entretanto, como é necessário que sejam mobilizadas pessoas não só para os encontros comunitários, mas para as etapas posteriores, mantenho a utilização deste.

2018)¹⁴. Nesse momento, os moradores identificam sonhos comuns entre eles e começam a elencar quais desses sonhos poderiam ser realizados em um curto espaço de tempo, ainda sem pensar nos recursos necessários para realizá-los. O produto final desse encontro deve ser a lista de sonhos coletivos que o grupo decide como mais relevantes. O tamanho da lista varia de acordo com o número de moradores envolvidos no processo, a todo momento cabe ao facilitador lembrar que os sonhos serão realizados pelos próprios moradores e, dessa forma, cabe a eles avaliar se terão condições de levar os projetos adiante. A reunião pode ser conduzida pelo facilitador, ou por um outro mobilizador que se voluntarie para a função. Atuando como mediador, é comum que o facilitador tenha que tomar decisões na gestão do tempo ou acelerar a definição final da lista de sonhos, caso os mobilizadores não cheguem a um consenso. O manual não orienta com detalhes como deve acontecer esse encontro, abrindo espaço para a subjetividade dos mobilizadores.

Os personagens desse passo são os “**caçatudo**”, que são mobilizadores de recursos. Ficam sempre atentos às necessidades do grupo, principalmente para a etapa do mutirão (milagre), e coordenam a captação de ferramentas e materiais; e os “**sabemuito**”, que são normalmente moradores da comunidade especialistas em algum assunto, como carpinteiros, marceneiros, pintores etc., ou que são muito conhecidos na comunidade, de forma que possam ajudar a conseguir alguma informação ou mobilizar pessoas e recursos específicos.

Uma vez definida a lista de sonhos que serão realizados, o passo seguinte é **(4) o cuidado**. Mais um encontro comunitário é realizado, seguindo o mesmo formato de organização dos anteriores. É o **encontro da maquete** em que os moradores são convidados a construir

¹⁴ Os encontros comunitários realizados pelo Instituto ELOS costumam ter inspiração nesse método, que não é detalhado no manual do jogo, mas é apresentado como referência no final. Trata-se de um método para incentivar o diálogo em grandes grupos. Pode ser adaptado para atender às necessidades de diferentes contextos, mas costuma manter cinco componentes: (1) ambiente criado simulando um café, com mesas redondas em que grupos pequenos (4 a 5 pessoas) se sentam para debater. É comum deixar na mesa folhas de papel e canetas coloridas para o registro das discussões, e algo como um vaso de flores para decoração; (2) Um anfitrião recebe os participantes de forma calorosa, explica os princípios do método, fala do contexto ou tema que será discutido e cuida para que todos estejam confortáveis; (3) as discussões seguem por três rodadas de 20 minutos entre os participantes de cada mesa. Ao final de cada rodada quem tiver interesse pode se deslocar para uma outra mesa em que outros participantes o recebem contando o que fora discutido na rodada anterior. Em alguns casos, um anfitrião é escolhido para cada mesa e deve permanecer entre uma rodada e outra para cuidar de detalhar para os novos participantes o que foi discutido; (4) Perguntas são apresentadas para estimular o debate. Podem ser apresentadas no início, ou a cada rodada de forma a dar mais foco a cada uma delas em momentos específicos; (5) Acontece ao final das três rodadas ou após cada uma delas uma colheita, em que participantes de cada mesa são convidados a apresentar para todo o grupo de participantes, descobertas, aprendizados ou outros resultados da discussão que vivenciaram. Em alguns casos, um facilitador gráfico faz registros visuais do que foi apresentado da colheita.

coletivamente uma maquete que materialize os sonhos que serão realizados. Dependendo do número de pessoas presentes, elas podem ser divididas em grupos menores para garantir que haja espaço para discussão detalhada sobre a melhor forma de projetar os sonhos a serem realizados. Antes de iniciar a maquete, os mobilizadores organizam e apresentam um material com referências de acordo com os sonhos definidos para inspirar as ações. Depois que todos os grupos constroem as maquetes, representantes escolhidos por cada grupo se reúnem para definir uma maquete final. Devem escolher elementos de cada uma das maquetes para chegar a uma versão final ao invés de escolher a melhor maquete. Uma vez definida a maquete, ainda no mesmo encontro ou em um encontro que poderá ser organizado em outro momento, os moradores definem uma lista de materiais necessários para a captação. Para isso, são divididos em frentes de trabalho de acordo com seus talentos e interesses. As frentes são definidas de acordo com a natureza do trabalho a ser desenvolvido, por exemplo: jardinagem, pintura, mobiliário, brinquedos, limpeza etc. Também é definida uma frente de trabalho responsável pela comida, e a lista de alimentos necessária também é acrescentada à lista de materiais. Tendo a lista de materiais definida, os jogadores elaboram uma estratégia de captação de recursos. Entre esse passo e o passo seguinte, é dado um intervalo de uma a duas semanas para que os recursos sejam captados, normalmente por meio de doações de empresas ou de órgãos públicos. O manual do jogo não detalha as formas de captação, mas aconselha que sejam realizadas visitas a potenciais parceiros locais.

Os personagens dessa etapa são: os **“fazabor”**, que integram a frente de trabalho responsável pela comida e coordenam a captação e a preparação dos alimentos para o dia do mutirão; e os **“fztudo”**, que são como mestres de ofício nas frentes de trabalho, ajudando a coordenar cada uma das frentes de trabalho definidas no encontro da etapa do cuidado.

Com os materiais coletados, o passo seguinte é (5) **o milagre**, que é um mutirão comunitário em que as frentes de trabalho definidas no passo anterior se organizam para produzir, em 2 dias (normalmente um final de semana), os sonhos definidos. Orienta-se que os talentos locais devem ser reconhecidos e valorizados, e as definições de onde instalar, ou de como materializar o projeto proposto, sejam sempre dos moradores. As principais orientações que são dadas pelo manual e pelas cartas são: garantir que as quatro frentes de trabalho realizem no início do dia, e após o almoço, um planejamento de metas a serem cumpridas naquele turno; compartilhar com os demais

grupos tudo o que foi feito naquele dia no final das atividades; e, dar foco para ações que deem visibilidade ao que foi feito, sem parar pela metade.

Os personagens dessa etapa são: os “**temdetudo**”, que atuam como guardiães das ferramentas e materiais captados, distribuindo os recursos de forma coordenada para que nada seja perdido e haja menos desperdício; e os “**fazmágica**”, que são personagens secretos escolhidos pelo facilitador para apoiar na facilitação e gestão do jogo¹⁵.

Após a realização do mutirão, o grupo organiza uma (6) **celebração** para reconhecer a contribuição de cada um no trabalho conjunto e festejar as conquistas. Pode ser um momento mais simples (Foto 2), ou uma grande festa organizada livremente pela comunidade. Algumas ideias sugeridas pelo manual são um tour pelo local da intervenção para reconhecer cada uma das ações realizadas, uma roda para compartilhar as experiências vividas ou uma apresentação com fotos e vídeos para relembrar momentos marcantes do processo. Mas a ideia da celebração, segundo orientam os propositores do método, é transversal a toda a experiência. É comum dizerem que cada passo deve ser celebrado. O mais comum é que sejam usadas as chamadas danças circulares ao longo de todo o processo. A ideia é incentivar uma interação corporal divertida e descontraída entre os jogadores. Essas danças são frequentemente utilizadas pelo Instituto ELOS, e, apesar de não constarem orientações nos manuais, são passadas entre replicadores do método, principalmente aqueles que participam da formação do programa Guerreiros Sem Armas. Nesse passo e no seguinte não são adicionados novos personagens ao jogo.

Por fim, o último passo do jogo, (7) **a Re-evolução**, é o momento de organizar mais um encontro comunitário, que segue os moldes dos anteriores e tem como objetivo incentivar que os moradores pensem em outros sonhos que desejam realizar, especialmente sonhos de longo prazo. É aconselhável, com base nas orientações dadas no programa Guerreiros Sem Armas, convidar os parceiros que apoiaram as ações do mutirão, para que seja dada continuidade à rede formada ao longo do processo, e que o facilitador mantenha contato com a comunidade por pelo menos três meses para ajudar no que for possível. O manual sugere também que os moradores sejam

¹⁵ Não entendo a importância desse personagem, uma vez que todos os mobilizadores apoiam nas atividades do jogo, e normalmente, mais de um facilitador realiza as atividades, não sendo necessário ter um personagem secreto para essa função.

convidados a conhecer projetos sociais bem-sucedidos e participar de eventos, fóruns, conferências e encontros que possam auxiliar na realização de novos projetos.

Foto 2 – Vila Nova Cachoeirinha: Volta Olímpica de celebração do Mutirão



Fonte: Lucas Hallel (2017)

4 REFLEXOS DE EXPERIÊNCIAS DO JOGO OASIS EM BELO HORIZONTE

Este capítulo apresenta duas experiências em que apliquei o Jogo Oasis em Belo Horizonte — Vila Nova Cachoeirinha (VNC) e Ribeiro de Abreu (RdA). Os conceitos de autogestão, autonomia, autoconstrução, autoprodução e auto-organização, discutidos no capítulo 2, funcionam como uma lente teórica para olhar para os dois casos visando entender se o Jogo Oasis os viabiliza (ainda que o Oasis não tenha tais conceitos por pressuposto) e, principalmente, visando discutir o que impede tal viabilização, explicitando quatro temas principais — reprodução de organização heterônoma; relações de dependência; sonhos limitados por necessidades impostas; e a centralização das relações com o Estado. Essas discussões possibilitaram delinear princípios que orientam uma terceira experiência — apresentada nos capítulos 5 e 6 — que propõe uma pesquisa-ação a partir de elementos do Jogo Oasis, articulados com os tais princípios.

Os dois casos apresentados neste capítulo estão sistematizados no apêndice 1, que apresenta uma síntese do Jogo Oasis e das atividades em cada caso, apontando as diferenças de condução do jogo nos dois casos (últimas 4 colunas). Ainda que seja difícil discernir em que medida os processos que acontecem durante os Oasis, ou após sua aplicação, já estariam engatilhados ou foram influenciados pela realização do jogo. Vale ressaltar que o foco desse trabalho não está na observação de uma possível relação causal entre aplicação do jogo e resultados prescritos no método, mas nos indícios de autonomia que os casos possibilitam entrever. Tais indícios levam à crítica e à formulação de princípios para trabalhos futuros, tendo a emancipação sócio-espacial no horizonte, principalmente a auto-organização como processo político-pedagógico que possa levar a ganhos de autonomia.

4.1 Vila Nova Cachoeirinha

A experiência na Vila Nova Cachoeirinha, como é comum em boa parte dos Oasis, é fruto de um projeto de responsabilidade social de uma empresa. Dessa forma, interesses corporativos estavam em jogo além da perspectiva dos voluntários que se envolveram com a ação. Nesse caso, a aplicação do jogo contou com recursos financeiros da Localiza, empresa de aluguel de carros que acabara de concluir as obras de uma nova sede administrativa nas proximidades da comunidade. O início da minha relação se deu a partir de um convite da empresa Bridge de consultoria em

Comunicação e Desenvolvimento Social que foi contratada para criar um programa de aproximação com a comunidade vizinha e desenvolvimento local que recebe o nome de *Acolher*. As responsáveis pela consultoria (Liliane e Fernanda) procuraram a Associação Nossa Cidade, que reúne o que chamam de replicadores de tecnologias sociais em Minas Gerais, e decidiram que a aplicação do Jogo Oasis seria interessante para dar início ao programa, cumprindo com o objetivo de se aproximar das comunidades no entorno e ao mesmo tempo realizar um diagnóstico inicial de demandas dos moradores para além do que fosse realizado no mutirão. Por sua vez, um dos associados da Nossa Cidade, Nuno Arcanjo, que também participou do programa de formação *Guerreiros sem Armas* (em 2012) e tem experiência na aplicação do Jogo Oasis, foi convidado para conduzir as atividades como facilitador e me chamou para fazer parte da equipe. Antes de chegar à Vila Nova Cachoeirinha, um primeiro Oasis, fruto da parceria entre Localiza, Bridge e a Nossa Cidade, foi realizado na favela do Bananal, mais próxima à nova sede da empresa, em setembro de 2016¹⁶. Satisfeita com o resultado do projeto, a gerência de comunicação, responsável pelo programa dentro da Localiza, decidiu repetir a aplicação do Jogo em 2017 na VNC.

Nessa segunda aplicação, o Oasis contou com uma equipe (remunerada) de sete pessoas: três facilitadores (Nuno, Rafaela e eu), dois apoiadores que cuidaram da logística e prestação de contas (Renato, que é diretor executivo da Associação Nossa Cidade e Jonathan, *Guerreiro sem Armas 2015*) e as duas profissionais da Bridge. Além das funções já mencionadas, Renato, Jonathan, Liliane e Fernanda também se envolveram ativamente como mobilizadores. Com os recursos do projeto, foram produzidas 150 camisetas para identificação dos mobilizadores ao longo da mobilização, que foram distribuídas também para os voluntários no dia do mutirão. Além de coletes de identificação dos personagens do jogo. Despesas de logística e alimentação foram cobertas e equipamentos de som e projeção foram alugados. Além disso, um fotógrafo, que já tinha atuado como voluntário em outros Oasis foi contratado para registrar o projeto.

¹⁶ Essa experiência não é relatada nesta dissertação, mas certamente influi na perspectiva que alguns moradores da Vila Nova Cachoeirinha tiveram sobre o projeto. Muitos, que têm conhecidos no Bananal, ficaram sabendo do projeto e os resultados do mutirão que, dentre outras ações, pintou todos os becos da favela (que é pelo menos 10 vezes menor que a VNC). Em alguns sonhos coletados durante a experiência da VNC havia referência direta ao Bananal. Moradores pediam para que toda a vila fosse pintada, da mesma forma como tinha acontecido no “outro Oasis”. Uma produtora de vídeos foi contratada pela Localiza para realizar um mini-documentário do projeto (NOSSA CIDADE, 2017).

Figura 1 - Cronograma de Encontros – Vila Nova Cachoeirinha

ENCONTROS COMUNITÁRIOS - TODO MUNDO!!!

- | | | |
|--|--|---|
|  |  | 13/05 - Show de Talentos e Encontro de Sonhos - às 15h (Sábado)
Vamos conhecer os talentos escondidos da vila e fazer uma reunião para descobrir quais são os sonhos coletivos dos moradores e definir quais desses nós queremos realizar no mutirão dos dias 03 e 04 de junho. |
| | | 20/05 - Encontro da Maquete - às 15h (Sábado)
Aqui o arquiteto é você! Os moradores vão projetar os sonhos que vão ser realizados e começar a pensar nos materiais e pessoas que vamos precisar para fazer acontecer. |
| |  | 21/05 - Encontro de Captação I - 09h às 12h (Domingo)
Definição da lista de materiais final e estratégias de captação. |
| | | 27/05 - Encontro de Captação II - 10h às 12h (Sábado)
Avaliação da captação de materiais e novas estratégias para o que faltar. |
| |  | 03/06 - Milagre (Mutirão) - 09h às 18h |
| | | 04/06 - Milagre (Mutirão) - 09h às 18h |
|  |  | 10/06 - Celebração (FESTA!) - 10h às 15h (Sábado) |
| | | 11/06 - Reevolução (Definir o futuro...) - 09h às 12h30 (Domingo) |

Fonte: produzido pelo autor (29/05/2017)

Meu primeiro contato com os moradores se deu no final de abril de 2017, duas semanas antes de começar as atividades. Os outros dois facilitadores já haviam dado início à avaliação do interesse da comunidade em realizar o projeto. Fomos recebidos por Juquinha, Paula e Malu que fazem parte da Associação Comunitária da Vila Nova Cachoeirinha – ASCOVINC¹⁷. O grupo de moradores que faz parte da associação, que tem Juquinha como presidente, se reúne desde 2015 e cerca de um mês antes do início do Oasis havia ocupado um galpão (abandonado há mais de 10 anos) em uma das entradas da vila. Depois de uma limpeza, começaram a reformar o galpão (que não tem telhado) e o definiram como Sede Social da Associação. Algumas atividades como um bazar e uma festa junina já estavam programadas para acontecer no período em que foi realizado o Oasis. Uma semana antes do início das atividades, em um sábado de manhã, apresentei o projeto para um grupo de 23 moradores, que foi mobilizado pelos membros da associação em conjunto com a equipe de logística do Oasis. Nesse momento, foram aprovadas as datas com uma única

¹⁷ Paula saiu da associação durante a realização do Oasis.

alteração proposta pelos moradores em função de um jogo de futebol importante que aconteceria no dia proposto inicialmente. Posteriormente, viemos a saber de um bazar, que coincidiria com uma das atividades, mas foi desmarcado depois que começaram nossos encontros. As organizadoras do evento preferiram não o mencionar no momento da aprovação das datas para não atrapalhar o projeto, acreditando que seria possível realizar as duas atividades ao mesmo tempo. No entanto, ao se comprometerem com a mobilização, perceberam que não seria possível fazer o bazar e resolveram desmarcar. Os moradores foram convidados para atuar também como mobilizadores. Dessa forma, uma segunda agenda (Figura 2), mais completa, foi apresentada para aqueles que tivessem maior disponibilidade e interesse em participar de todo o processo, e não apenas dos encontros comunitários abertos.

Figura 2 - Cronograma para Mobilizadores – Vila Nova Cachoeirinha

AGENDA PARA MOBILIZADORES:

		06/05 - Olhar - 09h às 17h (Sábado)
		07/05 - Afeto - 09h às 13h (Domingo)
		13/05 - Sonho - 09h às 17h (Sábado)
		20/05 - Cuidado - 09h às 17h (Sábado)
		21/05 - Cuidado - 09h às 12h (Domingo)
		27/05 - Cuidado - 09h às 12h (Sábado)
		02/06 - Cuidado - 16h às 20h (Sexta)
		03/06 - Milagre (Mutirão) - 09h às 18h (Sábado)
		04/06 - Milagre (Mutirão) - 09h às 18h (Domingo)
		10/06 - Celebração - 10h às 15h (Sábado)
		11/06 - Reevolução - 09h às 12h30 (Domingo)

Fonte: produzido pelo autor (29/05/2017)

Diferente do que acontece na maioria dos Oasis de que tenho notícia, quase metade dos mobilizadores que se envolveram do início ao fim do projeto eram moradores da Vila Nova

Cachoeirinha (11 de 28). Para especificar a diferença entre esse grupo de 11 moradores e os 17 voluntários que vieram de fora, faço uma divisão, ao longo do texto, entre mobilizadores internos (moradores) e externos (voluntários de fora). Os mobilizadores externos eram em parte voluntários que trabalham na Localiza (alguns tinham participado do Oasis no Bananal), ou recrutados por meio de divulgação na página do Oasis Belo Horizonte, do Facebook. A participação dos mobilizadores (internos e externos) foi intermitente, algo que dificulta um aprendizado comum entre todos os participantes e uma integração que possa levar à continuidade da mobilização social. Em especial os mobilizadores externos, principalmente aqueles que já haviam participado da experiência no Bananal, não participaram da maior parte das atividades, mas voltaram no mutirão.

Em função da informalidade da ocupação do galpão (Foto 3), local em que poderiam ser realizados parte dos sonhos identificados no processo, havia um receio da Localiza de que o projeto pudesse trazer repercussões negativas para a imagem da empresa. Dessa forma, quando a questão foi exposta por mim abertamente para o grupo, os mobilizadores internos decidiram que priorizariam intervenções no campinho. Todos os moradores se mostraram abertos para priorizar aquilo que consideravam ser *"melhor para a maioria e para o bem comum"*¹⁸ ao invés de fazer atividades dentro do galpão da associação. Imagino que não teriam outro posicionamento, afinal, não queriam arriscar comprometer o apoio da empresa à comunidade, cujos voluntários presentes eram parte da empresa. Os resultados do mutirão foram: a instalação de bancos e mesas ao redor do campo; a expansão de sua área retirando parte da terra que estava em seu entorno; a pintura de uma quadra poliesportiva (peteca, basquete e vôlei); a produção de brinquedos de madeira e pneus; a instalação de um escorregador doado por um comerciante local; a pintura de painéis e escadarias na entrada da Vila e do galpão; a pintura de latas de lixo para o local; uma área de convivência com bancos de pallet; e um jardim em frente ao galpão.

¹⁸ Trechos em itálico e entre aspas ao longo do texto que não trazem uma referência explícita a um outro texto são falas dos moradores ao longo do projeto.

Foto 3 – Fim do Mutirão na Vila Nova Cachoeirinha



Fonte: Lucas Hallel (2017)

Apesar de ter sido uma experiência cujos resultados do mutirão trouxeram novos usos para o espaço, para além do futebol dos adultos (que acontecia principalmente aos sábados de manhã), o que chamou a atenção no processo foi a dificuldade de mobilizar moradores ao longo da vivência, algo que dificultava uma continuidade entre uma etapa e outra. A cada reunião dos moradores, o grupo era outro, fazendo com que recaísse sobre os mobilizadores boa parte das decisões sobre o processo. Foram realizados quatro encontros comunitários abertos. Primeiro o Encontro de Sonhos (13 de maio de 2017), que foi feito junto com o Show de Talentos (Foto 4), em que participaram 7 novos moradores adultos para além dos 9 mobilizadores internos, e 34 crianças (6 do Bananal – comunidade ao lado). No final de semana seguinte, o Encontro de Cuidado (maquete) (20 de maio) que contou com com 33 pessoas no total: 19 moradores, 6 mobilizadores internos e 8 mobilizadores externos – entretanto, o grupo de moradores que participou ativamente da construção da maquete não voltou nos outros encontros para viabilizar a captação de recursos, mas apenas no mutirão. No dia 21 de maio, foram realizados: um primeiro de dois Encontros de Recursos com 25 participantes:

4 moradores, 6 mobilizadores internos e 15 mobilizadores externos; e um segundo encontro para acompanhar o processo de captação de materiais com 16 participantes, sendo 2 moradores 6 mobilizadores externos, 6 mobilizadores internos. As 150 camisetas foram distribuídas, a maior parte durante o mutirão, evidenciando que ao menos essa quantidade de pessoas se envolveu direta ou indiretamente no projeto, mesmo não trazendo as pessoas para um engajamento posterior.

Foto 4 – Show de Talentos e Encontro de Sonhos Vila Nova Cachoeirinha



Fonte: Lucas Hallel (2017)

A participação dos mobilizadores externos durante a mobilização inicial, e também durante o mutirão, parece ter se sobressaído em relação à proposta de dar protagonismo aos moradores, afinal, eram quase sempre maioria. Além disso, os residentes parecem ter se envolvido encarando o processo como um projeto da Localiza, em que eles eram apenas consultados sobre o que poderia ser feito. A título de exemplo, boa parte dos moradores que estiveram presentes no encontro de

maquete eram homens que queriam um alambrado em volta do campo de futebol para impedir que a bola caísse na rua (Foto 5). No entanto, entendiam que a construção do alambrado deveria ser feita pela Localiza. A disparidade de capital econômico parece ter contribuído para essa dificuldade de engajamento. A Localiza se disponibilizou a comprar o material, mas o grupo não se organizou para realizar a produção da estrutura.

Em função dessa característica especial do grupo de ter um número relativamente grande de mobilizadores internos em comparação com outros Oasis, tentei avaliar as implicações e aprendizados do método para aqueles que se envolvem diretamente no processo de mobilização e se a experiência seria suficiente para ampliar a perspectiva das pessoas em torno da participação social no bairro. A mim, interessava observar se aproveitariam a experiência do Oasis como inspiração para repensar a forma como desenvolviam a mobilização social por meio da associação de bairro. Entretanto, após o Oasis, um grupo que variava entre 4 e 8 pessoas seguiu realizando reuniões quinzenais apenas por dois meses. Estive presente nas quatro reuniões que aconteceram. Durante as reuniões havia certa confusão entre o que era a ASCOVINC e o que era aquele grupo, que se formara ao final do Oasis, que se comprometeu a realizar as reuniões com foco na continuidade dos sonhos. As reuniões eram, na maior parte do tempo, espaço para resolver os conflitos gerados durante a semana nos grupos de *Whatsapp*. Por fim, o grupo se dissolveu, mas duas moradoras que participaram do início ao fim do jogo como mobilizadoras decidiram alugar uma casa e dar início a um projeto social, a Casa dos Sonhos. Do outro lado, a associação de moradores continuou realizando atividades na Vila. Os dois grupos dizem que não se apresentam como propostas antagônicas na comunidade, mas também não se apoiam nas ações.

Foto 5 – Encontro de Maquete na Vila Nova Cachoeirinha



Fonte: Lucas Hallel (2017)

4.2 Ribeiro de Abreu

A experiência no Ribeiro de Abreu teve início a partir de um chamado de Itamar Santos, presidente do Conselho Municipal Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), associação sem fins lucrativos que atua na região desde 2001 e, em 2007, criou o *Movimento Deixem o Onça beber Água Limpa*. O movimento tem como objetivo principal a requalificação socioeconômica e

ambiental da região do Ribeirão Onça. Dentre suas ações, que passam pela mobilização e conscientização da população, encabeçaram a demanda para implantação de um parque às margens do ribeirão. Conseguiram que a Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) desse início, em 2014, à proposta de implantação do *Parque do Onça* coordenando três oficinas participativas para a produção de um pré-projeto que serviria de base para o desenvolvimento do projeto executivo do parque. Após esse processo, em 2016, famílias que moravam às margens do ribeirão começaram a ser realocadas pela URBEL por se encontrarem em uma região de inundação frequente, deixando, no lugar onde eram as casas, terrenos vazios. Com receio de que os terrenos fossem reocupados e pensando em chamar a atenção do poder público para acelerar a implantação do parque, Itamar convidou Roberto Andrés, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, para ajudar a desenvolver um projeto. Segundo Itamar, o projeto seria “*provisório, de baixo impacto e de baixo custo, construído coletivamente pelos moradores*”.

Meu primeiro contato com o bairro se deu em fevereiro de 2017, a partir do convite de Roberto, que viu no Jogo Oasis uma possibilidade de atender às expectativas de Itamar. Roberto propôs que experimentássemos o método, em parceria com o Micrópolis — coletivo de arquitetos que atua com transformações no espaço urbano e na vivência da cidade — e tendo os alunos do primeiro período do curso noturno de arquitetura e urbanismo como mobilizadores. Nesse caso, atuei como único facilitador experiente responsável pelo projeto e apenas uma mobilizadora já havia participado de outro Oasis, e ainda assim, atuou apenas no primeiro final de semana da experiência no Ribeiro de Abreu, que durou três finais de semana. Como existia a expectativa dos membros do COMUPRA de que o parque continuasse sendo produzido após a realização do Oasis, a partir de iniciativas dos próprios moradores ou executado pela prefeitura (apesar de não haver previsão), entendi que aquela seria uma oportunidade para observar o processo de auto-organização e os reflexos do método a longo prazo.

Já em março de 2017, demos início às atividades após um encontro em que apresentei para 22 moradores do bairro a proposta do jogo. Nessa reunião foram aprovadas as datas de cada uma das etapas do processo, a partir de uma proposta de agenda que eu, Roberto e representantes do Micrópolis, havíamos desenhado em contato com Itamar (Figura 3). Todos os presentes foram adicionados a um grupo de Whatsapp que seria utilizado para divulgar informações relevantes sobre o processo como sugestão de um dos participantes que tomou a iniciativa de criá-lo. O grupo

recebeu o nome de *Mutirão do Ribeiro de Abreu*, evidenciando aquilo que ficou marcado em relação à apresentação do projeto: uma ênfase no resultado do mutirão, um produto, e não no processo de mobilização. Naquela reunião estavam presentes representantes de diversos grupos da comunidade convidados por Itamar e o COMUPRA. Os moradores se mostraram bastante interessados e se dispuseram a contribuir no que fosse necessário. Como exemplo, um grupo de senhoras que participam das atividades da igreja católica se voluntariou para preparar o almoço para os mobilizadores quando perguntamos se havia um restaurante que comportasse o grupo de 25 alunos que viria para o bairro.

Figura 3 – Agenda do Oasis Ribeiro de Abreu apresentada em Março de 2017

AGENDA:



25 e 26/3, 9h-18h | Atividades de mapeamento e articulação

Local: entorno da região de intervenção
Responsável: UFMG

Até 30/3 | Conclusão da limpeza e nivelamento do terreno

Local: nos dois terrenos separados pelo sacolão
Responsável: Urbel / Sudicap



1/4, 9h-18h | Trabalho coletivo para criação da maquete da intervenção

Local: terrenos
Responsável: UFMG / Comupra



8 e 9/4, 9h-18h | Mutirão para transformação do local

Local: terrenos
Responsável: UFMG / Comupra
Colaboração: URBEL (cercas e iluminação)



10/4, 19h | Reunião de Reevolução

Local: a definir
Responsável: TODOS

Fonte: Produzido pelo autor (2017)

Havia a expectativa de que mais membros do COMUPRA estivessem presentes nessa reunião e pudessem participar do processo como mobilizadores que, segundo Itamar, contribuiriam para “arejar o grupo”, que estava com “dificuldades de aumentar a interação com o bairro e a capacidade de mobilização social”. Parecia haver ali uma oportunidade de ampliar o número de moradores que pudessem participar das atividades do COMUPRA, e, ao mesmo tempo, comparar

o tipo de mobilização social que vinham realizando no bairro com o que Oasis propõe. Entretanto, nenhum membro do COMUPRA, ou morador do bairro, atuou como mobilizador do início ao fim do projeto.

Como forma de divulgação do projeto, o Micrópolis criou um cartaz (Figura 4) para convidar para todos os encontros comunitários. O cartaz foi distribuído pela comunidade por membros do COMUPRA na semana anterior ao início das atividades, e foi colado em diversos estabelecimentos comerciais. Além disso, uma das moradoras solicitou que as atividades fossem divulgadas na missa da igreja católica, mesmo local em que seriam realizados os encontros.

Figura 4 – Cartaz de Divulgação dos Encontros Comunitários no Ribeiro de Abreu

**OASIS ONÇA:
FAÇA PARTE DA CONSTRUÇÃO DOS
SONHOS NO RIBEIRO DE ABREU**

Vamos construir juntos um espaço dos sonhos para o bairro Ribeiro de Abreu?
Os moradores vão se unir para transformar as margens do onça onde estão sendo demolidas as moradias em risco, próxima a entrada do Ribeiro de Abreu, em um novo espaço público com a ajuda do Projeto Oasis Belo Horizonte.

DIA 22/03 - 08H ÀS 11H30
DIA MUNDIAL DA ÁGUA:
MUTIRÃO DE LIMPEZA E CUIDADOS COM O POMAR DA MARGEM DO ONÇA
USAR SAPATOS FECHADOS E SE PROTEGER DO SOL!

DIA 26/03 - 15H ÀS 18H
QUAL É O SEU SONHO PARA AS MARGENS DO ONÇA?
REUNIÃO NA IGREJA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DIA 01/04 - 15H ÀS 18H
MAQUETE COLETIVA: O ARQUITETO É VOCÊ
REUNIÃO NA IGREJA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DIAS 08 E 09/04 - 09H ÀS 18H
MÃO NA MASSA: FAZENDO O MILAGRE
MUTIRÃO NAS MÁRGENS DO RIO, PRÓXIMO A ENTRADA DO BAIRRO

10/04 - 19H
CONVERSA SOBRE SONHOS REALIZADOS E NOVOS SONHOS
REUNIÃO NA IGREJA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Para participar como mobilizador local entre em contato no email oasisbelohorizonte@gmail.com ou pelo facebook Oasis Belo Horizonte

Realização: **COMUPRA**
Apoio: **UFMG** micrópolis **OASIS**

Fonte: Belisa Murta - Coletivo Micrópolis (2017)

Estimo que cerca de 150 moradores adultos participaram direta ou indiretamente das atividades do Oasis. Sendo que aproximadamente 80 estiveram presentes em ao menos um dos

encontros comunitários ou no mutirão. Diferente do que acontece em outras experiências em que participei do Jogo Oasis, um grupo pequeno de crianças participou das atividades, com exceção do mutirão, em que estiveram presentes do início ao fim dos trabalhos. Desde o início do projeto, estava claro que as intervenções do mutirão seriam direcionadas às margens do ribeirão, nos terrenos em que estavam ocorrendo as remoções, entretanto, tentei estimular o surgimento de sonhos além do espaço em questão. Há pouco tempo haviam sido instalados equipamentos de ginástica nas proximidades do local. Apesar de serem pouco utilizados, davam um aspecto de maior cuidado ao local, o que era elogiado pelos moradores.

Ao longo do projeto, houve a participação ativa de Itamar e Danilo, membros do COMUPRA, que estiveram em todos os encontros comunitários e no mutirão, assim como do vereador Edmar Branco, que apoia as ações do COMUPRA em seu mandato e foi essencial para pressionar a URBEL para que removesse os entulhos da área em que seria realizado o mutirão. Apesar de terem sido demolidas as casas, parte do entulho ainda se encontrava no local. Negociações indicavam que os entulhos seriam removidos até o final do mês de março, mas só no último dia antes do mutirão conseguiram que a empresa terceirizada desse continuidade ao serviço. Segundo relatos, a empresa estava há mais de três meses sem receber os recursos da prefeitura para dar continuidade ao trabalho e por isso havia paralisado as obras. A pressão dos moradores fez com que a prefeitura realizasse os repasses. Logo após o Oasis, uma das duas pontes que dão acesso ao bairro, estava com o corrimão danificado e foi reformada, depois das inúmeras cobranças da população. Na semana anterior ao início das atividades houve um acidente e um carro caiu no ribeirão. Os moradores relataram que não tinha sido a primeira vez que acidentes aconteceram no local. A reforma havia sido considerada como um dos itens a serem realizados no mutirão, mas, apesar de acreditarem que seria possível intervir, os moradores acharam que seria perigoso fazê-lo durante o mutirão, e preferiram encaminhar essa demanda à Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) por meio de um dos membros do COMUPRA.

Avaliando as estratégias de mobilização de pessoas para participar dos encontros, é possível que a dimensão do bairro tenha tornado o processo mais restrito a uma área específica. Como o bairro é muito extenso, os mobilizadores perdiam muito tempo no deslocamento por quererem ter uma visão maior do território e acabavam dedicando menos tempo às conversas com os moradores do que os mobilizadores da VNC. Além disso, percebi um número menor de pessoas nas ruas do

que na VNC. A demanda por segurança e o medo da violência apareceram inúmeras vezes nos relatos dos estudantes após as conversas com moradores. Muitos culpavam a área desocupada pelo aparente aumento de assaltos no centro comercial do bairro, que está ao lado. Em outros Oasis é comum que a maior parte das pessoas se envolva a partir das visitas dos mobilizadores em suas casas. Mas, nesse caso, a partir de relatos dos mobilizadores, a maior parte das pessoas que convidaram, não vieram aos encontros. Ainda assim, cerca de 30 moradores se envolveram no encontro para a definição dos sonhos, além de 7 adolescentes que entraram para participar mas não ficaram até o final, quase todos convidados pelo COMUPRA. Já no encontro seguinte, de confecção da maquete e da lista de materiais para captação, aproximadamente 20 moradores estiveram presentes, mas alguns saíram antes do final e apenas 14 apoiaram efetivamente a construção da maquete e da lista (desses, praticamente todos estiveram no encontro anterior). No final de semana seguinte, foi realizado o mutirão. A partir de relatos das moradoras que cozinham, aproximadamente 70 adultos almoçaram no primeiro dia, e 50 no segundo dia. Em avaliação posterior, os alunos consideraram que o tempo de captação deveria ter sido maior – tiveram uma semana entre a definição da lista de materiais e o mutirão. Também considero que uma semana de captação é um tempo que inviabiliza aprendizados sobre o processo, restringindo a captação àqueles que já têm experiência ou uma rede de contatos estabelecida. Além disso, avaliaram que os moradores se envolveram pouco no processo. Entretanto, talvez não tenham percebido que boa parte dos materiais e a maioria das ferramentas foram mobilizadas por moradores. Durante toda a semana um grupo de moradores visitou o comércio da região para pedir doações em dinheiro, garantiu o empréstimo de energia no dia do mutirão, organizou carros voluntários para buscar materiais mobilizados pelos alunos e preparou toda a questão da alimentação a partir de doações. Os alunos podem não ter percebido esse envolvimento por estarem mais preocupados com as coisas que eles queriam fazer, e com o que eles tinham que captar. Também o envolvimento das pessoas nas trocas de mensagem pelo grupo de *Whatsapp* foi diferente. Isso possivelmente influencia na percepção de que os alunos estavam mais envolvidos que os mobilizadores. Ainda assim, como é comum em outros Oasis, os mobilizadores externos costumam ter mais facilidade em captar materiais. Detêm uma rede de contatos com maior capital econômico e também com maior capital social útil nesse processo. Além disso, se sentem mais à vontade na negociação com empresas maiores, em função da linguagem e dos meios de

comunicação burocráticos que são exigidos por essas empresas (e-mails para formalizar os pedidos, requerimentos formais etc.). Para o trabalho nos dois dias de mutirão, os alunos e moradores se dividiram em quatro grupos de trabalho.

A quantidade de moradores que participou do processo no dia do mutirão é incerta. Realizei algumas contagens ao longo do dia e estimo que aproximadamente 40 moradores adultos e vinte cinco crianças contribuíram com seu trabalho ao longo dos dois dias, além dos vinte e cinco alunos e outros 15 voluntários que participaram de outros Oasis ou vieram por terem visto o chamado para o mutirão nas redes sociais. Apesar do grande número de alunos, esses não eram maioria em nenhum dos dois dias de trabalho. Aproximadamente vinte e cinco moradores participaram ativamente do início ao fim do mutirão, incluindo o grupo de oito mulheres que ficou na cozinha, responsável pela alimentação.

O grupo 1, que contava com maior número de moradores, se dedicou prioritariamente à produção de uma cerca, que já estava pronta no primeiro dia de mutirão, deixando claro que essa era a prioridade do trabalho para os moradores mais envolvidos. Um número pequeno de alunos mobilizadores se envolveu nessa produção. Enquanto isso, alguns participantes do grupo cuidaram de nivelar uma parte do terreno que seria destinada ao campinho. Entretanto, o nivelamento com enxadas não estava sendo muito produtivo e decidiram adiar a produção do campinho para um outro momento. Em busca de um piso que pudesse servir para construir uma pista de caminhada, um dos mobilizadores havia feito contato com uma empresa que produz pisos intertravados que doou o material. Mas a quantidade não era suficiente para produzir a pista de caminhada. O grupo decidiu, então, que faria uma espécie de praça que poderia ser usada para apresentações teatrais, reuniões, festas etc. Tiveram como referência a ideia de um teatro de arena que havia aparecido na lista de sonhos, mas tinha sido eliminado pela complexidade de sua produção. Poucos moradores participaram da construção dessa ideia, mas foram envolvidos na discussão sobre a viabilidade e o interesse em fazê-lo. Rapidamente, um grupo grande de pessoas se envolveu na tarefa de instalar o piso. E um pedreiro que mora no bairro vizinho e passava no local se ofereceu para o trabalho mais técnico de nivelamento e fixação do piso quando viu que os alunos estavam tendo dificuldades (Foto 6).

Foto 6 – Mutirão no Oasis Ribeiro de Abreu I



Fonte: foto do autor (10/04/2017)

Um grupo de moradoras deu início ao plantio de mudas que foram doadas pela Fundação Zoobotânica. Decidiram a localização da maior parte das mudas sem envolver os alunos, mas consultaram representantes dos outros grupos para verificar se atrapalharia algum dos projetos pensados. Para a questão da iluminação, uma empresa doou refletores usados para que fossem instalados no local, mas não foram instalados durante o mutirão.

O grupo 2, do mobiliário, se dedicou à produção de bancos e mesas de madeira, além de latas de lixo. A localização dos bancos foi decidida tentando envolver os moradores, que recomendaram aproveitar as sombras existentes, e já pensavam naquelas que seriam produzidas pelas árvores que estavam sendo plantadas. Parte deles foi instalada em volta do piso que formava a nova praça assim que ficou pronta (Foto 6). O grupo também ficou responsável pela pintura de todos os equipamentos. As crianças, que viram as latas de tinta e pincéis, pediam insistentemente para que as autorizassem a começar a pintar. Por fim, pedimos para que elas mobilizassem adultos a ajudá-las na pintura, e quando trouxeram, rapidamente se encarregaram de pintar todos os bancos e também os brinquedos, quase sem envolver os alunos (Foto 7). Todo o trabalho com madeira teve orientação técnica de um voluntário morador da Vila Dias, comunidade que vivenciou um

Oasis no início de 2016¹⁹. Marquinho, que tem um projeto de marcenaria com reaproveitamento de pallets, ajudou também o grupo 3, do parquinho, na produção dos brinquedos com mourões de eucalipto e cordas. Segundo relatos dos alunos, sua participação foi indispensável.

Foto 7 – Mutirão no Oasis Ribeiro de Abreu II



Fonte: foto do autor (10/04/2017)

O grupo 3 também contava com um número pequeno de moradores no início das atividades. Mas à medida que iniciavam a produção dos brinquedos, principalmente aqueles feitos de pneus, mais moradores se envolveram. As crianças usavam os brinquedos antes de serem finalizados, o que dificultava o processo de fixação, mas ao mesmo tempo os testavam e sugeriam outros usos, não previstos, para as ideias que tinham sido desenvolvidas principalmente pelos alunos. Como exemplo, foram produzidos mais três balanços depois da finalização do primeiro, que era o único

¹⁹ Desde então, Marquinho se envolve no mutirão de outros Oasis e projetos semelhantes em Belo Horizonte. Além disso, se dedica à criação de um centro comunitário e dá aulas de futebol para crianças na Vila Dias. Em conversa com uma moradora da Vila Nova Cachoeirinha, durante o mutirão do Oasis que descrevi na primeira parte deste capítulo, Marquinho relatou que o Oasis havia sido um divisor de águas para sua comunidade, pois *“juntou duas lideranças. O presidente da associação que é a liderança velha, e eu, que sou a liderança dos jovens. Agora a gente trabalha junto e vários projetos estão surgindo daí: o centro cultural, a rádio comunitária, a oficina de costura, o time de futebol. Ainda tem pouca gente que participa com a gente, mas se você pedir ajuda na vila, todo mundo ajuda”*.

previsto. No final foram produzidos além dos quatro balanços, uma gangorra, uma pirâmide e um circuito de pneus, e dois brinquedos de equilíbrio com madeira e cordas. Nenhum dos projetos dos alunos foi seguido à risca, evidenciando que não impuseram seu desejo sobre o que os moradores acreditavam ser mais viável.

O grupo 4 organizou o café da manhã, disponibilizou água durante todo o dia, cuidou do empréstimo de ferramentas e colocou música para manter o ambiente animado. O almoço foi preparado em um salão de festas próximo ao terreno em que ocorria o mutirão pelo mesmo grupo de moradoras que participam das atividades da igreja católica. Os alimentos foram doados pelo comércio local e por moradores, incluindo o vereador Edmar Branco, morador da região, que esteve presente nos dois dias de mutirão e trabalhou na produção da cerca e no plantio de árvores²⁰.

Os sonhos definidos no Encontro de Sonhos que não foram realizados no mutirão foram recuperados no encontro de Re-evolução como metas para a continuidade das reuniões que foram agendadas para acontecer semanalmente. Nessa última reunião do Oasis, que foi realizada no local do mutirão, 63 pessoas assinaram a lista de presença e a maioria delas, não havia participado em nenhum momento do projeto, mas passava pelo local e se surpreendeu com a transformação repentina. Os resultados do mutirão trouxeram um grande número de crianças que passou a brincar no local, principalmente depois de saírem da escola que fica em frente ao terreno, mas também nos finais de semana, acompanhadas ou não por seus pais. Já no primeiro dia após o mutirão, o local estava cheio, e essa mudança de uso foi reconhecida pela maioria dos moradores que estava na reunião quando perguntei o que mais valorizavam no processo. Disseram que não havia um local de lazer antes no bairro e que agora ninguém mais iria jogar entulho no local.

²⁰ Em conversas posteriores, o vereador informou que se inspirou no processo para incentivar grupos nos bairros vizinhos a se organizarem em torno de suas demandas ao invés de esperar que ele como vereador fizesse alguma coisa. Chamou a atenção para a postura que passou a adotar de devolver à população a responsabilidade pelas solicitações que faziam a ele e seus assessores. Dizia sempre que podia ajudar na documentação, conseguindo informações e cobrando do executivo e agendando reuniões, mas ressaltava que nada do que pediam era papel de um vereador. Conta, por exemplo, como um grupo de moradores do bairro Beira Linha assumiu a construção de um campo de futebol em um local que já era usado pelas crianças, mas corria o risco de ser ocupado por casas que estavam sendo construídas no entorno. Falou também de uma ocupação que vinha cobrando dele que conseguisse água e luz para o bairro, mas ao invés de encabeçar a demanda, pediu que seus assessores fizessem reuniões semanais no bairro para ajudar a organizar uma associação de moradores. Disse também que sabia que com isso podia perder votos, pois a expectativa das pessoas ainda é a de que o vereador faça tudo por elas, mas sabia que se as pessoas ficassem sempre esperando o poder público, iam continuar sempre dependentes dos políticos.

Nesse segundo caso, toda a condução das atividades girou em torno da mobilização anterior já realizada pelo COMUPRA: a maior parte dos moradores participantes, a negociação com a prefeitura e a captação de recursos (alguns moradores chegaram a dizer que não participariam das atividades exatamente por ser do COMUPRA, pois não se identificam com o posicionamento da instituição). Em boa medida, em função da experiência e do protagonismo que os membros da organização já têm em relação a essa mobilização para atuação na região. Ainda assim, apesar do objetivo inicial ter sido a realização do parque com foco na luta ambiental que se desenrola no bairro, um grupo de moradores enxergou a oportunidade de seguir realizando atividades para além dessa perspectiva inicial. Eram pessoas que se identificam com a questão ambiental, mas queriam trabalhar uma mobilização social em que pudessem realizar festas, eventos, atividades com as crianças etc. Acredito que o trabalho coletivo durante o mutirão gerou essa integração entre esses moradores que não se conheciam, mas encontraram essa possibilidade de atuar juntos. A primeira reunião após o Oasis contou com a presença de 26 pessoas. Na segunda, 20 estiveram presentes. Na terceira 14, e depois 13. O número de participantes se estabilizou, com alguma variação pequena entre uma reunião e outra, mas assim seguiram semanalmente. Adotei a prática de participar das reuniões a cada quinze dias, ciente de meu papel como ator externo que poderia influenciar as decisões. Dessa forma, esperava incentivar que desenvolvessem suas próprias maneiras de organizar as pautas, registros, tarefas etc. Afinal, até aquele momento eu havia conduzido todos os encontros anteriores do grupo.

O grupo que participou da primeira reunião decidiu que o sonho prioritário seria a realização do “Arraiá do Onça”, uma festa junina que foi agendada para o dia 10 de junho, mesma data em que foi realizada a 9ª edição do evento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”.²¹ Os moradores avaliaram que realizar os dois eventos juntos otimizaria o uso de equipamentos de som e palco, além de aproveitar a mesma estrutura de barraquinhas. Para dividir as responsabilidades, decidiram aproveitar os grupos de trabalho que se formaram no primeiro mutirão, mas a mobilização de pessoas pelo *Whatsapp* não foi bem-sucedida. Apenas as pessoas que estavam nas

²¹ A partir da página do evento no Facebook: “O evento tem o objetivo de anunciar à comunidade as intervenções e investimentos realizados na região, além de despertar a atenção do poder público, iniciativa privada, mídia e população para seu enorme potencial, promovendo e incentivando ações que levem à sua requalificação socioeconômica, ambiental e participativa”. É organizado por uma rede de atores e instituições que tem o COMUPRA como principal mobilizador. Ao longo do ano, realizam reuniões mensais para articular ações de mobilização para questão ambiental e tem a criação do Parque do Onça como um de seus principais objetivos.

reuniões presenciais se envolveram diretamente na organização dos eventos. Ainda assim, tentaram outras formas de mobilização de pessoas, entrando em contato com as escolas da região, com o projeto Fica Vivo²² e com as pessoas que assinaram a lista de presença no dia do *Encontro de Re-evolução*. Entretanto, não conseguiram envolver mais pessoas nas reuniões, gerando alguns conflitos entre os membros que se viam sobrecarregados. Contudo, os moradores conseguiram captar recursos dentro do bairro (doações de alimento e dinheiro) para preparar os produtos que seriam vendidos no evento. O objetivo da festa, de arrecadar fundos para dar continuidade aos sonhos da lista definida, deu certo. E a percepção geral, a partir de comentários de diversos moradores, foi de que a festa havia impressionado todos que participaram. Há muito tempo não tinham uma festa como essa no bairro. Aproximadamente trezentas pessoas estiveram presentes.

Paralelamente à preparação dos eventos, foram realizados mutirões aos sábados, quase semanalmente, que contavam com a participação de cerca de dez pessoas. O foco dos mutirões foi a finalização de atividades que ficaram pendentes do primeiro mutirão (fixar latas de lixo, plantar mudas que sobraram e dar manutenção aos brinquedos), a continuidade da cerca de bambus nos terrenos em que as casas estavam sendo demolidas (Fotos 8 e 9) e o nivelamento da área destinada à construção do campinho. Era comum que as ações realizadas nos mutirões fossem definidas às vésperas, além disso, costumavam trabalhar com uma expectativa de que poucas pessoas viriam. Dessa forma começaram a agendar um número maior de mutirões para dar conta de tudo o que desejavam finalizar antes da festa junina. A divulgação dos mutirões se dava de forma pontual, sem muitos detalhes do que seria realizado e principalmente nos grupos de *Whatsapp*. Sempre que estive presente, estimei que experimentassem dedicar um tempo maior à reflexão de alternativas às propostas que faziam. Sempre dizia para que dessem um passo atrás para pensar nas motivações das ações e onde queriam chegar. Nas reuniões posteriores aos mutirões, reclamavam das pessoas que passavam e não ajudavam e daquelas que diziam que iriam, mas não apareciam no dia. Por vezes questionei se não achavam interessante dedicar-se a outras formas de mobilização de pessoas já que não estavam conseguindo bons resultados com as estratégias que estavam usando. Sugeri que seguissem como exemplo a forma como fizemos no Oasis, mas percebi que a experiência do

²² Projeto do Governo do Estado para redução de homicídios de jovens evitando que se envolvam com o tráfico de drogas, a partir de oficinas voltadas para o esporte, arte e cultura. Os alunos do Fica Vivo ajudaram produzindo algumas bandeirinhas para a decoração da festa.

Oasis não apresentava referências de aprendizado para o grupo. Meu objetivo era sugerir que experimentassem fazer diferente e, a partir de novas experiências, poderiam refletir sobre a melhor forma de conduzir.

Foto 8 - Mutirão de construção da Cerca de Bambus I – Ribeiro de Abreu



Fonte: Grupo de Whatsapp – “Mutirão Ribeiro de Abreu” (Maio 2017).

Após a realização dos eventos, o grupo seguiu mobilizado com interesse de retomar a lista dos sonhos definidos no *Encontro de Re-evolução*. A produção de um campinho com um alambrado que o cercasse recebeu grande atenção por parte do grupo que, em busca de terra para nivelar a área em que seria instalado, negociou com uma construtora que despejasse a terra que estava sendo removida de um local próximo no terreno do campinho. Assim, a empresa economizaria no transporte da terra e poderia investir na compra do alambrado. Entretanto, como era grande o volume de terra que iria ser despejado, decidiram remover tudo o que havia sido feito no mutirão para nivelar o terreno e instalar novamente com ajuda de funcionários da empresa. A decisão precisou ser tomada às pressas e a remoção dos brinquedos gerou vários questionamentos da comunidade que não havia sido informada da ação, acreditavam que a prefeitura estava removendo o parque, mas era o próprio grupo que havia realizado a ação, inclusive com

questionamentos internos de alguns membros do grupo. Rapidamente, agendaram um mutirão para reconstruir o parquinho.

Foto 9 - Mutirão de construção da Cerca de Bambus II – Ribeiro de Abreu



Fonte: Grupo de Whatsapp – “Mutirão Ribeiro de Abreu” (maio de 2017).

Esse mutirão contou com aproximadamente 40 voluntários, a maioria moradores e apenas 3 pessoas de fora, incluindo eu. Às 9h, horário marcado para começar, eram 20 pessoas e às 14h, quando terminou, 32 pessoas estavam presentes. Refizeram o parque seguindo praticamente o mesmo modelo, mas propuseram algumas alterações identificadas a partir do uso. Como exemplo, os balanços ficaram mais perto uns dos outros, centralizados em um lado do parque para que fossem usados só pelas crianças menores (estavam desgastando rápido com o uso de adolescentes). Três moradores coordenaram a atividade e quando havia alguma dúvida, os demais moradores recorriam a eles. Até o final da reunião de preparação do mutirão (no dia anterior), não tinham pensado sobre formas de trazer as pessoas que participassem do mutirão para o movimento, apesar de terem afirmado repetidas vezes que permanecer no espaço realizando mutirões era a melhor forma de chamar atenção e trazer mais pessoas para as reuniões. Por fim, acabei perguntando: *"Vocês pensaram em alguma forma de trazer essas pessoas que vão no mutirão mais pra perto? Será que*

elas têm interesse de participar dessas reuniões?" Disseram que esse era um dos objetivos, mas não tinham pensado muito sobre isso. Então, alguém sugeriu fazer uma lista de presença, mas a pessoa que ficou encarregada de passar com a lista não cumpriu a tarefa. No final do mutirão convidaram os presentes para a reunião seguinte, que seria na sexta-feira, em frente à padaria (na rua). A reunião não aconteceu na rua e sim no salão de festas onde ocorre normalmente, e nenhum morador além do grupo mais envolvido esteve presente. Não saberia dizer se alguém foi até a padaria procurando a reunião. O mesmo grupo de aproximadamente treze pessoas seguiu mobilizado, realizando reuniões semanais até o final de agosto de 2018, quando começou a demonstrar que estava enfraquecido. Alguns moradores que sempre tiveram papel relevante deixaram de ir nas reuniões por motivos pessoais e como não conseguiam trazer novos participantes, o número de pessoas em cada reunião estava caindo. Entretanto, em outubro, em um esforço de alguns moradores, novas pessoas passaram a fazer parte do grupo, que retomou as atividades com foco na produção da horta comunitária, já prevista nos planos do grupo. Contudo, não foi possível acompanhar o processo.

Entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, experimentamos juntos uma tentativa de desenvolver uma pesquisa que, como mencionado no primeiro capítulo, segue as orientações do método de pesquisa-ação defendidas por Thiollent (2011). O detalhamento dessa experiência será apresentado no capítulo 5, mas teve como objetivo desenvolver uma reflexão acerca da ideia de mobilização social que pudesse criar estratégias para aumentar o número de pessoas envolvidas nas atividades do grupo, ou ao menos entender porque era uma tarefa tão difícil. Essa ideia surgiu, de um lado, desse interesse dos moradores de trazer mais pessoas para que ninguém se sobrecarregasse, e de outro, de uma proposta minha de que só faria sentido pensar em alternativas para as proposições do Oasis se o fizesse em conjunto com os moradores do bairro. Dentre os objetivos do jogo Oasis não há a proposição da autonomia nem nenhum dos conceitos *auto-discutidos* no segundo capítulo. Contudo, avaliar se o processo que decorreu a partir da experiência poderia ser chamado de um processo de auto-organização, tendo em vista a emancipação sócio-espacial, é o tema sobre o qual me debruço nas próximas seções. Primeiro avaliar em que medida a organização do grupo se reproduzia ou era alterada pelos seus membros (seção 4.3). Em seguida, o quanto o processo poderia reforçar as relações de dependência que impedem um direcionamento para autonomia (seção 4.4). Na seção 4.5, busquei avaliar os sonhos que direcionaram as ações

durante o Oasis e o quanto estão presos a modelos heterônomos. Por fim, retomando a estrutura organizacional do grupo, avalio as relações com o Estado e a possibilidade de ganhos político-pedagógicos dessa relação (seção 4.6). A partir dessa avaliação, que compõe a crítica que faço ao método, entendia que seríamos capazes de propor um novo método, que só poderia nascer dos próprios moradores a partir da pesquisa-ação. Entretanto, a pesquisa se mostrou descolada da prática e mais adiante nos levou ao que se consolidou não como um novo método, mas como um conjunto de princípios que foram desenvolvidos a partir dessa análise dos dois casos apresentados e da experiência da pesquisa-ação.

4.3 Reprodução de organização heterônoma

Ao menos no caso do RdA, a aplicação do jogo foi capaz de reunir pessoas em torno de um ativismo sócio-espacial que resultou em diversas intervenções na área em que foi realizado o primeiro mutirão. Mas, antes de analisar as características desse processo, e o quanto se permitia alterar a organização que o orientava em um processo que poderia ser chamado de autogestão, é preciso discutir o termo Tecnologia Social, que é usado para designar o método, e é impreciso. Cada vez mais, aparece em diferentes contextos para remeter a qualquer tipo de ação ou método destinado aos pobres. Normalmente, são criados por organizações sociais, mas cada vez mais empresas se lançam também a essa tarefa de solucionar os problemas que levam à pobreza, à injustiça, à falta de acesso à educação ou infraestrutura etc. Ainda assim, dentre os usos que têm sido dados ao termo, Kapp e Cardoso (2013) sintetizam três vertentes de tecnologias sociais. Uma vertente (1) conservadora, que inclui todos os projetos que objetivam atender às supostas necessidades de populações pobres, na grande maioria dos casos sem envolvê-las no desenvolvimento da tecnologia e sem se atentar para o fato de que tenta solucionar a pobreza com o mesmo sistema que produz desigualdades. Como é o caso dos projetos de ajuda humanitária e não é raro receber pessoas que procuram o Jogo Oasis para serem voluntários com esse propósito: ajudar aos necessitados. A segunda vertente é a (2) engajada, que passa a incluir os beneficiários de seus programas no desenvolvimento dos projetos, objetivando a inclusão no sistema produtivo e pressupondo que isso seja suficiente. É interessante por começar a questionar o paternalismo e a heteronomia, mas como dito, trata-se apenas da inclusão das pessoas no sistema existente, sem

questionar o próprio sistema que cria seus excluídos. É possivelmente mais eficaz do que a primeira, por diminuir as relações de dependência de doadores, mas continua trabalhando com as necessidades em um ciclo que não é questionado. E a terceira vertente (3) crítica, seria o caso das tecnologias que colocam em questão a constelação social, cultural, econômica e política que produz os problemas que as primeiras duas vertentes tentam solucionar. Visa, portanto, a “autonomia das pessoas, não apenas individual mas sobretudo coletiva ou, em outras palavras, sua emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação.” (KAPP e CARDOSO, 2013. P.97). É relevante, portanto, avaliar se o "desenvolvimento comunitário", a "materialização de sonhos" e a "capacidade de propor respostas criativas para a resolução de problemas", que são apresentados como objetivos do método (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013a), se fazem de forma acrítica, sem questionar a constelação de fatores que levaram a comunidade a se encontrar em tal configuração e acabam por reproduzi-la.

Sob o risco de achatar a análise, traço um paralelo com uma metáfora conhecida por muitos e que já apareceu em falas de moradores ao final de outros Oasis de que participei. É comum dizerem que o diferencial do projeto está em ensinar a pescar, ao invés de dar o peixe. As tecnologias sociais conservadoras dão o peixe, mas não ensinam a pescar. Já aquelas de vertente engajada se esforçam para ensinar a pescar, e é provável que não venham a ter muito sucesso se aqueles que tentam aprender a pescar estiverem morrendo de fome. Não são vertentes excludentes, podem ser complementares. Mas, seguindo com a metáfora, nenhuma das duas levanta e discute a possibilidade de que a quantidade de peixes que existe na região não será suficiente para alimentar todos os novos pescadores que estão surgindo; ou que a rede de pesca, o barco, a isca e o anzol são produzidos por uma empresa que, além de lucrar com o crescimento de pescadores, deposita seus rejeitos no rio em que pescam e contaminam os peixes que serão consumidos; Ou então, que existem pessoas proprietárias de empresas com sistemas de pesca avançados que contratam pescadores profissionais e pagam salários muito inferiores à quantidade de peixes que cada um deles pesca por dia, e que toda a produção de peixes é vendida por eles para financiar a abertura de novas empresas de pesca em outras regiões; Ou até que os peixes que não são vendidos, são doados para uma ONG, financiada pelos empresários, que os distribui para aqueles que não sabem pescar e uma outra ONG desenvolveu um jeito de pescar inovador que ensina a pescar muito mais rápido que qualquer outra escola de pesca. Mas que quando o Estado, que por alguns anos foi governado

por progressistas que conseguiram criar políticas públicas tanto de redistribuição de peixes quanto de ensino da pesca, e fez com que antigos pescadores resolvessem parar de trabalhar para montar a sua própria empresa de pesca, os empresários passaram a dizer que os impostos estavam altos demais e isso inviabilizava toda a pescaria. Os antigos pescadores, que eram chamados de empreendedores, também achavam os impostos altos, e resolveram ir às ruas contra os governantes progressistas e elegeram um novo governante que não ensinava a pescar e era contra as políticas de distribuição de peixes, e as pessoas que ainda não tinham aprendido a pescar, continuavam passando fome. Posso parecer radical ou insensível à fome, mas me parece que enquanto alimentar-se de peixe for a única alternativa, obrigando as pessoas a inserir-se em um sistema da pesca que, como qualquer sistema de dominação, cria seus excluídos e se sustenta nessa competição entre desiguais, vamos continuar resolvendo a fome com um sistema que precisa de famintos para existir. Quando uma tecnologia social crítica (terceira vertente) amplia as capacidades dos envolvidos de questionar o sistema do peixe e todas as suas desigualdades, é para que seja possível pensar em outras alternativas (caça, pecuária, agricultura familiar, etc). E o principal, para que saibam construir um outro sistema que não recairá nas mesmas relações de dominação de que pensavam se libertar. O peixe não pode ser o único fim e assim a pescaria não será o único meio. Mas o importante é se dar conta de que qualquer sistema, em que uma atividade esteja inserida, pode estar reproduzindo relações de produção que são fruto de uma lógica de dominação e exploração. A diferença estaria em encontrar um meio para emancipar-se, em que tais relações não se reproduzam. O peixe, no nosso caso, são também os equipamentos de lazer, infraestrutura, saúde, educação, trabalho e renda, direitos básicos, ou o "*primário*" de que Grazi falava quando me questionou sobre a possibilidade de autonomia e o tempo de aprendizado necessário para que chegassem até ela (seção 2.5). Ela disse que existiam questões que deveriam vir antes da possibilidade de ser criativo e pensar em autonomia ou liberdade. Mas me parece ser possível aprender a pescar (aprender a mobilizar o bairro para garantir direitos) a partir de um processo crítico que possa chegar a alternativas que atendam às necessidades sem que seja necessário inserir-se em um sistema de dominação. Para isso, é necessário aprender também a criticar e rever a estrutura que organiza a interação nos processos decisórios, no trabalho comunitário e na produção do espaço. E não basta ser uma consciência individual, mas um processo coletivo em que a crítica

se construa coletivamente. A chave poderia estar, então, na forma como se dá essa mobilização, que pode ser um processo de auto-organização emancipatório.

No caso da VNC, o grupo de moradores seguiu defendendo um tipo de mobilização fechado, que relega a poucos as decisões sobre o espaço, similar às associações de moradores que atuam nos dois bairros em questão. Apesar de ter estimulado relações de cooperação internas ao grupo, essas se limitaram à realização do mutirão. Ao final do projeto, os moradores que se propuseram a participar das reuniões de continuidade não conseguiram definir uma lista de sonhos comuns. Entraram em disputa para tentar realizar seus próprios projetos, e como decidiram que o grupo era fechado, não trouxeram outros moradores. Tinham receio de que pessoas mal-intencionadas entrassem para atrapalhar o grupo. Já na primeira semana, antes da segunda reunião, surgiram conflitos no grupo de whatsapp que, mais tarde, foram entendidos por alguns dos participantes como “*provocação*” de um dos membros do grupo, que estava ali “*só para atrapalhar, pois queria prejudicar o grupo*”. O conflito foi resolvido, mas outros surgiram e dificultaram a continuidade das atividades. Tinham dificuldade de tomar decisões coletivamente. Tentaram chegar em consensos, e como não conseguiram, se dividiram por áreas de atuação, um seria “representante” dos esportes, outro do financeiro, outro das festas e eventos etc. E a cada reunião prestariam conta do que estavam fazendo, mas, também por serem poucos, o formato não funcionou e acabaram se separando. Além disso, havia uma confusão entre os que se consideravam membros da associação e aqueles que questionavam o envolvimento do presidente com “a política”, por esse trabalhar com um vereador, e não queriam fazer parte. Assim, decidiram que aquele grupo não era a associação, mas um coletivo de lideranças que incluía os representantes da associação. Mas apenas após as duas primeiras reuniões, que foram usadas para tentar resolver os conflitos criados durante a semana pelo *Whatsapp*. Parecia haver no grupo uma indisposição para o debate. Dois moradores chegavam a ser explícitos em relação a essa postura. Sempre que a conversa caminhava para algo mais reflexivo sobre o funcionamento do grupo, ou das relações entre o grupo e o restante da comunidade, rapidamente se desinteressavam pela reunião. Diziam que estavam ali “*para fazer acontecer, e não para ficar discutindo*”. Queriam falar das propostas, do que ia ser feito e como ia ser feito. Como o Oasis não propôs repensar a estrutura de tomada de decisão de forma sistemática, o grupo se viu preso às estruturas a que já estava acostumado antes do projeto. Talvez não seria possível fazê-lo em tão pouco tempo, afinal, é difícil lançar luz sobre temas tão

complexos e burocráticos quanto a estrutura organizacional de uma associação de bairro. No entanto, o problema estava em entenderem que aquela era a única via possível, e não pensarem em alternativas à associação. Pensar em alternativas exige um repertório que alguns moradores podem ter, mas que precisaria ser compartilhado e isso leva tempo e reflexão, contudo, o grupo parecia não estar disposto a isso. Nesse caso, se o consenso não fosse alcançado rapidamente, não agiam, e também não se dispunham a uma discussão exaustiva para chegar em um consenso.

Já no caso do RdA, em que o grupo se manteve unido por muito mais tempo, a dificuldade estava em trazer mais pessoas para os projetos. Talvez por terem apenas participado dos encontros abertos, não há como falar de um aprendizado em relação ao processo de mobilização de pessoas a partir da experiência inicial (não viveram, por exemplo o Olhar e o Afeto). Nas reuniões, se queixam do pequeno número de pessoas que se envolve, mas não se dedicam a experimentar outras técnicas de mobilização. Cientes de que poucas pessoas estavam vindo nos mutirões, não se dedicavam em grupo a pensar em novas formas de divulgar para além do Whatsapp, da igreja e da rede de contatos de que dispõe os moradores. Vez ou outra, alguém tentava estratégias diferentes, mas as reuniões não eram usadas para levantar e discutir essas estratégias. Preferiam marcar mais mutirões e estar quase todos os finais de semana no local. E não quero dizer que não se dedicavam à reflexão e com isso erravam nas estratégias (aqui não existe certo ou errado) mas que se não aprendessem a refletir sobre a forma como faziam enquanto o faziam, poderiam se ver, no futuro, reproduzindo um modelo que já não fazia mais sentido para o próprio grupo, sem perceber. Durante todo o período em que acompanhei as reuniões que aconteceram após o Oasis, assumia o papel de questionar a forma como estavam agindo nas atividades, que táticas de divulgação usavam para os eventos, como informavam os vizinhos sobre as reuniões, se achavam que as reuniões estavam sendo envolventes etc. Entretanto, por mais que tomassem consciência das táticas usadas e discutissem os pontos positivos e negativos, essas mesmas táticas se repetiam na divulgação e na condução do evento seguinte e das próprias reuniões. Era comum um sentimento de revolta frente aos moradores que não se interessavam. Os membros do grupo sempre comentavam com outras pessoas sobre as reuniões e mutirões nos finais de semana, convidando novos moradores para participar, mas apenas três novos membros convidados por eles passaram a fazer parte das reuniões.

Além de não repensar as estratégias de mobilização, quase sempre o grupo se propunha às ações sem questionamentos, sem abrir espaço para dar um passo atrás e pensar outras formas de

fazer. Estavam mais focados no parque, do que no caminho a ser percorrido para chegar até lá. O parque veio como solução antes de qualquer discussão, numa lógica de consenso anterior à participação de um grupo maior que passou a produzi-lo. Não foi uma proposta em que as pessoas foram obrigadas a trabalhar, pelo contrário, se envolviam exatamente aqueles que gostavam da ideia, mas que não passaram pelas mesmas discussões que os propositores da iniciativa. Não desenvolveram uma reflexão crítica sobre os impactos que o parque traria para a região e se existiam alternativas para os problemas levantados (despejo de entulho, reocupação da área desocupada, ausência de espaços de lazer). Talvez por isso esperavam que as propostas posteriores viessem também assim, sem um emolduramento crítico dos problemas e dos produtos. A primeira solução apresentada para um problema era quase sempre boa o suficiente (as vezes sugeriam alterações, mas seguiam com a proposta). Não havia um foco na discussão sobre o que se pretendia promover com a ação (que poderia ter outras formas de fazer, caso discutido), mas focava-se na ação em si e em como executá-la. Como exemplo, alguns dos moradores não eram contrários à ideia da construção do campinho, que constava na lista de sonhos de futuro criada ao final do Oasis em maio, e recebeu a maior parte das atenções do grupo após a festa junina que ocorreu em julho de 2017, mas acreditavam que não era a prioridade, preferiam começar com uma feira, na área onde foi feito o campinho. Entretanto, isso não foi discutido na reunião: ambas as ações tinham o objetivo de atrair pessoas para usar e cuidar do espaço. Nem sempre isso acontecia no bairro, a própria ideia de fazer o parque na mancha de inundação do ribeirão era fruto de discussões que o bairro vinha tendo, levantando os riscos de se manter as famílias nesses locais e as perdas quase anuais que geravam, assim como os esforços de mobilização para doação de roupas, cestas básicas, reconstrução de casas etc., e entendendo que canalização, como havia sido feita em outros trechos do ribeirão, não era a melhor opção. Mas como mencionei anteriormente, a discussão não foi feita pelo mesmo grupo que a implementou. Minha preocupação, entretanto, era se o Oasis havia intensificado essa oportunidade e se a forma como faziam podia ser entendida como imposição aos outros moradores, que, obtendo sucesso, estariam reproduzindo uma mesma lógica de resolução de problemas que o planejamento urbano centralizado costuma usar. Essa hipótese vinha de uma fala de alguns moradores que participaram do Oasis e dos alunos da UFMG, que tinham se deparado com pessoas que diziam que não participariam de atividades do COMUPRA, pois não se sentiam representadas pelas propostas, contudo, também não iriam às reuniões para contrapor-se a

elas. Como era realmente uma área de alagamentos recorrentes, a solução de canalizar o rio, defendida por muitos moradores, provavelmente não resolveria os alagamentos, mas isso não quer dizer que a alternativa do parque deveria ser imposta a todos os outros sem aproveitar esse momento para repensar as formas como entendemos o próprio planejamento urbano e a produção do espaço. Se seguissem no mesmo formato, sem questionar inclusive a direção, poderiam não perceber no meio do caminho que a construção do parque poderia, por exemplo, aumentar o valor dos aluguéis no entorno, dificultando a permanência de algumas pessoas na região, como foi levantado mais adiante por um morador do bairro vizinho, e, a partir de críticas como essa, se estivessem dispostos a essa reflexão constante, poderiam rever as estratégias. Essa orientação para a ação - que não se dedica a uma revisão sistemática dos pressupostos que levam à ação e acabam por repetir o que o grupo normalmente faz, ou o que o senso comum os leva a pensar que deve ser feito - é um dos fatores que compõem o que chamo de "fazeção acrítica".

Além disso, nem todos que participavam das reuniões no RdA se sentiam confortáveis para propor ações e também não costumavam se contrapor às propostas dos outros. Os propositores do que poderia ser feito eram normalmente cinco pessoas. Por vezes, essas cinco pessoas traziam propostas dizendo que a ideia havia surgido de uma conversa com outras, mas eram as mesmas que articulavam a proposição e apresentavam ao grupo. Essas ideias nem sempre eram debatidas, as vezes eram ignoradas, e outras vezes adiadas ao ponto de comprometer a organização: como exemplo a festa das crianças que o grupo realizou no início de outubro de 2017. Um morador avaliou que por terem precisado refazer o parquinho e construir o campinho, que não era prioridade para ele, “*a organização da festa ficou pra última hora*”, e por isso não tinha sido muito boa. Era como se houvesse uma peneira, em que os projetos que chegavam já mais articulados, ou mais urgentes (sem que fosse definido os critérios de urgência) passavam primeiro. Alguns moradores se sentiam coadjuvantes pelo protagonismo daqueles que sobressaíam – não por autoritarismo, mas por serem mais experientes e por terem maior facilidade de fazer as propostas, organizar as tarefas, articular com parceiros etc. Tais propostas, vinham com mais potência, eram mais poderosas – concedendo a esses atores, maior poder sobre o grupo. Também, no que diz respeito à organização da informação, existe essa disparidade, uma pessoa centralizava os registros das definições de cada reunião e não compartilhavam no *Whatsapp* para que os que não foram pudessem acompanhar os encaminhamentos. Em um momento posterior, em que essa pessoa deixou de participar das

reuniões por questões pessoais, o grupo perdeu esse referencial e demorou algumas semanas para retomar às atividades, evidenciando uma dependência velada à estrutura coordenada por uma única pessoa. Nesse sentido, a indefinição de líderes formais não garantia automaticamente um “formato horizontal”, como era falado no próprio grupo, ou algo que se aproxima da autogestão. Ainda assim, a turma do parquinho seguia unida e dedicada às tarefas, reconhecendo e aprovando os significativos avanços na melhoria do espaço, inclusive do campinho, que trouxe muitos jovens que se mobilizaram espontaneamente para comprar uma rede para as traves instaladas (feitas voluntariamente por um serralheiro do bairro), apesar de não participarem das reuniões.

Rodrigo Nunes (2016), ao debater os limites da horizontalidade nos movimentos sociais que se aproxima da ideia de autogestão, a contrapõe com um discurso idealizado que se faz da proposta: o “horizontalismo”. Horizontalidade é a possibilidade real do conceito se efetivar na prática, com seus contratempos e dificuldades. Contudo, existe em torno da ideia um horizontalismo que cresceu a partir de 2011, principalmente com o potencial de organização descentralizada que a internet apresenta, e agora encontra seu declínio. O discurso que idealiza a prática, que torna absoluta a ideia de horizontalidade como decorrente de uma forma específica de organização em rede, de surgimento espontâneo, sem lideranças, deve ser abandonado (NUNES, 2016). No entanto, para ele:

[...] abandonar o horizontalismo não significa, portanto, abandonar a horizontalidade, mas sim encontrar uma forma diferente de lidar com seus limites; significa, na verdade, tratar esses limites como *constitutivos*, ao invés de meramente acidentais. Não é verdade que a horizontalidade em sua completude esteja sempre presente como uma possibilidade constantemente traída; o que a ideia de traição faz é precisamente transformar em limites subjetivos aquilo que são limites objetivos, como se as coisas só dessem errado porque a pessoas escolhem assim. (O que não significa, claro, que isso não aconteça também.) Desistir da fantasia de alcançar o que propõe o modelo significa compreender a horizontalidade como algo que, para citar Deleuze e Guattari, ‘só funciona rangendo’: a falha constitui uma parte essencial do seu funcionamento. (NUNES, 2016, p.13)

Sendo assim, se na prática as relações se mostram sempre desiguais, em que o poder (ou a liderança) sobressai para um lado ou para outro, nem sempre é por intenção ou escolha. Mas ignorar que existe essa disparidade e não estabelecer mecanismos para lidar com ela é uma escolha. Os riscos de considerar que “*somos todos iguais*” nos leva à perpetuação de desigualdades de poder.

Isso se dava nos aspectos mais sutis da organização do grupo no RdA. Como no quanto as pessoas se sentem confortáveis para falar ou quando há um esforço coletivo para ouvir a opinião de todos (ou de um número maior de pessoas) sobre um tema antes de propor uma ação. Como quando é sempre a mesma pessoa quem anota as definições de cada reunião e é a única capaz de tirar uma dúvida sobre os acordos e permite que alguém coloque um projeto na frente dos outros ou quando uma pessoa é a única que tem acesso a um recurso imprescindível ao funcionamento das atividades, como as relações com o Estado. Não acredito que a solução esteja em distribuir melhor o tempo de fala, estabelecer critérios padronizados para tomada de decisão ou criar uma lista de telefones compartilhada dizendo que qualquer um pode ligar para a URBEL na hora que quiser, mas na clareza de que esses papéis existem e que, se possível, sejam escolhidos explicitamente pelos membros do grupo, tendo como direcionamento nem sempre a eficiência, mas também um esforço de distribuição do poder. Para tanto, Nunes estabelece o conceito de “liderança distribuída”, entendendo que:

Liderar, em seu sentido mais básico, significa ser *seguido*, ou seja, orientar atenção e ação numa direção determinada. Dessa forma, é uma função que sempre precisará ser ocupada, em maior ou menor escala: mudanças em comportamentos coletivos nunca acontecem de uma vez só, mas propagam-se a partir de um ou mais pontos. Dizer que a liderança é “distribuída” significa dizer que, na ausência de estruturas e procedimentos explícita ou implicitamente acordados entre todos os atores, essa função não está concentrada, em princípio, em lugar algum – e pode, portanto, circular de acordo com o grau de adesão e apoio que diferentes iniciativas consigam atrair. Da mesma maneira que o oposto de “organização formal” não é “ausência de organização”, mas rede, o oposto de liderança concentrada não é ausência de liderança, mas uma condição em que a função de liderança, menos limitada por estruturas formais, está mais apta a circular livremente: uma liderança distribuída, justamente. [...] Trata-se de admitir que a liderança (ou direção) é um fenômeno imprescindível, mas que precisa ser controlado – ativamente controlado – pela imposição de limites que podem ser procedimentais ou extraprocedimentais (NUNES, 2016, p.17).

Talvez, se os protagonistas fossem definidos como tais (como delegados de propostas que poderiam ser desenhadas de antemão em grupos menores e não como representantes daqueles que não tem tanto poder), num esquema explícito e rotativo de liderança distribuída, essa polarização no grupo entre protagonistas e coadjuvantes pudesse ser amenizada, e as discussões nos grupos menores poderiam inclusive levar a aprendizados interessantes. Entretanto, não existia, na época,

e continuou não existindo, uma proposta de formalização para o grupo, também por haver uma clareza de que não encontrariam soluções em uma forma fixa. “Embora algumas formas possam evidentemente ser melhores que outras, um foco exclusivo na forma tende a transformá-la num modelo a ser emulado porque supostamente perfeito, não susceptível a aperfeiçoamentos, corrupção ou mudanças de qualquer tipo” (NUNES, 2016, p. 19). Contudo, a completa ausência de estrutura formal não nos permitia conversar sobre como as relações de poder estavam funcionando. Isso encontra eco na “tirania da falta de estrutura” discutida por Jo Freeman (1972) ao analisar os grupos de mulheres que se formavam nos anos 70.

Os interesses dissimulados dos grupos informais serão mantidos pelas estruturas informais que existem e o movimento não terá meios de determinar quem deve exercer o poder nele. Se o movimento continua, deliberadamente, a não escolher quem deve exercer o poder, ele termina por não abolir o poder. Tudo que faz é abdicar o direito de exigir daquele que exerce o poder e a influência que tenha responsabilidade por esse poder e essa influência. Se o movimento continua a manter o poder tão difuso quanto possível porque sabe que não pode exigir responsabilidade daquele que o tem, ele impede qualquer grupo ou pessoa de dominá-lo totalmente. Mas, simultaneamente, ele se condena a ser tão ineficaz quanto possível. Um meio-termo entre a dominação e a ineficácia pode e deve ser encontrado [tradução minha] (FREEMAN, 1972, n.p).

A ideia de relações mais horizontais, que as vezes recebe o nome de liderança circular, está sempre presente no Oasis, ao menos enquanto discurso. Há uma variação grande na forma como os facilitadores atuam, abrindo mais ou menos a possibilidade de que as relações entre os mobilizadores sejam mais horizontais, ou que se institua uma hierarquia de acordo com as necessidades de cada momento em contraponto às hierarquias institucionalizadas. No entanto, como não é algo definido, abre margem para que o contrário aconteça, as relações de poder que já se estabelecem no grupo não são questionadas, se reproduzem. Dessa forma, uma estrutura precisava ser criada e não poderia deixar de ser uma forma que evidenciaria aquilo que incomoda, que escancararia o poder, ao invés de tratá-lo como contingência; superando a formalização de quem é ou deixa de ser a liderança designada ou eleita (como o presidente de uma associação ou uma espécie de zelador dos espaços comuns²³).

²³ Um dos sonhos que aparecem no Encontro de Futuro do RdA (ANEXO 10) é o de “eleger alguém para cuidar da pracinha”, que não foi discutido, talvez por ter vindo de alguém que não se comprometeu com as ações posteriores.

Isso que chamei de fazeção acrítica, parecia ser a reprodução irrefletida de um procedimento heterônomo, não necessariamente incutido pelo Oasis – pelo contrário, o Oasis não foi capaz de colocar um exemplo à disposição dos moradores para que repensassem as formas de se organizar. Mas o Oasis incentivou que agissem seguindo com essa fazeção, sem que os envolvidos encampassem uma postura crítica, ou seja, o foco no produto, no fazer, sem problematização de fato e sem aprendizado crítico (sem ampliação do imaginário para que a autonomia coletiva seja possível).

Dessa reflexão, identifico o primeiro princípio da mobilização sócio-espacial: **Autorreflexão constante** – não só sobre as estruturas que nos organizam, mas sobre o compartilhamento dos conhecimentos mobilizados, sobre o discurso e a prática, sobre o contexto dos problemas e da ação. Se um processo de cooperação se efetiva, mas se restringe apenas àquele núcleo de moradores participantes sem que eles detenham as ferramentas que os levaram até esse tipo de interação, ou que possam criar ferramentas alternativas com uma clareza de objetivo do tipo de relação que querem construir, estamos diante de uma solidariedade circunscrita que o próprio grupo pode não saber modificar ou expandir. Dessa forma, não é um processo de auto-organização que levaria à autogestão, pois, além das relações horizontais internas ao grupo, precisariam criar e recriar os mecanismos para adaptarem-se a novos contextos e outros membros que viessem a participar do grupo.

4.4 Relações de dependência

Na VNC, no final do mutirão, a maioria das falas seguiam um mesmo rumo: agradecer aos mobilizadores externos pelo que haviam feito. Chegavam a dizer que nunca conseguiriam ter realizado o mutirão sem a participação deles. Ainda assim, algumas traziam a importância da continuidade do trabalho pelos moradores. Uma das falas de um mobilizador interno chama atenção por demarcar com clareza a separação entre os dois grupos, e chama a responsabilidade de continuidade do projeto para a comunidade:

"Eu faço parte dessa equipe, graças a deus foi um mês de muita esperança e de força, de acreditar e nunca desanimar. Eu creio que muita gente que chegou aqui vai sair com algo marcante no coração. (...) Mas nós vamos continuar aquilo que eles fizeram, continuar a

etapa, por quê se eles foram embora, eu vou passar ali ver aquela planta no pneu, vamos regar, e cuidar do campinho lá em baixo. Porque isso é para nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos no futuro. Então eu agradeço a todos vocês e principalmente o Juquinha porque nós somos um corpo só, todo o oásis que veio trazer fé, esperança e perceber que uma pessoa só não anda. Mas quando junta um monte de formiguinha as coisas começam a andar e ninguém fica embaraçado."

Principalmente os moradores mais próximos do trabalho com a associação, que atuaram como mobilizadores do início ao fim do projeto, davam mais atenção ao esforço deles mesmos e dos outros moradores que se envolveram no mutirão. Todos eles falaram da continuidade do projeto, se incluindo como responsáveis pelo que havia sido feito, chamando aqueles que se envolveram para continuar contribuindo com a associação.

Entretanto, o esforço de mobilização não continuou como durante o Oasis. Ao final desse encontro, o presidente da associação fez um convite aos moradores para participarem no final de semana seguinte das atividades finais do Oasis, a Celebração e o Encontro de Futuro (Re-evolução). Contudo, o convite também não foi dirigido a todos os moradores que estiveram presentes no mutirão, ou que ajudaram financeiramente, a celebração foi entendida como um momento de agradecimento aos voluntários externos e o Encontro de Futuro como espaço restrito para os mobilizadores internos: ao longo da semana não houve esforço para convidar um grupo maior de pessoas para participar da atividade, era uma tarefa que dependia da orientação do método com os mobilizadores externos e o facilitador. Durante a Celebração, ficou evidente essa separação entre os moradores e aqueles que vinham de fora, que eram considerados mais importantes no processo pelos próprios moradores. Era um momento em que apenas os mobilizadores internos falaram, apesar de terem tido apoio de alguns moradores envolvidos na preparação de um lanche. Os voluntários externos foram chamados para se sentar à frente, mais próximos do microfone, e foram servidos primeiro. No Encontro de Futuro, como apresentei na seção anterior, entendi depois que havia um esforço em tentar controlar o grupo, com receio de que, se crescesse, sairia do controle. Perguntei se tinham convidado mais pessoas específicas para a reunião e nenhum deles o tinha feito. O único convite foi enviado pelo Whatsapp por um dos facilitadores. Para as reuniões seguintes, perguntei se faríamos reuniões abertas ou fechadas e preferiram mantê-las fechadas, pelo menos em um primeiro momento.

Na maioria dos casos não há mobilizadores internos, como ocorreu na VNC. Entretanto, mesmo nesses contextos há sempre uma tendência de que as desigualdades simbólicas se sobreponham para estabelecer algumas decisões, principalmente quando o tempo (escasso) demanda que sejam assim (normalmente de fora para dentro). Como exemplo, durante o mutirão de outro Oasis em que participei, um voluntário que já tinha participado de outros Oasis não aceitava as orientações de um morador que era pintor profissional. Só foi possível identificar a situação depois que uma moradora pediu que eu interviesse, mas imagino que situações semelhantes se reproduzam em outros mutirões. O pintor preferiu deixar que o voluntário continuasse "*desperdiçando a tinta*", conforme relatou em conversa posterior, do que entrar em conflito. Mesmo estando com o colete do "sabetudo" que poderia dar ao morador uma posição de poder privilegiada em relação ao voluntário externo, as disparidades de classe falaram mais alto²⁴.

Durante a aplicação do método, os convites individuais, calcados em relações pessoais de afeto criadas entre os mobilizadores e os moradores, podem tender para uma relação de dependência. Como esse tipo de relação é estimulada como porta de entrada para o processo visto que convites formais e cartazes costumam não ser muito efetivos em alguns contextos, há de se considerar esse risco.²⁵ O foco não deveria ser a relação que se estabelece com um mobilizador, mas o tipo de interação que o morador percebe que pode ter ao participar do projeto: principalmente, a de ser ouvido.²⁶ No caso do RdA, os alunos relataram que a maioria das pessoas que convidaram pessoalmente nas fases do Olhar e Afeto não estiveram presentes nos encontros, o que me faz pensar que as pessoas vieram em função do cartaz de divulgação ou do convite de

²⁴ Em uma outra perspectiva, pode-se analisar como a experiência do Oasis pode ser interessante para mobilizadores externos, de outras classes sociais, que se deparam pela primeira vez com a realidade de um bairro de periferia. Para muitos dos mobilizadores que participaram dos projetos essa era a situação, e relatam como quebraram preconceitos, olharam com outros olhos para os próprios privilégios, passaram a valorizar aspectos da vida cotidiana que antes não percebiam etc. Mas essa seria outra pesquisa.

²⁵ De uma forma ou de outra, a velocidade das interações iniciais talvez não permita que tais relações de afeto se estabeleçam. Talvez as relações de afeto que já existem entre os moradores se coloquem como terreno mais fértil para esse tipo de mobilização. A partir dos amigos, parentes e vizinhos daqueles que estão mais envolvidos com o processo, um grupo maior de pessoas que nunca acreditou poder fazer parte de projetos comunitários possa se envolver.

²⁶ E não há de se descartar o potencial que esse processo tem de estimular a auto-estima dos moradores para participar da vida comunitária. Há relatos no RdA e no VNC de muitos moradores, principalmente idosos, que estavam em depressão e/ou não saíam mais de casa e passaram a interagir com outras pessoas, recuperando um sentimento de que eram úteis ao bairro. Seja contando histórias da transformação do bairro, ou simplesmente dando sua opinião sobre o que deveria ser feito, a participação dos idosos pode levar a discussões interessantes para o grupo. Muitas vezes, apenas eles sabem como se deu o processo de ocupação do local, e dos mutirões que eram feitos, das diferentes associações que se formaram e se extinguíram ao longo dos anos etc.

outros moradores, ou simplesmente por terem visto a movimentação na igreja. A estratégia de estabelecer vínculos pessoais com os moradores parece não ter surtido efeito. Os mobilizadores externos não eram o motivo que trazia os moradores para projeto, caso fossem, ao final, poderiam acabar por se distanciar novamente.

Foto 10 – Troca de Sonhos Vila Nova Cachoeirinha



Fonte: Lucas Hallel (2017)

Penso ser importante manter as atividades e proposições de mobilização as mais simples possíveis, sem recorrer a recursos complexos e tecnológicos, exatamente para não criar essa distância entre o jogo e a mobilização comunitária que pode florescer após o jogo. Considero que a sensação de que é possível recomeçar e fazer de novo é imprescindível para que o grupo possa

experimentar outras formas de mobilizar a comunidade, de forma independente. Isso evitaria que os moradores se vissem presos numa perspectiva contrária de que só dariam conta de mobilizar a comunidade se tivessem os mesmos recursos que os mobilizadores trouxeram. Coisas que podem parecer simples, como a produção e a impressão de peças gráficas podem gerar essa sensação, se não houver um morador capaz de produzi-las. Nesse sentido, o uso das peças do jogo, assim como os coletes, poderiam ser um entrave, e por isso decidimos não os utilizar no Ribeiro de Abreu²⁷. Ainda assim, também estimulado por uma fala de Grazi, cabe avaliar o quanto aquilo que ela chamou de "*circense demais*" cria essa distância mesmo sem usar os recursos do jogo. Nesse sentido, os cortejos para chamar moradores (principalmente quando há música e estandarte, proposição do método que também não utilizei), atividades como a troca de sonhos (Foto 10), as danças circulares e outras atividades produzidas por pessoas de fora com as quais pode ser que alguns moradores não se identifiquem ou se julguem incapazes de reproduzir, levam a uma percepção de que a mobilização social depende de talentos e recursos específicos que parecem não existir entre os moradores. Nesse sentido, por mais que a etapa do Afeto tenha identificado o contrário, uma abundância de talentos, nem sempre essa percepção fica clara para os moradores ou eles não se sentem à vontade para convidar talentos específicos para contribuir com os projetos. Também no caso da experiência no RdA, a maioria das falas no Encontro de Futuro (última reunião em que os alunos estiveram presentes) tenderam para agradecimentos aos voluntários externos, havendo uma expectativa de que os alunos da arquitetura continuassem envolvidos com o bairro. Parecia haver uma sensação de que os moradores não seriam capazes de continuar caso não tivessem ajuda do pessoal de fora, nesse caso, talvez por serem vistos como arquitetos, mesmo que em formação. Entretanto, os moradores seguiram se reunindo e construindo. Em uma reunião, após aproximadamente um mês, os participantes pararam de convidar aos alunos da Escola de Arquitetura no grupo de *Whatsapp*. Adiantando um pouco a história que é narrada no capítulo 6, depois de um ano da experiência, em um momento em que um grupo de moradores da região que não tinham participado da experiência narravam suas percepções sobre o que sabiam que tinha acontecido, ninguém mencionou que a UFMG havia participado do processo. Uma fala de um dos

²⁷ O próprio Instituto Elos questiona o uso dos recursos durante a formação que participei (Guerreiros sem Armas) com receio de que isso gere uma relação de dependência dos multiplicadores do método, que não se sentiriam capazes de fazê-lo sem os recursos.

moradores que tinha participado do processo é interessante para ilustrar como o grupo tinha entrado em um tipo de atuação mais independente:

Então eu acho que essa questão da gente sair só do pensamento e ir pra ação, é que vem nos ensinando mais ainda, sabe? Então, eu tenho aprendido demais nesse processo. E coisas que a gente mesmo já sabia, eu acho que o maior barato é isso. Você não conseguir falar *procê* mesmo aquilo que você já sabe. *Né?* Por exemplo, a maioria dos moradores da periferia, eles constroem as casas deles. Nós construímos nossas casas, e nem por isso nós somos engenheiros nem arquitetos. Mas nós construímos nossas casas. Então cara, se nós construímos nossas casas, nós não fazemos campinho também não? Nós não fazemos estradinha? Nós não fazemos uma horta? Nós não fazemos um galinheiro? Então é isso. Quem que colocou na nossa cabeça que nós precisamos de ficar tão dependente desse dito poder?

Por outro lado, a preocupação de Grazi é também com o tamanho do que acontece. Uma grande mobilização, um grande mutirão, uma lista enorme de materiais para captação pode ser muito destoante do que o grupo consegue realizar nas atividades posteriores e isso pode levar à desmobilização. Além disso, também pela quantidade de temas, as informações se perdem nas reuniões e nos grupos de *Whatsapp*, o que dificulta a sistematização de aprendizados. Moradores (e mobilizadores externos também) acabam esquecendo de compromissos assumidos e podem não conseguir ter uma compreensão do todo. Como exemplo, uma moradora que havia se comprometido a receber na comunidade um provável doador de mudas para o jardim que fariam em frente a associação, se esqueceu do compromisso alegando estar "*fazendo muita coisa ao mesmo tempo*". O doador chegou, ninguém estava lá na hora marcada, e ele foi embora.

Nos dois casos, pessoas de fora do bairro foram imprescindíveis para que o processo de mobilização acontecesse, estimulando moradores a participar, organizaram os encontros comunitários, conseguiram materiais e recursos para o mutirão, eram parte considerável dos mutirantes, etc. No entanto, apesar dos pontos positivos de se trazer pessoas de fora para atuarem na mobilização, corre-se o risco de recair no fortalecimento das relações de dependência com essas pessoas. E, se isso acontece, é difícil imaginar que possa levar a ganhos de autonomia posteriores. Nesse sentido, cabe evitar aquilo que possa se impor aos moradores sem que se manifestem e também aquilo que é "circense demais". Manter os recursos simples não é suficiente para evitar o que Grazi chama de circense demais, não se trata de garantir uma simplicidade: as pessoas de fora, e também as de dentro, trazem sua cultura e se não houver um objetivo mais profundo no método

para mobilizar o pensamento crítico o tempo todo (para que possam refletir sobre os propósitos do que fazem e inventar outras formas de fazer), a forma como manifestam as suas especificidades e seus talentos (o circense) pode predominar. Se os envolvidos não tiverem consciência das lógicas de dominação vigentes, a reprodução da dominação é quase uma consequência. O ponto não é a simplicidade do material, mas que o material seja adequado ao conhecimento específico que o grupo mobiliza naquela situação específica, para não gerar dominação e dependência.

4.5 Sonhos limitados por necessidades impostas

A atuação dos mobilizadores externos, mesmo que bem-intencionada, pode se confundir com uma atuação missionária que, como na perspectiva crítica de Ivan Illich (1990), trabalha com necessidades imputadas às pessoas pelo desenvolvimento econômico. Illich escreveu na década de 70, período em que a ideia de estabelecer limites para o crescimento industrial começava a ser perseguida, principalmente por movimentos focados na questão ambiental. Mas Illich vai além da discussão das limitações físicas que a completa destruição da natureza proporcionaria e desenvolve uma espécie de filosofia da tecnologia, em que apenas o que ele chama de “ferramentas para convivialidade” (tools for conviviality) poderiam trazer um equilíbrio entre a natureza e a vida social (ILLICH, 1975). Parte de uma ideia de autonomia individual que se realiza apenas em uma interdependência pessoal, em comunidades (grupos primários) que determinem suas próprias necessidades e detenham tais ferramentas para criar valores de uso e responder a essas necessidades, ao invés de serem obrigados a responder as necessidades com ferramentas heterônomas, impostas pelo desenvolvimento econômico. Tais necessidades impostas, geralmente não existiam antes da chegada do desenvolvimento econômico. Essa construção ideal se dá, portanto, em contraposição à sociedade industrial, (de mercado-de-bens intensivos [ILLICH, 1978]) que restringe a criação de valores de uso a poucos técnicos especializados: que uniformizam as respostas humanas para suas necessidades (por meio da propaganda e da educação formal) à medida que também definem quais são as necessidades humanas a serem perseguidas (retomando a metáfora da pesca, pescar como única alternativa para a fome é uma necessidade imputada). Os meios de comunicação padronizam suas mensagens para indivíduos cada vez mais genéricos, substituindo "tudo aquilo que as pessoas faziam ou criavam por si mesmas." (ILLICH, 1978) por

uma dependência cada vez maior do consumo de mercadorias. Quando o Estado coordena a distribuição dessas necessidades imputadas, elas se traduzem em planejamento centralizado (de educação formal, medicamentos, asfalto, transporte, água encanada e até alimentos – como na definição da cesta básica ou dos tipos de agrotóxicos permitidos que condicionam a produção). Mesmo sendo imputadas, tais necessidades não podem ser simplesmente ignoradas, se tornaram realmente imprescindíveis em muitos casos, mas é preciso que sejam encaradas de forma crítica se esperamos algum dia criar alternativas a elas de forma independente. Estão presentes no imaginário da população de forma mais ou menos generalizada e sua resolução não será suficiente para impedir que novas carências sejam imputadas no momento em as atuais forem atendidas.

Enquanto no primeiro caso os mobilizadores externos parecem se dedicar à tarefa de curar as dores dos moradores, preenchendo, mesmo que minimamente, suas carências introjetadas (e esse é normalmente o perfil que é atraído pelo Oasis), no segundo caso os alunos mobilizadores se esforçam para fazer valer a expectativa dos moradores de que, por serem arquitetos, irão solucionar seus problemas habitacionais e urbanísticos. Os alunos da UFMG, querendo ou não, foram obrigados a participar do projeto como parte da disciplina que era obrigatória. Entretanto, é possível que boa parte deles venha a trabalhar com projetos de urbanismo e planejamento urbano, participativos ou não. Dessa forma, seria interessante levar a análise também para a formação do arquiteto e suas implicações práticas, mas não é um dos focos dessa pesquisa. Caberia pensar também que essa análise pode estender-se para outros tipos de atuação técnica, afinal, a lógica das necessidades mencionada rege o trabalho de especialistas por todo o mundo: médicos, assistentes sociais, economistas, psicólogos etc. (ILLICH, 1978; 1990).

O papel do facilitador se configura sempre de forma heterônoma, trata-se de uma mediação, e pode fazer com que as pessoas coloquem sobre ele todo o peso das decisões.²⁸ Da mesma forma, nas interações que mobilizam os moradores a sonhar o espaço que desejam construir, que acontecem entre voluntários e moradores sem a presença do facilitador, os mobilizadores assumem

²⁸ No caso do RdA, em um encontro de avaliação do método que realizei em sala de aula após a realização das atividades, os alunos deixaram evidente que esperavam por isso. Falaram que sentiram falta de orientações sobre como captar materiais, visitar as empresas, definir com detalhes o que seria realizado no mutirão, fazer um projeto detalhado da intervenção etc. Talvez seja uma característica específica do grupo, mas se os alunos que receberam aproximadamente 12 horas de orientações sobre os passos do jogo, o processo do mutirão etc, sentiram essa necessidade, imagino que os moradores que apenas participaram dos encontros comunitários possam ter se sentido da mesma forma.

esse papel de mediação mencionado acima. Mesmo orientando-os para uma postura que não sobreponha seus interesses aos dos moradores, existe uma assimetria que precisa ser considerada. Principalmente quando se trata de uma assimetria de classe. Cabe questionar se os moradores que se veem nessa situação não estariam a todo momento buscando “sonhos” que atendam à expectativa daqueles que estimulam a pergunta. Afinal, é comum que os “sonhos” se limitem a necessidades que reproduzem o que a cidade formal oferece, dificilmente se distanciam dos equipamentos públicos que existem em outros pontos da cidade²⁹. Nem todos os sonhos precisam ser seguidos à risca e aqueles que se apresentam com maior potencial de mobilização serão apoiados pela maior parte dos moradores durante os encontros comunitários. Ainda assim, na VNC, um dos sonhos que apareceu repetidas vezes nos registros da mobilização para o Encontro de Sonhos (Que aconteceu junto com o Show de Talentos) era o de ter uma creche no bairro ou uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI). Entretanto, não era um sonho que veio dos mobilizadores internos ou das pessoas que participaram do encontro. Um dos mobilizadores externos sugeriu que fosse feita uma creche comunitária, mas imaginei que não seria levado adiante, afinal, exigiria que ao menos as mães que gostariam de deixar seus filhos nessa creche estivessem participando de sua concepção. Entretanto, o grupo apoiou a ideia mesmo que eu tenha, diversas vezes, colocado questões para fazê-los reavaliar se dariam conta de fazer a creche acontecer. O grupo era composto praticamente apenas por mobilizadores externos, que pareciam acreditar que, depois de conseguirem os materiais e instalarem a creche na casa da moradora que autorizou a intervenção (mas não participava dos encontros), as mães apareceriam com seus filhos para ocupar a creche e além de tudo, gerenciá-la. Chegaram a desenvolver e discutir um método de controle de horas para dividir o trabalho entre as mães. O projeto não foi adiante, mas os mobilizadores chegaram a captar materiais para ele. O que me faz pensar o quanto os demais sonhos também podem ser apenas o desejo dos mobilizadores externos, ou aquilo que eles acreditam que pode ou deve ser feito. Os moradores, por sua vez, por dificuldades de se colocar no processo ou por oportunismo (sem julgamentos), deixam que o projeto siga assim. Afinal, é melhor que façam alguma coisa, já que o poder público não costuma aparecer com muita frequência.

²⁹ Ver ANEXOS 4, 5 e 6.

Um outro sonho da VNC que parecia pouco factível foi levado até os últimos encontros, em que foi reduzido em escopo para algo mais palpável. O sonho de pintar os becos e as casas me parecia pouco factível em função do tamanho da comunidade e da quantidade de pessoas que se envolveu no processo. Além disso, parecia ser um reflexo da repercussão do Oasis que acontecera, 7 meses antes, no Bananal (muitos moradores têm amigos e parentes na favela que é bem próxima da VNC). Como na comunidade vizinha o projeto realizou a pintura de todos os becos, alguns moradores pediam que o mesmo fosse feito na VNC (e alguns mobilizadores externos também), em alguns casos, fazendo referência direta à forma como foi feito no Bananal. O grupo percebeu que não daria conta de pintar todos os becos, pensou então em definir pontos estratégicos para "*unir a comunidade*". Nesse caso, o grupo tinha uma proporção equivalente de moradores e mobilizadores externos. Contudo, durante a reunião em que planejaram a intervenção, quando apresentaram para o restante do grupo os pontos escolhidos, uma senhora rapidamente perguntou por que o beco dela não estava lá, já em tom de reprovação. Parecia que essa ação geraria mais divergência do que união, e o grupo, por questões de recursos, mais do que de crítica ao processo de decisão limitado a um pequeno número de pessoas, acabou por fazer a ação apenas na entrada da associação e no campo.

A ideia de usar o termo *Sonho* no lugar de *desejo* ou *demanda* é interessante, mas nem sempre consegue ser apreendida. Se o processo não se dedica a uma ampliação do imaginário dos sonhos possíveis, é provável que o que apareça sejam exatamente demandas, similares ao que Ilich (1990) define como necessidades. E, ainda que um deslocamento desse imaginário seja acessado por alguns moradores, corre-se o risco de que os mobilizadores traduzam os sonhos coletados em instituições típicas do seu modo de vida — se alguém tem um sonho de que as crianças da comunidade “tenham oportunidade de não se envolver com o tráfico”, rapidamente são levados a sugerir que ali está implícito um desejo por acesso à educação, ou projetos sociais de cultura, música, profissionalização etc. Imputando respostas heterônomas para as questões da comunidade. Assim, é possível que os sonhos do Oasis se limitem a essa superficialidade ou, em alguns casos, sejam sonhos mais próximos do que desejam os mobilizadores externos, e não os próprios moradores. Por mais que o método se oriente pela ideia de uma visão apreciativa que tenta evitar que as proposições que surgem na etapa dos sonhos sejam respostas àquilo que parece faltar no bairro, os sonhos levantados apresentaram esse foco que pode ser entendido também como

resolução de problemas. Por exemplo, a creche na VNC tentava resolver a distância que as mães tinham que se deslocar para deixar seus filhos na creche mais próxima e poder trabalhar, enquanto o parquinho no RdA tinha o objetivo claro de evitar a ocupação de casas no local e o despejo de entulho. É possível que as intervenções produzidas sejam paliativas que não questionam a lógica que gera os próprios problemas que tentam solucionar. Se não resolvem o problema, podem ser frustrantes e gerar efeitos de desmobilização posterior. Mas se resolvem o problema, geram a falsa sensação de não haver mais problema algum, quando, na verdade, é possível que apenas tenha sido deslocado para outra região. Talvez o problema não seja deslocado para outra região e os moradores tenham reconhecido a importância de contratar caçambas para descartar o lixo, mas sua aparente solução vira uma cortina de fumaça para não problematizar todo o sistema da construção civil. Não houve problematização sócio-espacial de fato, mas um emolduramento rápido que leva as pessoas a investirem muito tempo na elaboração de um produto solução, sem de fato desenvolver o pensamento crítico sobre os processos que os levaram a esse problema. A dominação é intrínseca aos problemas que enfrentam. Como os problemas da autoconstrução que consome os materiais disponíveis na indústria da construção civil (necessidade imputada) nos limites do orçamento das famílias da periferia, que acabam não possuindo os meios para descartar adequadamente os entulhos gerados. O mesmo problema existe em outros bairros que não despejam seus entulhos nos rios, mas num sistema de caçambas que recolhe os entulhos (e não necessariamente os deposita em local adequado) apenas camufla o problema, que parece ter sido solucionado.

E não é apenas frente aos mobilizadores externos que a reprodução de sonhos limitados ao ideal da cidade formal prevalece. Mesmo internamente, dentre os moradores, quando não há um olhar de fora para julgar as decisões, um ideal de reprodução está presente. Formas alternativas tendem a parecer improvisadas ou desvalorizadas dentro do próprio contexto em que surgem. Na preparação da festa junina que aconteceria logo após a finalização do jogo, Juquinha me procurou para pedir ajuda para conseguir pallets, pois Malu queria criar uma estrutura para as barraquinhas que seriam alugadas para quem se interessasse em vender produtos. Sugeri que levássemos para o grupo, e colocássemos os pallets como um dos itens da lista de materiais a captar para o mutirão, mesmo que a ação de construção das barraquinhas fosse ser feita em outro momento. Entretanto, ele e Malu preferiram não o fazer, pois tinham receio de que quando as pessoas soubessem que as barraquinhas seriam feitas de Pallets, não se interessariam por alugá-las. Malu sabia que as pessoas

iam "*se surpreender quando vissem tudo pronto*", mas não podia contar antes e envolver mais pessoas no processo de captação.

Ainda assim, algo que apareceu nas reflexões dos moradores do RdA, nas reuniões após o Oasis, indica que mesmo os sonhos superficiais não devem ser descartados, pois, segundo avaliação dos moradores sobre as mudanças no bairro, "muita gente nem sonhava mais". Uma espécie de autoestima, que não leva automaticamente ao engajamento, mas pode ser um estímulo à interação, foi importante ao menos para que moradores passassem a encarar a possibilidade de mudança, onde "*antes não havia mais esperança*" ou "*estavam todos dormindo, desconfiados, precisavam acordar para ver que é a gente que tem que agir pra mudar*"³⁰. Desse "despertar" poderia surgir o interesse por participar da vida comunitária. A mim, parece relevante estimular que uma formação crítica seja concomitante a essa participação que se mobiliza pela realização dos sonhos. A problematização sócio-espacial que amplia o imaginário não se dará automaticamente, e, caso já dispusessem de todo o conhecimento para fazê-la, já estariam se mobilizando para alternativas. O fazer pode vir a ser exatamente o laboratório para a reflexão sobre as relações sociais de dominação a que estão submetidos. Para isso, é preciso encarar o sonho não como produto, mas como processo em suspensão, e questioná-lo à medida que buscam realizá-lo. Como exemplo, nas relações com o Estado, onde muitos moradores podem nunca ter tido oportunidade de entender os fluxos de demandas entre a população e a prefeitura. É o tema que discutimos na próxima seção.

4.6 Centralização das relações com o Estado

Na perspectiva *estadocrítica* defendida por Marcelo Lopes de Souza (2012a, p.4), os movimentos sociais devem ter clareza de que o Estado é heterônomo por excelência, "expressão e pilar da perpetuação de uma assimetria estrutural de poder, de uma divisão da sociedade entre dirigentes e dirigidos". Ainda assim, como defendido por ele, além de um ativismo "apesar do Estado" ou "contra o Estado", é possível, e por vezes necessário, estar "com o Estado" em uma luta institucional. Mas essa luta deve estar atenta ao risco constante de uma cooptação estrutural do movimento ou de lideranças.

³⁰ Falas de moradores da VNC e RdA respectivamente.

Caberia aqui um aprofundamento dessas questões a fim de avançar além do que discute Marcelo Lopes de Souza, para uma possível continuidade da pesquisa, e buscar outras referências e casos para entender tais articulações entre táticas e estratégias nas interações com o Estado e inclusive expô-las à crítica dos moradores. A título de exemplo, a dissertação de Henrique Gazzola Lima (2017) discute a possibilidade de táticas se transformarem em estratégias a partir do caso da implantação de parklets (que começam como ações táticas e se transformam em política pública, abrindo espaço para ganho de escala e discussões mais amplas a seu respeito e para proposições de diferentes atores, assim, mesmo que nem sempre se efetivem dessa forma, podem se tornar estratégicas). Essa discussão é importante, pois o que o Oasis faz é apenas apontar a necessidade de diálogo entre “governo e comunidade”, e, apesar de não discutir como fazer isso de fato, fica restrito no máximo a uma ação tática que inclui algum funcionário do Estado em alguma etapa do processo, sem nenhuma sistematicidade que aponte para uma durabilidade enfrentando os riscos de institucionalização e cooptação. (Exemplos breves de como se deram as interações com o Estado nos dois casos analisados podem ser encontrados já nessa pesquisa). Ou seja, além de não ter por pressuposto a lógica da estratégia (da relação de longo prazo), também não há nada que questione a base hierárquica da relação. Essa hierarquia permite a cooptação de lideranças, que, mesmo que sejam muito bem intencionadas, acabam (muitas vezes por falta de preparo) perdendo o engajamento com a resistência do grupo a que fazem parte, reforçando a permanência das táticas como única forma de resistência (da qual não participam mais, pois estão com o Estado – muitas vezes como terceirizados, com baixíssimas remunerações, mas defendendo o Estado, tecnocraticamente, ou a serviço de um político - normalmente vereadores ou deputados - sem questionar as relações de poder a que estão submetidas). Contudo, resolvi direcionar a pesquisa para as relações internas do grupo de moradores. Ainda assim, me parece importante levantar essa que parece ter sido uma limitação do método nos casos analisados.

Aprender a operacionalizar o limiar entre a restrição de liberdades inerentes ao Estado e os possíveis ganhos materiais que as instâncias institucionais e fundos de recurso públicos proporcionam é um grande ganho político-pedagógico. Entretanto, a prática do Oasis nos contextos analisados não criou espaços para isso. No caso da VNC, como não havia moradores com experiência em relações como essa, e em função do tempo disponível entre a definição do projeto e o mutirão, preferiram não envolver o Estado nas articulações. Pelo contrário, ficaram receosos

de que pudesse barrar as intervenções programadas, como a pintura da fachada do galpão da associação (ocupado alguns meses antes) que poderia chamar a atenção do poder público para a propriedade sobre o espaço e inviabilizar a continuidade da ocupação. Já no caso do RdA, nos momentos em que surgiram sonhos que, na perspectiva dos moradores, demandariam algum tipo de articulação com o Estado, preferiram delegar a responsabilidade a um dos membros do COMUPRA, já experiente nesse tipo de negociação. Nesse sentido, para manter o fluxo das ações dentro do cronograma, mantiveram centralizados em um único ator a possibilidade de ganhos políticos-pedagógicos da relação, sem disseminar conhecimento e ampliar as possibilidades de controle contra riscos de cooptação.

Antes de qualquer crítica, é indiscutível a capacidade articuladora do COMUPRA no RdA, que, com 17 anos de experiência, parece ter passado por um processo de aprendizado que instituiu uma série de mudanças no bairro e, certamente, consegue atrair a atenção do poder público para atender demandas diversas.³¹ Não se trata, como é comum em associações de bairro, de uma dinâmica de troca de favores por votos, ou cooptação, mas de um processo criativo que envolve diferentes atores como universidades, empresas e agentes públicos de forma propositiva. Os ganhos de tais aprendizados são incomensuráveis, mas ao mesmo tempo geram certo distanciamento da possibilidade de que um número maior de pessoas se envolva em tais processos. Em função da complexidade de tais articulações e pela facilidade de deixar as coisas como estão, em que um pequeno grupo de pessoas se dedica a essa luta “para fora”, o desenvolvimento do COMUPRA pode ser visto também como limitador de processos de auto-organização: gera, por um lado, a sobrecarga de poucos moradores, e por outro, a alienação dos demais. O próprio Itamar indica querer aumentar a “porosidade” do COMUPRA, mas não se trata de um processo simples. Por vezes conversamos sobre o tema ao longo do Oasis, e ele relatou ter dificuldade de trazer mais pessoas para participar da organização. Mas ele não desiste e encara o próprio processo que é vivido pelos moradores do RdA como algo que impacta a forma como o COMUPRA se organiza.

Como exemplo desse risco de deixar as coisas como estão, do processo de definição de sonhos à realização no mutirão e também nas etapas posteriores, pude observar que sempre que

³¹ Como exemplo, a estratégia de Itamar de chamar a mídia para fazer reportagens sobre o projeto no dia do Mutirão. Diversas vezes Itamar comentou com o grupo que aquela seria uma maneira sutil e elegante de cobrar dos governantes uma resposta para questão do parque e da ponte que estava danificada há alguns anos. Uma semana após o Oasis a ponte foi consertada.

uma articulação implicava em negociações com o Estado, os moradores não avaliavam se poderiam inventar outras formas de fazer sem envolvê-lo ou delegavam a responsabilidade a membros do COMUPRA. Como exemplo, a proposta de realizar uma coleta seletiva do lixo produzido no bairro no local onde estaria o parque foi descartada ao se questionarem se o caminhão da coleta seletiva passaria ali. Pediram que um membro do COMUPRA fizesse essa consulta, e, talvez pela quantidade de outras propostas ou pelo tempo, o sonho se perdeu. Algumas questões podem evidentemente ser atendidas realmente pela intervenção do Estado e, em alguns casos, devem ser cobradas. O que critico aqui é não estimular a reflexão a respeito do Estado como única alternativa para certas questões, da mesma forma como "o mercado" aparece como única alternativa para o fato de que não existem supermercados no bairro³². Outro exemplo é o tema da iluminação do parque, que também foi pouco discutido em reuniões posteriores, também foi delegado ao membro do COMUPRA, já acostumado a esse tipo de negociação. Foi resolvido cerca de um ano depois, sem a participação direta de outros no processo, ainda que outros moradores fossem requisitados para "cobrar" a CEMIG, fazendo pedidos pelo site. Mesmo bem-intencionado, o membro do COMUPRA resolveu a questão, mas trouxe aprendizados apenas para ele. Além disso, quando lembrado, a necessidade de envolver a CEMIG aparecia como limitador e não havia esforço para pensar em formas alternativas de iluminação como a utilização da energia das casas no entorno ou da escola que está em frente ao terreno. Trata-se de um risco de institucionalização, que deve ser um alerta para qualquer grupo que se auto-organiza. Sem um esforço para o compartilhamento de informações e aprendizados do como fazer, não há como se chegar a autogestão. Quando existe uma instituição centralizadora e fixa, existe a tendência de se submeter à necessidade de recorrer a ela, sempre que a demanda surge. Alguns perceberam essa tendência mais adiante, e, apesar de não terem exposto isso nas reuniões, outras pessoas passaram a se envolver em questões como a cobrança do Ministério Público para que tivessem acesso ao estágio atual do projeto do parque, mais por preocupação de uma moradora do que por reflexão coletiva. Além disso, quando um membro que centraliza esse tipo de contato se ausenta das reuniões, a tendência é que o tema se perca.

³² Essa questão será discutida mais adiante, no capítulo 6, já no contexto do Conjunto Ribeiro de Abreu.

Dentre os objetivos do Oasis, descritos no capítulo anterior, um deles que chama a atenção é “*preparar as bases para o sucesso de políticas públicas participativas*”. Dessa forma, questionar o quanto o Oasis se assemelha aos métodos participativos do Estado também é necessário. Para tanto, recorro à análise de Kapp e Baltazar (2012) em que evidenciam três pontos críticos sobre os fundamentos do Plano Global e Específico (PGE), método de planejamento urbano participativo que vem sendo aplicado em Belo Horizonte desde 1995: (1) A sequência fechada e pré-definida de planejamento que leva à falta de espaço para um debate político ao longo do processo; (2) o uso de linguagem técnica; e (3) a ausência de um estímulo ao desenvolvimento político de indivíduos, instituições e grupos envolvidos. Ao que tudo indica, a ausência de debate ao apresentar as entregas do plano a cada etapa para a assembleia comunitária, faz com que a oportunidade de gerar discussões seja suprimida por uma espécie de “construção de consenso prematura” (FORESTER, 1989: 153 apud KAPP e BALTAZAR, 2012), semelhante ao que pode acontecer no Oasis. Em ambos os casos, não apenas problemas reais deixam de ser evidenciados, como oportunidades de mudança nas relações de poder intra-grupo deixam de ser debatidas. A essa altura, fica evidente que os desejos e interesses da população envolvida, que deveria ser considerada como um coletivo diverso, são suprimidos para que não haja percalços na aprovação do plano. No Oasis, trabalhei nos dois casos com uma estrutura de agenda fechada. Uma vez definidas as datas, é difícil que sejam feitas alterações em função da agenda dos mobilizadores que já separaram os finais de semana especificados para participar. Mesmo tendo apresentado a agenda para os moradores antes de dar início às atividades, a amplitude das mudanças que propõem não fugiu muito ao escopo inicial.³³ Também por desconhecerem o método, não há como os moradores preverem o tempo que querem dedicar a cada uma das etapas. Temos aqui um entrave que pode imprimir um ritmo ao processo com o qual a comunidade não está acostumada. E, de maneira similar a processos participativos, como o PGE, manipular os resultados para algo superficial sem dar tempo à reflexão e ao debate mais profundos. Assim, como na ideia de participação, as pessoas são envolvidas no processo de decisão, mas não são capazes de mudar as normas do processo. Ou seja, não há autonomia durante o jogo. Além disso, muita gente chega às reuniões sem muita noção do que vai acontecer. Deixar isso claro com o convite também não é tão simples. Nesse sentido, dar mais

³³ No caso do Vila Nova Cachoeirinha houve uma mudança em função da final do campeonato mineiro de futebol.

tempo ao processo e permitir que um vaivém nas diferentes etapas aconteça ajudaria no envolvimento real de um número maior de pessoas.

No que diz respeito ao uso de linguagem técnica, talvez por não chegar a propor intervenções que exigem a atuação de arquitetos, engenheiros etc., o Oasis trabalha com conceitos mais próximos do dia a dia dos moradores. Ainda assim, questões terminológicas acabam por ser restritivas em outro sentido. Na VNC, em um momento em que aconteceu, no primeiro dia de atividades, uma discussão sobre o uso do termo comunidade, indicou certa aversão ao conflito: durante a partilha da experiência da Cabra-cega, uma moradora, tida por alguns como "barraqueira", entrou em um tema que gerou certo incômodo e fez com que outros moradores começassem a querer interrompê-la. A discussão era sobre que termo usar para designar o lugar. Tudo começou quando ela disse que *"morar em uma favela é diferente"*, e outro morador logo retrucou para dizer que ele não morava em uma favela, e sim em uma comunidade. A moradora se exaltou: *"mas não faz diferença, é tudo a mesma coisa, e eu falo mesmo, é favela, viela, beco, o que for."* Entendi que ela defendia que não precisamos de eufemismos, enquanto o morador que respondeu continuava a discussão defendendo esse cuidado com o nome que ele achava mais positivo, mas, por fim, concordou com ela que outros poderiam ser usados. (Essas eufemizações não aconteceram no Conjunto Ribeiro de Abreu – experiência que narro no capítulo 6. Não tinham atores de quem esconder as coisas, todos conhecem bem a realidade do local.) Os outros moradores pareciam estar do lado daquele que defendia o termo comunidade, ou estavam apenas preocupados com uma "impressão ruim" que a discussão poderia passar para os voluntários. Parecia haver ali uma noção de que o debate não era positivo naquela situação. A moradora não tinha participado das conversas iniciais, mas o morador sim. É triste que ela tenha sido interrompida, pois a discussão caminhava para a possibilidade de evidenciar percepções sobre as relações sociais específicas daquele contexto. Outra moradora me procurou mais tarde para comentar que via nela um *"potencial de usar essa energia para fazer coisas boas"*. Mas a moradora não voltou a participar das atividades.

Para Rancière (2010, p. 21) "a política consiste em reconfigurar a partilha do sensível que define o comum de uma comunidade, e nela introduzir novos sujeitos e objetos, em tornar visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos." Para tanto, um dos caminhos para essa partilha do sensível percorreria vias de uma estética

compartilhada, da inclusão de atores e temas antes imperceptíveis para as sensibilidades individuais em um cenário comum de debate – sem que sejam suprimidas as diferenças - pelo contrário, a partir de uma constante manutenção daquilo que diferencia os sujeitos, evidenciando-as por meio da arte. E arte aqui adquire um caráter mais abrangente que a que apresenta nos museus e nas galerias, trata-se das sensibilidades da vida cotidiana, e pode-se incluir também o trabalho coletivo compartilhado e evidenciado entre os pares da comunidade à medida que combinam a aplicação de técnicas distintas e a dedicação às discussões públicas (RANCIÈRE, 2009, p.65). Mas, como apresentado anteriormente, isso não se concretizou no caso do Vila Nova Cachoeirinha, em que os moradores se colocaram, após o Oasis, em uma postura avessa ao debate, à discussão de outras formas de fazer. Criaram uma lista de ações no Encontro de Futuro (Re-evolução), com projetos distintos, que gerou mais ansiedade do que envolvimento. Já no Ribeiro de Abreu, o grupo que se formou se mantém propenso a um debate de cunho político (no sentido das relações de poder), mas preserva um certo receio dos riscos de criticar a atuação de outros membros e deles mesmos. Dessa forma, questões de tempo, linguagem, e uma espécie de tentativa de manter relações harmônicas avessas ao dissenso, impediram um debate que pudesse levar ao "estímulo ao desenvolvimento político dos indivíduos" (KAPP e BALTAZAR, 2012).

Não há como propor uma harmonização das relações entre a sociedade civil e o Estado, desconsiderando que os recursos (capitais) de que dispõem cada um desses atores tornam essa relação sempre desigual. Não que tais relações devam ser constantemente marcadas por conflitos, mas desconsiderar que a presença do Estado pressupõe uma relação de dominação, reafirma essa relação ao invés de questioná-la. Ainda assim, não deixa de ser interessante, por exemplo, a possibilidade de que alguns moradores se vejam, pela primeira vez, apresentando uma demanda ao Estado ao invés de participar de uma reunião apenas para decidir se aceitam ou não uma proposta de intervenção que não sabem bem de onde vêm. Acredito não ser possível simplesmente solucionar “a falta de diálogo entre governo e comunidade” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013a) como defende o método. O próprio uso do termo “governo”, em lugar de Estado, já aponta para uma negligência com a relação de longo prazo que poderia ser almejada se o objetivo fosse realmente estabelecer um ambiente dialógico permanente, sem manutenção das relações de dominação. A ausência de diálogo existe, e precisa ser superada, mas reestabelecê-la não anula a disparidade hierárquica que existe entre o Estado e a população.

4.7 Entre o *hetero-* e o *auto-*

As duas experiências do Jogo Oasis lançaram luz sobre limitações do método enquanto possibilidade de incentivar autonomia. Pelo contrário, levantaram indícios de que, em alguns casos, potencializam a reprodução de relações heterônomas de dominação. Os grupos não se viram capazes de alterar as estruturas da organização que dominava o funcionamento das reuniões (seção 4.3). Além disso se viram reféns de um processo que, por ser “circense demais”, distancia a sua aplicação da possibilidade de ser visto como exemplo para ampliar o imaginário de mobilização social com foco na continuidade (seção 4.4). Em relação aos sonhos, percebi que recaíram em necessidades imputadas pelo desenvolvimento econômico sem que fossem criados os espaços para questionar as relações sócio-espaciais que os levaram à situação em que estão e, por isso, não estimulam um pensamento crítico sobre o processo (seção 4.5). Por fim, retomando à estrutura organizacional do grupo, como o Jogo Oasis não estimulou um debate acerca das relações desiguais com o Estado, pouca atenção foi dada para esse tema, impedindo um processo coletivo que horizontalize os ganhos político-pedagógicos que precisam ser desenvolvidos para que haja possibilidade de emancipação sócio-espacial (seção 4.6). Contudo, é evidente que se deve partir de algum lugar, afinal, começo essa investigação a partir de uma constatação de que autonomia e liberdade não se aprendem de uma hora para outra. A partir das experiências de aplicação que analisei, o método mostrou também seu potencial de mobilização de pessoas em torno de uma atividade coletiva, participativa e voluntária. Além disso, consegue ser facilmente replicado em diferentes contextos pela simplicidade das ferramentas que utiliza e impulsiona para muitas pessoas um tipo de autoestima que gera engajamento. Ainda assim, exatamente pelo potencial identificado, não queria simplesmente abandonar o método. Entendo que, como no caso do RdA, o caminho percorrido depois do Oasis pode levar a um processo de auto-organização sócio-espacial, mas não me parece ter sido em função do que aconteceu durante o jogo, e sim das trocas de conhecimento que os moradores fizeram entre eles a partir do que traziam sobre a realidade que o jogo estimulou que transformassem; em boa medida, fruto das experiências de aprendizado que o COMUPRA já tinha desenvolvido em outras oportunidades, mas também de cada um dos outros moradores que contribuíram com a construção coletiva com ideias e referências. Apesar de não terem se submetido

às relações de dependência com os mobilizadores externos que o jogo pode gerar, seguiam a fazeção acrítica em que levantavam aprendizados com os erros e acertos, mas pouco faziam para repensar suas estratégias. Os sonhos eram, em sua maioria, mesmo que construídos cooperativamente, reprodução do que a cidade formal oferece, sem conseguir se dedicar a uma reflexão profunda sobre seus pressupostos. Informações relevantes para o funcionamento das ações continuavam centralizadas em alguns poucos membros, sem que esses papéis fossem evidenciados ou formalizados e sem um esforço coletivo de compartilhá-las.

Após o Oasis, os moradores criaram outros níveis de envolvimento, se aproximaram uns dos outros e imprimiam um ritmo às ações de construção e manutenção que revelam um engajamento em relação ao espaço e à crença de que podem transformá-lo sempre que precisarem, com as próprias mãos, a partir do que surgiu durante o mutirão. No entanto, não se trata de um processo de auto-organização sócio-espacial (MILAGRES, 2016), ou seja, por trazer as regras prontas, de fora, é heterônomo. Dessa forma, será que a reunião dos moradores no RdA seria mobilizadora o suficiente para sobreviver no tempo antes de se desfazer, e crítica o suficiente para se reinventar em direção à autonomia? Durante o Oasis, meu papel como mediador pareceu indispensável: desde marcar as reuniões até conduzi-las, ou cobrar velocidade do processo, antes que o grupo se desmobilizasse. Talvez não seja possível querer que seja diferente, não há outra forma de aprender a mobilizar o bairro que não seja mobilizando o bairro. E se já não existe um processo instaurado em que é possível viver esse aprendizado, alguém tem que começá-lo. Seria irresponsável dizer que tal processo não existia no Ribeiro de Abreu antes de minha chegada. Como afirmei anteriormente, o COMUPRA é um espaço para isso. Mas em bairros em que não há qualquer tipo de mobilização, é possível que ela nunca seja iniciada sem uma intervenção externa. O que sabemos, entretanto, é que existem inúmeras instituições, de partidos políticos a empresas e até a educação formal, que não medem esforços para incutir, heteronomamente, um tipo de socialização conformista, consumista e alienada.

Refletindo acerca do quanto o grupo se apropriou do método, e o quanto influenciei o processo posterior participando das reuniões após o Oasis, sem conseguir delimitar a diferença entre o que era autônomo ou heterônomo, imaginei que a experiência poderia ser usada para investigar junto com eles justamente essa diferença. Assim, poderiam levar a reflexão também para análise de outros processos participativos, da produção do espaço, e das relações sócio-espaciais

da vida cotidiana. Dessa forma, com pequenas alterações no formato de aplicação do método, que incentivassem a reflexão em torno dessas questões durante a aplicação, poderia se tornar um bom ponto de partida para um processo que comece heterônomo, mas que sua continuidade seja estimulada para que se transforme em um processo de auto-organização com autonomia coletiva. Assim, se fosse bem-sucedido nessa diferenciação, diminuiria o risco de o grupo tentar reproduzir o que foi vivenciado de forma acrítica. As estratégias de mobilização que o Oasis propõe não seriam encaradas como verdades, mas como repertório possível. Ao invés de um modelo a ser seguido, seriam um exemplo para inspiração de outros movimentos possíveis³⁴. E é evidente que isso também não seria suficiente para impulsionar um processo de auto-organização. Afinal, dando as próprias regras, o grupo pode decidir estabelecer e reproduzir novas relações de dependência. Para possibilitar uma aplicação do método que potencialize reflexões sobre as usuais dominações e o aprendizado político-pedagógico na direção da autonomia coletiva, seria preciso estabelecer também um conjunto de princípios que dariam sentido a sua aplicação. E, a partir de tais princípios, desenvolver ferramentas que pudessem estimular a reflexão do grupo. Entretanto, para não recair na tentativa de solucionar problemas que eu mesmo parecia estar criando, a observação dos reflexos das duas experiências me levava a crer que só faria sentido uma reestruturação se a mesma fosse desenvolvida junto ao próprio grupo de moradores a partir de uma reflexão sobre o que viveram ao longo do processo.

³⁴ Viveiros de Castro é a inspiração para a comparação entre modelos e exemplos (CICLO UFMG 90).

5 DA PESQUISA-AÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA EXPERIMENTAÇÃO CRÍTICA

Na tentativa de estimular uma reflexão crítica sobre o método, da mesma forma que eu estava desenvolvendo, tendo a lente teórica como referência, mas que pudesse incluir a perspectiva dos moradores do Ribeiro de Abreu nesse processo, de outubro de 2017 a janeiro de 2018, iniciamos uma “pesquisa-ação” no sentido que Michel Thiollent (2011) dá ao termo. Em um primeiro momento, acreditava que um dos elementos de análise da pesquisa seria o próprio Jogo Oasis, mas percebi depois que os moradores não tinham a referência dos passos do jogo e das estratégias de mobilização adotadas. Assim, quando os moradores, que se reuniam semanalmente desde a realização do Oasis em abril, e passaram a se chamar de Turma do Parquinho³⁵, assumiram o desafio de atuar como pesquisadores no próprio bairro, partimos de uma reflexão sobre os desafios que enfrentavam na mobilização posterior ao Oasis. O objetivo da pesquisa era estudar a própria mobilização sócio-espacial que tentavam impulsionar e expandir em torno da construção do Parque Ciliar do Onça, que a essa altura já não era mais considerado por eles como um projeto que não sabiam se a prefeitura viria a realizar, mas uma construção contínua que eles mesmos levariam adiante, exigindo o apoio da prefeitura. Era comum dizerem, também para motivar o grupo, que *“o parque já existe, já está acontecendo”*. Mas como não estavam vendo o grupo crescer, frente ao que julgavam ser um desinteresse da população, queriam entender porque isso acontecia para que pudéssemos juntos desenhar estratégias para aumentar o grupo. Discutiam inclusive, que precisariam mobilizar moradores para criar movimentos similares também nos outros bairros da região, seguindo as margens do ribeirão e a remoção das casas que continuava sendo realizada pela URBEL. A possibilidade de reocupação das áreas de proteção ambiental recém desocupadas e também de áreas que nunca haviam sido ocupadas, continuava no espectro de preocupações do grupo.

O que descrevo neste capítulo é o processo que decorreu desse momento inicial em que tentamos nos aprofundar em um debate mais reflexivo e sistemático que pudesse apoiar o grupo na reinvenção das formas como conduziam a construção e a gestão do parque. A pesquisa-ação não seguiu exatamente os rumos previstos e acabou por inaugurar um novo processo de mobilização

³⁵ A essa altura, o número de participantes continuava girando em torno de 13 pessoas a cada reunião, de um total de 17 moradores que interagem com maior frequência via Whatsapp. O grupo se reunia independentemente da minha presença e, apesar de não ter crescido muito, contava com três novos participantes. Por duas vezes fizeram alterações no dia da semana em que seriam realizadas as reuniões para permitir que participantes que tiveram problemas na agenda pudessem continuar a participar, algo que indica certa coesão do grupo, essencial para a pesquisa-ação.

sócio-espacial no Conjunto Ribeiro de Abreu (CjRdA): com uma intervenção em um ponto que está a aproximadamente um quilometro à jusante do parquinho do RdA. Ao percebermos que estávamos tratando a ideia de pesquisa ao pé da letra, prendendo-a a um caráter lógico-formal que distanciava a reflexão da prática, ao mesmo tempo que parar para refletir gerava mais ansiedades do que alternativas, decidimos ir novamente para a ação e refletir a partir do que o contexto que se apresentava nos oferecia, o que será apresentado no sexto capítulo.

Essa tentativa de ação-reflexão, ainda pode ser considerada uma pesquisa-ação, mas decidi chamar de experimentação crítica para marcar uma diferença entre os dois momentos e delimitar a transição entre o que antes era uma pesquisa cientificista, com início, meio e fim e uma inversão de lógica em relação à proposta de reestruturação do Jogo Oasis: não via mais sentido em desenhar um método fechado, mas instaurar um processo de mobilização em que os envolvidos revisassem continuamente suas práticas e relações. Assim, demos início à experimentação do Jogo Oasis se atentando para as questões levantadas a partir da análise dos casos que me levam a um conjunto de sete princípios que listo ao longo da seção 5.2, e comento como cheguei até eles. Os sete princípios da Mobilização Sócio-espacial são: **(1) Autorreflexão constante; (2) Opressão existe e não se revela sozinha; (3) Conscientização Histórica; (4) Dialogicidade; (5) Espaço importa; (6) Estrutura aberta; e (7) Interação lúdica.** Durante a pesquisa-ação, tinha clareza apenas da importância de instaurar a autorreflexão constante, já apresentada no capítulo 4 (seção 4.3). Mas já começava a delinear os demais princípios à medida que percebia as dificuldades de levar as reflexões da pesquisa-ação para a prática.

5.1 Pesquisa-ação

Para situar o leitor, já havia se passado seis meses de reuniões posteriores à realização do Oasis no RdA. No dia 13 de outubro de 2017, apresentei formalmente para a Turma do Parquinho a proposta para criarmos a pesquisa conjunta. A ideia da pesquisa era uma resposta à minha análise de que o grupo estava se orientando por aquilo que chamei de fazeção acrítica (no capítulo 4): orientação para a ação que não se dedica a uma revisão sistemática dos pressupostos que levam a ela. Só depois passei a usar esse termo, mas durante as reuniões tentava evidenciar os elementos que me levavam a essa percepção e o grupo concordava, especialmente no que diz respeito à

dificuldade de se dedicar a estratégias de trazer novos membros. Outros moradores se preocupavam mais com a dificuldade de questionar uma proposta de ação em detrimento de outra e nem sempre concordavam com os rumos que o grupo tomava (esses comentários eram feitos apenas fora das reuniões). A própria estrutura da reunião parecia não permitir a crítica entre eles. O tema vinha sendo discutido há algumas reuniões e individualmente com alguns moradores que eu esperava que pudessem apoiar no planejamento dos encontros e na sistematização dos conhecimentos gerados, mas ainda não tinha de fato sido formalizado. Sugeri que criássemos um grupo à parte que pudesse se reunir sem comprometer o andamento das reuniões semanais que o grupo já fazia, cujo objetivo era mais prático, de manutenção do parquinho, tomada de decisões sobre outros projetos, planejamento de ações etc. Contudo, o grupo preferiu manter os encontros no mesmo horário e propuseram intercalar a cada semana as reuniões de pesquisa e as reuniões mais práticas. Assim, expliquei, sem entrar em muitos detalhes, os fundamentos da pesquisa-ação com base no manual de Thiollent (2011), ressaltando a importância dos seminários como momento de maior relevância para a pesquisa, em que discutiríamos as questões que investigaríamos juntos entre um seminário e outro. Montamos um calendário inicial com seis encontros de duas horas, de outubro de 2017 a janeiro de 2018, e definimos o tema da pesquisa. Como repetidas vezes disseram não conseguir entender por que algumas pessoas se envolvem com as atividades do grupo e outras as ignoram ou chegam a ser até hostis, uma pesquisa sobre mobilização social no bairro parecia fazer sentido para todo o grupo. Essa era encarada como a grande dificuldade da *Turma do Parquinho*: trazer mais moradores, principalmente para a concepção e decisão sobre os projetos a serem executados, pois se queixavam de que o número de pessoas envolvidas era pequeno, e isso sobrecarregava as poucas que frequentavam as reuniões.

Ainda durante a aplicação do Jogo Oasis no RdA, havia convidado os alunos e moradores para que pudessem contribuir também para a minha pesquisa de mestrado onde, já nessa época, estudava formas de reestruturar o método. No entanto, nenhum dos alunos se dispôs a participar e os moradores não estavam familiarizados com as estratégias adotadas, pois estiveram presentes apenas nos encontros comunitários e não tinham uma visão do todo das atividades que aconteciam no método. A meu ver, isso é recorrente nos Oasis. Os mobilizadores externos acabam tendo mais protagonismo que os moradores e esses últimos (principalmente quando não há mobilizadores internos) acabam tendo dificuldade de tomar as rédeas para qualquer continuidade. Dessa maneira,

nos restava refletir acerca das estratégias adotadas nos eventos e mutirões que se seguiram após o Oasis, que eram quase sempre planejados na semana anterior e não havia tempo para experimentar outras estratégias de mobilização. De tempos em tempos checava com o grupo as motivações para que continuassem participando e a maioria falava dos resultados, da melhoria da qualidade de vida e da autoestima dos moradores e moradoras, e que *“a gente precisa continuar o que a gente começou”*. Eram os resultados práticos, ou os produtos, que retroalimentavam a energia do grupo, e ao mesmo tempo a ausência de reflexão sistemática impedia o grupo de olhar para o processo e superasse o que colocavam como seu principal desafio: adotar novas estratégias de mobilização para trazer mais pessoas. A construção do parquinho parece ter instaurado um fluxo de ações incomum para a maioria dos bairros da região, que inclusive atraía lideranças comunitárias de outros bairros para visitar e entender como o tinham feito. Dessa forma, seguir fazendo, respondendo às demandas que surgiam, parecia ser essencial para manter o grupo ativo. Por isso, eu entendia que a reflexão precisaria ser concomitante à ação. Sob o risco de simplificar a profundidade da questão, era como se “pensar antes de agir” não estivesse funcionando, precisaríamos agir e refletir sobre as ações simultaneamente. Não estou dizendo que os moradores não pensavam, pelo contrário, em conversas individuais refletiam sobre o processo e foram eles que me apontaram boa parte das críticas que faço aqui, mas não expunham esses pensamentos durante as reuniões e seguiam reproduzindo o modelo da fazeção acrítica.

Nessa mesma reunião do dia 13 de outubro, uma das moradoras que havia recém entrado no grupo, que tem experiência de trabalho na área de recursos humanos em empresas, propôs (antes que eu tivesse feito a minha proposta) realizar oficinas de planejamento para fazer um plano de ações para 2018. Segundo dizia, *“precisamos parar de apagar incêndios e trabalhar com mais planejamento”*. A ideia teve adesão e Grazi perguntou se casava com a proposta da pesquisa-ação que vínhamos levantando como possibilidade há algumas semanas. Foi aí que propus que combinássemos as ideias em uma única proposta, primeiro usando um ou dois encontros para organizar a estrutura da pesquisa-ação, definir perguntas de pesquisa, delinear hipóteses e, em seguida, entrar no planejamento: que seria um plano tanto de ações de mobilização social e intervenções no espaço (indispensáveis para motivação do grupo) como de ações da pesquisa (coletas de dados, sistematização de informações, conceitos, verificação de hipóteses etc.). Dessa forma planejaríamos o primeiro semestre de 2018 com momentos de reflexão e pesquisa em meio

aos projetos que seriam pensados pelo coletivo, e não propostos de última hora entre uma reunião e outra. Era uma reunião pouco comum, com muita participação de todos os presentes que se engajaram na proposta e assim definimos duas pessoas que ficaram responsáveis pelo acompanhamento mais próximo da pesquisa e se encontrariam comigo sempre antes das reuniões para planejar os encontros, além de sistematizarem o conhecimento gerado nos seminários. Apenas uma dessas pessoas conseguiu se envolver mais diretamente, ainda assim, apenas nos primeiros dois encontros, pois depois começou a fazer um curso e não participou mais das reuniões. Escrevemos juntos uma mensagem no *Whatsapp* (ANEXO 11) para que fosse usada para convidar pessoas estratégicas e fiz questão de telefonar para alguns que participavam esporadicamente das reuniões e estiveram presentes nos encontros comunitários do Oasis, usando o mesmo discurso que preparamos para o *Whatsapp*. Entretanto, não surtiu o efeito de trazer novos participantes. Percebi depois que eu também estava preso às mesmas estratégias de mobilização do grupo. Com uma semana de prazo, usando o *Whatsapp* e telefone, provavelmente não chegaríamos a resultados diferentes.

A primeira reunião (20 de outubro) tinha como objetivo discutir o conceito de mobilização social e chegar em uma pergunta de pesquisa. O exercício de pesquisar o conceito e as tentativas de formular perguntas os levaram para discussões bastante profundas no encontro inicial. Chegaram a falar sobre as diferenças entre a educação na escola e nas famílias, sobre as formas como o Estado costuma tratar toda a população como se fossem iguais desconsiderando que os critérios de qualidade de vida podem ser distintos em cada bairro. Deram o exemplo da peculiaridade do quilombo que tem na região e também mencionaram que muitos moradores vivem no Ribeiro de Abreu exatamente por ser um bairro sossegado, com muita natureza, e não querem que se transforme em um bairro como a Savassi. Também pareceu consenso que não querem que o rio seja canalizado, mas diziam que "*o poder público não consegue entender*" e que tem muitos moradores que acham que a canalização é a única forma de sair da pobreza. Discutiram também as diferenças entre convencimento e tomada de consciência, e também sobre a impossibilidade de chegar sempre a consensos, avaliando que podiam experimentar diferentes formas ao invés de seguir sempre por um mesmo caminho. Esse debate se deu em torno de um quadro em que eu colocava as palavras-chave que surgiam no conceito de mobilização social trazido por cada um e, a partir disso, discutiam. Por fim, chegaram à seguinte definição coletiva para o conceito:

"Conjunto de ferramentas e estratégias adotadas por um grupo de voluntários que agem em comum acordo em prol da liberdade e melhoria da qualidade de vida de todos, com ou sem apoio de pessoas de fora e com ou sem envolvimento com o poder público. A amizade facilita a colaboração e a conscientização é a motivação para a ação, e não o convencimento." Fizeram ainda alguns adendos, ressaltando que qualidade de vida é diferente de luxo e que comum acordo era agir com um mesmo propósito, por mais que pudessem percorrer caminhos diferentes, adotando ferramentas e ações (táticas) distintas em momentos distintos, apesar de seguirem em uma mesma direção (estratégica). Assim construíam um conceito bastante completo, mas sem se atentar para o fato de que talvez não estivessem atuando dessa forma.

Após a definição do conceito de mobilização social, eles discutiram as perguntas que haviam formulado para orientar a pesquisa e pedi que fizessem um exercício em que expunham a pergunta para um outro participante avaliar se estava fazendo sentido. Depois de três rodadas revendo suas perguntas à medida que as expunham em duplas, expuseram para o coletivo aquelas que faziam mais sentido para o grupo. Cada um falava a pergunta de outro participante que tinha achado interessante. Registramos todas que consideraram interessantes e tentamos chegar a uma que abrangesse as demais ou que pudesse delinear um recorte para a pesquisa. Mas não foi tão simples.

Em meio às perguntas precisamos discutir conceitos, e o desafio maior era a facilidade com que alguns traziam junto com as perguntas as respostas intuitivamente levantadas para elas. Como exemplo, a pergunta de número 2, que defendia a mobilização social como estratégia. Argumentei que era uma pergunta tendenciosa, que já pressupõe que mobilização social é o caminho proposto. Ou então a pergunta de número 5, que foi apresentada por uma das moradoras que disse também que achava que se devia à baixa qualidade do ensino escolar na região, e que a escola deveria ser responsável por incentivar maior cuidado com os espaços comuns. Em situações como essa eu perguntava sobre os motivos que os levavam a pensar dessa forma e perguntava aos outros se discordavam, se houvesse discordância, aquela era entendida como uma hipótese para a pesquisa. Ainda assim, me parecia que os moradores não estavam dispostos a avaliar se as colocações eram falseáveis, pois estavam bastante seguros de suas teorias. Não estava tão preocupado com a formulação de uma única pergunta de pesquisa que nos levasse a hipóteses, mas não me parecia possível delinear um processo em que as chamadas quase-hipóteses apareceriam naturalmente.

Quadro 1 - Registro das perguntas de pesquisa levantadas

1. Por que existe um atraso social no bairro?
2. Por que é importante promover a Mobilização Social no RdA? E como trabalhar o que é Mobilização Social com os outros moradores?
3. Por que os Órgão públicos não trabalham por igual por todos os bairros já que a gestão do Estado é para toda a cidade sem exceção?
4. Por que há um descaso dos moradores? [virou uma subpergunta]
5. Por que é tão difícil mobilizar o povo? [virou uma subpergunta]
6. Por que esperar somente do poder público? [virou uma subpergunta]
7. Por que não atingimos mais participantes mesmo com as ações? [virou uma subpergunta]
8. Por que a maioria dos moradores não respeitam as regras da coleta de lixo?

Fonte: Desenvolvido pelos moradores, transcrito pelo autor (20/10/2017)

A pergunta que teve maior adesão foi a primeira, que propunha discutir o atraso social do bairro. Mas essa ideia de atraso me parecia confusa, e se mostrou realmente contraditória visto que cada um tinha um entendimento diferente do que seria atraso social. Alguns falavam que atraso social era o fato de que ali não chegavam supermercados, farmácias e agências bancárias, mas a maioria falava que atraso social tinha a ver com ausência de participação nos assuntos comunitários. Foi preciso levar a discussão para o encontro seguinte, no dia 27 de outubro, em que já tínhamos acordado o objetivo de definir o planejamento de ações, que precisou ser adiado para o dia 10 de novembro. Assim, definimos também que sempre que um conceito aparece na discussão e gera algum tipo de dúvida ou assume um papel central, entra para a lista de conceitos a pesquisar na semana seguinte. Foi o que aconteceu com a palavra "alienação" que surgiu para descrever o que era atraso social. Apenas ao final da segunda reunião, definimos a pergunta central da pesquisa: *"Por que existe um atraso social no Ribeiro de Abreu?"*; E, a partir da pergunta, havia a necessidade de explicar o que queremos dizer com atraso social: *"entendemos por atraso social algo que é diferente do atraso econômico e tem a ver com baixo interesse das pessoas por assuntos comunitários, pouca participação, baixa autoestima da população, desvalorização dos*

conhecimentos locais, alienação, pouco acesso a informação, omissão e falta de coragem para se posicionar”. Por mais que tenhamos discutido o conceito de atraso social para o grupo, era provável que teríamos dificuldade de compartilhar a discussão com outros moradores. Contudo, apesar de confuso me parecia interessante que pudessem rever conceitos e por isso achei que valia a pena levar a ideia adiante. Ao planejar os encontros, imaginei que seria necessário investir mais tempo na definição de perguntas mais específicas e formulação de hipóteses, mas sentia que o grupo estava demandando ir mais para a ação. Queria planejar ações desde o primeiro encontro e esse era o combinado com a moradora que deu a ideia de fazer um planejamento de ações. Combinamos que ela conduziria essa parte do encontro, com a sua metodologia de planejamento. Entretanto, quando perguntei como ela faria a atividade, disse que estava tendo dificuldade de encontrar seu material e pediu que eu fizesse a atividade e ela apoiaria. Mas sugeri que usássemos a imagem de uma árvore para ajudar a explicar a ideia da pesquisa: construímos uma imagem em que a pergunta era o tronco, e os galhos eram as hipóteses. Mas não ajudou a levar a reflexão para a prática, pelo contrário, talvez tenha ajudado a tornar o conteúdo das reflexões algo estático, apartado da prática. As respostas às perguntas de pesquisa eram vistas como algo muito distante, que seria alcançado em um momento posterior, mas sem visualizar o caminho que percorreriam para chegar lá. Eu mesmo projetava essa definição para um momento posterior em que desenvolveríamos ações experimentais para responder às perguntas, ao invés de reconhecer que a diferença estaria justamente em agir tendo as perguntas como mobilizadoras.

Apesar do relato dos participantes ter apontado que as primeiras duas reuniões foram estimulantes para o grupo, sendo que a maior parte dos participantes demonstrou interesse pela pesquisa e discutiu a temática em profundidade, nas reuniões seguintes ficou claro que o interesse maior era pelo planejamento, para que pudessem se prevenir de propostas de última hora que surgiam de alguns moradores e da centralização dessas decisões, sem se atentar para propor ações que nos ajudassem a responder à pergunta de pesquisa. Iniciamos o planejamento de ações no terceiro encontro (10 de novembro), e o finalizamos no quarto encontro, dia (01 de dezembro), com um quadro que continha as ações imaginadas para o primeiro semestre de 2018 (Quadro 1). Mas não levamos em conta as perguntas de pesquisa ou as hipóteses para definir a ação como estratégias de pesquisa. Ao invés de imaginarem o que nos faria encontrar as respostas e partir dessa reflexão para pensarem nas ações de mobilização em que verificaríamos as hipóteses, os participantes foram

direto para as ações que queriam realizar (“o quê?”), muitas delas já eram expectativas (reprimidas) de outros momentos que tentavam justificar nesse encontro (“porquê?”). A orientação era de que pensassem no máximo de motivos para cada ação, para que fosse possível depois juntar ações ou escolher entre uma ação e outra que tivessem objetivos similares. A lógica da pesquisa já não orientava as atividades, pensavam em ações para combater o *atraso social*, e não para entendê-lo. O planejamento ficou focado, praticamente, apenas nas ações de intervenção no espaço. Considero ter sido ingênuo por acreditar que os participantes entrariam na lógica da pesquisa “naturalmente”. Se não faziam isso nas reuniões corriqueiras, por que seriam levados a essa reflexão pelo simples fato de estarem “formalmente” em uma pesquisa? Mas, ao mesmo tempo, a profundidade com que discutiram os “porquês” de algumas ações não era comum nas reuniões corriqueiras. Algumas delas não chegaram nem a ser discutidas, evidenciando que não eram as prioritárias, pois não faziam sentido para a maior parte do grupo e recebiam menos atenção.

Quadro 2 – Planejamento de 2018 Turma do Parquinho³⁶

nº	O quê?	Por quê?	Quando?	Como?
1	Amarelinha com cronograma do rio beber água limpa (Ao lado do Ponto de ônibus)	Ação que achamos interessante para as crianças brincarem e conscientizarem	NÃO INICIADO	
2	Área de peteca	Diversão para todos	REALIZADO	

³⁶ A primeira coluna define e ordem de priorização a que chegaram após discutirem a complexidade e o impacto de cada uma das ações. Aquelas não numeradas não seriam realizadas no primeiro semestre. A segunda e terceira colunas (“o quê?” e “porquê?”) eram o foco da atividade de planejamento. Definimos que seriam preenchidas primeiro, sem nos importarmos nesse momento inicial com o quando seriam realizadas e como. A coluna “Quando?” deveria ter sido preenchida ao final do processo de planejamento, para definir o período em que cada ação seria realizada, mas não chegamos a esse ponto. A coluna “Como?” que dizia respeito ao detalhamento da ação proposta seria debatida à medida que se aproximassem as ações, mas constava na planilha para que pudessem registrar ideias que surgissem enquanto propunham as ações sem precisar detalhá-las ou discutir se eram a melhor forma de fazer naquele momento inicial, assim reduziam as ansiedades de de prescrever o produto final. Coluna “Quando?” foi atualizada por mim em agosto de 2018, apenas para evidenciar o quanto conseguiram fazer das ações que propuseram no momento inicial. Ao planejarem, não definiram um prazo para as ações. A ideia era que definissem esses prazos ao longo do semestre, mas o planejamento não foi usado como ferramenta de acompanhamento das ações.

3	Manutenção das árvores já plantadas	Para que elas continuem firmes e produzam frutas	EM ANDAMENTO	
4	Pic-nic	Promover a união da comunidade	REALIZADO	
5	Passeio ao redor do Parque, Pista de Cooper e Ciclovía	Criar um lugar de esporte e lazer para os moradores	NÃO INICIADO	
6	Festa de Verão	Arrecadar recursos, mobilização/celebração	NÃO INICIADO	Ideia de dar uma lembrancinha com o convite para ninguém jogar fora.
7	Planejamento / Organização da feira Cultural e Artesanal	Proteger a área para a construção da feira; Desejo da comunidade; Geração de renda; Acesso e valorização à cultura local.	NÃO INICIADO	
7	Festival de dança	Motivação do público infanto-juvenil, intercâmbio entre as escolas.	NÃO INICIADO	ritmos variados
8	Projeto Pontos de Luz		EM ANDAMENTO	
9	Ponto de água para o espaço		REALIZADO	(negociar com a prefeitura)
10	Manifestação pela ponte	O Estado não decide	REALIZADO	

11	Mobilização pela Segurança		REALIZADO	
12	Iluminação pública do Trecho		REALIZADO	Encaminhado por Danilo. Avaliar se será o definitivo.
13	Iniciar construção da ponte do novo acesso (Mobilização Política)	Demanda antiga; direito nosso	NÃO INICIADO	
14	Instalação bloquinho de cimento (piso intertravado)*	Para dar uma finalidade para eles	REALIZADO	
15	Vigiar e controlar o entulho jogado	Avaliar se as ações estão funcionando para reduzir a quantidade de entulho jogado	Até final de janeiro	
16	Construção do 2º Arraiá do Onça		REALIZADO	
17	*Mutirão de Limpeza e Manutenção do parque e quadra	Prevenção de acúmulo de entulho; educação socioambiental; Cuidado da área e conscientização; Para evitar lixo no rio, melhorar a visão do local	REALIZADO	2 em 2 meses Fev/Abr/Jun
	*Cercamento de todo o parque	Por causa das novas ocupações; Delimitação do espaço, para evitar invasões e novo acúmulo de lixo	EM ANDAMENTO	
	Ponto de Luz para o espaço		NÃO INICIADO	(Criar as normas de uso com o Vander da Casa de Ração)

	Horta comunitária e jardim		EM ANDAMENTO	
	Continuar processo de mobilização	Fortalecer comunidade	EM ANDAMENTO	
	Galeria MG20 - Área de Inundação		NÃO INICIADO	(Mobilização Política)
	Galeria na Antonio Ribeiro de Abreu (Mobilização Política)		NÃO INICIADO	

Fonte: Desenvolvido pelos moradores, transcrito pelo autor (01/12/2017)

O problema estava também no tipo de planejamento que propúnhamos realizar. Um tipo de planejamento que define as ações antes de discutir os limites que orientam as ações. Segundo Souza, “planejar equivale a buscar minimizar riscos, aumentar as chances de sucesso em uma empreitada e evitar ser surpreendido por problemas que, com conhecimento, imaginação e um pouco de esforço, poderiam, em alguns casos (talvez em muitos, mas certamente jamais em todos!) ser previstos” (SOUZA, 2012b, p.69). E, para minimizar esses riscos, deveriam passar por um processo coletivo de levantamento da problemática em questão, que estabelece os limites de ação, desenhando antes dos produtos, o tipo de interação, a lógica da ocupação do espaço, os tipos de atividades possíveis etc. Que poderiam abrir espaço para outras ações se o grupo se expandisse ao longo do processo, dentro dos limites delineados. Entretanto, no caso estavam orientados para produtos e não para esse processo. Chegavam a produtos prescritos (seguindo modelos) e não discutiam o que tais produtos de fato articulavam. As propostas não eram pensadas como limites coletivos para ações futuras que abririam possibilidades para se pensar em produtos distintos em

tempos distintos, que viriam a lidar com o que tivesse sido problematizado coletivamente. Apesar do planejamento contemplar uma gama de questões sócio-espaciais, era também um cenário de disputa, em que tentavam chegar nos produtos que seriam realizados ao invés de buscar ações que poderiam trabalhar mais de uma questão simultaneamente. Assim, tinham dificuldade também de priorizar a ordem das ações e avaliar se seria possível fazer todas. Vale lembrar que o grupo de *Whatsapp* criado no início do processo recebia o nome de Mutirão Ribeiro de Abreu, evidenciando a orientação do grupo para a ação em si, e não para uma reflexão a respeito do que o bairro poderia vir a ser. Contudo, em alguns casos o processo funcionou como ampliação desse imaginário de ações possíveis. A título de exemplo, a feira, que antes era entendida pela maioria como reprodução das feiras que conheciam de bairros vizinhos, adquiriu um caráter de valorização da cultura local quando começaram a discutir os motivos de terem uma feira no bairro, que não precisava cumprir o mesmo papel do sacolão e do mercado. Chegaram a propor um festival de dança como atividade que atrairia pessoas para feira, e os feirantes teriam a experiência de gerenciar o espaço junto com a turma do parquinho. Nem todos os motivos levantados ao apresentar a proposta foram registrados no planejamento, mas a dedicação à problemática de valorização da cultura local ganhou um espaço que não tinha tido nas reuniões do semestre anterior, em que também se discutiam a ideia da feira, mas quase sempre tendo a geração de renda como mote principal. O próprio nome (feira) dado apressadamente, banalizava o “sonho” que já estava presente ao final do Oasis (na lista de sonhos de Re-evolução) e acabava reduzindo as possibilidades do processo, principalmente se pensarmos no foco da continuidade de um processo de mobilização. Qualquer pessoa que chegasse no meio do processo se veria preso a um conjunto de ações sem se situar sobre a problemática que levou o grupo a essas ações. Caberia a essa pessoa decidir se adere às propostas ou não, sem incorporar suas reflexões ao processo. Dessa forma, não seria a continuidade de um processo de auto-organização e sim de angariamento de mão de obra para um produto acabado, predeterminado.

No entanto, a maior parte dos produtos não tinham essa mesma reflexão e a fazeção acrílica prevaleceu mais uma vez. Também por ansiedade de responder à expectativa de ações sobre o espaço, que ficou ainda mais evidente quando, na quarta reunião, a pauta foi tomada por decisões urgentes que precisavam ser definidas sobre um mutirão que havia sido agendado para o plantio de grama no parquinho (no dia seguinte). Como me parecia que não estava fazendo sentido para aquele grupo a ideia da pesquisa que havíamos começado a delinear como espaço para discutir as ações

práticas, tentei uma proposta de definir para algumas pessoas do grupo o papel de observadores durante o mutirão, para que pudéssemos na reunião seguinte colher aprendizados sobre a mobilização. Levantamos uma a uma quais tinham sido as estratégias de mobilização e divulgação utilizadas por cada um dos moradores e dois deles ficaram responsáveis por colher os nomes e contatos de todos que participassem do mutirão perguntando como ficaram sabendo da ação e por que tinham se interessado por participar. Assim poderíamos avaliar quais estratégias tinham sido mais eficientes. Entretanto, no dia do mutirão a tarefa não foi realizada, e na reunião seguinte não conseguiram sistematizar o que deveriam repetir ou onde estavam investindo esforços que não davam resultado.

Segundo o manual de Thiollent (2011), a pesquisa-ação é um método que busca a compreensão de situações específicas a serem investigadas a partir da interação entre pesquisadores e membros desse contexto. Não tem como objetivo focar nas questões psicológicas das pessoas envolvidas, mas nos aspectos sociais e políticos em que estão inseridos. Diferentemente de uma técnica de pesquisa, trata-se de uma estratégia metodológica, em que as etapas da pesquisa se revezam em um constante vai-e-vem. Entretanto, quando orienta as fases da pesquisa, me pareceu difícil que os moradores transportassem aquelas discussões abstratas para as ações no bairro. Ainda assim, tentamos experimentar o método. Em relação aos seminários Thiollent lista as seguintes tarefas

- (1) Definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa foi solicitada;
- (2) Elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses de pesquisa;
- (3) Constituir os grupos de estudos e equipes de pesquisa. Coordenar suas atividades.
- (4) Centralizar as informações provenientes das diversas fontes e grupos.
- (5) Elaborar as interpretações.
- (6) Busca soluções e definir diretrizes de ação.
- (7) Acompanhar e avaliar as ações.
- (8) Divulgar os resultados pelos canais apropriados (THIOLLENT, 2011. P. 59).

Considero termos conseguido avançar nas duas primeiras tarefas. Entretanto, me vi preso ao caráter lógico-formal que Thiollent tenta questionar. Ao mesmo tempo em que eu esperava dos participantes que levantassem ações que respondessem às perguntas de pesquisa de forma processual, propus um tipo de planejamento voltado para produtos e não para o processo. Além disso, trabalhávamos em cima de uma linguagem técnica que eu era o único detentor, além de

responsável por administrar o processo. O fato de estarmos usando a terminologia de uma pesquisa científica me colocava em uma posição difícil de superar: ao mesmo tempo em que propúnhamos uma crítica à especialização e centralização das tomadas de decisão sobre a cidade e sobre o bairro, eu era o especialista em pesquisa, o único que sabia a ordem que precisava ser seguida, o que era ou não condizente com a pesquisa e, por mais que permitisse uma flexibilidade, era eu quem tentava controlar o processo. Se o objetivo era estimular o raciocínio crítico coletivo, não poderia ser orientado por um roteiro pelo qual o grupo não se sentia responsável. Apesar de ser nítida a capacidade de reflexão dos moradores sobre esses tópicos quando se aproximavam da lógica da pesquisa, não se interessavam pelo formato. Por exemplo, não conseguiam diminuir a expectativa de resultados de um mutirão e experimentar que um participante ficasse dedicado a uma coleta de dados que pudesse ser analisada em seguida. Talvez tenha sido precipitado na avaliação, pois acabamos abandonando a continuidade daquela pesquisa (com perguntas, hipóteses, experimentação), mas as reuniões práticas de decisões sobre as ações continuavam seguindo o mesmo modelo. Apesar de terem discutido questões como o medo que alguns participantes tinham de se colocar nas reuniões, ou o fato de que não queriam repetir os mesmos passos de desenvolvimento que levaram a cidade a chegar naquele estágio (com o rio poluído e ocupação desordenada, sem espaço para a natureza) a pesquisa parecia não influenciar a dinâmica do grupo. Além disso, não nomeavam a estrutura que os impedia de participar com maior liberdade da reunião e defender que continuassem o plano de ações ao invés de incorporar novas propostas que eram tidas como urgentes (não reconheciam o que os oprimia). Da forma como estavam acontecendo os encontros de pesquisa-ação, a reflexão aparecia sempre abstratamente e não dizia respeito ao comportamento de alguém específico ou dos motivos que levavam à dificuldade de alguns membros de se posicionarem. Os momentos de reflexão e ação, ou teoria e prática, estavam tão apartados uns dos outros que entre uma reunião e outra o grupo parecia se esquecer completamente da reunião anterior. A pesquisa era facilmente posta em segundo plano e seguiam com a fazeção acrítica, sem sistematizar aprendizados e ainda assim insatisfeitos com os resultados de mobilização. Segundo Freire (1979. P.66), “somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante”. Tinha a impressão de que os encontros de pesquisa-ação se limitavam a essa vaguidade

descomprometida, enquanto as reuniões de planejamento se mantinham no fluxo da fazeção acrílica.

Começamos a perceber que fazia sentido inverter a lógica. Sem um repertório, não poderiam imaginar outras estratégias de mobilização. Dessa forma, já na primeira reunião do ano (17 de janeiro de 2018), após um recesso, decidimos começar uma nova experiência de mobilização para ação no bairro vizinho. O objetivo era apresentar, de forma prática, as estratégias de mobilização propostas no Jogo Oasis, que não tinham sido apreendidas pelos moradores quando foram adotadas. Eles mesmos seriam os mobilizadores seguindo os passos do método. Assim poderiam comparar com a forma como estavam conduzindo as reuniões e ações no bairro e imaginar outras possibilidades a partir disso. Essa primeira reunião do ano foi uma reunião de informes que eram acompanhados quase sempre de novas ideias e projetos. Nenhuma delas constava no planejamento elaborado nos encontros de pesquisa-ação do ano anterior e que estava impresso em um cartaz sobre a mesa. Era como se não tivessem planejado ações prioritárias. Como de costume, a reunião começava sem nenhuma formalidade com alguém contando algum caso, expondo uma ideia ou sugestão para uma situação específica observada durante a semana anterior³⁷. Dentre as propostas, uma delas teve grande adesão do grupo e me pareceu ser a oportunidade ideal para experimentar as propostas de mobilização a partir do Jogo Oasis. A ideia era de Itamar, que havia informado que moradores de bairros vizinhos haviam acionado o COMUPRA para visitar o parquinho e aprender como havia sido o processo de sua construção, e poderia ser uma forma de incluí-los no processo. Além disso, falou também que existia uma área no Conjunto Ribeiro de Abreu que havia sido conquistada pela comunidade e agora precisava de cuidados, por estar abandonada. Trata-se de uma nascente que havia sido revitalizada para representar simbolicamente o início da construção do parque, era chamada de nascente fundamental do Parque ciliar do Onça. Como o grupo considerava importante retomar os cuidados com a nascente, resolvemos experimentar um novo processo de mobilização dos moradores do entorno, tendo a nascente como um dos focos de atuação possível.

Para a reunião seguinte, sistematizei uma proposta de agenda e levei para o grupo. Seguiu a lógica dos passos do Oasis, mas sem usar os termos da Filosofia Elos, com dois encontros iniciais

³⁷ Às vezes seguia uma pauta proposta por aqueles que se manifestavam mais cedo no grupo de Whatsapp, normalmente no mesmo dia da reunião, quase sempre a mesma pessoa.

que teriam como objetivo repensar o método, seguido de seis finais de semana (as atividades seriam sempre aos sábados – escolha do grupo – incluindo um domingo, no final de semana do mutirão). O grupo apoiou a ideia durante a reunião, discutimos os detalhes e foram propostas mudanças de datas com dúvidas sobre o tempo que deveriam se dedicar. Como uma das ideias era submeter a turma do parquinho à facilitação completa do Jogo Oasis, pois estiveram presentes apenas nos encontros comunitários no momento anterior, e não nas orientações sobre a Filosofia Elos, na mobilização e na preparação dos encontros, o ideal seria adequar ao máximo a agenda à disponibilidade da Turma do Parquinho. Entretanto, apenas dois membros do grupo (Roberto e Cecília) estiveram integralmente presentes na formação que passamos a chamar de Oasis do Conjunto. Itamar participou de algumas atividades e algo interessante foi que um dos participantes do novo grupo que se formava (os Mobilizadores do Conjunto) passou a integrar o grupo da Turma do Parquinho enquanto participava das ações no Conjunto Ribeiro de Abreu.

5.2 Princípios da mobilização sócio-espacial

Conforme já mencionado no capítulo anterior, o primeiro princípio é o da **autorreflexão constante**, que encontra suas bases na leitura autonomista apresentada no capítulo 2: para Souza (2010) (a partir de Castoriadis) e Kapp (2012), manter constantemente as instituições que garantam a autorreflexão coletiva é característica essencial da sociedade autônoma. Esse princípio era o pano de fundo que orientava a pesquisa-ação, mas não se aplicou, já que separávamos os momentos de ação e reflexão sem conseguir discutir a prática. Nesse sentido, a tentativa de estabelecer esses mecanismos, continuava sendo o ponto de partida para a prática da experimentação crítica. E como essa reflexão não se dá automaticamente e nem é transportada para a prática com facilidade, é preciso criar momentos específicos e sistematizar aprendizados para mudar a forma como os mobilizadores preparam os próximos encontros e experimentam outras formas de divulgação, construção, debate, reunião etc. A Turma do Parquinho havia sido formada em torno de uma atmosfera de fazeção acrítica em que os participantes valorizavam as ações mais do que a reflexão para chegar até elas. Apesar dessa atmosfera ajudar a manter o grupo unido e em movimento, não ajuda a desenvolver a crítica sobre o processo de mobilização. Pensando em uma nova aplicação do Jogo Oasis, seria interessante estimular a avaliação (e autoavaliação) do papel de cada

mobilizador, principalmente aqueles que assumem os personagens para estimular que, depois, mantenham o hábito de criticar o que estão fazendo no grupo³⁸.

Durante a pesquisa-ação, o grupo não vinculava as reflexões à prática. Ao invés de uma auto-reflexão constante (concomitante à ação), nos limitávamos a uma reflexão a respeito do bairro e sua realidade sócio-espacial, mas sem direcionar-se para a crítica das ações do próprio grupo como reprodutoras dessas questões. Percebi tardiamente que a reflexão deveria ser sobre o próprio grupo em relação ao bairro, e não uma análise distante do bairro para desenvolver uma nova forma de atuar para o grupo, sem que criticassem o que já faziam, em boa medida reprodutores da cultura em que estão inseridos. As discussões nos levavam a questionar a forma como a cidade se desenvolvia, e que o processo que decorria não era natural e sim efeito de um conjunto de ações que envolviam diversos atores, muitas vezes de forma opressora. Mas não chegavam ao ponto de perceber que reproduzia-se também no próprio desejo de desenvolvimento dos moradores, sem que eles mesmos se dessem conta. Ainda assim, ficou claro que a mudança dependia da participação social. Assim, nos aproximávamos de questões que considero relevantes para qualquer processo de auto-organização que tenha em vista emancipar-se da reprodução das relações de produção do modo de produção capitalista. Contudo, essas discussões estavam descontextualizadas de uma ação prática e inspiraram três outros princípios que orientaram a experimentação crítica: o entendimento de que **opressão existe e não se revela sozinha**, o que chamei de **conscientização histórica**, que parte de um processo de desnaturalização da cultura vigente para que seja possível transformá-la, e a **dialogicidade**, que poderia chamar também de ação cultural dialógica. Durante a pesquisa-ação, eram ainda reflexões, mas antes de detalhá-las, é importante apresentar as leituras que eu estava fazendo na época e que balizaram as discussões propostas.

Em uma tentativa de levar adiante a transdisciplinaridade que se apresentava a partir do entendimento da auto-organização como processo de aprendizagem, me lancei sobre a pedagogia de Paulo Freire em busca da reflexão sobre os princípios que poderiam me orientar. Segundo Freire (1979a, 1979b), falta à sociedade brasileira o que ele chama de experiência democrática. Resultado da forma como o Brasil foi constituído, sempre em torno de grandes propriedades de terra cujas decisões sobre a produção e a vida coletiva se resumiam a um único senhor, foi o surgimento do

³⁸ Mas não utilizamos os personagens na aplicação da experimentação crítica. Na tentativa de dedicar mais tempo às reflexões acerca do que estavam fazendo, decidi não incorporar os personagens do jogo.

paternalismo e suas raízes culturais. Sem participar das decisões sobre sua própria vida, o povo se acomoda à alienação e assim permanece em uma “cultura de silêncio”: quanto mais é silenciado e impedido de manifestar-se, mais acredita que não deve se pronunciar, por ser incapaz, menor, ignorante, destituído dos conhecimentos para tomada de decisão sobre a própria vida. Para inverter o quadro seria necessário, então, que se lançassem a experiências de participação e debate, papel esse que uma nova educação deveria assumir como seu para que pudesse ser considerada uma prática de libertação e não mais de dominação que apenas reproduz o sistema atual e conforma os educandos a ele. Só a partir de tais experiências, acompanhadas do desenvolvimento de um raciocínio cada vez mais crítico, a sociedade poderia aprender a autogovernar-se.

Paulo Freire defende o que chama de “pedagogia do oprimido”, exatamente a virada de perspectiva que me faltava para encontrar um caminho que pudesse percorrer, mesmo que ainda estivesse coberto de dúvidas sobre o meu papel nas lutas pela libertação. As dúvidas são para ele o motor da busca: a descoberta de que pouco sabemos de nós mesmos nos inquieta para que possamos saber mais. E é a partir do entendimento de que pouco sabemos que buscamos alternativas para saber mais. Essa é uma pressuposição ontológica freiriana: “*ser mais*”, buscar a humanização na inconclusão do ser, vocação histórica da humanidade. Histórica por ser uma possibilidade roubada, o “ser menos”, limitador da humanização, é instaurado injustamente por uma ordem social de opressão que objetifica e diminui. Trata-se portando da:

[...] pedagogia do oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povo, na luta incessante de recuperação da sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE. 2018, p.43).

A justificativa de tal pedagogia parte de uma reflexão acerca da contradição entre opressores e oprimidos. De um lado, existe o opressor, que violenta, explora, desumaniza e instaura o ser menos como prescrição alienadora, também para si à medida em que se obriga a controlar e vigiar o oprimido. Do outro, os oprimidos, que consistem em uma dualidade oprimido-opressor, por “hospedarem” a consciência opressora e suas prescrições dentro de si: são, ao mesmo tempo, oprimidos e opressores e imaginam-se superando a opressão se tornando o opressor, pois seguem suas pautas prescritas, são atraídos pelos padrões de vida consumistas, aspiram alienadamente

aquilo que instaura a opressão. “Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, à medida que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ [...] com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia.” (FREIRE, 2018. P.46). Se sentem incapazes de fazê-lo também por “tanto ouvirem de si mesmo que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’” (FREIRE, 2018. P.69). Para sair dessa dualidade, o caminho é o do “reconhecimento crítico” da própria situação e da busca do ser mais, não apenas contra o opressor externo, mas contra a dualidade opressor-oprimido presente em si, se conectando com aqueles que também se descobrem oprimidos, substituindo a consciência opressora pela libertação de todos, em comunhão. O opressor não é sempre um ser externo, ou um capitalista de chapéu sentado em uma montanha de dinheiro, vivemos em um regime opressor reproduzindo a opressão. Nas palavras de Freire (2018):

[...] somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2018. p.74).

Essa discussão me levou ao segundo princípio que orienta a experimentação crítica: **opressão existe e não se revela sozinha**. Em outras palavras, é debater criticamente sobre a própria vida e o mundo opressor em que vivemos e engajar-se a partir disso na chamada “práxis libertadora”, pois “ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca” (FREIRE, 2018, p.52). Diferente da tentativa da pesquisa-ação, a reflexão sobre a opressão estaria vinculada à prática constantemente, exatamente enquanto busca por libertação, a opressão se revela enquanto situação concreta e não como abstração distante que não se vê por onde superar.

A práxis dessa busca se dá primeiro no entendimento de que a realidade tal como está não é a única possível, não é natural do ser humano a opressão, é uma criação cultural, assim como o é a possibilidade de cooperação. Assim, a desnaturalização da cultura é esse ponto de partida que

Freire (1979) chama de conscientização: que nada mais é que um processo que incentiva as pessoas a analisar a própria realidade, constantemente, para não depender pura e simplesmente do conhecimento que vem pronto, de fora, de cima, como propaganda ou transferência de conhecimento, e assim propor ações de transformação da cultura. A busca pela conscientização difere do que pode ser chamado de consciência, a primeira entendida como processo, e a segunda como produto, e, por ser produto, torna-se estática quando alcançada e limita-se à reprodução dela mesma, sem perceber que a realidade também muda. Nas palavras de Freire, enquanto "a consciência é condicionada pela realidade, a conscientização é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos." (FREIRE, 1979, p.85). A consideração da conscientização como processo é a via proposta por Freire para uma educação emancipatória, que seja uma prática de libertação, apontando para autonomia dos sujeitos, e se dá sobretudo de forma coletiva, entre pares, e não de cima para baixo, de alguém que detém o conhecimento para alguém que é menor, incapaz, por não tê-lo. Esse é o terceiro princípio que orientou a prática: **Conscientização histórica**. Faço questão de ressaltar o caráter histórico do processo para situar que os oprimidos devem reconhecer que (todos nós) somos produto e também produtores da cultura (relações sociais) em que vivemos, mas também que é tarefa histórica mudá-las, e esse será um processo extremamente difícil, pois não depende só dos oprimidos, mas da dualidade oprimido-opressor que existe em cada um de nós. É, portanto, ação-reflexão (práxis libertadora). Ou nas palavras de Freire, (2018, p. 51):

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

E, por tarefa histórica, entende-se essa inserção na história, que se dá pelo processo de conscientização que se instaura na medida em que passa a olhar para o mundo de forma racional, crítica. É similar ao processo de auto-organização que Milagres (2016) descreve em relação à Vila das Antenas em Belo Horizonte, um dos casos que analisa:

[...] num primeiro momento, o foco das ações é na resistência às remoções. Num segundo momento, os moradores buscam se informar e ganhar força em seus argumentos com o

apoio de pesquisadores universitários. Já em um terceiro momento, os moradores passam a desenvolver atividades com enfoque no cotidiano e na mudança da relação dos moradores com o próprio espaço. Assim, com o passar do tempo e com o apoio de diferentes parceiros, consolida-se o foco na ampliação das condições de ação dos moradores, com o objetivo de melhorar o espaço da vizinhança de acordo com suas experiências cotidianas, sua cultura e sua história. Um desafio crucial nesse processo, assumido pelos moradores envolvidos, diz respeito à construção de uma consciência coletiva sobre a própria posição sócio-espacial na cidade, sobre a cultura da vizinhança e sua história de autoprodução (MILAGRES, 2016, p.18).

A chave para a emancipação na pedagogia freiriana está no diálogo ou na **dialogicidade** (FREIRE, 2018). Que é o quarto princípio que orienta a experimentação. No diálogo entre oprimidos se dá o aumento da criticidade dos educandos, transportando-os de uma consciência cuja transitividade é ingênua (por ser orientada por mitos, propaganda e por isso facilmente manipulável) para uma transitividade crítica (orientada pela racionalidade e pela busca pela verdade). Como esses níveis de consciência não são estáticos, as pessoas são capazes de estimular essa transição trocando informações entre si, dedicando-se à comunicação dialógica. Assim se configura o tipo de atuação do educador nos processos de aprendizagem sócio-espacial: estímulos heterônomos à dialogicidade, sem controlar a interação, mas se envolvendo no processo de forma crítica. Entretanto, apenas se o mobilizador reconhecer sua dualidade oprimido-opressor, e passar a tratar o outro também como sujeito e não como objeto em que deposita o conhecimento. Os mobilizadores não devem impor modelos e estruturas culturais e com isso esperar salvar as pessoas da transitividade ingênua. É o que defende Freire (2018) ao propor a “ação cultural dialógica”, fundamentada: na co-laboração (ação transformadora a partir da comunicação sobre a realidade em que vivem), na união (entre os oprimidos que estão divididos pelos opressores para que seja mais fácil dominá-los), na organização (similar a ideia de auto-organização, pois são respostas processuais às contradições da realidade de cada contexto, e não podem ser importadas de outros contextos, caso contrário tornam a organização absoluta como um mito alienante) e a síntese cultural (a superação de qualquer aspecto induzido – em oposição à ideia de uma invasão cultural, a ação transformadora se constitui enquanto síntese da relação dialética entre os conhecimentos do povo e daqueles que se colocam como lideranças, pois os conhecimentos se fundem em uma nova visão de mundo que enriquece ambas as partes). Dessa forma, estimula-se os processos revolucionários latentes que aguardavam a união das pessoas para se manifestar, ou lideranças que

já têm o ideal de cooperação que o projeto propõe (como acredito ser o caso do Ribeiro de Abreu), mas não encontram os caminhos para construir com o povo a libertação de ambos. O fluxo de aprendizados fruto da ação cultural dialógica não é simples, constitui um processo com contradições, mas a reflexão do grupo sobre o processo e a comunicação atenta às invasões culturais (heterônomas) são o tipo de interação que os levaria ao compartilhamento desse ideal e também precisará se reinventar à medida que transformam a realidade.

Ainda durante a pesquisa-ação definimos conjuntamente que mobilização social é um *"conjunto de ferramentas e estratégias adotadas por um grupo de voluntários que agem em comum acordo em prol da liberdade e melhoria da qualidade de vida de todos, com ou sem apoio de pessoas de fora e com ou sem envolvimento com o poder público. A amizade facilita a colaboração e a conscientização é a motivação para a ação, e não o convencimento"*. Adiciono a esse conceito um ponto adicional: o **espaço importa**, que é o que nos permite trabalhar a ideia de mobilização sócio-espacial. Esse é o quinto princípio que orienta a experimentação crítica. Se o processo de entendimento de mundo e reflexão sobre ele parte sempre da própria realidade dos sujeitos e deve tornar-se instrumento deles próprios para agir sobre essa realidade, em uma relação dialética, para mim, apesar de não usar esses termos, Freire (1979a) tentava estabelecer essa relação dialética com o espaço. Nesse sentido, tinha como objetivo partir da vida cotidiana (urbana ou rural) de um grupo sócio-espacial, para que pudessem refletir sobre as condições em que vivem e como chegaram até ali, e, se distanciando desse mundo para observá-lo de forma crítica, criassem uma nova ação, transformando o espaço em que vivem. Para isso, o potencial do Oasis de estimular que membros de um grupo sócio-espacial possam se unir para agir sobre a própria realidade era o meu ponto de partida. Mas não poderia deixar que as ações do grupo sobre o espaço se sobrepusessem ao debate das formas de interagir – precisava estar evidenciada a relação dialética que existe na produção social do espaço (LEFEBVRE, 2006).

O planejamento urbano tende a produzir espaços homogêneos que desconsideram as especificidades da população que vive na região. Na perspectiva de Lefebvre (2006), tais espaços são entendidos como abstratos, em oposição àquele que recebe:

[...] o nome de espaço diferencial. Por que? Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o

espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento (LEFEBVRE, 2006, p.97).

A possibilidade de um espaço de encontro e simultaneidade, como defende Lefebvre, costuma ser negligenciada pelo Estado. Para tanto, precisariam ser constantes as reflexões entre os atores sobre a forma como se organizam e sobre a noção de que podem se articular e rearticular em grupos com potencial de agir no espaço comum sem que se prendam a uma forma única de interação e atuação. E a compreensão do espaço em que vivem não poderia ser abstrata, mas fruto de uma interação coletiva que objetiva transformá-lo enquanto o vivencia e o questiona, simultaneamente (dialeticamente).

As dinâmicas do Olhar e do Afeto propostas pelo método do Oasis, em que os participantes são convidados a reconhecer belezas, recursos, talentos e histórias inspiradoras no bairro, me parecem um ponto de partida interessante para trazer elementos sobre essas questões e incentivar o debate. O reconhecimento de belezas, recursos, talentos e histórias proporciona uma boa quantidade de informações sobre a dinâmica sócio-espacial em questão. Mas me preocupava com a velocidade com que passávamos por essa etapa durante o Oasis, apenas identificando-as, sem refletir sobre elas. E como os moradores do bairro muitas vezes não participavam dessas atividades (quando o grupo é composto apenas de mobilizadores externos), não viravam essa chave, não entendiam o próprio bairro como produtor de belezas, detentor de talentos e recursos próprios e não reconheciam as histórias de vida que já transformavam a realidade do local por meio da autoprodução do espaço. Além disso, na perspectiva do “olhar apreciativo” em que as potências (a abundância) são valorizadas em detrimento das faltas, tenho receio de que alguns mobilizadores minimizem a disparidade sócio-espacial que existe, e não se atenham para as relações de opressão internas ao bairro (dualidade opressor-oprimido), e que os moradores não são apenas vítimas da desigualdade, mas reprodutores dela. Dessa forma, exatamente por ser inviável substituir os pressupostos que nos levam às relações de opressão que encaramos como mais naturais sem desnaturalizá-las, me parece sensato propor alternativas para que a opressão se revele como tal. Em quatro finais de semana, trabalhando com uma pequena parcela dos moradores de um bairro, talvez não seja possível evidenciar toda a opressão a que estão submetidos, mas estimular que se invente

algo novo, sem que o próprio grupo defina com clareza o que é o antigo de que querem se livrar, pode não trazer mudança alguma.

A partir dessa base inicial de princípios, comecei a levantar também outras perguntas que formaram o processo de experimentação crítica: O estímulo ao diálogo é desempenhado pelos educadores que, no método de alfabetização proposto por Freire (1979a) é o coordenador de debates. Seria possível substituir esse papel por ferramentas que pudessem ser controladas pelo próprio grupo? Não deveria partir do próprio grupo o desejo pela participação? Posso realmente estimular essa participação? Se estamos falando de um processo de mobilização de pessoas, em um contexto que não é comum que o façam e é preciso chamá-las, como seria esse convite? Consciente da minha própria condição de oprimido-opressor, se chegasse de antemão com um método pronto (prescritivo), reproduziria meus preconceitos, seria uma “falsa generosidade”, por não acreditar que os oprimidos são capazes de pensar por eles mesmos sua libertação, risco a que estão submetidos todos aqueles que experimentam a *“passagem que fazem representantes do polo opressor ao polo dos oprimidos. De sua adesão à luta destes por libertar-se”* (FREIRE. 2018. p.65). Para que não recaísse no mesmo modelo de convencimento, manipulação e reprodução, precisaria ser um convite para um tipo específico de interação que os levasse à comunicação, da qual eu não poderia ser o mediador. Ao menos não por muito tempo, afinal, não queria estabelecer uma relação de dependência e sim que eles mesmos se engajassem em uma mobilização contínua.

Retomando uma ideia debatida no quarto capítulo, o Oasis pode se desenrolar em uma estrutura que é “circense demais”. Lá, o circense dizia respeito à magnitude das ações e dos talentos e recursos disponíveis para produzir a ação, que quando parecem distantes da capacidade de reprodução da população, acabam por se apresentar como inatingíveis e levam a uma relação de dependência com quem veio de fora. Assim, o circense pode ser entendido como um espetáculo em que os moradores não participam, mas apenas assistem, e se vem desolados quando o circo desarma sua tenda e parte para outra região. Essa sensação, de não conseguir se apropriar do espetáculo para reproduzi-lo e reinventá-lo se dá porque a estrutura do jogo é fechada, em oposição ao sentido que Baltazar (2014) a partir de Flusser da para a ideia de um jogo aberto.

Flusser propõe que ‘jogo’ seja todo sistema composto de elementos combináveis de acordo com regras. Que a soma das regras seja a ‘estrutura do jogo’. Que a totalidade das combinações possíveis do repertório na estrutura seja a ‘competência do jogo’. E que a

totalidade das combinações realizadas seja o ‘universo do jogo’” (Flusser, s.d.a). No caso do jogo da velha, por exemplo, estrutura (soma das regras) e repertório são fechados, e por isso todas as possibilidades do jogo já foram reveladas, ou seja, o jogo “acaba”, pois a competência e o universo do jogo coincidem (todas as combinações possíveis do repertório na estrutura já foram realizadas). No caso de jogos com estrutura e repertório abertos, competência e universo não coincidem. Ainda que sejam finitos e limitados (pois estrutura e repertório infinitos implicariam injogabilidade) são possivelmente inesgotáveis. O jogo aberto pressupõe que estrutura seja modificada e repertório reduzido ou aumentado. Tal alteração garante a infinitude do jogo com finitude de estrutura e repertório. O jogo aberto é condição pós-histórica. O homem “distingue-se dos aparelhos que criou no curso de seus jogos pela sua capacidade de constantemente abrir seus jogos” (Flusser, s.d.a). Em outras palavras, deixa de ser funcionário de seus aparelhos e passa a jogar com eles (Flusser, 1985a) (BALTAZAR, 2014. p.12)

A estrutura do Jogo Oasis pode ser alterada pelos facilitadores e, em alguma medida, se estende aos mobilizadores de acordo com a capacidade de o facilitador apresentá-lo de forma não prescritiva. Porém, se o universo do jogo tende para uma intervenção no espaço (os resultados de cada etapa se aproximam dessa realização, culminando no mutirão) com um sentido e um ritmo definidos pela estrutura (heterônoma) que os passos sugerem, trata-se de um jogo fechado. Por mais que os passos incitem uma cooperação, ela é forjada em oposição à competição que se expande cada vez mais com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, mas sem colocá-las em evidência. Se entendemos então os personagens, os encontros comunitários, a própria dinâmica de interação que o jogo propõe (de mais escuta e diálogo) como sua estrutura, não são passíveis de abertura pelos moradores (nos dois casos, a tendência após o Oasis foi a realização de reuniões que não incorporavam esse repertório, mas usavam a estrutura típica das reuniões anteriores ao processo) pois terminam o jogo sem a capacidade de transformá-lo. A estrutura é então fechada, pois os moradores não manipulam as regras do jogo, ou seja, não manipulam as relações sociais que os levam a produzir os resultados do processo de mobilização (personagens que levam a papéis pré-definidos, dinâmica das reuniões que convidam para maior participação mas dependem de um facilitador, troca de sonhos que lembram os moradores de que podem pensar o que querem para a região, contudo, limitados à maquete coletiva em que materializam a concepção abstrata que têm do espaço, apenas para citar alguns exemplos).

Essa estrutura fechada pode parecer aberta quando entendemos que é a comunidade que define os sonhos que serão realizados. No entanto, o esforço do Elos de trabalhar com sonhos no lugar de demandas, que me parece ser uma tentativa de sair da lógica de resolver problemas pura e

simplesmente, não é suficiente se a dinâmica do jogo tende para produtos e não para o processo de entendimento desses sonhos e para a revisão da própria estrutura que os direciona à produção desses sonhos e não de outros. Por ser fechado, o jogo leva a proposições que costumam se limitar às necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico-industrial (ILICH, 1978; 1990). Não importa se chamamos de sonhos ou não, mas me parece interessante construir um direcionamento com os moradores do que seja impossível de se realizar (ao menos em um curto espaço de tempo), uma utopia, no sentido que Lefebvre (2006) dá a ela. Em outras palavras, permitir que as pessoas reflitam sobre os modelos de espaços concebidos abstratamente e se esforcem para propor alternativas, incita um processo de aprendizado sócio-espacial, e, mesmo que essas pessoas cheguem a resultados que ainda assim reproduzam as relações de produção dominantes, deram um passo atrás e avaliaram o que foi proposto, dando maior relevância para o processo político-pedagógico instaurado do que para o resultado em si. Os sonhos, quando são referências de outros Oasis ou imagens da expectativa do que se quer reproduzir da cidade formal - não necessariamente pelo valor de uso, mas pelo valor simbólico de atendimento às necessidades - são imagens concebidas (abstratas) que entram na dinâmica por serem sedutoras, em favor da produção do espaço pelos moradores (o que é positivo até certo ponto). Nesse sentido, o sexto princípio que orienta a mobilização sócio-espacial é o que chamo de **estrutura aberta**. Para que, a partir da experiência, os envolvidos sejam estimulados a abrir também outras estruturas. A ideia é que seja possível construir uma nova imaginação seguindo a lógica do argumento de Flusser da pós-história, da criação de um “novo homem” que seja capaz de abrir os jogos (sistemas) cotidianos. Com isso:

[...] o ponto que interessa nessa discussão é precisamente a mudança política nas relações sociais que essa nova imaginação pressupõe. Para Flusser, “o engajamento político não pode mais ser um esforço para mudar a sociedade ou o ser humano, mas a tentativa de programar ou desprogramar o campo das relações sociais” (Flusser, 1988c). Podemos entender esse campo como a estrutura que viabiliza relações sociais. Nessa interpretação, a proposta de Flusser seria concentrarmos nossos esforços em atuar sobre esse campo/estrutura (estratégia de construção de baixo para cima, visando autonomia) e não interferir diretamente na sociedade ou no indivíduo (estratégia de intervenção heterônoma, de cima para baixo) (BALTAZAR, 2014. p.11).

Contudo, se a imagem não é usada para “problematizar a condição social, colocando-a em evidência, assumindo a condição pós-histórica de abertura para o jogo [...]” (BALTAZAR, 2014.

p. 17), ele acaba por reproduzir essa condição social, assim como a autoprodução discutida no segundo capítulo. Afinal, “a autonomia dos diretamente interessados nas estruturas sociais não podem ser garantidas, mas podem ser possibilitadas. Cabe aos criadores de estruturas conceberem a abertura e aos usuários decidirem se serão funcionários ou jogadores” (BALTAZAR, 2014. P. 19). O problema do Oasis ser circense não está no espetáculo em si, mas no fato de que sua produção se restringe a alguns poucos em oposição àqueles que interagem como meros expectadores (ouvintes) mais do que atores (falantes). Produzir o espetáculo é expressar-se não só no momento de sua realização (contribuindo com sonhos, desenhando a maquete e colocando a mão na massa no mutirão), mas colocar a própria subjetividade como aspecto fundante de sua estrutura. A alguém, ou um grupo sócio-espacial, que talvez não tenha encarado esse tipo de interação propositiva e emancipatória como possibilidade de produção do espaço (social), cabe, portanto, experimentá-la ou ensaiá-la.

Explorando ainda mais a transdisciplinaridade para além da pedagogia, acabei me encontrando com o Teatro. Recorri às propostas dos jogos e exercícios do Teatro do Oprimido de Augusto Boal (2015) para experimentar um tipo de interação que estimulasse essa apropriação subjetiva sobre o processo. Em especial, recorri ao que Boal chama de teatro-imagem para criar interfaces de interação entre os mobilizadores, nas quais eu não prescreveria seu conteúdo, estimulando o diálogo entre eles, tentando me ausentar do papel de mediador, ao menos momentaneamente, para que eles mesmos redefinissem as estruturas da interação. Além do Teatro do Oprimido, mas inspirado nos pressupostos de Boal, tentei criar outras interfaces que permitissem esse controle das estruturas do jogo pelos jogadores. A ideia seria propor uma estrutura que pudesse ser alterada durante o processo. Pois entendo que estrutura aberta também não pode ser a ausência de estruturas, nem a estruturação excessiva. E, como o que eu propunha viria de fora, não poderia ser assimilado sem questionamentos porque, assim, o grupo não saberia mudar depois. Nesse sentido, a tentativa de abrir o jogo na experimentação crítica passaria pela busca do que pode ser chamado de uma “interação lúdica” (BALTAZAR et al, 2019): para além de um caminho prescrito de sonhos que levam a uma fazeção acrítica, pelo contrário, um envolvimento ativo e contínuo com o conteúdo do processo e da estrutura que o direciona, sintetizando novas possibilidades. De forma que os participantes não seriam estimulados a interagir apenas com o jogo em si como proposta de mobilização sócio-espacial, mas com a própria ideia de uma mobilização

sócio-espacial, em diálogo entre eles, repensando as estruturas do processo. **Interação lúdica** é o sétimo e último princípio que estabeleci para a experimentação.

Toda a construção do Teatro do Oprimido gira em torno da tomada dos meios de produção cultural pelo povo. Em torno do teatro e da produção teatral, mas como um ensaio da produção estética da própria vida e da vida em sociedade. Em outros termos, um processo de libertação dos oprimidos da condição de espectadores frente às relações sociais que os exploram, diminuem e restringem sua criatividade perante o mundo. Para que isso aconteça, tanto os espectadores quanto os atores saem de sua condição estática para se tornarem *espectadores*. Boal traça um paralelo da relação ator-espectador como uma relação de opressão quando se estabelece sempre unilateralmente. É a situação em que não há diálogo, mas um monólogo e:

[...] existe em toda parte, em todas as relações inter-humanas. Ela existe, ou tende a existir, nas relações professor-aluno, pai-filho, marido-mulher (ou vice-versa), sargento-soldado, e assim por diante. Ela se sacraliza na relação ator-espectador. É nessa relação que o monólogo atinge seu mais alto grau de estratificação, em que o código social se transforma num ritual, e esse num verdadeiro rito (BOAL, 2015, p.372).

Se se mantém unilateral pela força de um ritual e se repete assim na cultura, um dos lados é sempre sujeito e o outro objeto (oprimido), portanto, precisa haver um revezamento constante nos papéis para que se possa ser considerado um diálogo. Esses não podem ser fixos, pois "essa relação intransitiva é sempre autoritária, castradora, inibidora, e deve ser destruída em qualquer estrato da sociedade em que se encontrar, na família ou no partido político, na escola ou na paróquia, no bairro ou no teatro" (BOAL, 2015, p.373). Ao trazer o Teatro do Oprimido para a experimentação crítica, esperava que os envolvidos refletissem sobre os papéis de atores e espectadores da própria vida: dotados de ação e a capacidade de observar e refletir sobre a própria ação. Se estava diante de uma construção espetacular em que os participantes se aproximavam apenas como espectadores, as técnicas e exercícios do Teatro do Oprimido pareciam ser um bom ponto de partida para estimular essa interação lúdica em que aqueles que interagem vão além do que eu prescrevo e constroem eles mesmos sua expressão. Decidi levar a sério a pressuposição de Boal (2015, p.17) de que "*somos todos teatro, até quando não fazemos teatro.*" Passei a encarar todo o processo de formação como um teatro, em que os atores ensaiavam as diversas formas de mobilização social que poderíamos inventar. Segundo Boal, "*se você age a ação real numa ação fictícia, é um ensaio*

da ação, não a própria ação, enquanto tal; ainda assim uma ação, mas que não lhe dá o sentimento de ter concluído a ação real. Ela estimula a sua vontade de realizá-la, faz você sentir vontade" (BOAL, 2015, p.348). Dessa forma, seria estimulada uma experimentação crítica encarando a prática como um ensaio, os moradores seriam incentivados a fazê-lo em um ambiente controlado, contudo, já praticavam, sem se restringir pelo peso com que normalmente encaram a ação concreta. A título de exemplo, trazendo um aspecto do caso do Conjunto que ainda não foi detalhado, uma moradora chegou a dizer que não se sentia confortável para convidar as pessoas para o projeto, achava que poderia dizer algo errado por mais que estivesse ouvindo dos outros as formas como fariam as perguntas na etapa que realizariam em seguida (sonho). Bastou pedir que ela ensaiasse algumas dessas perguntas para que ela se sentisse mais confortável em fazer esse convite.

Entretanto, não foi possível me aprofundar nos jogos e exercícios e nas distintas técnicas do Teatro do Oprimido com o grupo, apesar de conseguirmos focar em dois níveis: aquilo que Boal chama de desmecanização do corpo e algumas práticas do teatro-imagem. A ideia da desmecanização do corpo pode ser entendida tanto quanto metáfora, para que seja transportada para a vida cotidiana, quanto de fato abrir possibilidades corporais não imaginadas. A reflexão de Boal parte das técnicas de ensaio de Stanislavsky que estimulam um processo de observação das próprias sensações e das emoções que são mobilizadas (de dentro para fora) ao atuar (e ao agir no mundo). Segundo Boal:

[...] como podemos esperar que as emoções se manifestem "livremente" através do corpo do ator, se tal instrumento (nosso corpo) está mecanizado, muscularmente automatizado e insensível em 90% das suas possibilidades? Uma nova emoção, quando a sentimos, corre o risco de ser cristalizada pelo nosso comportamento mecanizado, pelas nossas formas habituais de agir e de nos expressar. É como se vivêssemos dentro de escafandros musculares: seja qual for a emoção que sentimos dentro dessa vestimenta, nossa aparência exterior será sempre a do escafandro. [...] Por que é que o corpo do ator está mecanizado? Pela incessante repetição de gestos e de expressões. Nossos sentidos têm enorme capacidade para registrar sensações e igual capacidade para selecionar e hierarquizar essas sensações; para exprimir nossas ideias e emoções, e para selecionar e hierarquizar essas emoções e ideias (BOAL, 2015, p.73).

Desmecanização das interações poderia ser também o nome que dou a esse que é o sétimo princípio que chamo de **interação lúdica**. Pois é exatamente esse tipo de interação não prescrita que buscava. Já que as prescrições do corpo são também culturais, do hábito, aquilo que está tão arraigado nas interações que passa a ser natural. Questões corporais que podem parecer simples como "abaixar a

cabeça" frente à opressão policial, que constantemente ataca a juventude negra, ou "cruzar os braços" frente à participação social no bairro, ganham outros sentidos quando refletimos também sobre um corpo viciado que identifica a opressão nas formas como está habituado e pode encontrar outras formas de se expressar (e lutar). Além disso, tentava, assim como Boal (2015, p.65) usar *"exercícios e jogos, não só para aquecer o público e a plateia, mas também para criar uma atmosfera agradável e certa "conexão artística"*. Essa conexão artística auxilia também na produção coletiva das sistematizações e nos debates que se tornam menos formais e mais significativos.

Já o teatro-imagem se revelou como oportunidade de estabelecer diálogo para além da palavra e facilitar a comunicação sensível em um contexto em que "saber falar bem" entra como fator essencial para determinar "quem deve ser escutado". Não é raro ouvir de moradores de vilas e favelas, em português claro, que não vão participar da reunião e falar em público por que não sabem falar português. Se a própria linguagem falada e o preconceito linguístico que carregamos nas nossas interações delimitam a expressividade das pessoas, trabalhar com imagem parecia ajudar nessa interação. O que propõe Boal é que:

Quando trabalhamos com imagens, não devemos tentar entender o significado de cada imagem, mas sim sentir as imagens e utilizar nossa memória e poder de imaginação. As imagens são sua própria linguagem, e o significado de uma imagem é a imagem em si. A imagem do real é real - como imagem. Quando eu estabeleço, com ajuda de outras pessoas e objetos, a minha própria imagem da realidade, essa imagem é real em si mesma. Nós trabalhamos com a realidade da imagem, não com a imagem do real. [...] Imagens são superfícies que refletem o que nelas é projetado. Assim como objetos atingidos pela luz, as imagens conseguem refletir emoções, ideias, lembranças, desejos e observações (BOAL, 2015, p.215-216).

Na prática, a interação lúdica se estabelece por que as pessoas vão além da linguagem falada, que é também uma interface para acessar a própria subjetividade e uma intersubjetividade sobre temas comuns. O teatro-imagem pode ser entendido como uma outra interface para estabelecer uma comunicação, pois está "baseado no reflexo múltiplo do olhar do outro" (BOAL, 2015, p.216). Os próprios espectadores constroem uma imagem, com o próprio corpo ou usando objetos, e juntos:

[...] olham uma imagem e expressam os sentimentos e representações que foram desencadeados por conta dela. Essa reflexão intensa pode revelar os significados

escondidos da imagem à pessoa que a criou. Fica a cargo do protagonista, ou seja, aquele que criou a imagem, decidir o que quer levar para si desse processo (BOAL, 2015, p.216).

Experiência que aproxima a interação de um diálogo mais subjetivo. Foi usado em dois momentos distintos: para debater imagens de como a participação se dava no bairro e como a mobilização tentava mudar essa realidade, bem como as alternativas ideais para a situação em que se encontravam; e, no momento em que nos propusemos a construir a maquete, que na experimentação crítica foi uma maquete corporal, que ajudou a delimitar a dialética sócio-espacial do sonho proposto.

A essa altura, já está mais que evidente a aproximação dos princípios que direcionam a experimentação para um debate político no sentido das relações de poder, especialmente quando se colocam de forma opressiva. Contudo, é importante lembrar que discutir política (opressão, desigualdades de poder), especialmente a política partidária, tendeu a afastar completamente boa parte dos moradores da interação (nos dois casos analisados). Em alguma medida a lógica da celebração que o Instituto Elos propõe como transversal a todo o processo - em que elementos como o cortejo pelo bairro e a troca de sonhos para convidar as pessoas, transformar o mutirão em uma festa em que todos participam (com música e banquetes coletivos) e também as danças circulares - são aspectos interessantes que podem ajudar a compensar essa resistência ao debate politizado. As danças circulares, entretanto, com as quais não me identifico pessoalmente, parecem afastar também alguns moradores, principalmente homens adultos e algumas pessoas que dizem não participar por serem religiosas (quase sempre evangélicos que identificam certa sacralidade nas danças e acabam se afastando do processo). Faço essa avaliação a partir de outras experiências de aplicação do Jogo Oasis, pois não aconteceu na VNC (e não usamos as danças no RdA). Ainda assim, percebo indícios de que o tipo de interação que os moradores estabelecem quando se envolvem com o corpo, de forma divertida, abre espaço para um envolvimento mais profundo, eles se conectam de forma menos formal e mais aberta para o diálogo, talvez por desinibir os participantes já que eles se expõem (juntos) a uma situação atípica que quebra com a rotina. Na VNC, ao final do mutirão, um grupo de mulheres pediu para que dançássemos uma das músicas que havíamos usado em alguns dias para um “aquecimento” do grupo no período da manhã. Mesmo cansadas, queriam dançar mais uma vez. Tínhamos acabado de dançar uma outra música que trouxe principalmente as crianças que estavam tímidas, fora da roda, para a interação nesse momento final

em que várias pessoas (crianças e adultos) foram ao microfone para falar do processo vivido (Foto 3). Acredito que as atividades do Teatro do Oprimido sejam capazes de estimular essa mesma interação. E, nesse caso, a ludicidade da interação não estaria apenas no aspecto mencionado de ser considerada divertida e por isso ajudar nessa quebra da timidez, apesar de ser algo interessante para o processo. Mas na possibilidade de as pessoas interagirem entre elas e com o conteúdo do que está sendo proposto (regras e pressupostos de mobilização social do Oasis), e não apenas com a interface (atividades do Oasis) (BALTAZAR et al, 2019).

Além disso, compreender a festa e o lúdico como ato político é também buscar construir novas formas de participação social na expressão mais espontânea da experiência coletiva. Encarar todo o processo de transformação social, que costuma ser encarado pela esquerda tradicional (nos partidos políticos, sindicatos e também nas associações de bairro) de forma sisuda e formal, como uma grande festa, é também uma forma de rebeldia, e será sempre potente enquanto trouxer consigo, como nos indica Inácio (1995, p. 19) “a busca da liberdade, a construção de laços de solidariedade no grupo e a demarcação da identidade social.” Nesse sentido, ocorre “uma ampliação do sentido da festa: não apenas a festa-farra, mas a dimensão festiva da ação política que se expressa nas artes, no lúdico, no humor, na comunicação política” (INÁCIO, 1995, p. 19). Vincular a participação social não à produção e ao trabalho, mas àquilo que se decide fazer no tempo livre, por prazer e não por necessidade, é a chave do que espero encontrar nessa experimentação. As decisões sobre o espaço não podem ser exercício apenas de políticos profissionais e técnicos planejadores, mas também não tem como único contraponto lideranças revolucionárias. Parece ser necessária, como nos indica Inácio, a “revisão de conceitos como militância, revolução, luta armada, socialismo. Para uns, eles se apresentam como superados, para outros, como passíveis de resignificação” (INÁCIO, 1995. p.22).

Dessa forma, ao levar adiante a experimentação crítica, tinha o seguinte quadro de princípios:

Quadro 3 - Princípios da Mobilização Sócio-espacial

1 - Autorreflexão constante: Sobre o que está sendo feito, sistematizando aprendizados, mudando o olhar sobre aquilo que parecia ser óbvio ou natural. Pesquisa-ação como princípio e não como

método. Auto-organização enquanto processo pedagógico. [SOUZA (CASTORIADIS), KAPP, MILAGRES, FREIRE]

2 - Opressão existe e não se revela sozinha: Entender que estamos impregnados de relações de opressão (dialética opressor-oprimido) que não percebemos, mas nos direcionam automaticamente para uma visão de mundo. E por mais que possamos não conseguir se desfazer delas de uma hora para outra, a tomada de consciência de que existem, permite uma análise crítica de cada situação. Evidenciar as relações de opressão a que estamos submetidos como oprimidos ou como opressores. [FREIRE, BOAL]

3 - Conscientização Histórica: A consciência de que os moradores (todos nós) são produto e produtores das relações sociais em que vivem e podem mudá-las, mas esse será um processo extremamente difícil. Pois não depende só deles. Debater sobre a própria vida e o mundo em que vivem é um bom ponto de partida. Para isso, reconhecer a história do que já existe no bairro. Ter clareza do que você está fazendo e como isso se dá na história. [FREIRE]

4 - Dialogicidade: O Foco é no diálogo, na comunicação e no aprendizado do processo e não na resolução de problemas. Não apenas um diálogo com o facilitador, mas entre os moradores e mobilizadores e entre os moradores. Já existe ali a consciência crítica do mundo em que vivem, entre eles podem se estimular a compartilhá-la. [FREIRE]

5 - Espaço importa: Que o grupo possa levar adiante a ideia de uma mobilização não apenas social, mas sócio-espacial: Produzir novas relações sociais está dialeticamente relacionado com produzir espaço. Assim, discussões sobre a produção do espaço são imprescindíveis para ampliar o imaginário e estimular a produção de espaços que se aproximam do que Lefebvre chama de espaço diferencial. [LEFEBVRE]

6 - Estrutura aberta: Foco nas ações ordinárias, nas estruturas do cotidiano e do espaço vivido, que possam ser reinventadas ou replicadas de forma crítica por aqueles que participam do processo. Estrutura que não prescreve, mas convida para mudança: para “abertura do jogo”. [FLUSSER, BALTAZAR]

7 - Interação lúdica: Trazer para um tipo de interação lúdica. Atividades (estruturas) que permitam a problematização de seu conteúdo, ao mesmo tempo em que seduzem. Cuidado com o que é "circense demais", ou focado no produto e não no processo. Frente à opressão, o lúdico entra também como ferramenta para não desmobilizar o grupo. A lógica da ação, do fazer, interagir com o corpo, aprender com o corpo é explorada em complemento à lógica do discurso e do debate. São também outras formas de expressão. [BALTAZAR, BOAL]

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2018).

Em poucas frases, enumerando os princípios de 1 a 7, o caminho proposto é o de instaurar a (1) **autorreflexão constante** como complemento da prática de intervenção no espaço (que o Oasis foi capaz de incentivar limitada a uma fazeção acrílica). Assim, temos uma ação reflexiva que precisa levar em conta que as relações sócio-espaciais locais não são naturais, mas fruto de uma cultura específica que está permeada de (2) **relações de opressão que precisam ser superadas**, caso contrário, reproduzem o sistema social tal como está, sem abrir-se para alternativas. A forma como parece ser possível fazê-lo é (3) **conscientizando-se do seu lugar e papel na história** na interação com a realidade, e em (4) **relação dialógica** com os outros, descobrindo-se assim produtores de cultura. E, se produzem cultura, também a materializam no espaço. Dialeticamente, se o espaço é resultado da conformação das relações em que vivem, (5) **mudar o espaço também é mudar a cultura**. Assim, apesar de existir a relação dialética entre o social (cultural) e o espacial, não é automática a reflexão entre os termos, cabe treinar o olhar para aprender a disinguí-los para que sejam perceptíveis enquanto tais. E, como trago comigo os preconceitos dos opressores, assim como aqueles que fazem parte do grupo sócio-espacial com quem pretendia trabalhar em conjunto, não poderia inculcar heteronomamente uma estrutura de interação fechada que impossibilita seu redesenho. A resposta não está na forma que toma a estrutura, mas na capacidade de criá-la e adaptá-la a novos contextos que se apresentem. Entendo, portanto, que o processo deve ser construído em uma (6) **estrutura aberta** ancorada em um tipo de (7) **interação lúdica** (BALTAZAR, 2019; BOAL, 2015), que contenha em si a lógica da festa e da expressão popular em suas diferentes formas como instância mobilizadora (INÁCIO, 1995).

De antemão, é preciso dizer que talvez não tenha sido possível trabalhar em profundidade cada um dos princípios ao longo do exercício. E, mesmo quando tentei, talvez não tenha feito a escolha da atividade certa, e também não saberia como medir em que nível impactam as ações

futuras do grupo de mobilizadores que se formou. São, portanto, princípios que considerei ao longo do processo, tentava dialogar com o grupo a partir deles, às vezes de forma mais tímida e insegura, às vezes mais disposto a encarar o debate. No próximo capítulo, em que apresento o desenrolar das atividades de experimentação crítica, demonstro como me ative mais àquilo que apareceu fortemente na reflexão sobre o método desenvolvida pelos próprios moradores no início do processo: a relação mobilizador-morador na definição dos sonhos. Assim, acredito ter incorporado também a lógica daqueles que experimentavam junto comigo.

6 EXPERIMENTAÇÃO CRÍTICA

O que venho chamando de experimentação crítica recebeu o nome de Curso de Formação de Mobilizadores Sociais, que realizei no Conjunto Ribeiro de Abreu, de março a junho de 2018, com três meses posteriores de acompanhamento – de julho a setembro. Ainda diante do objetivo comum de aumentar o número de participantes da Turma do Parquinho e torná-la mais ativa nas questões do bairro, decidimos criar o curso que seria um novo processo de mobilização comunitária. Pois, para que a experimentação fosse proveitosa, toda reunião propositiva precisaria ser um seminário de debate, seguindo os princípios da mobilização sócio-espacial definidos no capítulo 5. Entendi que o processo precisaria estar munido de ferramentas que estimulassem a reflexão durante as próprias reuniões e a conscientização do grupo sobre o processo a que estavam sendo submetidos. Assim, definimos que o grupo seria protagonista de uma ação de mobilização que tivesse o Jogo Oasis como referência metodológica, mas no formato de um curso, em que aprenderiam o processo de mobilização proposto para que pudessem imaginar outras formas de atuar. Por isso, antes de ir para a prática, compartilhei com os envolvidos o que o Oasis propõe e quais eram as minhas críticas ao método, em um momento em que eles mesmos levantavam o que acreditavam ser os impactos de usar as atividades do Jogo Oasis e suas limitações. Tivemos dois encontros com esse foco. Assim, mesmo que eu continuasse sendo o especialista, partíamos de um método que tem falhas e limitações, e eles estavam explicitamente convidados a identificar essas limitações e repensar as estratégias. Assim, como estava explícito desde o início que eu não estaria ali para sempre, o objetivo era experimentar novas técnicas, criticá-las e formar mobilizadores para que seguissem com a experimentação crítica.

O calendário das atividades partiu de uma base proposta por mim, modificada pela Turma do Parquinho, mas foi definido junto com um novo grupo que chamamos de Mobilizadores do Conjunto, que tinha apenas três membros que também fazem parte da Turma do Parquinho. Apesar de não terem participado ativamente, outros membros da Turma do Parquinho ajudaram a convidar moradores e acompanharam as atividades à distância. Alguns chegaram a participar do mutirão realizado no mês de junho de 2018. Começamos, eu e representantes do COMUPRA, cuja sede está no Conjunto Ribeiro de Abreu, convidando pessoas que tivessem interesse de participar de projetos comunitários, principalmente aquelas que moram nos arredores do local onde imaginávamos que seria realizada a ação: às margens do Ribeirão Onça, próximo à nascente

fundamental do Parque Ciliar. Os objetivos eram (1) aprender na prática sobre mobilização social; (2) trazer mais moradores para os projetos do grupo inicial; (3) criar um grupo de apoio no bairro vizinho para fortalecer as ações; (4) dar continuidade ao projeto do parque já iniciado em mais um local; e (5) pressionar a prefeitura para que acelerassem os processos de construção da ponte frente à crescente mobilização social do bairro.

Durante a experimentação crítica manteve a estrutura comum aos outros projetos, mas encarando o processo de outra forma, como espaço formativo por excelência, espaço de experimentação e reflexão crítica, e com quatro diferenças primordiais: a evidenciação da estrutura das reuniões seguida de reflexão aprofundada acerca do que estava sendo realizado, com momentos específicos para reflexão sobre as técnicas e ferramentas usadas; a decisão de que apenas moradores da região participassem das ações de mobilização e principalmente aqueles que já se envolvem ou têm interesse de seguir mobilizando o bairro e a região; uma etapa anterior ao início da mobilização em que o grupo de mobilizadores discutiu o método e refletiu sobre seus impactos e limitações; e a introdução de exercícios e jogos do Teatro do Oprimido (BOAL, 2015) no processo, com o objetivo de estimular um tipo de interação corporal e não verbal, substituindo as danças circulares propostas pelo Instituto Elos.

O Conjunto Habitacional Antônio Ribeiro de Abreu, onde nos propusemos à experimentação crítica, foi construído na década de 80, e é considerado oficialmente como parte do bairro Ribeiro de Abreu. Entretanto, os moradores costumam se referir ao local como sendo um outro bairro. Existe a Associação de Moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu (AMCRA), que foi criticada repetidas vezes por moradores que se envolveram nas atividades como não atuante, distante da população, fechada e centralizadora. Além disso, é proprietária de inúmeros terrenos vazios espalhados entre os prédios que compõem o conjunto de prédios e casas. A maioria deles está tomada por capim e contribuem para a sensação de insegurança de muitos moradores. Existe uma divisão entre aqueles que são do Ribeiro e aqueles que são do Conjunto, e que, segundo os moradores que participavam das reuniões de pesquisa-ação, é histórica. Alguns atribuem a rixas de futebol, outros ao fato de que as populações que vieram morar no Conjunto, quando foi construído, tinham renda mais alta e se viam como superiores. Cheguei a escutar de um morador: *"lá, só porque moram nos predinhos e as ruas são certinhas, acham que não são favela. Mas aqui é tudo igual."* Segundo me contou o presidente da AMCRA, foi um bairro planejado, diferentemente do Ribeiro

de Abreu que teve seu processo de ocupação de forma menos ordenada. A divisão é reforçada hoje principalmente pela divisão das áreas que são atendidas por cada um dos dois centros de saúde existentes no bairro. Apesar de existir um caminho plano passando pelas margens do Ribeirão Onça, que está dentro do projeto do Parque, só há vias e calçadas passando por ruas com inclinação bastante acentuada. Assim, o relevo do bairro também ajuda a dividir a população. Entretanto, o ônibus que dá acesso ao Conjunto passa pelo parquinho construído no Oasis RdA (em abril de 2017), que surpreendeu boa parte dos moradores dos dois bairros quando surgiu de repente e seguiu sendo transformado ao longo do ano. Assim, a maior parte dos moradores que se envolveram posteriormente com o projeto tinham informações imprecisas sobre o que de fato havia acontecido na construção do parquinho, mas sabiam que era possível fazer algo. Ciente dessa repercussão, usar o exemplo do "parquinho perto da primeira ponte" ajudou a situar as pessoas com quem conversávamos sobre o projeto, e certamente influenciou na expectativa que os moradores tinham ao se engajar nas ações. Para conectar essa referência ao projeto anterior, apelidamos este processo de Oasis do Conjunto.

Decidi organizar este capítulo a partir de perguntas que sintetizam distintos aspectos do processo de mobilização sócio-espacial experimentado criticamente com os Mobilizadores do Conjunto. As perguntas foram elaboradas a posteriori, a fim de me ajudar a organizar a narrativa levando em conta as reflexões que acredito serem importantes para qualquer processo de mobilização. Podem ser usadas como roteiro para uma próxima experiência, mas as respostas a que chegamos não são determinações, pois a experimentação não pode ser entendida como modelo e sim como um exemplo. Em outro contexto, as respostas seriam outras e em um futuro próximo é provável que também as perguntas devam ser alteradas. Já não é tão simples dizer o que é criação minha, o que aprendi com outros facilitadores e o Instituto Elos ou o que veio da interação com os moradores e proposições deles. Tento estabelecer esse limite à medida em que comento como foram aplicados cada um dos recursos e ferramentas usadas, mas deixo claro desde já que devem ser sempre questionados. Sugiro ao leitor que leia como quem questiona as propostas, mas experimente usá-las, também foi assim que as apresentei para o grupo. Por mais que não sejam usadas em outros processos de mobilização sócio-espacial, a reflexão sobre as questões levantadas ajuda a evidenciar expectativas veladas que podemos ter sobre a mobilização de pessoas em torno de ações coletivas.

Difícilmente temos a oportunidade de avaliar diferentes técnicas de mobilização para diferentes contextos. Para promover uma ação, seja um evento acadêmico, um curso, uma reunião comunitária ou até mesmo uma festa, costumamos repetir sempre as mesmas formas de convite (divulgação nas redes, convites e cartazes, panfletos etc.) na expectativa de comunicar algo que mobilizará as pessoas que desejamos que estejam presentes. Entretanto existem diversas técnicas de mobilização social, as que apresento a seguir são apenas uma proposta tendo como inspiração o Jogo Oasis, mas com reinterpretações e adaptações propostas por mim e por moradores do Ribeiro de Abreu e região, fundamentadas nas proposições práticas de Paulo Freire e Augusto Boal e mediadas por uma reflexão constante com a literatura apresentada até aqui, com os 7 princípios da mobilização sócio-espacial e as orientações de Ana Baltazar, que, a essa altura, eram quase sempre semanais. Entre um evento e outro, discutíamos as atividades propostas e pensávamos em alternativas.

6.1 Quem serão os mobilizadores? Como encontrá-los?

Iniciei os esforços de mobilizar pessoas para participar das atividades do curso na segunda quinzena de fevereiro (22 de fevereiro de 2018 – comecei a articular com Maria Luiza, Cléria e Itamar, membros do COMUPRA). Nesse período de dois meses até o início do curso, ia ao bairro ao menos uma vez por semana e avalio ter dedicado aproximadamente 40 horas presenciais entre reuniões e conversas individuais com moradores do bairro, além de reforçar os convites, enviar lembretes e tirar dúvidas por telefone e Whatsapp. Nesse momento inicial de pré-mobilização, além do COMUPRA, outras 10 instituições se envolveram no processo, duas escolas municipais, a AMCRA, um projeto social de ensino de judô, duas igrejas, o projeto Fica Vivo, o Centro de Saúde local e a NMC – empresa de consultoria que atuava há aproximadamente um ano na região em um projeto hidroambiental de identificação de nascentes e desenhava o que viria a ser um plano comunitário de manejo de nascentes. Nesse percurso, 125 nomes de possíveis interessados foram levantados, mencionados nas listas de indicação das pessoas com quem conversei, ou apresentados por pessoas que me guiaram pelo bairro. De um total de 38 pessoas que se inscreveram para participar, 33 constavam nessa lista e foram acionadas diretamente nesse processo de mobilização inicial – das quais 19 foram convidadas presencialmente por mim e os outros 16 por apoiadores

mapeados nesse processo. Apenas cinco pessoas ficaram sabendo do curso por publicações em grupos de Whatsapp ou Facebook, e apenas três dessas chegaram a participar do curso, e mesmo assim pontualmente, em um único evento.

Menciono esses números para ressaltar o quanto a mobilização no bairro se deu seguindo essas indicações pessoais, e a importância das conversas presenciais para consolidar a participação e o interesse das pessoas. Poderia ter realizado um esforço maior de mobilização com cartazes de divulgação, mas a experiência nos Oasis anteriores me mostrava que esse tipo de estratégia surte pouco efeito. Cartazes foram usados apenas no momento posterior, na mobilização de moradores para os encontros comunitários abertos dos dias 12, 19 e 26 de abril e o mutirão dos dias 16 e 17 de março. Entretanto, nenhum dos moradores que estiveram presentes nos encontros disseram ter vindo por ter visto o cartaz, pelo contrário, mencionavam a pessoa que os tinha convidado.

É provável que contextos diferentes exijam outras estratégias para formar um grupo de mobilizadores. Porém, independente das estratégias, me parece ser mais interessante trazer um grupo de pessoas, mesmo que reduzido, que tenha tanto pessoas que já tenham experiências de mobilização e/ou conhecem bem o bairro e seus moradores, as mencionadas lideranças afetivas, quanto aquelas que não têm muita experiência, mas que têm interesse de continuar atuando em assuntos comunitários. A continuidade de um grupo de pessoas ativas, se auto-organizando em torno das questões sócio-espaciais do bairro dificilmente começará com um grande número de moradores, e, como é importante que abram espaço para a autorreflexão constante, um número muito grande de pessoas pode dificultar o processo. Nas práticas anteriores do Oasis e em outros processos de facilitação de que já participei é comum que se mencionem os quatro princípios do *Open Space* (OPEN SPACE, 2018), que é um método de facilitação de encontros e reuniões em que se objetiva chamar as pessoas para assumir responsabilidades sobre questões específicas, pois são elas mesmas que definem os temas a serem discutidos e se organizam em grupos para debatê-los em profundidade. Os quatro princípios são: (1) veio quem tinha que ter vindo, (2) quando começa é a hora certa; (3) quando acaba, é a hora que deveria acabar; e (4) o que quer que aconteça, é a única coisa que poderia ter acontecido. Recorri a esses apontamentos, que os propositores do *Open Space* chamam de princípios, nos outros dois Oasis e também no Conjunto, sempre que alguém questionava se as pessoas que estavam reunidas eram representativas do bairro como um todo, ou se dariam conta de fazer o que estava sendo proposto. Entre uma reunião e outra, pode-se

evidentemente chamar outros moradores para participar, mas as pessoas que estão presentes a cada encontro produzem os resultados daquele encontro. Assim, o processo deve atentar-se mais às pessoas que estão ali, como elas querem contribuir, incluindo o aprendizado coletivo entre os participantes, o que acreditam que pode ser feito, como avaliam que elas mesmas podem fazer diferente em uma outra ocasião ao invés de esperarem sempre por uma participação maior, mais completa, ou resultados mais efetivos de transformação. Nunes (2016) coloca essa expectativa em termos que nos ajudam a compreender esses limites. Fala de um *“desejo por inclusão ilimitada que conduz ao adiamento de toda tomada de decisão, já que nenhum espaço é jamais tido como suficientemente legítimo para deliberar: sempre há mais pessoas que deveriam estar incluídas”*. Nenhum espaço será a correspondência exata para tomada de decisões de todo o grupo sócio-espacial, a não ser que seja um grupo suficientemente pequeno para envolver todas as pessoas no processo. Dessa forma, o mais importante é que discutam o processo em si, e possam reinventá-lo em outros contextos.

Além dos participantes da Turma do Parquinho, definimos que seria interessante reunir um número maior de pessoas. Entretanto, adotei a estratégia de restringir as inscrições a moradores da região. A ideia era verificar como o grupo vivenciaria a experiência do Oasis sem que fossem influenciados por moradores de fora (na definição dos sonhos e nas relações de dependência), para que se sentissem mais à vontade para expor as contradições do processo e as relações de opressão a que estão submetidos, e para que não houvesse uma quebra significativa no número de pessoas que estariam dispostas a continuar atuando no bairro e na região após o mutirão. Iniciei o processo de mobilização de interessados em participar do curso junto com Maria Luiza e Cléria, ativistas do COMUPRA que já se organizavam para mobilizar um grupo de moradores que havia perdido suas garagens à margem do Ribeirão Onça. Passei a frequentar as reuniões do Movimento Deixa o Onça Beber Água Limpa (cujo principal articulador é o COMUPRA), que se organizava para realização do evento anual em que celebram as conquistas daquele ano e divulgam as ações de cada um dos parceiros que compõem o movimento. Como aquela era a décima edição, programavam um evento maior e as reuniões eram mais frequentes, na sede do COMUPRA.

Essas reuniões foram o ponto de partida para se iniciar a mobilização, que nelas adotamos duas táticas. Primeiro levantamos as distintas reuniões e atividades que já aconteciam no bairro, onde pudéssemos divulgar o projeto e buscar possíveis interessados. Nessas oportunidades, ao

invés de divulgar e esperar que as pessoas se inscrevessem, como vi acontecer muitas vezes no bairro, perguntava se alguém tinha interesse de se inscrever no momento em que apresentava o curso, e, frente ao silêncio que muitas vezes se instalava, as pessoas acabavam por perguntar mais detalhes sobre o processo. Assim, possuía mais clareza das pessoas que tinham se interessado e pegava os contatos ao final das reuniões. Independente da atuação posterior, eram contatos para ajudar a levantar outros interessados. Para aqueles que não podiam ou não queriam atuar por algum motivo, perguntava se queriam apoiar de alguma outra forma. Assumir algum tipo de compromisso na hora era algo que orientava minhas investidas em busca de participantes para o curso, ampliando o número de pessoas envolvidas com o projeto. A título de exemplo, alguns moradores se dispunham a me apresentar o bairro e visitar pessoas que pudessem se interessar pelo projeto. O objetivo era chegar em um número maior de pessoas seguindo os caminhos propostos pela própria rede de moradores que se estabelecia. Atores como educadores de projetos sociais, agentes de saúde ou professores, costumam deter todos esses contatos, mas nas suas rotinas de trabalho não costumam mobilizá-los para além dos interesses imediatos de suas funções. Seguir as indicações de quem estava me conduzindo poupou esforços de uma divulgação massiva. Em paralelo, com a ajuda de um mapa, verificava se existiam áreas descobertas na região onde estávamos atuando. Verificando os locais que ainda não foram percorridos é possível ver onde a rede de contatos não estava me levando.

A segunda tática adotada foi a de solicitar aos moradores com quem conversava que fizessem listas de pessoas que achavam que se interessariam pelo projeto. Normalmente, os primeiros nomes eram os mais relevantes. Algumas pessoas entravam em seu Whatsapp para verificar os amigos que poderiam se interessar e nessa oportunidade já pegavam os contatos para reforçar o convite que seria feito pelo morador. Os moradores que já se envolvem com assuntos comunitários costumam ser conhecidos por uma grande quantidade de pessoas, e são essas pessoas que normalmente são indicadas. Quando as listas de indicação de pessoas começam a se repetir, despontam nomes com maior probabilidade de interesse na mobilização comunitária, que podem ser acessados também como forma de buscar outros círculos e outras redes, por serem mais conhecidos no bairro.

Não encontrei, nas conversas sobre as experiências anteriores, pessoas que descobriram uma vocação para se envolver com a vida comunitária durante o Oasis, no entanto, um número

grande de pessoas relata sempre terem tido interesse de participar, mas não viam por onde começar, pessoas que normalmente não se conhecem entre elas e vivem no mesmo bairro. Meu interesse era o de reunir essas pessoas. O Oasis sugere a ideia de lideranças afetivas: que são as pessoas na comunidade que normalmente são escutadas e despontam nas indicações de outros moradores como alguém cujas opiniões costumam ser seguidas. Todo bairro tem as suas. Se entendemos essas lideranças como “forças” que atraem seguidores (NUNES, 2016), que afetam as outras, e essas forças não se reconhecem ou não se encontram, acabam por disputar seguidores e agem separadamente (como as chapas que disputam as eleições das associações de bairro). Podem até produzir transformações interessantes para todos, mas é provável que não encontrem dentro de seu grupo de seguidores as forças que as fariam rever seus pressupostos. Algumas delas já se situam como lideranças formais, em associações de bairro, organizações sociais etc., como era o caso dos mobilizadores que já se articulavam no COMUPRA. Outras, nem se reconhecem como lideranças e não percebem o potencial que já tem de transformar as relações no bairro. Por isso, reuni-las me pareceu interessante, mas não sem evidenciar onde se esbarram. Aquelas que já tem mais experiência (de ativismo, movimentos sociais, associações etc.) provavelmente trarão consigo expectativas de um tipo de interação específico e podem tentar impor sua liderança ao grupo, reproduzindo os modelos de liderança formal já existentes no bairro. Nesse sentido, o exercício da horizontalidade é interessante ao menos para questioná-la enquanto possibilidade e como contraponto ao que normalmente se coloca como opção. Contudo, se horizontalidade “só funciona rangendo” (NUNES, 2016), não adiantaria lubrificar suas engrenagens (facilitar a construção prematura do consenso), ou acostumar-se com o rangido (ignorar as desigualdades de forças) e nem querer trocar as peças (atrair apenas seguidores), mas sim encontrar os caminhos para que o grupo aprenda a identificar o poder excessivo e inventar formas de distribuí-lo ou, ao invés de combatê-lo, articular as forças (lideranças) em prol da transformação social.

Ao conversar com os moradores para apresentar o projeto, esclarecer como a pessoa poderia participar foi muito importante. Descrevíamos exatamente o que esperávamos em termos de dedicação. No caso, adotei a estratégia de categorizar os interesses de participação das pessoas, atribuindo a elas funções no projeto: mobilizadores, apoiadores ou mutirantes. Um mobilizador era aquele que se comprometeria com a agenda completa, normalmente pessoas que já atuam no bairro. Sendo apoiador, esperava que a pessoa se comprometesse com o compartilhamento das

informações do projeto à medida que fosse acontecendo e, além disso, ajudasse na captação de recursos e realização do mutirão na data já prevista. Ter essa data agendada com antecedência ajudava nesse sentido, assim, a pessoa já sabe quando entrará em ação. Já os mutirantes eram aqueles que diziam claramente que estariam disponíveis para fazer acontecer, mas não queriam ou não podiam participar das reuniões. Esclarecer essas categorias ajudou, também, os mobilizadores a reduzirem a expectativa de que todos participariam das reuniões, o que os levava a pensar em estratégias de se comunicar e consultar também os apoiadores durante o processo.

Além disso, experimentei absorver ao máximo as contribuições de cada uma das pessoas que se envolveram nesse momento de mobilização inicial e ofereceram algum tipo de apoio ao projeto. Acreditava que se as pessoas se sentissem contribuintes do projeto logo no início, aumentaria a chance de se comprometerem mais adiante. Os próprios moradores do Ribeiro de Abreu sugeriam isso a medida em que acompanhavam as reuniões que aconteceram após o Oasis. Diziam sempre que *“aqueles que se sentem parte do projeto, cuidam do espaço”*. Um dos moradores ofereceu o espaço de sua academia para fazer as atividades. Rafael participou apenas do primeiro dia do processo, mas ainda hoje acompanha as mensagens no grupo e responde de tempos em tempos que tem andado ocupado e que gostaria de participar. Mas apoia o grupo e reconhece sua importância para o bairro. Ampliar as possibilidades de usos de espaços distintos amplia também o número de pessoas que ficam sabendo das reuniões por verem o processo acontecendo. Ficar restrito a um único local limita essa visualização. Outro exemplo, no momento em que levei alguns cartazes para serem distribuídos, ao invés de perguntar quais locais eram indicados para colocar os cartazes, ou pedir que quem tivesse disponibilidade levasse alguns cartazes para distribuir, pedi que fizéssemos uma rodada de falas em que os cartazes iam passando e cada um pegava a quantidade de cartazes que se dispunha a distribuir já informando os locais onde iriam afixá-los. Assim, os moradores não iriam duas vezes no mesmo lugar e, ouvindo os lugares indicados pelos outros, poderiam ampliar o espectro de locais para mobilização de pessoas. Dessa forma, a pessoa assumia o compromisso e não podia deixar de fazê-lo, caso contrário, o lugar ficaria descoberto.

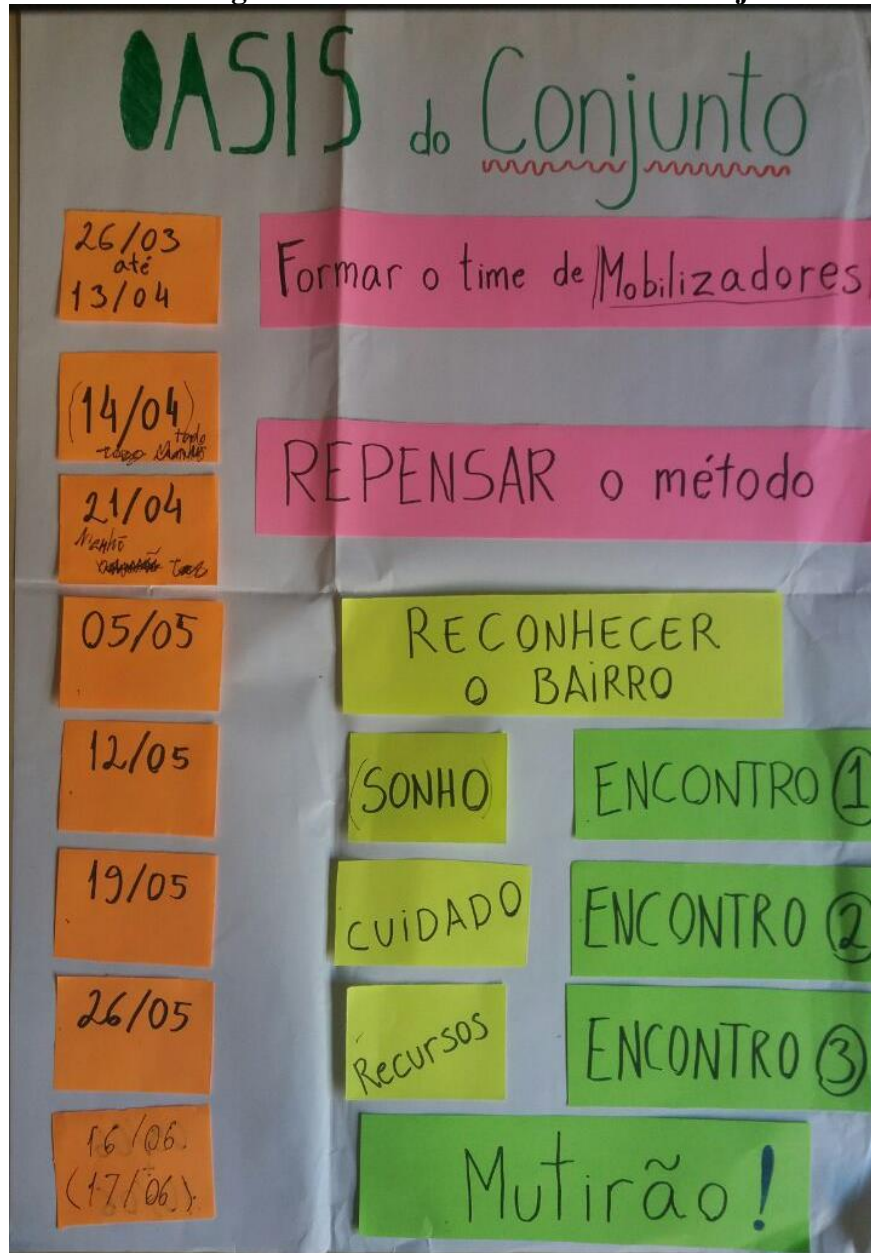
Nesse sentido, encontrei também outras instituições não mapeadas inicialmente, nas quais não cheguei pela via institucional de um projeto que busca uma parceria, mas sim pelos vínculos sociais já estabelecidos entre os moradores. Os convites de cima para baixo, como no caso das

igrejas que divulgaram o projeto (o padre divulgou o projeto na missa e um dos pastores da região também o fez em um de seus cultos) foram pouco efetivos no Oasis do Conjunto e, em contraposição, duas funcionárias do Centro de Saúde que participaram ativamente foram mobilizadas informalmente por moradores que as apresentaram a mim. O mesmo desinteresse pela proposta apresentada de cima para baixo aconteceu no contato com o Fica Vivo (projeto do Governo do Estado para redução de homicídios de jovens evitando que se envolvam com o tráfico de drogas a partir de oficinas voltadas para o esporte, arte e cultura). Osicineiros, responsáveis por organizar e realizar as oficinas, que são quase sempre moradores da região, têm como atribuição criar também as estratégias de mobilização para chegar até esses jovens. Apesar disso, ninguém se interessou quando divulguei o projeto na reunião mensal de colaboradores, a convite da coordenadora do projeto, mas algunsicineiros foram indicados por outros moradores como mobilizadores possíveis e, a partir de contatos informais, se comprometeram como apoiadores do projeto. Ainda assim, achei importante ir também às instituições estabelecidas que já desenvolvem projetos na região, e também nesses casos busquei a mesma abordagem, levantando os contatos de pessoas conhecidas no bairro, pensando especificamente nas atividades propostas, quais seriam aquelas que gostariam de participar, ao invés de realizar reuniões genéricas de apresentação do projeto para todos os membros da instituição.

6.2 Como definir a agenda de atividades?

Antes de iniciar as conversas de apresentação do projeto, agendei uma reunião inicial de detalhamento da proposta para que tivéssemos um ponto de checagem. Assim, as conversas tinham sempre um próximo encontro para que cada um dos interessados já tivesse ciente do próximo passo e pudesse mobilizar outras pessoas por conta própria. O objetivo era reunir um grupo maior de pessoas para debater a agenda, checar se o horário pensado para as atividades (sábado) funcionaria para as pessoas do bairro e também criar um grupo de whatsapp com os interessados em atuar como mobilizadores. Nessa reunião, que ocorreu no dia 24/03 levantei mais indicações e agendei visitas guiadas pelo bairro para as semanas seguintes.

Foto 11 - Agenda de Atividades do Oasis do Conjunto



Fonte: Foto do autor (24/03/2018)

Tentei levar ao limite a ideia de horizontalidade desde o início do processo. Por isso tentava tomar decisões, sempre que possível, junto aos moradores. E, quando não era possível, explicitava as decisões que havia tomado sozinho e os motivos que me levavam a elas. As primeiras decisões diziam respeito ao planejamento de datas, e, para que os moradores pudessem participar dessa decisão, precisava apresentar os objetivos de cada encontro. O detalhamento dos objetivos das

atividades e distribuição das informações constantemente entre os mobilizadores ajuda a acompanhar o planejamento, propor mudanças e, após o processo, avaliar as decisões tomadas. Para isso, sempre que apresentava algo que poderia ser mudado, usava um cartaz com papéis colados com fita crepe, mostrando que poderiam ser substituídos. Assim construímos a agenda de atividades (Foto 11).


Usei cores distintas para evidenciar os participantes de cada atividade. Para o momento inicial, que poderia envolver um número maior de pessoas (alunos da UFMG, turma do parquinho, membros do COMUPRA, moradores interessados etc.), tínhamos duas atividades: buscar indicações para formar (compor) o time de mobilizadores – que participaria das atividades em amarelo e organizariam as atividades abertas, em verde; e o que chamamos de Repensar o método, em que analisamos as propostas do Oasis. Nas atividades abertas, que chamamos de encontros comunitários, participariam todos os moradores interessados (verde). As datas foram propostas por mim, mas não sem antes ter conversado com alguns moradores (Cléria, Maria Luiza, Itamar e David). As únicas datas alteradas foram as do mutirão, em função de um evento já agendado anteriormente que eu desconhecia, e também para que tivessem mais tempo de captar os recursos. Também pediram para reduzir a quantidade de horas que precisariam se dedicar, e decidimos que o dia 21/04, teria apenas um turno (parte da manhã) ao invés de ser de 08:00 às 18:00, como nos outros sábados. Decidimos também o local onde aconteceriam as reuniões iniciais (rosa) e nos encontraríamos para as atividades de preparação da mobilização (amarelo), que foi a sede do COMUPRA.


Estávamos, no momento dessa reunião, a aproximadamente 80 dias da data do mutirão. E, o início das atividades ocorreu ainda 60 dias antes de que efetivamente realizássemos a intervenção no espaço. Nas experiências anteriores, esse período de preparação havia sido de 30 dias na VNC e 15 dias no RdA. A expectativa era de que até o mutirão um número maior de moradores se envolvesse com o processo e mais pessoas pudessem debater as propostas e discutir as questões que o processo suscitaria. Mas manter a participação de um número grande de moradores por vários finais de semana não é simples. Por isso essa exposição da agenda e o acordo coletivo eram importantes para que assumissem um compromisso que sabiam que conseguiriam cumprir. Também por isso, decidimos que as atividades seriam mais espaçadas, ao invés de fazer sábado e domingo como fiz nos outros Oasis. Essa foi uma proposta da Turma do Parquinho. Assim,


teríamos um grupo maior de voluntários seguindo com o projeto, mesmo que não participassem todos os dias. Sugeriram que fosse feito assim também para dar mais tempo de a notícia correr pelo bairro.


Figura 5 – Slide com agenda de atividades do Oasis do Conjunto


AGENDA:


- 





05/05 | 8h-17h | Olhar e Afeto | Reconhecer o bairro.
Local: Passeando pelo bairro
 - 

12/05 | 8h-17h | Sonho | O que queremos sonhar para o bairro?
15h-17h: Encontro de Sonhos
Local: Salão da Associação
 - 

19/05 | 8h-17h | Cuidado | Construindo uma maquete coletiva.
15h-17h: Encontro de Maquete
Local: Salão da Associação
 - 

20/05 | 8h-17h | Cuidado | Que materiais e ferramentas precisamos?
15h-17h: Encontro de Recursos
Local: Salão da Associação
 - 

16 e 17/6 | 8h-17h | Milagre | Mutirão
Local: A definir
- (...)

Fonte: Desenvolvido pelo autor (04/05/2018)

Por fim, a agenda de atividades de mobilização seguiu a proposta que apresentei novamente no início de cada reunião, com o mesmo cartaz apresentado anteriormente (Foto 11). No dia 21 de abril, acreditando que estaria consolidada, fiz um slide (Figura 5) para que o grupo pudesse visualizar o que faríamos em cada momento em relação aos passos do Jogo Oasis, que estava sendo apresentado em detalhes para que fosse discutido (seção 6.6). Além disso, fizemos um cartaz (Figura 6) e alguns folhetos com a mesma imagem para que fosse distribuído pelo bairro. No cartaz e nos folhetos constava o cronograma dos encontros comunitários. Mas o grupo definiu algumas alterações, ao longo do processo, na medida em que o contexto se apresentava e outros moradores passavam a fazer parte do grupo. No dia 05 de maio, fizemos as atividades de reconhecimento das belezas, recursos, histórias e talentos pelo bairro (passos 1 e 2 – Olhar e Afeto). A etapa dos sonhos aconteceu no dia 12 de maio, dia em que ocorreu o encontro de sonhos, primeiro encontro

comunitário aberto (passo 3 – Sonho). No dia 19 de maio ocorreu o encontro de maquete (passo 4 – Cuidado), em que construímos não uma maquete física como de costume, mas uma maquete corporal (exercício de teatro-imagem que apresento na seção 6.9). O encontro pensado para montar a lista de materiais (Encontro de Recursos, também parte do passo 4 – Cuidado) se dividiu em vários, não foi realizado no dia 20 de maio e sim no dia 26, por avaliarem que domingo não era um bom dia para as atividades, contudo, além disso, as reuniões semanais passaram a acontecer às segundas-feiras, às 19:00, com essa mesma pauta (lista de materiais e ferramentas e acompanhamento das estratégias de captação).

As reuniões semanais aconteceram nos dias 21 de maio, 04 e 11 de junho e se consolidaram como prática, independentes da minha condução, pois, nesse período, algo imprevisto permitiu uma experimentação não imaginada. O próprio grupo incentivou que fosse feito dessa forma. Tive que fazer uma viagem e propus que reagendássemos o encontro de recursos, em que seria definida a lista de materiais e ferramentas e também o local onde seria realizada a ação para outra data em que pudesse participar. Apesar da constante reflexão a respeito do meu papel e das relações de dependência que corria o risco de criar no grupo, talvez ainda refém do momento de transição de que Freire (2018) fala - daqueles que transitam do lugar de representantes do polo opressor para o polo dos oprimidos - não imaginei que seria possível fazê-lo ainda durante o processo. Mas os mobilizadores disseram que não havia necessidade, fariam a reunião sem mim. Algo que parece ser interessante na definição da agenda, prever momentos em que os facilitadores não estarão presentes ainda durante o processo de mobilização inicial. Assim experimenta-se a possibilidade de uma mobilização contínua independente. Dos quatro encontros que compuseram a etapa de captação de recursos, participei de apenas um, no dia 04 de junho. Por fim, seguindo a prática das reuniões semanais, no dia 18 de junho, também uma segunda-feira, realizamos o Encontro de Futuro (passo 7 – Re-evolução), logo após o mutirão, que ocorreu nos dias 16 e 17 (passo 5 – Milagre). As reuniões realizadas após esse período, sempre às segundas-feiras, são chamadas de reuniões pós-mutirão, e totalizam doze reuniões, até o momento em que escrevo, das quais participei de oito e conduzi apenas as primeiras três. Por fim, a celebração (passo 6) foi realizada mais adiante, no dia 11 de agosto, momento de inauguração oficial do espaço.

Figura 6 – Cartaz de Divulgação dos Encontros do Oasis do Conjunto

OASIS DO CONJUNTO

Os moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu estão se juntando para fazer um MUTIRÃO de transformação no bairro! A UFMG veio para apoiar, mas vamos escolher juntos o que será feito. Primeiro os moradores definem o sonho, depois planejam como e onde vai ser, corremos atrás dos materiais e ferramentas e mãos à obra! Todo mundo está convidado: crianças, jovens, pais, mães, tios, tias, avós! Pode chegar que é aberto, é divertido e é transformador!

Cansado de esperar? Já pensou em transformar o bairro com suas próprias mãos? Está todo mundo cansado de blá blá blá e quer ação! Vamos juntos realizar os sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu!

12/05 (Sáb)
15:00 às 17:00
Quais são seus SONHOS para o Conjunto Ribeiro de Abreu?

19/05 (Sáb)
15:00 às 17:00
Vamos construir uma maquete coletiva do nosso sonho!

20/05 (Dom)
15:00 às 17:00
Que materiais precisamos para fazer acontecer?

16 e 17/06 (Sáb e Dom)
8:00 às 17:00
Local a definir
MUTIRÃO! Quanto mais gente melhor!

Método:

Apoio:

Os encontros acontecem no **salão da associação**, que fica na **Rua Serra Geral, 71** - ao lado do Bar do Fabinho.

Contato (Zap) 99102-8558

Fonte: Desenvolvido por Débora Moura – LAGEAR (05/05/2018)

6.3 Como o grupo se comunica entre uma reunião e outra e com o resto do bairro?

Na mesma reunião de construção da agenda (24 de março), também discutimos a criação de um grupo de *Whatsapp*. Observando o comportamento dos grupos de *Whatsapp* do bairro, notei que divulgações de projetos e cursos tendem a passar despercebidas, mas uma troca de mensagens individual costuma ser mais eficiente para trazer pessoas, ou ao menos informações, que ajudam a guiar os próximos passos na mobilização de interessados. No caso anterior do Oasis RdA (seção 4.2), no dia 01 de maio de 2017, um mês após a realização do mutirão, foi criado um novo grupo no *Whatsapp*. A iniciativa foi do mesmo morador que havia criado o primeiro grupo, no início do projeto. Deixou claro que o objetivo não era criar um grupo de oposição, mas evitar “*postagens cansativas que não levem ninguém a lugar nenhum.*” O grupo seria “*exclusivamente para voluntários de mão de obra e de ideias bacanas.*” E foram adicionadas “*algumas pessoas de suma*

importância nas nossas lutas por um Bairro digno para todos". Esse novo grupo, que recebeu o nome de "Queremos um Ribeiro digno", tinha menos administradores que o anterior, apenas moradores do bairro, e alguns alunos da UFMG que atuaram como mobilizadores (mas pouco a pouco foram saindo). Diversas vezes o criador do grupo havia pedido no grupo anterior que as pessoas não falassem de assuntos não relacionados ao projeto, mas era comum que fossem enviadas piadas, correntes, memes etc. Nesse sentido, as mensagens que geravam maior número de reclamações e costumavam ser seguidas por pessoas saindo do grupo, eram aquelas que debatiam questões políticas (algumas com maior fundamentação, e outras menos, mas a maioria "de esquerda", contra as reformas do governo Temer). A maioria dessas mensagens eram de pessoas que não estavam diretamente envolvidas com os projetos no bairro, membros da rede de apoiadores do COMUPRA, que não participaram de nenhum dos encontros ou do Mutirão. Com o tempo, mensagens similares também eram encaminhadas para esse segundo grupo. Três meses depois (05 de agosto de 2017), criaram um terceiro grupo, para ajudar a organizar um mutirão que iam promover, sem que as mensagens de pessoas que não estavam envolvidas atrapalhassem o processo. Recebeu o nome de "Mutirinho", em tom de brincadeira para falar do grupo de pessoas resistentes que ainda participavam dos mutirões. Fui adicionado ao grupo apenas em outubro de 2017, quando definimos que seriam realizadas as reuniões de pesquisa-ação. Até então, não sabia que existia. Até hoje, dos 24 membros do grupo, 8 são moradores que participaram do Oasis RdA. Esse terceiro grupo, apesar de mais restrito, tem debates mais frequentes, tomam decisões urgentes sobre o processo, lembram das reuniões etc. Os outros dois ainda existem, mas são pouco utilizados. A maioria das mensagens é para informar sobre eventos como mutirões e outras atividades do bairro, normalmente não tem muitas respostas ou debates, mas permitiu que uma moradora que ainda não tinha participado das atividades propusesse, mais de um ano depois, contribuir com a realização de um jardim em uma área do parque ainda não trabalhada. Assim como nas categorias de participação mencionadas anteriormente, parece ser interessante criar espaços de comunicação distintos para assuntos distintos, e não há como esperar que todos participem igualmente dos grupos de Whatsapp. Muitos moradores, principalmente os mais velhos, costumam não ter Whatsapp e devem ser considerados quando se discute sobre as estratégias de comunicação.

Os grupos de *Whatsapp* (em geral) costumam estabelecer um fluxo contínuo de informações e convites de diversas naturezas que dificultam um acompanhamento de todas as mensagens e impedem que haja debates sobre assuntos específicos. Estávamos diante de uma comunicação viciada, em que muitos apenas reproduzem conteúdo sem conseguir acompanhar o que foi postado. Muitos disseram que era difícil que as pessoas lessem as mensagens, “*porque nos grupos só mandam imagens de bom dia, boa tarde e boa noite e correntes sem fim*”. Era comum que um mesmo convite, vídeo ou corrente fosse enviada mais de uma vez nos grupos do bairro que eu participava. Experimentava responder às mensagens das pessoas alertando que o conteúdo estava repetido, mas raramente me respondiam, evidenciando que muitas pessoas apenas compartilhavam o material, mas não liam as mensagens dos grupos de que faziam parte.

Frente a esse cenário, decidimos criar o grupo dos “Mobilizadores do Conjunto” presencialmente, com os moradores que participaram da reunião de apresentação do projeto no dia 24 de março. Além disso, combinamos que a adição de novos membros precisaria ser precedida de um convite presencial, ou seja, apenas as pessoas que participaram das reuniões seguintes, e apenas aquelas que manifestavam explicitamente interesse em contribuir com o processo e queriam fazer parte do grupo. Nos outros casos não tivemos esse cuidado e muitas pessoas foram adicionadas ao grupo sem saber do que se tratava. A expectativa dos moradores era fazer com que o projeto chegasse a um número maior de pessoas, no entanto, acabaram por inviabilizar esse debate. No momento de criação do grupo do Oasis do Conjunto, por estarmos reunidos presencialmente, aproveitamos para dialogar sobre como eram usados os grupos de *Whatsapp* na região. A maioria dizia que eram cansativos e improdutivos. Expus o que tinha observado dos grupos anteriores e os moradores propuseram delimitar a quantidade de informação que circulava para garantir a atenção de todos ao grupo. Eu sugeri que esse poderia ser um caminho, mas que o mais interessante seria que nós mesmos pudéssemos definir um conjunto de regras. Era uma oportunidade de discutir a possibilidade de que nos grupos de *Whatsapp* (como em qualquer interação) se evidenciassem as regras de funcionamento, assim exercitávamos a ideia de desnaturalização já mencionada (exatamente por que alguns consideravam impossível que o grupo funcionasse com regras). Eram duas regras simples, compartilhadas sempre que um novo membro era adicionado ao grupo ou quando alguém descumpria uma delas: (1) “*Nada de mensagens de bom dia, boa tarde, boa-noite e correntes sem fim!*”; e (2) “*Informar apenas o que for relevante ao grupo: ou seja, mobilização*”

para o projeto.” Na mensagem, constava também um convite para que as regras fossem discutidas, caso alguém quisesse alterá-las, além de um pedido de sugestões de outras. Como o grupo começou com poucos moradores, as regras foram cumpridas sem dificuldades. Posteriormente, na medida em que novos membros eram adicionados, às vezes fazia-se necessário enviar mensagens particulares (também para não expor as pessoas) pedindo para que se atentassem às regras do grupo. Fiz algumas vezes, mas outros moradores também passaram a fazê-lo conforme relataram depois. Dizíamos que não poderíamos abrir exceção, mas convidávamos a pessoa a debater caso acreditasse que a regra deveria mudar. Ninguém debatia, normalmente pediam desculpas e diziam na verdade ter compartilhado sem querer. Estavam cientes de que aquele grupo era diferente, mas não tinham visto na hora que estavam encaminhando.

A única alteração nas regras ocorreu após o processo de mobilização inicial, durante as reuniões de continuidade, após o mutirão. Foi criada uma nova regra a partir da experiência vivida até aquele momento. Uma das moradoras, que tem um forte ativismo político nas redes sociais, se incomodou com o fato de que não poderia compartilhar ali os conteúdos que considera essenciais para que a população reconheça as desigualdades sociais, e possa *"enxergar a realidade"*, segundo dizia. Após uma discussão, como o que considerávamos mais problemático era a ausência de debate acerca das informações, decidimos criar uma terceira regra: *“quando quiser compartilhar um conteúdo, explicar junto com a mensagem os motivos que está fazendo isso e por que acha que aquela mensagem se relaciona com as atividades do grupo”*. Assim, passamos a pedir que as pessoas comentassem sobre os motivos de compartilhar uma imagem ou vídeo, sempre que o faziam.

6.4 Como estruturar as reuniões?

Os dois primeiros dias de atividades, que chamamos de revisão do método, totalizaram 12 horas presenciais. O processo contou com 21 participantes no primeiro dia e 26 no segundo. O objetivo principal era compartilhar com o grupo o processo que iríamos percorrer e estimular a construção coletiva desse caminho. Mas antes disso, precisávamos estabelecer uma dinâmica de interação para o grupo que levasse em conta os princípios que eu havia delineado como orientadores da experimentação crítica. Acreditava que se os mobilizadores construíssem um tipo

de interação diferente da forma como normalmente interagem em outras reuniões ou atuam em suas ações de mobilização, poderiam comparar os dois modelos e passar a refletir sobre outras possibilidades. Sabia desde o início que a proposição era a de inculcar uma estrutura heterônoma, mas evidenciar que o fazia e garantir que existissem momentos nessa estrutura em que poderiam redesenhá-la, nunca de forma impositiva por nenhum dos participantes, mas em dialogicidade. Essa comparação da estrutura do grupo com a vida cotidiana também ajudaria a desnaturalizar a forma como normalmente ocorrem as reuniões no bairro. A interação para transformar a própria realidade não precisava ser séria e formal, como normalmente são conduzidas as reuniões de associações de bairro, poderia sim ser lúdica, festiva e divertida.

Essa estrutura foi sendo apresentada aos poucos ao longo do primeiro dia. De saída, apresentei o Bastão da Fala, que seria nossa ferramenta para organizar as falas durante as atividades. No nosso caso era uma garrafa, mas pode ser qualquer objeto disponível. Assim, uma garrafa que tinha um pouco de água dentro nos ajudou a criar uma analogia com seus objetivos. A ideia era de que essa analogia ajudasse a lembrar a todos de duas questões: (1) que o tempo de fala de cada um é escasso, pois quando um fala, está consumindo um tempo coletivo. Nesse sentido, a garrafa nos lembrava que todos têm “*sede de falar*” e que tínhamos pouca água disponível; e (2) que quando uma pessoa está falando no grupo, ela é a única que tem o poder da fala, e conseqüentemente, todos os outros devem exercer a escuta, voltando sempre sua atenção para onde está o Bastão da Fala.

Foi usado já na primeira atividade (em que reconstruímos o momento histórico em que nos situávamos a partir da mobilização social no Ribeiro de Abreu, a ser apresentado na próxima seção) também para mostrar como funcionava e dar o tom de como construiríamos todo o conhecimento do curso de forma coletiva, pois eu não seria o responsável pela transferência de conhecimento para o grupo. Expliquei que poderia ser usado de forma circular, seguindo a ordem em que as pessoas estavam sentadas, como tínhamos feito dando a oportunidade de cada um falar na hora que o Bastão chegasse até ela ou de forma livre, com um centro no qual o Bastão era recolocado sempre que alguém terminava sua fala, dando espaço para a próxima pessoa.

Nas oficinas quinzenais de pesquisa-ação que coordenei com a Turma do Parquinho, sempre seguimos uma estrutura que apresentava no início da reunião. Normalmente começava com um *Check-in*: fazendo analogia com a chegada a um hotel ou ao embarque em um avião, não basta

chegar nas reuniões, é preciso registrar sua chegada, respondendo a uma pergunta sobre seu estado atual. A definição da pergunta pode ser em relação ao estado de humor, sensações físicas, uma expectativa em relação à reunião que está para começar ou qualquer outro ponto que os participantes definam como “algo que é interessante que todos saibam sobre cada um que está presente”. Assim, cada um dos participantes se apresenta e, respondendo à pergunta, compartilha questões que podem ser úteis inclusive para que a reunião seja mais tranquila caso um participante esteja cansado, ou possam resolver algum conflito caso alguém levante essa necessidade. Temas relevantes que não estão na pauta (objetivos da reunião) podem aparecer no *Check-in* e o grupo pode avaliar se querem trazer a questão para a pauta e discuti-la. Em seguida, apresentava dois ou três objetivos para a reunião e seguia para a condução das atividades propriamente ditas, pensadas para responder cada um dos objetivos. Ao final, fazíamos um *Check-out*: similar ao *Check-in*, cada um dos participantes é convidado a responder a uma pergunta sobre a sensação que tem ao deixar a reunião, um aprendizado, uma expectativa para uma atividade que se avizinha etc. (quando o tempo está curto costumo pedir que o façam usando uma única palavra, exercitando o poder de síntese). Após quatro reuniões utilizando essa estrutura, perguntei se achavam interessante que tivéssemos uma estrutura que se repetisse entre uma reunião e outra também nas reuniões práticas de decisões sobre as ações da Turma do Parquinho, mas que poderia mudar se não estivesse funcionando. Expliquei que definir uma estrutura para as reuniões era também para que pudessem conversar sobre a organização do grupo, pois não existia uma forma única. Conversamos sobre o tema e o grupo concordou, dizendo que era exatamente o que precisavam para se organizar melhor e não deixar que pautas fossem decididas de última hora sem uma discussão do grupo. Um morador sugeriu que houvesse uma "pauta" e outro lembrou que teriam que ter sempre um espaço para "informes", antes da pauta. Eu sugeri que o *Check-in* fosse usado para abrir a reunião antes dos informes e propus que sempre terminasse (após a discussão da pauta) com encaminhamentos: um repasse para checar quem ficou com cada tarefa e se tinham levantado tarefas sem responsáveis. Definimos, a partir disso, uma estrutura de quatro passos que seguia a seguinte ordem: (1) *Check-in*; (2) informes; (3) pauta; (4) encaminhamentos. O mesmo morador que tinha sugerido a pauta sugeriu também que a ata da reunião anterior fosse lida após os informes. Simplificaram dizendo não haver a necessidade de uma ata, mas da sistematização dos encaminhamentos e seus responsáveis, e que seria enviada uma mensagem no grupo de *Whatsapp*. Eu tinha a expectativa de

que a estrutura pudesse continuar sendo usada nas reuniões posteriores e fossem gradativamente reorganizadas com os combinados sendo substituídos por outros, criados pelo grupo. Funcionaria como mecanismos que asseguram a continuidade do processo de auto-organização rumo à autogestão e autonomia do grupo. Mas isso não aconteceu. Existiam duas possibilidades: ou usavam a estrutura completa, o que aconteceu em duas reuniões após aquela; ou se desvincilhavam completamente da estrutura, como nas demais reuniões. Depois de algumas reuniões sem estrutura, questionei se sentiam falta. A maioria disse que sim e retomaram a estrutura naquela reunião sem alterá-la, mas não o fizeram nas outras.

É importante lembrar que os moradores do RdA apenas participaram das reuniões coordenadas por mim durante o Oasis RdA para dar suas contribuições para o sonho do bairro, montar a maquete e organizar a captação de recursos. Além disso, não foram reuniões que envolveram tomadas de decisão complexas que geram disputas. Pelo contrário, se aproximaram mais de uma aglutinação ilimitada de propostas que apareceram individualmente, e que se tornaram coletivas não por um desejo coletivo, mas por incorporação ao processo. Dessa forma, não poderia esperar que incorporassem outra prática no dia a dia das reuniões de continuidade do projeto. Mesmo na VNC, em que alguns moradores estiveram presentes em todo o processo, pouca atenção foi dada por eles para a importância de pensar a estrutura das reuniões.

Nesse sentido, imaginava que seria importante dar atenção especial para essa questão durante a formação de mobilizadores sociais. Seguindo a lógica do sexto princípio da mobilização sócio-espacial, a definição de uma estrutura para o funcionamento do grupo não poderia ser domesticadora ao ponto de incitar um tipo de interação heterônoma que o grupo não saberia os motivos que os levaram até ela, sem conseguir repensá-la. Mas também, como nos lembra Freeman (1972), era difícil imaginar que criassem algo autonomamente.

Normalmente, são os grupos que mais necessitam de estrutura, os menos capazes de criá-la. Suas estruturas informais não foram bem formadas e a adesão à ideologia da "ausência de estrutura" as faz relutantes em mudar de estratégia. Quanto mais inestruturado um grupo é, tanto mais carece de estruturas formais; quanto mais adere a uma ideologia de "ausência de estrutura", mais vulnerável está a ser tomado por um grupo de companheiras oriundas de organizações políticas [tradução minha] (FREEMAN, 1972, n.p).

Para introduzir essa discussão a respeito das regras (que poderiam ser alteradas a partir da autorreflexão constante) usei uma dinâmica em que os participantes jogavam um jogo de cartas conhecido por alguns, mas que, naquele caso, precisava ser jogado em silêncio. Chamei o jogo de Mau-mau da memória, para que acreditassem que o segredo do jogo estava em ter boa memória e se lembrar das regras. O que não sabiam é que cada uma das mesas de jogo tinha regras diferentes, que foram passadas para cada um dos grupos em uma folha de papel. Como as regras eram distintas da forma como normalmente se joga, as primeiras rodadas eram de aprendizado das regras, e à medida que percebia que a maioria dos jogadores já conhecia as regras e o jogo fluía sem que fosse necessário recorrer ao papel, retirei as regras. Depois de uma primeira rodada, quando todas as mesas terminaram os jogos, os vencedores de cada mesa, que normalmente tinham apreendido melhor as regras e cometiam menos erros, foram levados para uma outra mesa. Dessa forma, passavam a cometer erros por acreditarem que as regras eram as mesmas. Em uma das rodadas, o vencedor da mesa A, ao chegar na mesa B, cujos perdedores não haviam assimilado bem suas próprias regras, continuou jogando, impondo ao grupo as regras da mesa A, sem que se percebessem. Pois, na rodada anterior, estavam jogando seguindo as orientações do jogador que venceu, o único que detinha o conhecimento das regras e havia deixado o grupo. Ou seja, por não terem domínio (e consciência) das regras, aceitariam quaisquer regras que fossem orientadas por alguém que vinha de outra mesa como vencedor. Durante o jogo, também era preciso estabelecer um tipo específico de comunicação já que não podiam falar, e isso remetia também à importância de se repensar as formas como nos comunicamos com as pessoas que estamos mobilizando, pois apenas entrariam em diálogo se conseguissem criar uma linguagem compartilhada. O objetivo era discutir a naturalização das regras de convívio e aceitação da norma como vivemos – em outras palavras, a cultura. Talvez não tenhamos chegado a esse ponto, os mobilizadores que dominaram o debate que se seguiu sobre a dinâmica, falaram mais dos outros do que de si mesmos, identificavam nos outros a alienação e se viam como salvadores que precisavam aprender as melhores técnicas de comunicação para conseguir chegar ao ponto de resgatar os demais dessa apatia. Esses, talvez por não se identificarem com a continuidade do processo que não atendeu essa expectativa, não continuaram participando das atividades. Contudo, algumas falas trouxeram atenção para a possibilidade de mudança a que a discussão das regras pode levar. A título de exemplo, Roberto fala do que passam a chamar de “regras forçadas” e explica: “o mundo hoje

está vivendo uma situação em que somos obrigados a seguir regras que foram obrigadas e construídas e você é obrigado a respeitar essas regras mesmo sabendo que isso está errado”.

Aproveitei a fala de Roberto para apresentar o **Quadro de Regras**, mais uma das ferramentas que seria utilizada ao longo do processo. Trata-se de um cartaz em que adicionamos um conjunto de fichas que ficavam expostas durante as atividades para que todos pudessem consultá-las. Sempre que iniciávamos as atividades do dia, lembrava as regras mesmo que todos os participantes já as conhecessem e, ao final do dia, reservávamos 30 minutos para que o grupo avaliasse como as regras funcionaram naquele dia, dando espaço para questionarem as regras, modificarem seu funcionamento ou proporem a retirada de alguma para testar a dinâmica do grupo sem ela. No momento de apresentar o Quadro, deixei claro que o objetivo era que o processo tivesse uma estrutura, um conjunto de regras que organiza as atividades, as reuniões, encontros etc., mas que não fosse algo velado. A ideia é que o grupo possa inventar novas regras sempre que quiser. Assim, seguiriam dinamizando a reunião e atentos à desnaturalização das relações. Como era um grupo novo, que estava se formando durante o processo, tinha receio de que as regras fossem severas demais. Disse que seríamos rigorosos no cumprimento das regras ao longo do dia, mas que teríamos o momento para refletir sobre elas ao final dos encontros. Caso fosse um grupo que já tem experiência, é provável que já existiriam regras (ou uma estrutura de funcionamento), nesse caso, seria interessante colocá-las no papel para que fossem evidenciadas, com o desafio de que possivelmente não identificariam certos padrões de comportamento como regras, pois as mesmas já estariam naturalizadas. Como exemplo, o recurso de votar sobre um tema quando chegam a um impasse costuma ser entendido como a única forma de tomar decisões. Coloquei à disposição papéis de duas cores. As regras que propus inicialmente eram rosas, e chamei de regras heterônomas, que vinham de fora, semelhantes ao que Roberto chamou de regras forçadas. Aquelas que fossem propostas pelo grupo, ao longo do processo, seriam colocadas nas fichas verdes e seriam chamadas de regras autônomas. A diferenciação de cores tinha como objetivo que todos se mantivessem alertas para as duas possibilidades, regras que vem de fora e regras que são criadas pelo grupo.

Assim, expus de forma mais clara os pontos que eram imposições minhas sobre a forma como nos relacionaríamos, mesmo sabendo que outras questões tácitas estariam presentes, como o fato de que a minha voz teria normalmente mais atenção que as demais. Exatamente por isso, as

regras deveriam se aplicar também a mim. Éramos todos usuários de um mesmo sistema de comunicação e decisão. O Quadro de Regras foi fundamental para estabelecer essa relação. Organizávamos as regras de forma que fossem fáceis de serem visualizadas e explicávamos, sempre ao iniciar as atividades, quais eram as regras de interação vigentes também nos encontros comunitários. Com o tempo, o grupo passou a se fiscalizar, mas não chegou a alterar nenhuma regra ao longo do processo, apesar de termos modificado o funcionamento do Bastão da Fala, mesmo não fazendo esse registro. Jo Freeman (1972) nos ensina algo que parece evidente depois de ter lido, mas na expectativa de chegar à liberdade nos esquecemos que até lá precisamos organizar o caminho. Autonomia não é a ausência de regras (isso seria anomia), mas a capacidade de criá-las e recriá-las. E, para chegar a ser “entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço.” (KAPP et al, 2012), acreditava ser interessante que definissem primeiro as normas da própria reunião.

A primeira regra heterônoma era o Bastão da Fala, que já estava sendo usado ao longo do dia. Durante o processo, era comum ser usado no início na reunião (para o *Check-in*) de forma circular, passando por cada um dos participantes para que todos falassem. Durante o dia, de forma livre, a sequência de falas era organizada a partir do interesse de cada um em falar, assim que outra pessoa terminava sua fala. Dessa forma, algumas pessoas continuavam falando mais que as outras, e isso começou a ser evidenciado, primeiro com brincadeiras e provocações, mas o fato de que uma pessoa sempre se levantava para pegar o Bastão enquanto muitas ainda não tinham se posicionado era facilmente percebido. Assim, passamos a usar o Bastão Circular sempre que fazíamos uma pergunta em que queríamos ouvir as opiniões de todos, ou ao menos dar oportunidade para todos se manifestarem. Aqueles que não quisessem se manifestar deixavam passar o Bastão. Em um primeiro momento, eu era o único a fazer as perguntas e a cada volta do Bastão comentava uma visão geral do que haviam colocado como propostas, aprendizados etc., e, em alguns casos, acrescentava outra pergunta para dar continuidade ao debate. Com a prática, os mobilizadores passaram a fazer eles mesmos as perguntas que orientavam as reuniões. Nos encontros comunitários, como eram muitas pessoas e queríamos ouvir a todas, passamos a usá-lo de forma circular durante toda a reunião.

A segunda regra era o que chamamos de **Quem está me ouvindo bate uma palma:** qualquer participante das reuniões poderia pedir atenção ou silêncio caso estivesse falando e

percebesse que os outros estavam distraídos, ou conversando paralelamente. Para isso diria a frase “quem está me ouvindo bate uma palma”, para que aqueles que estavam atentos respondessem com uma palma, chamando a atenção dos demais. O objetivo também era reforçar os espaços de fala e evidenciar situações em que uma pessoa estivesse tendo menos atenção que as demais. Não funcionou nesse sentido, mas acabou sendo usado para evidenciar quando o grupo começava a ficar disperso por cansaço e as palmas ajudavam a despertar. Em reuniões maiores, como os encontros comunitários abertos, os participantes que chegavam pela primeira vez achavam divertido e rapidamente incorporavam a ferramenta, que foi usada mais por aqueles que não estavam escutando alguém em função das conversas paralelas do que por aqueles que estavam falando.

A terceira regra apresentada era o **Estacionamento de Questões**. Era um cartaz em que desenhei um estacionamento com oito vagas disponíveis. As vagas poderiam ser ocupadas ao longo das reuniões com papéis em que constavam pendências que o grupo precisaria resolver ou temas que precisariam ser discutidos com maior profundidade. Poderia ser usado também para anotar perguntas ou temas de forma anônima caso alguém não se sentisse confortável para se colocar durante a reunião (mas ninguém usou para esse fim). Durante as reuniões, qualquer pessoa poderia sugerir que um tema fosse para o Estacionamento, para propor um tema de discussão, sair de um tema complexo para continuar com uma reunião que tinha outro objetivo específico, ou caso a reunião estivesse chegando ao fim, em meio a um impasse. Sabendo da dificuldade do grupo de manter as discussões focadas em uma temática, já tinha adotado a estratégia de criar um Estacionamento de Questões durante as reuniões de pesquisa-ação para não deixar de registrar questões que surgissem e o próprio grupo avaliasse que seria melhor resolver em outro momento. Além dessas, adotei algumas táticas que usei também nesse momento anterior ao curso de formação de mobilização social, como o *Check-in* e o *Check-out*, e o **Bastão da Fala**. Entretanto, durante a pesquisa-ação não reservávamos um tempo ao final de cada reunião para avaliar os pontos pendentes e por isso se acumulavam de uma reunião para a outra sem avaliar se o grupo ainda acreditava precisar discutir aquele tópico. No Oasis do Conjunto, o Estacionamento se transformou na agenda de pautas para as reuniões seguintes, algo que não havia previsto ao propor a ferramenta. Ao final da reunião estavam registrados os encaminhamentos da reunião que podiam ser verificados na reunião seguinte.

Instaurar o diálogo entre aqueles que há muito não se reúnem, e relegam o poder de decisão ao Estado, como entidade abstrata e inatingível, com seus políticos distantes e também inacessíveis, já é por si só uma transformação importante. O que tentava adicionar a esse incentivo que o Jogo Oasis é capaz de criar, era que fossem também responsáveis pela dinâmica das reuniões de que fazem parte, desnaturalizando as práticas corriqueiras e tornando-as passíveis de alterações pelo próprio grupo. Em uma sociedade autônoma, para além das instituições formais (políticas e econômicas) ou dos mecanismos que asseguram o direito à autonomia, é necessário construir um indivíduo autônomo. Não há como desconsiderar, então, os processos de educação e socialização, ou aquilo que Souza (2012. P.79) chama de *"um imaginário que propicie a ambiência, o 'caldo de cultura' necessário a uma socialização autônoma do indivíduo."* Assim, na tentativa de chegar no nível concreto dessa ambiência, buscava experimentar, sempre com espaço para reflexão a respeito dos sentidos, a que prática levaria um tipo de reunião diferente do que tradicionalmente vivenciam os moradores da região. Não como modelo a ser seguido, mas como exemplo de um repertório possível. Imaginava que seria capaz de estimular a comparação e a exposição das contradições presentes em outras reuniões que os moradores participam. Coletivamente decidiriam a periodicidade de suas reuniões, a organização das falas, as pautas, a distribuição de tarefas etc. Entretanto, apesar da proposta do Quadro de Regras, não alteraram nenhuma delas ao longo do processo. Por outro lado, fizeram comparações com outras instâncias de participação, com alguns exemplos interessantes. Uma moradora que participou apenas dos encontros comunitários comparou a movimentação com outras reuniões *"que não levam ninguém a lugar nenhum"*. Falava também de como tinha sido escutada e da importância de decidir as coisas em conjunto ao invés de ficar escutando os outros falando o que iria ser feito.

Duas outras experiências relatadas por mobilizadores são interessantes para refletir sobre essa questão. Roberto, além de estar mais atento as suas falas, pois era criticado por muitos como alguém que sempre fala mais do que os outros, passou a propor um outro formato para as reuniões em que participa fora do contexto do projeto. Tentou levar aquilo que acreditava ser o pressuposto do Bastão da Fala, alterando seu funcionamento para as reuniões do Conselho Distrital de Saúde da Região Nordeste (CODISANE), instância de participação popular em que foi recentemente eleito como presidente. Ele mesmo atribui sua eleição à postura que passou a ter nas reuniões a partir do que aprendeu com a experimentação crítica:

O que mudou foi a maneira de fazer as reuniões, essa dinâmica de deixar mais falar do que o que normalmente acontece nas reuniões. Costumava ser assim: o presidente vai falar, bla bla bla, agora a polícia militar, aí deixa falar. E eu levei foi o contrário: vamos apresentar quem está aqui, e eu nem fiquei na mesa, fiquei ao lado, convidei todos que se apresentaram rápido, fizemos uma lista de pessoas que queriam se inscrever para fazer as perguntas, e tinha umas cinquenta pessoas, por isso não tinha Bastão da Fala Circular, por que com muita gente é meio complicado, mas funcionou bem assim, o Bastão era o microfone. E aí cada um fazia perguntas para a guarda e para a polícia. E aí não dava pra não responder ou inventar resposta. E o que reparei é que desde que eu comecei a implantar isso nas reuniões, antes de ser presidente inclusive, as pessoas ficaram mais interessadas em participar. Isso é uma nova técnica de fazer reunião. Eu vejo assim, se você joga, tipo fazer um para casa, uma tarefa, exemplo, que tipo de problema tem no centro de saúde, eles (os usuários e funcionários) propõe as pautas, e eles fazem os ofícios, não tem que ser sempre eu. E essa ideia todo mundo está gostando. Apesar de que a mesma dificuldade que a gente tem aqui de entender a causa e para onde estamos indo. Lá também tem, nem sempre todo mundo concorda. Mas primeiro a diplomacia, nunca agredir os outros. Às vezes aqui eu acabo falando demais, mas lá eu me preocupo muito com o que acontece: falar um de cada vez, mas infelizmente tem sempre um cara que quer acabar com as coisas boas. E quem mais dificulta são os usuários e não os trabalhadores.

Roberto e Cecília, sua esposa, que também participou da formação, foram além e passaram a propor intervenções sócio-espaciais cooperativas como forma de engajar as pessoas em torno das questões que estavam acontecendo na unidade de saúde que frequentam, conforme ele me contou:

A reunião da comissão local de saúde acontece todo mês. Tem a gerente da UPA (unidade de pronto atendimento), a mesa convidada e todos os usuários que querem participar. Teve uma reunião em que propusemos um projeto, tinham umas 20 pessoas, e nós tínhamos convidado algumas pessoas para estarem presentes, a polícia militar, a guarda municipal e o padre da igreja ao lado, o tema era segurança. Também enviamos documentos para eles. Tinha acontecido um caso de agressão de um morador de rua que roubou uma funcionária. Aí tivemos a ideia de fazer um jardim em um local em que eles ficavam, também pra conversar com eles, mas eles não queriam conversa. Foram três ou quatro reuniões para organizar o mutirão, que tipos de mudas iríamos plantar, quem seriam os voluntários, como cada instituição se envolveria, de onde viria a terra, as ferramentas. Combinamos de um grupo pequeno fazer o plantio, pois não é um terreno grande, não precisava. Outros ficaram com outras responsabilidades, como quebrar o passeio, que o próprio hospital fez, e nós entramos com a jardinagem.

Ao invés de encararem uma situação que tipicamente seria respondida com violência e repressão policial, decidiram se engajar na questão mobilizando os envolvidos para pensar em alternativas.

Roberto comentou também sobre como passou a encarar a importância de olhar para o espaço para compreender as dimensões das questões que enfrentam na região:

Lá também tivemos essa mesma ideia nossa, de pegar as pessoas e levar no lugar e mostrar. Levamos a mulher que está cuidando do projeto de um novo centro de saúde no lugar onde ele vai ser construído e eles não estavam querendo, junto com o assistente dela. Aí eles viram a quantidade de gente que tem que ser atendida. E aí viram que precisa aumentar a capacidade do centro e construir outro. Não é só deixar a pessoa sentada no escritório. Tem que levar ela no lugar.

Maria José é outra mobilizadora que falou sobre o tema. Perguntei sobre as reuniões do orçamento participativo, em que ela era uma das delegadas do bairro. Eu disse que queria saber como funcionavam, se eram diferentes das nossas e como as pessoas participavam.

As pessoas não vão nas reuniões por que acham que é tudo mentira e que não vai dar em nada. Lá é uma reunião geral, falam sobre tudo do orçamento participativo da reunião, de posto de saúde à rua pra asfaltar. As vezes demora, mas é por que tem muita coisa e é desorganizado. Então se não é sobre a própria rua, o povo não vai. É a secretária que dá os resultados. Eu mesma as vezes vou e fico calada, por que a minha rua não estava na pauta, mas queria saber das outras coisas. E lá as falas são sempre de reclamação, de cada uma das etapas da obra. Tem que fazer projeto, por exemplo, a minha antes não tinha projeto. E eu continuo indo e as coisas vão dando andamento, bem devagar. [...] Pra falar, você tem que dar seu nome e esperar a sua vez. Mas aí começa as vezes a embolar, e a secretária manda calar a boca [...]. Quando enche lá é assim, uma confusão. E aí uma vez eu falei, você quer que eu dê um palpite? E aí eles ficam olhando de cara feia, mas eu expliquei, a gente dá uma coisa pra quem está falando segurar e fala um de cada vez.

São reuniões de naturezas distintas, mas é interessante que Maria José tenha demarcado essa diferença na organização e, mais do que isso, tenha se sentido confortável para sugerir que alterassem o formato das reuniões. Além disso, chama atenção também para algo que pode parecer sutil, considera importante a frequência das reuniões semanais para manter um fluxo de informações que as pessoas sejam capazes de acompanhar.

As reuniões daqui, eu acho mais organizadas, é diferente. Só de ser toda semana, a gente conseguiu chegar mais rápido no que as pessoas queriam e montamos o lazer. [...] Como lá é só uma vez por mês, as pessoas esquecem o que foi dito na última e tem que começar tudo de novo. E assim, toda semana é melhor, a gente vê o andamento das coisas e sabe onde pode participar, não desanima. [...] O que aconteceu foi por causa das reuniões. É

nas reuniões que a gente desenvolve as coisas, que a gente pega a prática. Ninguém ia chegar e fazer o parquinho se não fossem as reuniões semanais.

Definir e redefinir a periodicidades das reuniões de continuidade é também uma tarefa coletiva à qual decidimos nos dedicar ao longo do curso de formação. O que acontece com muitos grupos é que eles definem a agenda da reunião seguinte ao final de cada reunião. Com isso, corre-se sempre o risco de que alguns participantes já tenham marcado uma outra atividade no horário proposto. Nesse formato, cria-se uma rotina, e as pessoas se acostumam a deixar aquele dia e horário livres. No processo de mobilização, definir uma agenda inicial de encontros ajudou a situar o grupo e a encarar uma empreitada com início, meio e fim antes de se envolver com uma atividade rotineira que poderá ter também outros ciclos de atividades extras que podem ser iniciados depois. Além disso, parece ter gerado maior envolvimento entre os membros do grupo, que, como Maria José, têm a sensação de terem passado por um ciclo juntos. Isso não impede que o grupo crie reuniões extraordinárias para tratar assuntos específicos, trabalhar juntos etc. Até o momento em que escrevo, o grupo encontra-se semanalmente e acha importante fazê-lo para não perder o ritmo. Durante o processo tivemos a ideia (eu e Maria Luiza) de agendar reuniões que o próprio grupo realizasse, sem a minha presença, em um dia da semana que funcionasse para a maioria. A definição desse dia foi feita no encontro de maquete e foi interessante para que o grupo reconhecesse, ainda durante o processo, que poderia fazer reuniões sem a minha presença, diminuindo os riscos de uma relação de dependência.

A forma com que novos participantes entraram no grupo após a realização do Oasis também é interessante de se observar. O grupo tomou consciência de que a maneira como estavam se organizando era diferente do que acontecia em outros contextos, também a partir das falas de outros moradores que entravam no processo. Débora é uma das três pessoas que passaram a fazer parte do grupo depois do término do curso. Começou a participar das reuniões duas semanas após o mutirão e na terceira reunião em que esteve presente fez questão de agradecer pela forma como fora recebida. Dizia que não era comum encontrar no bairro uma reunião em que as pessoas pudessem se engajar como naquela. Comparava com o grêmio estudantil, do qual tinha tentado fazer parte, e dava sua opinião sobre a forma como as pessoas imaginam que é uma reunião para discutir questões comunitárias:

[...] sempre que eu ia para participar das coisas, as pessoas diziam que já estava tudo organizado, se você quiser, vai fazer isso aqui, que está sobrando. E aqui não, todo mundo fala para você vir participar, perguntando o que você tem para acrescentar. Não é ‘você vai fazer isso’, mas ‘o que você gostaria de fazer?’ [...] É muito bom todo mundo ter lugar de fala certinho. Além de não poder falar demais tudo que vem aleatório na cabeça, tem um assunto por vez. E como todo mundo já começa falando alguma coisa (Check-in), na primeira vez que a gente fala a gente se sente mais confortável para acrescentar algo depois, ou fazer uma pergunta. [...] A gente tem que divulgar pra quem não está aqui, falando dessa diferença da reunião. Esse formato é muito bom. Só que como acontece só dentro da reunião, quem não vem ainda não sabe que é uma reunião que todo mundo tem lugar de fala. Por que quando a gente fala em reunião, as pessoas pensam que tem uma pessoa que coordena e a gente vai votar no final.

Fala também de uma diferença na afetividade: *“Pra começar é muito diferente de outros projetos que já participei, na hora que eu cheguei aqui não é aperto de mão, as pessoas já chegam abraçando, querem saber seu nome, as pessoas tratam a gente com atenção, todo mundo lembra de você e quer saber o que você tem pra acrescentar.”* Na segunda reunião em que participou, na qual eu estava ausente, Débora coordenou as atividades junto com outra moradora. Considerou que não tinha sido tão ágil como as outras reuniões, *“mas funcionou bem, resolvendo as questões por pautas”*. A principal dificuldade em sua opinião foi que *“as pessoas ficavam tentando sair do assunto, mas a gente mantinha a pauta e depois entrava no outro assunto. O Estacionamento ajudava nessas horas”*. Assim, as ferramentas ajudavam a incorporar também novos membros no processo.

Ainda assim, tinha certo receio de o Quadro de Regras não ter sido suficiente para questionar e alterar as ferramentas propostas. Como nenhuma regra foi alterada durante o processo, abandonamos a prática de discutir as ferramentas ao final das reuniões que sucederam o mutirão e também porque essas reuniões eram menores – apenas 2 horas. No mutirão, a dinâmica era outra e possuía outras regras que, no entanto, não foram sistematizadas. Assim, no momento em que deixamos de usar o Quadro de Regras que a importância dele se tornou mais perceptível. Apesar do meu receio em domesticar o grupo inserindo ferramentas heterônomas, não há uma adesão automática às ferramentas. Principalmente por quebrarem a rotina, a tendência que observei é de que as ferramentas sejam abandonadas. Contudo, para mim, o principal elemento que trazem é evidenciar o pressuposto de cada uma delas. O Bastão da Fala, por exemplo, parecia impositivo para os novos participantes que estiveram no Encontro de Futuro porque não possuía uma interface

para que fosse evidenciado como heterônomo e passível de alteração, sendo esquecido em um segundo momento, deixado de lado sem que se conversasse sobre isso. Não foi utilizado em várias reuniões, sendo retomado depois de um tempo, contudo, mesmo nas reuniões em que não estava sendo usado, ficava sobre a mesa. E, sempre que alguém estava sendo frequentemente interrompido, ou tinha dificuldade em encontrar um momento para expressar sua opinião sobre um tópico que estava sendo dominado pelos outros, pegava o Bastão e fiscalizava o grupo, conquistando assim seu espaço de fala. O mesmo aconteceu com o Estacionamento de Questões, que deixou de ser um cartaz com um número de “vagas” específicas e passou a ser usado como uma lista, que permitiu que um número cada vez maior de tarefas e propostas fosse adicionado, deixando outras de lado.

Após 10 reuniões os participantes resolveram voltar a discutir a estrutura do grupo, em função de uma reunião em que estiveram presentes apenas 6 participantes e nenhum deles estava acompanhando os registros, sendo assim, eles não conseguiram se situar no andamento das atividades. Na reunião seguinte, a discussão sobre a forma de fazer os registros reacendeu a discussão sobre as outras regras. Começaram a reunião retomando o uso do Bastão, conseguiram organizar as falas e discutiram de forma mais democrática as pautas que estavam pendentes no Estacionamento de Questões. A partir disso sentiram necessidade de voltar ao Quadro de Regras e discutir a estrutura e a organização da reunião como um todo. Perceberam que existiam mais regras do que as que estavam no Quadro de Regras e se colocaram a discuti-las, registrando aquelas que seriam acrescentadas.

Débora tomou para si a tarefa de registrar os acontecimentos de cada reunião, o que chamávamos de **Responsável pela colheita**. Entretanto, o nome não era conhecido por todos, também por não constar no Quadro de Regras. No início de cada reunião, uma pessoa era escolhida para sistematizar os registros e encaminhamentos. Na reunião em que Débora não estava presente, os demais participantes perceberam que não sabiam acompanhar os registros, então definiram que a partir daquele momento duas pessoas cuidariam dessa colheita e seria uma tarefa rotativa para que outros tivessem a oportunidade de aprendê-la. Além disso, decidiram que o nome da regra passaria a ser **Dupla de coletores de ideias**. E essa foi a primeira regra que adicionaram ao quadro com uma das fichas verdes, a primeira regra de autonomia. Roneide comentou também sobre o Bastão: *"apesar de não termos utilizado em algumas reuniões, e deram certo mesmo assim, é uma*

coisa que faz a reunião fluir melhor. Quando as pessoas não só tem a fala, mas tem a preocupação de que o outro também fale." Essa preocupação é o que está por trás do uso do Bastão, um pressuposto que é de interesse de todos, mas nem sempre consegue se fazer efetivar na prática, além de reconhecerem, por exemplo, que não respeitaram o tempo dos outros em reuniões que não o utilizaram. Dessa forma, recuperaram o uso do Bastão e acrescentaram que deveria ser usado sempre de forma circular. O *Check-in*, que não era tido como uma regra do Quadro, passou a incorporar o conjunto de regras do grupo. Após uma discussão, decidiram que seria um *Check-in* simplificado, sempre com a mesma pergunta ("Como estou chegando hoje? Com qual sentimento?"), para que a reunião começasse com um alinhamento entre os participantes. Dentre aqueles que defendiam o *Check-in*, Roberto comentou que o "*Check-in ajuda a concentrar*" e Roneide disse "*acho que tem que ter o Check-in sim, pra gente ter o cuidado uns com os outros, falar de sentimento ajuda. Mesmo que seja bem rápido.*"

Por fim, a estrutura da reunião foi descrita em uma sequência que enviaram ao grupo de *Whatsapp* para que fosse repetida a cada reunião e pudessem verificar seu funcionamento (Quadro 4). Na reunião seguinte, aplicaram a estrutura proposta e o que antes eram três regras heterônomas passaram a ser: Bastão da Fala circular, *Check-in* simples, Estacionamento de Questões, Dupla de coletores de ideias. Apesar de parecer um tanto burocrático, o fato de terem discutido as regras e feitos alterações é o que interessa no processo, e talvez seja também um incentivo para que continuem se reunindo – como ressalta Roneide, "*assim as reuniões ficam mais divertidas, dá um up, é sempre um desafio, e não fica aquela rotina de sempre. E se as regras valem pra todo mundo, ai ninguém tem privilégio.*"

Quadro 4 - A Estrutura da Reunião (Enviado no Whatsapp - reunião 12)

- 1- Escolher a Dupla de Coletores de Ideias do dia.
 - 2- Um dos coletores de Ideias inicia a reunião com o *Check-in*: Cada um fala seu nome e responde "Como estou chegando hoje? Com qual sentimento?"
 - 3- Ao final do *Check-in*, o coletor que iniciou a reunião lê as questões que estão no Estacionamento e pergunta quais devem ser discutidas e quais podem ser retiradas do Estacionamento.
 - 4- As pautas são discutidas uma a uma de acordo com a ordem de prioridades definida pelo grupo (sempre com o Bastão Circular).
 - 5- Na hora que o Bastão chega na sua mão, você pode dar sua opinião sobre o tema, fazer perguntas para que o grupo todo responda, propor encaminhamentos, propor uma votação, alertar sobre riscos etc.
 - 6- Sempre que o Bastão chega na mão de um dos coletores de ideias ele pode falar sua opinião sobre o tema, dizer quais são os encaminhamentos propostos até aquele momento, lembrar de pontos levantados que ainda não foram decididos e caso entenda que o assunto está finalizado pergunta se mais alguém quer falar sobre o assunto ou se passam para o próximo.
 - 7- Em casos de votação, os coletores garantem que todos tenham oportunidade de votar e vão anotando os votos.
 - 8- Faltando mais ou menos cinco minutos para as 21:00. Uma das pessoas da dupla de coletores de ideias do dia informa que a reunião está acabando, e quais são as informações que pretende colocar nos dois comunicados, separando aquelas que são para os membros do grupo (mobilizadores) e aquelas que são para todos os moradores (a ser encaminhada por whatsapp). Em seguida faz o Bastão Circular uma ou duas vezes para checar se alguém mudaria algum comunicado ou se faltou algum ponto.
- _A qualquer momento, qualquer pessoa pode pedir um esclarecimento fazendo uma pergunta sobre uma informação que não esteja clara, sem precisar do Bastão.
- _A qualquer momento, qualquer pessoa pode pedir para que um item vá para o Estacionamento de Questões, para que possa ser discutido em uma próxima reunião. O Estacionamento tem 10 vagas.

Fonte: Produzido durante a reunião (08/10/2018).

6.5 Onde e quando começa a mobilização sócio-espacial?

Seguindo o princípio da conscientização histórica, a mobilização sócio-espacial se dá continuamente, dessa forma, não poderia ser inaugurada com o curso, por uma iniciativa heterônoma. Deve partir do entendimento de que as relações sócio-espaciais vigentes já produzem um tipo de interação que conforma a realidade em que vivem e que mudar a realidade passa por mudar essas relações. Assim, no primeiro dia de atividades (14 de abril), logo após uma rodada

inicial de apresentações em que usamos o **Batizado mineiro** (BOAL, 2015. p.141), demos início a uma rodada de falas para construir um panorama das mobilizações em curso no bairro desde o Oasis. O objetivo era situar aquele momento na história do bairro, para que não fosse entendido como algo que inaugurou a mobilização social local. Me parecia importante criar esse reconhecimento a partir das falas dos próprios moradores para estabelecermos de saída a importância da construção do conhecimento dentro do próprio grupo, a partir das diferentes perspectivas com que olhavam para o que já vinha acontecendo no bairro. Nesse caso específico, tínhamos o Oasis anterior como referência temporal mais próxima, porém, entendo que a história da ocupação do bairro poderia ser um ponto de partida interessante ou um evento recente de transformação do espaço, como uma obra viária, a construção de uma escola ou um centro de saúde, por exemplo. Na nossa dinâmica, primeiro falaram aqueles que não tinham participado do Oasis diretamente e a orientação era de que contassem, na sua perspectiva, as impressões que tinham tido sobre a movimentação na região. Em seguida, aqueles que tinham participado contaram a forma como se envolveram no processo. Enquanto falavam, Bruna, uma amiga que também trabalha com facilitação e esteve presente nesse dia, registrou palavras e ideias-chave em cartazes pregados na parede.

Das falas dos não-participantes do Oasis, ficou evidente que a primeira imagem que tiveram do projeto foi o mutirão, ao passarem de carro e de ônibus, curiosos para entender o que estava acontecendo. Ninguém sabia quem estava coordenando o processo, em um primeiro momento, alguns achavam que era uma iniciativa do vereador Edmar Branco, enquanto outros relataram que o vereador estava apenas apoiando. Uma pessoa achou que era uma ação da prefeitura, mas logo viu que eram moradores trabalhando. *“Era um coletivo de moradores que não só estava construindo junto, mas cuidando do espaço, e ver o povo fazendo, cada um da forma que pode, dava vontade de fazer também”*. Outros disseram se sentir atados, com vontade de participar e sem poder por ter outros compromissos. Uma pessoa chegou a descrever o sentimento como uma *“angústia mobilizadora”*, em um sentido positivo, de que queriam poder fazer parte da movimentação. Chegou a dizer que tinha sido essa a sensação que fez com que ela viesse participar do curso, pois não podia perder uma segunda oportunidade. Diversas vezes repetiram a palavra comunidade para descrever o que viam.

Alguém recuperou uma parte da história que ainda não tinha sido mencionada, do passado daquele lugar, das pessoas que moravam ali antes, amigos que viveram as enchentes. Uma das participantes lembrou que nos anos 80 participava de ações do centro de saúde para mobilizar voluntários no auxílio às vítimas das enchentes. Lembrou também que, antes do parquinho, os moradores já tinham começado o parque com a conquista da academia da cidade. Alguns que estavam ali disseram ter ajudado indiretamente, nos bastidores, divulgando, compartilhando os convites pelo *Whatsapp*. Além disso, descobrimos que uma das assessoras do Branco, presente ali, conduziu negociações que garantiram a continuidade do serviço de remoção dos entulhos. Uma pessoa situou o movimento como algo que já acontece em outros lugares: *“as pessoas fazendo aquilo que querem no espaço público, realizando mutirões”*. O que teria chamado a atenção da prefeitura que, segundo conta, *“sentiu vergonha”* e precisou apoiar o projeto. Ressaltaram também a importância do processo para a autoestima da população. Uma pessoa que descobriu o projeto pelas redes sociais, na página do Facebook de um amigo que não mora no bairro, disse: *“quando tem gente de fora curtindo uma foto do seu bairro sem você saber do que se trata, isso chama a atenção. Como eu podia não estar sabendo?”*

Junto com a palavra comunidade, usavam termos como pertencimento, identidade, união e integração para falar do que tinha mudado a partir do Oasis. Uma fala chama atenção para o poder que a transformação real do espaço tem para as pessoas daquela região:

Oasis é você sair do blá blá blá de discussão e ir para a ação. Isso faz toda a diferença. Isso dá um senso de comunidade. Hoje as pessoas estão unidas e que está mudando inclusive a visão dos jovens sobre o bairro. Gente que sai daqui e vai pra FAFICH, pra UFMG, e não sentem vergonha. Hoje sentem orgulho e querem ficar por aqui mesmo. São jovens que querem mudar a realidade sem tem que se mudar daqui.

Outra pessoa, comentando o processo, disse: *“O que mudou? A apropriação, o poder da comunidade, da transformação, agora as pessoas não esperam a prefeitura mais. Esse é o legado do que está acontecendo lá, agora as pessoas sentem que as coisas podem mudar.”* A partir das falas, situaram os acontecimentos em ordem cronológica: primeiro tinha sido construído o parquinho, depois a festa junina, o campinho, o ponto de ônibus, o espaço de pic-nic etc. Falavam dos diversos atores que se envolveram como as escolas, o apoio da prefeitura, do vereador, do COMUPRA e da Igreja Católica, mas nenhum dos não-participantes sabia que a UFMG esteve

envolvida (me tranquilizou no que diz respeito às relações de dependência que o projeto pode gerar).

Quando passamos para o relato dos participantes do Oasis anterior, as falas complementaram o que já tinha sido mencionado, organizando melhor os acontecimentos e situando a participação de cada um dos agentes na história. Também mencionaram o que o projeto tinha significado para cada um deles, à medida em que compartilhavam suas impressões dos impactos do projeto e do que surgiu a partir dele no bairro. Itamar aproveitou para falar de um momento anterior e de sua perspectiva pessoal sobre mobilização social: *"A escola não ensinou a gente a mobilizar e mudar nada. Eu já senti isso, que era possível mudar, foi quando surgiu o Grupo GARRA: mostrar que era possível, essa era a primeira fase. Eu sabia que era possível por que nadei e pesquei no onça. O COMUPRA nasceu do grupo GARRA, que servia para aprender os caminhos de fazer as coisas. Antes era uma paradeira total. Um varria o lixo para a porta do outro."* Lembrou que quem sabe construir casas, certamente sabe fazer campinhos, portanto, era só perguntar, *"e por que não?"* e as pessoas veriam que eram capazes de fazer a transformação que queriam.

Roberto tentou organizar o Oasis em passos, o que foi interessante para perceber, depois de quase um ano do projeto, o que tinha ficado marcado na memória daqueles que não participaram da formação. Na perspectiva dele foram vários estágios:

Primeiro acreditar que sonhar é possível, essa era a fase de botar o sonho pra fora; Depois construir a maquete e para isso tínhamos que ouvir as pessoas. Esse era o estágio de se comprometer com a ação, e todo mundo sabia que ia ser rápido! No final, recolher os aprendizados e depois vem o continuar. Que no nosso caso, e na minha opinião, tem um objetivo lá na frente que a construção do Parque Ciliar.

Comentando a fala anterior, Itamar falou da necessidade de *"fazer com as pessoas"*. Para ele, essa tinha sido a diferença principal quando começaram o projeto, esclareceu que o Oasis (por meio da UFMG) tinha sido convidado exatamente por ter essa proposta. Contou uma história de um carroceiro que jogava entulho no rio e da conversa que teve com ele sobre a possibilidade de construírem juntos uma alternativa, ao invés de chegar ensinando o que é certo ou errado. Cecília foi mais direta: *"O objetivo do Oasis é simples: Como ocupar espaços públicos de forma coletiva. Para isso, sonhar juntos e pegar para fazer. Cada um participa com o que tem e o que gosta. Eu*

participei do grupo das mudas, que é o que eu sei fazer melhor." Só nesse momento entraram no detalhe da importância da continuidade, contaram das reuniões semanais e da dificuldade de manter o grupo unido. Lembraram de como tinha sido difícil no primeiro momento e Roberto disse que na primeira reunião não acreditou que daria certo, que achou estranho vir alguém de fora para falar dos sonhos dos moradores. Mas continuou participando por ter sido convidado por um morador em quem confiava, evidenciando a importância dos laços afetivos entre os moradores como sustentação do processo de engajamento. A partir dos registros que Bruna fazia, Roberto ajudou a contar a ordem como as coisas tinham acontecido, o que reforçou a importância de mantermos essa prática dos registros que sistematizam as falas durante as reuniões. Ressaltou como a prefeitura só tinha se movimentado com a pressão deles, do trabalho voluntário dos moradores e, por fim, falou dos próximos passos que o grupo queria conquistar, da horta comunitária e da feira. Falou muito sobre a necessidade de um movimento social contínuo, e já trazia essa intenção para o Conjunto Ribeiro de Abreu, dizendo que estava ali para que mais pessoas pudessem se envolver dessa forma com seu bairro.

Assim, ao mesmo tempo em que recontávamos a história, os moradores explicitavam sua expectativa com o processo a partir daquilo que mais valorizavam na trajetória percorrida até ali. Começavam a delinear o tipo de mobilização que queriam construir. Essa ênfase para a mobilização contínua, já no primeiro dia de atividades, ajudou a delinear um processo que tinha a perspectiva de continuar e desde esse primeiro momento, aqueles que se envolviam reduziram as ansiedades de se chegar a um resultado grandioso no primeiro mutirão e entenderam o processo como espaço formativo.

Ainda na perspectiva de delinear o tipo de mobilização a ser construída, acreditei ser importante questionar as formas como conduziam a mobilização até aquele momento no bairro. Para tanto, utilizei alguns jogos de imagem do Teatro do Oprimido (BOAL, 2015. p.175) na expectativa de ampliar a discussão incorporando as diferentes perspectivas dos mobilizadores. Primeiro, era importante explicitar que tipo de imagens o Teatro do Oprimido propõe que sejam trabalhadas, normalmente usando os próprios corpos dos participantes como instrumentos para construção dessas. Boal (2015) defende que:

[...] imagens são superfícies: assim como um objeto que reflete a luz, as imagens refletem as lembranças, pensamentos e emoções de quem as observa. Todas as imagens são polêmicas – elas podem carregar muitos significados, e nunca devemos reduzir isso a um significado supostamente “correto”, ou a um significado “pretendido” pelo escultor. Pois aprendemos principalmente com a diversidade dos sentimentos, pensamentos e associações presentes no grupo. (BOAL, 2015. P.175)

O teatro-imagem seria um teatro em que não usaríamos a palavra complementando o discurso, também para investigar outras formas de comunicação entre os mobilizadores e, ao mesmo tempo, trazer a vivência para experiências que marcam a memória do corpo. Nesse sentido, após alguns exercícios de desmecanização (alongamentos, exercícios de atenção nas limitações do corpo e dinâmicas para explorar a expressividade do corpo) os mobilizadores foram convidados a “esculpir imagens” usando os corpos dos outros participantes para explicitar o que acreditavam ser representativo de “como é hoje a participação social no bairro”. A ideia era que chegassem a uma imagem definitiva que fosse construída coletivamente. Um mobilizador iniciava a construção usando os corpos de outros e o seu próprio e assim que terminava, outro mobilizador podia entrar em cena e usar outros mobilizadores para compor a imagem ou modificar aquela que já estava definida. Eu orientei que só terminaríamos quando todos estivessem satisfeitos com a imagem proposta. Tendo uma imagem, pedi que todos os mobilizadores que faziam parte da imagem decorassem sua posição e voltassem para seus lugares saindo de cena. Em seguida, partindo das mesmas orientações, o objetivo era o de criar uma imagem ideal, de como acreditam que “deveria ser a participação social no bairro”. Assim, puderam contrapor a imagem que tinham da forma como acontece a participação social no bairro (chamamos de participação real ou imagem real), com a expectativa que tinham de uma participação ideal (imagem ideal). Mas antes de discutirem os significados que interpretavam das imagens propostas, fizeram uma dinamização em que construíam a transição de uma imagem para a outra, que dizia respeito à transformação que acreditavam que precisaria acontecer.

Após a transição, o grupo discutiu o que tinha visto no processo. Sobre a imagem real (Foto 12) interpretaram que existiam pessoas que estavam trabalhando em prol do coletivo, outras ignoravam preocupadas com a própria vida: “tinha um grupinho fazendo, e outros ficavam de fora”. Mas, ao mesmo tempo, eram críticos sobre essa atuação. Gerciane, que atua em projetos sociais da sua igreja, disse que “estar no grupo não significa que você vai trabalhar no grupo, pode estar por

estar. Minha cena tinha esse semblante” (é a primeira da esquerda para a direita na Foto 12). Thais que também estava na imagem interpretou que “era um grupo fechado, ninguém estava disposto a receber pessoas novas” (É a segunda, da esquerda para a direita). Falaram também que a “preocupação com o tempo é uma coisa real”, que muitos têm as preocupações do trabalho, da “vida corrida”, e também por isso “ficam de braços cruzados: ‘pra que correr atrás se eu posso só esperar e outros estão correndo atrás pra mim?’ E cruzar os braços é uma atitude de quem não acredita que da pra fazer: vê os outros de braços cruzados e cruzam também”. Sobre a sua própria atuação, Cecília comenta que “falta agregar, tinham pessoas que veem o que está acontecendo, tem até vontade de participar, cabeça boa, rezam para que dê certo, mas não agem, [...] ficam esperando um chamado, um toque. E a gente tem que valorizar o outro pra trazer, ou então ele nem acredita que pode participar”.

Foto 12 – Teatro-imagem: “Como é a Participação Social no Ribeiro de Abreu?”



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Na imagem ideal fizeram primeiro um círculo aberto (Foto 13) que pouco a pouco foi se transformando. Cecília aproximou as pessoas em um círculo mais fechado (Foto 14) que depois foi se abrindo por ações de outras pessoas. Retiraram uma pessoa, que Gerciane explicou depois:

“Quando eu pensei em abrir o círculo e tirei uma pessoa era no sentido de agregar. Por que todos tem alguma coisa a oferecer. Não é fazer de acordo com o que o grupo entende como solução, agregar é também se abrir para o que os outros podem contribuir”. Adriana também modificou a cena virando algumas pessoas para o entorno estendendo uma das mãos e chamando quem estava de fora (Foto 15).

Foto 13 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu I



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Foto 14 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu II



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Foto 15 – Teatro-imagem: Ideal de Participação Social no Ribeiro de Abreu III



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Seguindo a mesma dinâmica, o grupo fez uma segunda cena, em que a imagem inicial foi “como é hoje a mobilização social no Ribeiro de Abreu” e a imagem ideal “como deveria ser a mobilização social no bairro”. Assim entramos nesse segundo conceito, mais propositivo, de como deveria então ser a atuação daqueles que se mobilizavam para construir a participação, indicando inclusive o trabalho de muitos daqueles que estavam presentes (membros do COMUPRA, agentes comunitários de saúde, assessores do vereador etc.). Assim, os mobilizadores criticavam sua própria atuação e de seus companheiros, sem precisar apontar explicitamente as atitudes de alguém.

Foi interessante também para evidenciar diferentes interpretações sobre o que cada um queria dizer, ou mostrar que o que os outros viam de fora da cena provocava discussões sobre o processo de mobilização que possivelmente não teriam se não tivessem se colocado em cena. Helena chegou no meio da atividade e apenas observou o que estava acontecendo. Depois, pedi que compartilhasse com o grupo o que tinha visto. Sua fala retrata algumas dessas interpretações que depois foram contrapostas, criando oportunidades para o grupo discutir, investigando as proposições imagéticas de cada um. O que nos disse foi:

Um está no celular sem ligar pra nada. Outro está pensando em alguma coisa, mas não diz. A outra está olhando as horas por que anda sempre correndo, a outra está rezando, [...] Esse aqui está meio lá meio cá, e está puxando essa moça para ir junto com ele. [...] essa aqui está querendo levantar e tem essa outra aqui ajudando ela. Mas tem aquela outra ali pedindo socorro e ninguém ajuda. Aqui está cada um tentando levantar alguma coisa para chamar a atenção de todos nós.

Em seguida, fizemos um círculo para compartilhar as impressões sobre essa segunda dinamização. Uma mobilizadora, a que estava no telefone, explica que na verdade estava chateada e angustiada sobre como tem sido sua atuação no bairro: *“Uns estão mobilizando, tentando puxar os outros, buscar alguém, mas sempre tem os distraídos, preocupados com a própria vida. E é mais ou menos por aí que acontece. Muita gente não acha importante o que estamos fazendo”*. Contou uma situação em que passou mais de uma hora com um senhor no telefone, que dizia que ela estava “no mundo da lua” acreditando que podia mudar a realidade (a cena do telefone foi relembrada no encontro seguinte, quando discutiram quais abordagens usar no processo de mobilização).

Foto 16 – Teatro-imagem: “Como é a mobilização social no Ribeiro de Abreu?” I



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Rosemar, agente comunitária de saúde, na imagem real estava de pé ao lado de Vânia e, conforme explicou depois frente às interpretações de outros de que ela estaria rezando, *“o meu*

gesto não era de rezar, mas de implorar: ‘pelo amor de deus, me escuta’” (Foto 16). Logo que iniciaram a segunda cena, da imagem ideal, voltaram para o mesmo lugar, mas com uma diferença, Rosemar pegou também uma cadeira e se sentou de frente para Vânia porque *“uma coisa é alguém suplicando sua ajuda, e outra é um diálogo para construir coisas que os dois lados querem”* (Foto 17). Outro exemplo interessante é a fala de Ludmila, que segundo Helena estava pedindo socorro (Foto 18). Disse que queria mostrar com sua postura que, em um primeiro momento, ensinava aos adultos a importância de se olhar para o meio ambiente e, na situação ideal, já não tinha mais essa necessidade e podia então ensinar às crianças (Foto 19).

Foto 17 – Teatro-imagem: Ideal de mobilização social no Ribeiro de Abreu I



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018).

Marta também interpretou outras possibilidades da mesma cena:

Eu acho que falta também uma interação entre a comunidade e a escola. Vi isso no gesto que a Ludmila estava fazendo. Ela de um lado, que era a escola, falando quase que sozinha, com um folheto na mão, e o bairro até podia estar mobilizado, mas a escola não estava integrada. E precisa dessa comunicação entre o bairro e as instituições.

Assim, ressaltávamos a atenção ao uso do corpo como instrumento de mobilização social, mas fizemos também uma analogia com a ideia de um corpo coletivo, que se constrói a partir das ações individuais de diferentes atores e grupos. Para isso, as imagens carregaram nessa atividade também esse significado. Nas transições, mostravam o tipo de envolvimento que cada um propunha para a mudança. Não só criticavam a situação atual, mas se colocavam como elementos de uma transição para uma situação ideal. Uma das falas, de Rafael, é elucidativa sobre essa percepção:

Percebi que foram três etapas, primeiro a realidade, depois como a gente queria ser, e depois voltamos à realidade para fazer o processo transitório. E para chegar no ideal a gente precisa se movimentar. Não é só perceber a realidade e imaginar o ideal. Nessa hora eu entendi isso: o ideal é a gente se movimentar, se não tiver um movimento para buscar o ideal, vai ficar só na imaginação.

Foto 18 – Teatro-imagem: “Como é a mobilização social no Ribeiro de Abreu?” II



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Foto 19 – Teatro-imagem: Ideal de mobilização social no Ribeiro de Abreu II



Fonte: Cecília Corgozinho (14/04/2018)

Além de enxergarem a importância das ações de cada um nesse movimento, falavam que descobertas aconteceriam durante o processo: *“Na transição, o que aconteceu foi uma ideia de união de fazer uma roda, mas foi fazendo esse movimento que nós percebemos que tínhamos que abrir a roda, para o grupo não ser fechado. Quando chegamos na roda é que descobrimos isso, que ela tinha que abrir”*. Arlinda, falando também da transição, diz: *“E você vê que no movimento, tiveram também situações difíceis. Porque a forma em que eu estava, tinha que me comunicar com os outros, aí a gente deu algumas voltas até encontrar uma situação que chegava onde a gente queria, Por mais que a gente já soubesse exatamente onde queríamos chegar”*. Ludmila, professora na escola municipal, disse: *“Tinha também uma ansiedade, de chegar logo onde queríamos, não queria esperar os outros, fui logo para o meu lugar e ninguém vinha. Aí eu entendi que era um processo. E tem que ser um processo, ninguém vai participar sozinho”*. E, mesmo que nem todas as falas tenham sido discutidas com profundidade, evidenciam o quanto todos refletiram sobre a participação social e os processos de mobilização que já existem no bairro, o que preparou o grupo para as atividades que aconteceriam em seguida. Além disso, como não se tratava de definir um tipo de mobilização específico que todos deveriam seguir, cada uma das falas e a atenção que

dávamos a ela era uma oportunidade de lembrar o grupo que essa reflexão precisaria ser constante para que avaliassem, a cada passo, como estavam seguindo.

6.6 Quais serão as atividades de mobilização?

No segundo dia (21 de abril), fizemos o *Check-in* usando o mesmo exercício do Teatro do Oprimido, o Batizado Mineiro, para lembrar do corpo e da ação corporal como linguagem e também para memorizar os nomes dos outros mobilizadores. Entretanto, a palavra e o gesto diriam respeito ao estado como chegavam naquele dia e, assim, conversamos sobre a importância de perceber o outro enquanto sujeito que tem suas variações de humor, disposição etc. E que era responsabilidade do grupo cuidar daqueles que precisam de cuidado a cada encontro. Contudo, só saberíamos que alguém precisa de cuidados se nos abrissemos para o grupo. Assim, estabelecíamos também uma relação de confiança e intimidade. Em seguida, fizemos alguns exercícios de desmecanização e voltamos para a sala que estava montada com mesas de 5 a 6 lugares para que se dividissem em pequenos grupos.

Em grupos, nos dedicamos a expor o método à revisão crítica dos próprios mobilizadores. Aproveitei para incluir também as minhas críticas, descritas no capítulo anterior. Essa atividade se deu por meio de uma dinâmica em que os quatro grupos discutiam separadamente as atividades propostas para o processo de mobilização que experimentaríamos no curso. A cada rodada, apresentava um vídeo do Instituto Elos que descreve um dos passos da Filosofia Elos e, em seguida, detalhava as atividades que faríamos em cada um desses passos. Orientei que o grupo deveria avaliar a atividade, discutir quais os impactos e limitações de cada uma e, se achassem necessário, fazer sugestões de mudanças. Cada mesa escolhia, no início da rodada, uma pessoa que seria a responsável pela colheita, durante 15 minutos discutiam as atividades em questão e no final uma pessoa apresentava para os demais uma síntese da discussão em até 2 minutos.

Como pano de fundo para as discussões, pedi que levassem em conta alguns pontos chave que eram objetivos que teríamos com aquele processo: foco na continuidade (para que as pessoas pudessem dar continuidade ao que começássemos no curso), atenção para a independência do grupo (que o processo fosse emancipador), foco no processo e não no produto final, liderança distribuída (mais pessoas participando como líderes naquilo que sabem fazer melhor) e auto-

organização (que as regras de interação venham mais de dentro do que de fora do grupo). Foi a forma que encontrei de trazer um pouco dos princípios para o debate, sem chamar de princípios para que não fossem entendidos impositivamente.

Enquanto cada um dos grupos de trabalho apresentava suas colocações sobre as atividades, eu anotava os pontos chave em um cartaz, principalmente aqueles que se repetiam ou apresentavam algum tipo de inovação em relação ao método. Por fim, apresentava a síntese para todos, checando se algum comentário não tinha sido contemplado e também a minha crítica ao método (de forma resumida, aquilo que discuti no capítulo 4). Por mais que tenham aprovado a maioria das atividades propostas, sem alterar profundamente o funcionamento do jogo, discutiram os objetivos de cada uma delas e estavam cientes da expectativa de resultado que cada uma traria.

Na primeira rodada os participantes discutiram a *Cabra-cega*, a *Busca de Belezas e Recursos*, a *Busca de Histórias e Talentos* e o *Show de Talentos*. Da discussão, despontaram aspectos que podem parecer sutis, mas revelam a percepção dos moradores sobre a forma como a mobilização social se dá no bairro. De saída, criticaram os horários das reuniões do centro de saúde e do COMUPRA, que acontecem durante a semana, em horário comercial, por ser o horário que os técnicos das entidades parceiras podem participar, porém, os moradores que trabalham não participam. Pouco sugeriram de alterações nas atividades propostas, mas sentiram falta de formas de coletivizar essas percepções que teriam. Chegaram a pensar em cartazes que comunicassem as belezas, mas ponderaram que as pessoas precisavam "*ver com os próprios olhos*", dessa forma, pensaram em repetir as atividades propostas, como a *Cabra-cega*, em outros momentos, com pequenos grupos caminhando pelo bairro. Todo esse processo inicial das etapas do Olhar e do Afeto foi entendido como um momento de valorizar a cultura do lugar, um olhar diferente para aquilo que normalmente é desvalorizado, um estímulo ao reconhecimento das potencialidades da realidade em que vivem e principalmente os impactos positivos que "*conhecer bem os vizinhos*" traria para bairro. Todos os grupos mencionaram que as pessoas se conheciam pouco e o afeto era a resposta para incentivar que as pessoas fossem mais cuidadosas umas com as outras e com os espaços comuns. A partir de uma rede de vizinhos que se conhece, seria mais fácil que trabalhassem juntos. Entretanto, sabiam que seria desafiante trazer as pessoas para interação, principalmente por uma relação de desconfiança que estava instaurada entre os moradores. Uma das moradoras foi enfática ao descrever algo que precisariam superar antes de permitir maior interação entre as

peessoas: *"Tem que acabar o medo, por que o medo afastou todo mundo. Eu vim pra cá, tava com treze anos e não era assim. O tempo foi se passando e as pessoas ficaram com muito medo do nosso bairro. Precisamos quebrar com isso."* E, como resposta, reforço o desejo de estabelecer relações de vizinhança de mais confiança, que pudessem contribuir com a sensação de segurança. Além disso, sugeriram que o show de talentos fosse feito depois do momento inicial da mobilização, quando já tivessem mais pessoas envolvidas (e de fato realizaram algo como um show de talentos na inauguração do espaço).

A partir dessa discussão inicial, revela-se o que seria o panorama de mobilização para o grupo, mais coletivo e circunscrito às relações sociais que precisariam estabelecer entre eles e com outros moradores para criar um movimento contínuo. Entendiam, de saída, que o Oasis seria apenas um primeiro passo e não um fim em si mesmo, o que ajudou a reduzir também as minhas expectativas em relação ao processo.

Na segunda rodada, ao discutir a etapa do Sonhos, pedi que avaliassem as atividades da troca de sonhos e o encontro de sonhos como momento em que os moradores se encontrariam para discutir um sonho comum que fosse mobilizador. A partir das discussões, levantaram uma reflexão que retornou diversas vezes ao longo do processo, a ideia de que deveria haver um *"pertencimento no sonho"*. Ou seja, o sonho só seria mobilizador se todas as pessoas sentissem que ele também era delas, que para chegar nesse sonho precisariam tomar cuidado com a *"ilusão da escuta"* e aprender a ter uma *"escuta verdadeira"*, que funcionaria da seguinte forma: *"primeiro nós vamos conhecer, escutar o sonho do outro e aí sim ver se o sonho dele é igual ao seu. E pode ser até melhor, ou complementar ao seu. Um sonho só será comunitário se muitas pessoas estiverem sonhando o mesmo sonho."* Marcando assim a importância do diálogo entre os moradores. Entretanto, a fala é contraditória, pois no mesmo grupo indicaram a limpeza do rio como sendo um objetivo maior que todos deveriam ter em mente. Ainda a respeito da forma como deveria se dar esse diálogo, valorizaram a ludicidade (da brincadeira da troca de sonhos) e relações mais informais para criar espaços confortáveis para o compartilhamento das propostas, cientes de que muitas pessoas não costumam se manifestar em reuniões comunitárias. Ao mesmo tempo, ressaltaram a importância do Bastão da Fala como ferramenta para evitar o inverso: pessoas que sempre falam muito e não escutam as outras.

Nesse momento, criticaram a associação do bairro por ser fechada e antidemocrática, dizendo que as reuniões do grupo precisariam ser diferentes. É interessante também como já identificavam pontos relevantes para espacializar a mobilização, ressaltando que a ponte, como local de passagem, poderia ser usada como ponto estratégico de mobilização, e também o centro comercial, onde está a sede da associação e que muitos moradores deixaram de usar. Defenderam que os encontros comunitários fossem feitos nesse local, como estratégia de retomada do espaço pela população. Sugeriram também que, ao invés da árvore de sonhos que normalmente é usada, fizéssemos o Rio dos Sonhos, em que cada sonho seria uma *"gota de transformação"*; além disso, propuseram que a troca de sonhos não fosse feita na rua e sim no próprio espaço do evento, pois assim as pessoas estariam mais concentradas para *"não falar um sonho sem reflexão"*. Falaram também da importância de se fazer um lanche coletivo, para que mais pessoas viessem: *"mesmo se vierem só pela comida, estarão lá e podem se interessar pelo projeto"*.

Por fim, na última rodada, discutiram a etapa do Cuidado com foco nas atividades da *maquete coletiva* e da *captação de recursos*. Um dos grupos se preocupou com o risco de a maquete levar a um sonho que não conseguiriam realizar, mas outro grupo trouxe como resposta a possibilidade de *"continuar fazendo depois, dizendo que seria bom, pois assim o grupo permaneceria unido"*. Complementar a essa ideia, foi sugerido que criassem uma linha do tempo, *"para que os sonhos não se percam e para que a gente tenha uma memória do que vivemos em cada etapa"*. Assim, registrariam os sonhos de futuro, para que ninguém se sentisse desrespeitado. E, para simbolizar aquele momento inicial, sugeriram que usassem os muros do bairro para registrar as propostas levantadas na etapa do Cuidado, como forma de divulgação e registro histórico (a pintura dos muros não se efetivou, mas a linha do tempo foi construída). Três dos quatro grupos mencionaram a importância de se estabelecer novas formas de comunicação entre os moradores. Discutiram se a maquete não seria limitadora em função de alguns moradores não terem habilidades artísticas, mas concluíram que era um momento de aprender, de superar desafios, ainda assim, se questionavam se não existia outra forma mais interessante³⁹. Ressaltaram também a importância de chamar os talentos identificados na etapa do Afeto para que pudessem contribuir com o

³⁹ Inspirado por essa limitação, sugeri, na preparação do Encontro de Cuidado, usar um exercício de Teatro-imagem para fazer uma maquete corporal. Todos acharam que seria mais inspirador e mais fácil para que todos pudessem participar (Ver seção 6.9).

detalhamento dos recursos necessários, e também discutiram as relações que teriam com a prefeitura, comerciantes do bairro, empresários, igrejas, outros projetos sociais e quaisquer parceiros que quisessem contribuir com o projeto. Em relação a esse ponto, comentei ao final sobre os riscos de se tornarem dependentes das doações desses parceiros, o que só voltou a ser discutido após a realização do mutirão. Não se lembraram ou não conseguiram trazer a prefeitura ou quaisquer parceiros para esse encontro, mas fizeram a mobilização de recursos indo aos comerciantes do bairro e moradores. Ao final das apresentações dos grupos, levantei como crítica ao método o risco de estarmos apenas reproduzindo o que vemos na cidade formal e um dos moradores disse que era realmente um limitador, que deveríamos pensar de acordo com o que temos disponível, até para não descartar um sonho. Dizia que *“na tentativa de querer fazer igual o que tem lá fora, podemos inviabilizar o sonho ainda na ideia.”* Se *“o objetivo é jogar futebol”*, como dizia, *“pode ser que a gente não consiga no espaço nem uma quadra oficial, nem um campo oficial, mas não precisa ser exatamente, pode ser um campinho, um pouco maior que uma quadra. As vezes o espaço é menor que um campo e maior que uma quadra.”* O interessante da fala não é a superação dos padrões oficiais, mas o descolamento entre o desejo (jogar futebol) e o espaço para fazê-lo e como a comunidade pode resolver seus problemas sem depender de modelos. Pode parecer óbvio, mas repetiram diversas vezes que os moradores da região costumam não acreditar que podem fazer diferente, portanto, o processo também deveria *“mostrar para as pessoas ali, locais, que elas sabem dos seus problemas, mas que elas também sabem as formas de resolver aqueles problemas”*.

Não poderia dizer que reinventamos o método, pelo contrário, seguimos os passos da mesma forma como fiz das outras vezes. As mudanças mais relevantes são adaptações que qualquer facilitador pode fazer a partir das orientações do Instituto Elos. Entretanto, parece ter entrado em jogo uma mudança de perspectiva: todos sabiam que aquele seria um processo de experimentação e reflexão para checar se aconteceria aquilo que esperavam a partir de cada atividade. Estabeleceram desde o início que a mobilização não se resumiria ao Oasis e com isso encaravam que o processo seria mais relevante que o resultado final. Não só debateram, como também imaginaram os impactos que suas ações teriam para que, assim, pudessem confrontar sua expectativa com a realidade à medida que se colocassem em ação. Além disso, uma outra diferença em relação aos casos anteriores é que os mobilizadores não se engajariam nas atividades sem ter a

visão do todo e que cada passo dado havia sido acordado em um momento anterior, coletivo, e mesmo que heterônomo, fora avaliado pelo grupo enquanto estratégia possível.

Roberto, que também participava da Turma do Parquinho, fez questão de comentar ao final que aquela forma de aprender o fazia lembrar de quando estava na escola. Que há muito tempo não era estimulado a aprender assim. Lembrava o método de uma professora que, segundo dizia, fazia como eu: *“ao invés de ensinar, ela fazia com que a gente aprendesse assim, por conta própria. Eram vários grupos de pesquisa, e ela dava os livros, mas a gente tinha que pesquisar. Assim ela nos ensinava a aprender e não dava o conhecimento pronto. Era igual você está fazendo”*. Saí do encontro com a sensação de que havíamos estimulado o objetivo inicial de ter a autorreflexão como motor de busca do grupo.

6.7 Até onde interfere o facilitador?

Na falta de um termo melhor, mantenho a ideia de facilitação também para disputar os sentidos dessa função que é similar ao que Freire (1979a) chama de coordenador de debates nos círculos de cultura. O termo vem sendo usado no mundo corporativo e em educação para designar um tipo de liderança ou ensino que se organiza em torno de perguntas que geram engajamento e guiam um grupo em torno de processos decisórios, criativos ou de construção de conhecimento (MANIFESTO 55, 2016). Em ecologia, facilitação é a relação interespecífica que permite a sucessão de espécies na colonização de um ambiente (RICKLEFS, 2016). Podem arar o solo, criar sombra, servir de suporte, adicionar nutrientes ou até retirar nutrientes do solo para que outras espécies tenham terreno favorável para se desenvolver. As chamadas espécies pioneiras podem inclusive criar ambientes em que elas serão eliminadas pelas condições criadas por espécies futuras. Quando falamos da dinâmica de grupos sócio-espaciais, a substituição de relações sócio-espaciais por outras percorre caminho similar. As outras possibilidades de relações interespecíficas são a inibição (que dificultam a proliferação de outras espécies) e a tolerância (quando não afetam umas às outras).

Apesar do termo remeter à ideia de facilidade, entendo que a facilitação de processos de mobilização sócio-espacial seria o processo de evidenciar a possibilidade dessa sucessão partindo da conscientização acerca das relações sócio-espaciais vigentes para outras possibilidades de

interação, produção etc. Dessa forma, não torna o processo mais fácil, pelo contrário, mais complexo. Propor reflexões em torno de estruturas, atividades e regras de funcionamento que atuem como espécies pioneiras que modificam as relações no grupo e ao mesmo tempo são apreendidas e controladas pelo próprio grupo, permitindo que assumam a responsabilidade de recriá-las, não é o padrão estabelecido. Por outro lado, não introduzir nada de fora é esperar que o grupo crie novos padrões de reprodução das relações com o mesmo repertório que têm disponível, sem elementos novos para que possam reinventar as regras do jogo. Afinal, as regras vigentes costumam ser a aceitação dos padrões heterônomos que estão em vigor. Da mesma forma, a inserção desses recursos sem que os participantes sejam capazes de controlá-los, sem trazer a atenção de todos para evidenciar seu funcionamento e estimular que diferentes atores experimentem seu uso antes de descartá-los, recai na mesma lógica de incorporação de padrões heterônomos, fazendo com que o grupo não aprenda que os recursos poderão ser substituídos à medida que o grupo se desenvolve. Facilitador é, portanto, um *dificultador*, um *complexificador* das relações, gera incômodos e evidencia o que normalmente não se percebe.

Como apresentei anteriormente, as reflexões acerca do meu papel nos processos propostos encontraram uma referência direcionadora também em Paulo Freire (1979a; 1979b; 2018). Ao estabelecer na comunicação do projeto que se tratava de uma formação, um curso, sabia que seria encarado como professor, mas os conhecimentos que esperava que fossem apreendidos no processo não eram de forma alguma estabelecidos, a priori, enquanto verdades a serem transferidas. Assim, os primeiros momentos do curso precisaram ser dedicados à evidenciação de que ali não teríamos uma simples transferência de conhecimentos. Exercícios do Teatro do Oprimido serviram também para apoiar essa proposição. Um dos exercícios, que fizemos no primeiro dia (14 de abril) é o do Líder designado (BOAL, 2015. p.196). Trata-se de uma brincadeira em que todos fecharam os olhos, em círculo, enquanto eu escolheria uma pessoa para ser o líder. Essa pessoa saberia que é o líder pois eu encostaria em seu ombro sem que ninguém visse. Quando abriam os olhos, pedia que indicassem quem achavam que era o líder, observando a postura dessa pessoa. Imaginaram diversas interpretações para justificar a liderança (heteronomamente definida), arriscando inclusive teorias dos motivos que me orientavam na escolha dessa liderança: “*acho que você escolheu a Sônia, pois ela é uma pessoa mais experiente*”. A brincadeira, entretanto, está no fato de que eu não havia escolhido ninguém. Conversamos em seguida sobre a importância de não esperarem de mim, ou

de qualquer pessoa, que assumisse um papel de liderança durante o processo, as orientações para definir as formas como a mobilização aconteceria, e que eles poderiam ao longo do processo identificar pessoas que seriam entendidas como lideranças para assuntos específicos. Mas todos precisariam estar atentos para essas decisões, não poderia ser uma escolha de uma única pessoa, e sim do coletivo. Da mesma forma, a construção das imagens coletivas apresentadas anteriormente dava o tom de que não há uma verdade a ser apresentada por mim, e sim uma construção coletiva a partir das perspectivas de todos envolvidos.

6.8 O que nos mobiliza?

Um grupo de 20 pessoas participou do terceiro dia (05 de maio) e foi o responsável por dar continuidade ao processo de mobilização. A cada encontro o grupo inicial diminuía, e outros moradores passaram a participar dos encontros abertos que começaram no quarto dia (12 de maio). Para cada reunião, eu planejava as atividades levando em conta as discussões que os grupos tinham tido no momento da revisão do método e lembrava o grupo do que tinham proposto para aquele dia, usando os cartazes que ficaram afixados na sala que usaríamos como base durante todo o processo de formação. No terceiro dia de curso desempenhamos as atividades do Olhar e do Afeto conforme orienta o método, sem utilizar os personagens ou as cartas do jogo. Começamos o dia com exercícios do Teatro do Oprimido. Fizemos uma sequência de exercícios de caminhada (BOAL, 2015. p.110) que, além de desmecanizar o corpo, tinham como objetivo lançar luz sobre a forma como o grupo atua. Na maior parte das atividades os participantes estavam em duplas, um apoiando o outro, mas também desafiando o outro e os moradores em um tipo de atuação que Boal usa para explicitar como funciona o Teatro do Oprimido, a ação:

Maiêutica: processo socrático de auxiliar uma pessoa a expor conscientemente concepções latentes na sua mente, através de perguntas, e sem que o filósofo ofereça ou imponha conceitos preexistentes. Nesse sentido, o Teatro do Oprimido é maiêutico, porque é através de perguntas que se processa o aprendizado entre os espectadores e os atores (BOAL, 2015. p.103).

Assim, reduziam as expectativas, apresentadas anteriormente, de que precisavam aprender técnicas de comunicação, de *“passar uma mensagem”*, e pouco a pouco chamava atenção para o sentido

inverso, da escuta, da contemplação sem julgamentos e da reflexão sobre as perguntas que fariam para os moradores que tentariam mobilizar. Em seguida, fizemos a atividade da Cabra-cega e, assim que voltaram, antes de discutir o que tinham vivenciado e compartilhar com o grupo, fizeram imagens corporais para expressar as sensações imagetivamente, abrindo a discussão com o corpo, que estimulando o que Boal chama de “comunicação muscular”. Sobre um dos exercícios usados, Boal (2015. p.103) escreve: *“Nesse exercício, como em todos os outros exercícios físicos de comunicação muscular, é absolutamente proibido falar: a comunicação aqui é apenas muscular ou visual, nunca verbal⁴⁰. Fala, mesmo em voz baixa, obriga os atores a prestar atenção às palavras e não às imagens, nem aos contatos”*. Nesse sentido, a Busca por Belezas e Recursos em silêncio, conforme orienta o Instituto Elos, ganhou também outro significado, além de sistematizar uma observação do espaço antes de propor a interação com as pessoas que vivem no local: manter a atenção no espacial antes de chegar ao sócio-espacial, já que normalmente não passamos pela observação do espaço de forma sistemática. No momento posterior (quarto dia) em que nos propusemos a falar dos sonhos, essa distinção foi importante para perceberem que diferentes sonhos podem acontecer em diferentes espacialidades e vice-versa. Para o grupo, a partir do que foi discutido sobre o método, as atividades do Olhar, de evidenciação das Belezas e Recursos para o bairro eram muito importantes para chamar as pessoas a participar, pois muitos não conhecem as belezas do local. Nesse sentido, explorávamos essa sistematização de conhecimentos como forma de iniciar as conversas que seriam conduzidas na parte da tarde. Os recursos, mais uma vez (como nos outros Oasis), apareciam com fins prescritos, como “espaços vagos para fazer uma praça”, ou “terra para plantar”. O interessante é que a maioria dos recursos mapeados poderia ser direcionada para fins de mobilização: “espaços para reunião”, “comércio para divulgação das atividades”, *“centro de saúde que permite a realização de reuniões, não só sobre saúde, mas sobre qualquer assunto comunitário”*, *“muros para expressão dos artistas da identidade do bairro”* etc. Índícios de que o grupo estava voltado mais para continuidade do que para um produto daquele processo em específico.

No Encontro de Futuro, primeira reunião após o mutirão, uma das perguntas que coloquei para o grupo dizia respeito às motivações para continuar atuando no bairro: *“Qual deve ser a*

⁴⁰ Em alguns casos é também auditiva ou olfativa, ajudam a despertar todos os sentidos como formas de trazer novos olhares sobre as interações e o espaço.

direção do grupo para que eu continue fazendo parte?” Nem todos se manifestaram, mas em uma tentativa de síntese das falas, percebi alguns padrões: alguns se mobilizam pela forma como se dá a ação: para um dos moradores *“fazer com as próprias mãos”* é o que dá sentido ao processo, independente do que estiver sendo feito. Outros falam que o objetivo em si é poder *“cooperar”* ou que a razão da reunião é *“aprender a decidir coletivamente”*. Um grupo pequeno se apega aos resultados concretos, são específicos ao dizer que querem *“mais áreas de lazer”*, e que ainda não é possível pensar em direção antes de terminar a intervenção no espaço que começaram, pois *“ainda tem muita coisa para fazer ali.”* No entanto, a maior parte entende que trazer mais pessoas para o processo é o mais relevante. Falam que a direção deve ser a *“direção mobilizadora”*, que o objetivo do grupo é *“sensibilizar outras pessoas a continuar”* ou *“ampliar o que aconteceu ali, para outros bairros”*. Entendem que o grupo deve sempre *“convidar mais pessoas e compartilhar como fazer”*, e assim *“ser exemplo de uma ação motivadora”*. Dois deles seguem na mesma direção da mobilização contínua, ainda apegados a seus próprios sonhos, não de forma fechada, prescritiva, mas com clareza daquilo de que não abrem mão: seguem colocando o Ribeirão Onça como elemento central das ações do grupo. Definição essa que o grupo parece concordar.

Entretanto, reconheço, além do supracitado, algo que talvez não seja possível prever precisamente como criar, mas as relações de confiança são imprescindíveis para que o processo aconteça com foco na continuidade. Talvez sejam traços culturais locais, mas aquilo que a Turma do Parquinho chamou de amizade quando discutimos o conceito de mobilização social na pesquisa-ação, e que talvez se aproxime do que o Instituto Elos chama de Afeto, se não são necessárias à mobilização, ajudam a manter o grupo unido. Além das dinâmicas corporais do Teatro do Oprimido que ajudam a desmecanizar para essa interação mais íntima e aberta, acredito também na hipótese de que o trabalho manual coletivo seja capaz de aproximar as pessoas nesse sentido.

Helena voltou da atividade da tarde do mesmo dia (05 de maio) bastante inquieta e começou a me fazer perguntas sobre o processo. Os mobilizadores saíram em duplas para conversar com moradores sobre suas histórias de vida e talentos, mas Helena estava ainda incomodada com a atividade da manhã. Ela não tinha participado da discussão sobre as atividades, pois estava fazendo almoço, e havia ficado toda a manhã pensando no assunto. Começou dizendo:

[...] desde o dia que eu te conheço, eu estou querendo te perguntar, aonde que nós vamos chegar nesse passo? [...] Qual é a proposta? [...] Ele [se referindo a mim] faz essa coisa horrível que é andar no escuro, que é a pior coisa que tem no mundo. Eu achava assim, na voz dos outros, alguém falava que um cego não sabe andar, gente o pânico que aquela pessoa sente dentro dela. Eu não sei se vocês sentiram o que eu senti, gente que aflição, eu ficando doida pra acabar aquilo pra eu tirar a minha venda dos olhos e ver a realidade [...] Ele estudou pra isso? Não, é engraçado, sabe porque eu estou perguntando? Eles falam que a gente não sonha, mas muito tempo atrás a gente sonha com uma pessoa assim. E de repente ele aparece.

Respondi dizendo que ia mostrar um vídeo para que pudéssemos conversar e apresentei o vídeo da Filosofia Elos (INSTITUTO ELOS, 2013c). A fala evidenciava que a experiência havia colocado Helena para refletir sobre o processo como um todo, e que, ao mesmo tempo, depositava em mim uma responsabilidade quase messiânica sobre o processo. Se eu não esclarecesse o caminho não me sentiria confortável para seguir. Após ver o vídeo, perguntei o que entendia da proposta do método e ela disse: *"Vamos ver se é do jeito que eu entendi. É unir a comunidade, que as pessoas estão afastadas. É isso mesmo? Mas aí eu queria ouvir da sua boca"*. Mais uma vez, devolvia a responsabilidade para mim. Tranquilizou ter ouvido logo em seguida de outra moradora que sabia que eu ficaria por pouco tempo, e a responsabilidade sobre o que aconteceria durante e após o processo seria deles. Ainda assim tentei estimular que Helena avaliasse se a união das pessoas era um desafio que interessava a ela, independente de qual seria meu objetivo, e que se interessasse eu me dispunha a entrar no desafio com ela. Ela disse que sim, e se pôs a me fazer perguntas: *"você achou complicado quando estudou isso?"*. Respondi que continuava estudando e que ainda não tinha uma resposta, mas sabia que não poderia chegar a essa resposta sozinho, pois era influenciado por preconceitos e expectativas que não me deixavam ver o mundo da mesma forma que eles, que vivem outra realidade. E ela continuou: *"Você acha que sua realidade financeira te atrapalha a ver a realidade?"*. Entendi que Helena estava em busca de uma resposta mais pessoal. Assim, decidi expor minhas dúvidas sobre o que estava fazendo, e que a cada passo que dava me questionava se estava realmente ajudando a construir uma outra realidade. Disse que toda a investigação e estudo dizia respeito à tentativa de encontrar um lugar no mundo frente às injustiças e desigualdades, por me questionar o quanto eu mesmo era reprodutor e responsável pela continuidade dessas relações de opressão.

Helena não precisou reconhecer em mim a segurança de quem sabe onde quer chegar, foi exatamente na fragilidade da minha dúvida, de olhar para o mundo sem saber o que eu poderia

fazer para contribuir com a luta por justiça social, que ela se abriu para contar sua história. Falou do seu lugar no mundo, das dificuldades que enfrentou ao longo da vida e daquilo que tinha construído para ela como mais importante para sustentá-la nos momentos difíceis, a própria família. Me perguntou se eu estava chegando perto de uma resposta para minhas dúvidas, e disse que estava segura de que eu também encontraria respostas se continuasse buscando. Naquele momento, senti que a minha luta era também a sua luta, e a de muitos que estavam na sala, que se emocionaram refletindo e compartilhando sobre outras histórias de opressão que viveram ou presenciaram sem saber como superá-las. Foi o ponto de partida para que os mobilizadores compartilhassem as experiências que tinham tido com os moradores do bairro, na tentativa de estabelecer relações de afeto. Passaram a usar a forma como Helena tinha se sentido à vontade para compartilhar sua história como exemplo da relação de confiança que precisavam estabelecer, diminuindo as expectativas em relação ao que levariam como proposta para os moradores. Nesse momento, me despi da capa de professor e ela não se via como aluna, nunca mais me chamou de senhor como fazia antes, e começou a me chamar de menino, que é como chama os outros homens do grupo.

É preciso reconhecer que a maioria das pessoas que passaram a fazer parte do grupo ao longo do processo se envolveram por que cada um dos moradores que iniciou a atividade mobilizava a sua rede de contatos pessoal a partir da experiência vivida a cada passo. Dessa forma, foram as relações de afeto já existentes que desencadearam a mobilização inicial para os encontros comunitários. No entanto, incentivar a exploração de outras possibilidades de relações, no novo grupo que se forma, pode levar a uma rede mais ampla e próxima em que os participantes se sentem à vontade para se expor e aprender com o processo. Assim, como eram várias pessoas ao mesmo tempo fazendo a mobilização, criaram um coletivo que trazia para o encontro redes distintas. Essa também é a proposta do Jogo Oasis, contudo, nos casos analisados, como tínhamos muitos mobilizadores externos que não detinham essa rede de contatos interna, o processo não se deu da mesma maneira.

6.9 Como ampliar o imaginário e sonhar além do prescrito pelo que vem de fora?

Costumo dizer para os participantes de um Oasis, ou quando apresento o projeto para alguém, que pouco importa o sonho que será realizado. Gosto de pensar que o sonho é como uma

desculpa para reunir as pessoas. Dessa forma, o sonho que tem maior potencial em um processo como esse, em que se pensa na continuidade, é o mais mobilizador. O problema em questão se insere nas discussões de Hannah Arendt (2011) acerca da possibilidade de retomada da esfera pública (espaço da discussão política de questões de interesse público). Nesse sentido, trata-se de um espaço de debate em que a população organizada e participante deixaria de lado, ao menos momentaneamente, as proposições de interesse individual para dar mais atenção às questões de interesse público. Os sonhos, da forma como apareceram na Vila Nova Cachoeirinha e no Ribeiro de Abreu, por mais que sejam chamados de sonhos coletivos, eram em sua maioria tentativas de colocar no espaço público interesses individuais de cada morador. Assim, apesar de qualquer ganho material que a prática do jogo possa proporcionar, e por vezes o Oasis se limita a essa etapa, os estímulos ao desenvolvimento político recebem pouca atenção no método. Não se abre para a possibilidade de reconfiguração das relações políticas e é evidente que não deveria definir um jeito certo de fazer política (mesmo que soubesse a melhor maneira, não acho que seria possível introduzi-la em qualquer contexto que seja). Mas sim tentar evidenciar para os moradores que já estão inseridos em relações de poder que existe a possibilidade de estabelecerem outras relações no grupo a partir do momento que discutem essas relações.

A partir da fala de Helena no momento de repensar o método sobre o medo generalizado que existia no bairro, passamos a encarar de forma mais concreta a dificuldade de mobilização. Foi adicionado um elemento que não estava sendo considerado. Percebi que limitações como essa tinham aparecido nos outros processos, mas não foram consideradas para mudar a perspectiva sobre a mobilização: encarávamos o ritmo dado pelos passos do jogo de forma mais determinista, e não como balizadores de uma experimentação. No Conjunto apareceu como medo, mas já tinha aparecido no RdA como desconfiança, e também na VNC como falta de esperança ou descrença, em algumas situações para justificar a (baixa) adesão às reuniões, em outras para nos prevenir (quem vinha de fora) de não criar grandes expectativas. Levando isso em consideração, passamos a evidenciar que o primeiro mutirão era apenas uma etapa, uma primeira experimentação do trabalho coletivo. Com a construção do Rio do Tempo, foi possível que se discutissem essas prioridades, colocando os sonhos em um plano de longo prazo. Se o grupo entende que o processo será sempre o de realizar pequenas intervenções espaciais para as pessoas verem que algo está acontecendo, estarão sempre se engajando para trabalhar também os motivos que impedem as

pessoas de participar, inclusive reavaliando se o medo, ou qualquer motivo que apareça depois, se verificam realmente como impeditivos.

No quarto dia de atividades (12 de maio), etapa do Sonho, começamos a levantar os sonhos que os moradores tinham para a região. Antes de saírem em duplas pelo bairro, experimentei um jogo de combinação entre as belezas, recursos e talentos a partir do teatro imagem. Talvez esses não sejam os conceitos ideais para o levantamento inicial, mas a ideia era criar um jogo em que os elementos identificados eram combinados entre si para fins de ampliação do imaginário sócio-espacial. Se os mobilizadores apenas listam os recursos, como um tijolo ou um ônibus, ou reconhecem talentos, como o de um pedreiro ou de um motorista, mesmo compartilhando com os moradores em apresentações, cartazes etc., a possibilidade de aplicação desses recursos ou de manifestação desses talentos tenderá para usos previstos (o tijolo será usado pelo pedreiro para construir edificações, e o motorista usará o ônibus para transportar pessoas). Mas se, em uma brincadeira, os moradores são levados a imaginar de que forma podem combinar o tijolo com o motorista, ou o ônibus com o pedreiro, possibilidades não previstas podem ser levantadas⁴¹. As belezas, recursos e talentos identificados no dia anterior foram registradas em fichas, que foram sorteadas e entregues para os mobilizadores, divididos em trios. Cada trio recebeu uma beleza, um recurso e um talento. Para exercitar a imaginação os trios criaram imagens de sonhos que deveriam combinar as três fichas: “como aproveitar o talento ao máximo usando o recurso para valorizar ou evidenciar a beleza”. As imagens criadas não eram exatamente sonhos dos mobilizadores, mas uma tentativa de se chegar a algo que fizesse o mínimo de sentido a partir da combinação. Apenas um dos quatro trios produziu uma imagem que os outros acharam interessante como sonho. Era a combinação do “rio” (beleza), da “escola” (recurso) e da “dona de casa” (talento). A mensagem que tentaram passar dizia respeito às donas de casa participando da vida escolar com os próprios filhos, criando formas alternativas de cuidar da casa e da escola que fossem mais ecológicas, e conectando a escola aos cuidados com a natureza (Foto 20; 21; e 22).

⁴¹ A inspiração para esse jogo é o ‘Jogo do Dissenso’ de Assis (2016).

Foto 20 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos I



Fonte: foto do autor (12/05/2018)

Foto 21 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos II



Fonte: foto do autor (12/05/2018)

Foto 22 – Teatro-imagem: Sonhos Absurdos III

Fonte: foto do autor (12/05/2018)

Dessa forma, talvez o jogo não tenha estimulado uma ampliação do imaginário como proposto, mas a partir das discussões posteriores, os mobilizadores tinham clara a importância de propor sonhos a partir dos talentos disponíveis e não o contrário. O grupo falava mais uma vez da importância de não se chegar com o sonho pronto (como levantado no segundo dia de atividades em que avaliaram as limitações de cada etapa), e sim criar a partir do que as pessoas querem e sabem fazer bem.

Após o jogo, o grupo saiu em duplas para colher os sonhos dos moradores do bairro. Mas quando orientei a atividade, ao invés de sugerir perguntas que poderiam fazer aos moradores para ajudar nessa busca, pedi que os mobilizadores levantassem quais perguntas fariam e como conduziriam a conversa. Mas os mobilizadores pareciam impacientes, achavam que seria simples chegar aos sonhos, que bastaria perguntar. Apenas três sugeriram perguntas e disseram que estavam prontos. Uma moradora sugeriu que começassem perguntando há quanto tempo a pessoa morava no bairro, dizendo que só os mais antigos teriam uma visão completa das necessidades. Por outro

lado, surgiram também perguntas que entendiam sonho como a possibilidade de mudança, e a proposta era primeiro perguntar se a pessoa acreditava que era possível mudar o bairro, conversando, assim, sobre esse outro bairro que ela imaginava. Contudo, a ideia da pergunta era “você sonha com um Ribeiro de Abreu melhor?”, trazendo a atenção para melhorias e não para que criassem juntos alternativas. A terceira fala, de Ludmila, também entende os sonhos como melhorias e, além disso, traz uma separação entre o mobilizador, que consulta, e o morador, que dá sua opinião ao invés de se envolver com o processo:

Talvez seja interessante também apresentar a gente primeiro, né, quem somos nós. Se ele já sabe que tem esse movimento acontecendo no bairro, pra depois perguntar se a pessoa tem o hábito de observar o bairro, o que que ela sugeriria né, uma sugestão de melhoria pro bairro, se isso seria um sonho muito difícil acontecer né, não sei. [...] chegar e perguntar “você tem um sonho?” a pessoa vai colocar um sonho que só vai atender a ela. [...] mas acho que explicar um pouquinho o que é o projeto, que busca um sonho coletivo já vai direcionar uma resposta também né?

Apesar de a terceira fala trazer um elemento interessante que é a necessidade de contextualizar a pergunta para que não recaísse em um sonho individualista, não sabia exatamente como criar esse sonho coletivo. Porém as três evidenciam que estavam presos à lógica da falta, em busca das necessidades legítimas do bairro ou melhorias possíveis (pequenas reformas), ao invés de buscar as pessoas que sonham fazer parte de uma mobilização contínua. Assim, saíram a campo, já com a missão de convidar as pessoas para o encontro comunitário da parte da tarde, que foi preparado pelos mobilizadores após o almoço.

Ao voltarem da Coleta de Sonhos, as falas evidenciaram como as perguntas tinham levado exatamente às necessidades superficiais que apareceram nos outros Oasis. Que chegam prontas, fechadas. No entanto, apesar de terem reproduzido a mesma estratégia, a expectativa dos mobilizadores era outra e se puseram a questionar o processo. Ludmila entrou na sala dizendo “*Os nossos sonhos não são sonhos [...] eles querem supermercado, falam até a marca do supermercado*”. E Roberto diz em tom de desabafo que também estava na mesma situação:

eu quero dizer isso, que infelizmente as pessoas não entendem o que significa sonho e necessidade. Por que quando a gente pergunta pra uma pessoa qual é o sonho que você queria que acontecesse aqui no Ribeiro de Abreu, e ela responde um centro policial, assim, isso é uma necessidade não é um sonho. Então ninguém realmente sabe o que é

sonho. Única pessoa que a gente ficou falando de sonhos sem ser mencionado o projeto ou feito perguntas foi de manhã antes de chegar aqui. Essa pessoa sonha com uma mobilização para mudar o bairro. Mas ele não colocou nem supermercado nem farmácia. Pra mudar, melhorar, em tudo que faz parte disso, a natureza também. Esse cara falou, sem saber se tinha um sonho mesmo, que o sonho não importa, o que importa é o povo unido. Nós hoje, na visita que nós fizemos, todo mundo só falou de necessidades. Só isso mesmo. Talvez a gente devesse explicar mais talvez de uma forma diferente o que realmente é um sonho. Por que sonho mesmo pode ser até impossível de executar. Nós queremos um sonho, as pessoas tão falando de necessidades. É só isso.

Não havíamos discutido uma definição para o termo sonho, mas Roberto, assim como a grande maioria dos mobilizadores, que concordavam com ele, tinha claro que não transformariam o bairro reproduzindo o que já existe na cidade formal (abstrata) ou o que ele chamou de necessidades, que coincidem com uma lógica de consumo característica do desenvolvimento industrial. Perguntei o que entendia então como sonho e ele apresentou uma definição: “*Sonho é tudo que você possa imaginar que não existe, uma transformação que ainda não existe*”. Estava mais preocupado com o processo de transformação do que com o resultado, colocando o sonho em um limite utópico inalcançável que os colocaria a caminhar nessa direção. E essa se tornou a missão da parte da tarde, inventar junto com os participantes do encontro comunitário o que seria um sonho comum para transformar o bairro de uma forma que ainda não existe, aproximando os interesses de todos. Uma das falas de Ludmila é interessante também para ilustrar essa perspectiva sobre como os mobilizadores participariam dessa invenção coletiva:

a gente falou assim 'a gente não deve influenciar a pessoa, né, pra poder vir pro nosso sonho e pro que a gente tá pensando', mas por outro lado também a gente vê que uma grande parte do que a gente ouviu já é de uma perspectiva formada, né, como ela falou, a questão do consumismo. Então eu acho que podemos não direcionar, mas trazer uma outra possibilidade, de uma outra visão de ver que tem uma mata de ver que pode ser feito de outra forma. Essa questão da feirinha [remetendo à ideia de uma cooperativa de compras ou uma feira de alimentos produzidos no bairro discutidas anteriormente] por exemplo, que pode acontecer e que não precisa ser o supermercado.

Estiveram presentes 28 moradores no encontro de sonhos em que preparamos duas formas de registros de sonhos. Ao chegarem, os participantes eram convidados a escrever seus sonhos em fichas que eram afixadas em um painel, que chamaram de Rio dos Sonhos, em troca de um doce (Foto 23), como na brincadeira que é realizada em outros Oasis, com a diferença de que fizeram

dentro do local do encontro (salão da associação de moradores) ao invés de sair pelo bairro fazendo a troca de sonhos (Foto 24).

Foto 23 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Troca de Sonhos I



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018)

Essa decisão havia sido tomada ao se discutir o método no segundo dia de atividades. A segunda forma de coletar sonhos foi a própria reunião, em que cada um dos moradores (em círculo) pôde falar sobre seus sonhos para o bairro respondendo a uma pergunta: “Que sonho impossível eu sonho para o Ribeiro de Abreu? Quanto mais absurdo melhor”. Nesse caso, cada uma das falas era influenciada pelas falas anteriores e aqueles que não tinham sonhos formados acabavam explorando os sonhos apresentados por outros, discutindo questões sócio-espaciais como

segurança, questões ambientais, despejo de entulhos no rio, espaços de lazer e cultura e o descaso com os idosos. Enquanto falavam, eu e Isabela⁴² registrávamos os sonhos (Foto 25; 26; e 27).

Foto 24 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Troca de Sonhos II



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018)

Todavia, a grande maioria das falas focava na “*união dos moradores*” ou “*união entre os ribeiros*” e na possibilidade de um movimento de moradores mais ativos. Criticaram repetidas vezes a atuação da associação de moradores e se colocavam também como responsáveis por essa centralização das decisões: “*a associação está assim porque a gente não participa*”. Falaram também de sonhos que se aproximam da lógica das necessidades, mas, nesse espaço coletivo, explicitavam também as questões que os levavam a essas propostas que eram reforçadas por outras falas que podiam ser também contrapostas com proposições alternativas para questões levantadas.

⁴² Isabela é arquiteta do Coletivo Às Margens, já conduziu uma experiência inspirada no Oasis em outro bairro da região (Jardim Felicidade) e se disponibilizou para ajudar em algumas atividades ao longo do processo.

A discussão sobre o medo era recorrente, mas enquanto um morador falou de aumentar o policiamento para trazer segurança, outros diziam que o lazer poderia ajudar também nessa questão: *“Não só a questão do lazer, mas do lazer pra trazer segurança, para que não seja tão necessário o policiamento, que a vida no bairro irá inibir as próprias ações criminosas”*.

Foto 25 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Registros I



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018)

Foto 26 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu: Registros II



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018)

Foto 27 – Encontro de Sonhos do Conjunto Ribeiro de Abreu



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018)

Ao final da reunião, estava nítido que a maior parte dos sonhos dizia respeito à questão da convivência em espaços de lazer como motivador da união entre os moradores. Os sonhos que traziam apenas a materialidade, sem dar um passo atrás e pensar as relações sociais que poderiam abarcar ou propunham incentivar, eram tidos como menos interessantes. A diferença estava em perguntar individualmente para as pessoas sobre um sonho ou fazer isso coletivamente na reunião. De um lado, os sonhos eram demandas individuais, respostas às necessidades não atendidas de cada um dos moradores consultados, similar à expectativa que se tem dos governantes que deveriam atentar-se para os interesses da população, ou da própria relação que têm com a associação de bairro, que *“deveria fazer mais por nós”*, como comenta um dos moradores. De outro lado, eram propostas balizadas pelo coletivo presente que se envolvia com a proposta de cada um em busca de uma que fosse comum à maioria. Os mobilizadores, ao serem questionados sobre as perguntas que fariam, parecem não ter imaginado que essa diferença se manifestaria. Achavam que as pessoas fariam de sonhos maiores, coletivos, para além das necessidades, como Roberto

fez questão diferenciar. Ter vivido isso na prática evidenciou essa diferença, ficando claro para eles que trata-se de um processo que é necessário envolver as pessoas, e não apenas enumerar uma lista de sonhos com as pessoas e sair fazendo. Essa diferença também se manifestou nos Oasis anteriores, pelo fato de não terem diferenciado os sonhos coletados fora do Encontro de Sonhos e aqueles discutidos durante a reunião, acabaram trabalhando com a ideia de uma resposta às demandas da população, e assim se mantiveram reproduzindo o papel de centralidade representativa, responsável pelo processo de transformação. No Oasis do Conjunto, o sonho realizado pode parecer similar ao Oasis RdA: brinquedos de pneu, balanços de eucalipto, mudas de plantas, campinho de futebol, mesas, bancos etc. A diferença estava no processo que levou os mobilizadores e os moradores a esse sonho e sua materialização, conforme percebemos a partir do quinto dia de atividades.

Quando chegamos à etapa do Cuidado, quinto dia de atividades (19 de maio), o grupo de mobilizadores que esteve presente já era bem menor que o grupo inicial (de 21 para 6 mobilizadores). Mas um dos participantes observou que todos que ali estavam eram moradores do bairro, ressaltando que eram eles mesmos que iam dar continuidade aos sonhos ali. Frente ao número reduzido e uma atividade não prevista que estava acontecendo na sala ao lado na sede do COMUPRA, decidimos mudar a agenda proposta para a manhã. A ideia inicial seria fazer jogos e exercícios do Teatro do Oprimido para trabalhar em imagens os sonhos que tinham sido registrados durante o Encontro de Sonhos. Ao invés disso, fizemos uma roda de conversa com o Bastão Circular para discutir os sonhos coletados, tentando evidenciar aqueles que diziam respeito às intervenções espaciais que não levavam em conta questões sociais em sua proposição, outros que falavam de mudanças nas relações sociais sem propor intervenções que direcionassem essa mudança e aqueles que tratavam de uma dinâmica sócio-espacial: deixando claro que propunham mudanças espaciais vinculadas a mudanças sociais.

Ao fazer uma análise comparativa dos sonhos coletados na parte da manhã (em conversas individuais) e aqueles que apareceram durante o Encontro de Sonhos (espaço de discussão coletiva), ficou nítido para o grupo a diferença entre os sonhos que apareceram como demandas por melhoria (necessidades) e aqueles que apareceram como propostas de construir mudanças juntos. Dos 26 sonhos coletados individualmente, 10 diziam respeito ao desenvolvimento do comércio e melhorias estruturais de mobilidade no bairro. Já no encontro, apenas 5 de 56 traziam

essas questões. Sugeri que distinguíssemos os sonhos que falavam de uma transformação apenas espacial (sonhos espaciais), dos que falavam da transformação nas relações sociais (sonhos sociais), e de outros que já vinculavam uma transformação social à materialidade do espaço (sonhos sócio-espaciais). Dos 26 sonhos da parte da manhã, 25 eram voltados apenas para transformações espaciais, sem discutir as mudanças sociais vinculadas a esse processo. Já na parte da tarde, foram 24 sonhos espaciais, 14 sonhos sócio-espaciais e – ficamos surpresos – 18 sonhos sociais (sonhos de aumento da participação social, de uma associação de bairro participativa, de mudança de cultura, igualdade de gênero, sensibilização ambiental e até democracia direta). A título de exemplo, a questão da segurança, já comentada (que passou a ser encarada como responsabilidade também dos moradores ao falarem sobre o tema no encontro), havia aparecido na parte da manhã em dois sonhos (posto policial fixo e base móvel da Polícia Militar), e na parte da tarde, em três. Ficou claro que o objetivo não era o policiamento apenas, mas “*andar na rua sem medo*”. Assim, levantaram como possibilidades para essa questão uma maior presença de moradores nas ruas, bem como a melhoria da iluminação. Os sonhos sociais funcionavam como orientadores do tipo de intervenção que seria realizada, e não o contrário, em que questões sociais aparecem como justificativas do sonho proposto.

Fiz questão de avaliar se aqueles que traziam esses sonhos (sociais) eram os próprios mobilizadores, mas não era uma correlação direta, os moradores convidados também estavam com essa perspectiva. Diferentemente de outros Oasis que presenciei para além dos dois estudos de caso apresentados nessa dissertação, é raro que apareçam sonhos com esse tipo de proposição. Não há como assegurar essa hipótese, mas atribuo esse resultado à ausência de mobilizadores externos. Como eram apenas os próprios moradores presentes, podiam ir além da oportunidade de intervenção que se apresentava no mutirão que se avizinhava e pensar em uma mobilização contínua. Quando temos um grande número de mobilizadores externos, acho difícil que os moradores se vejam como um coletivo que permanecerá unido por muito tempo. Por outro lado, o coletivo composto apenas de mobilizadores internos passava a mensagem de que o bairro estava mobilizado (como nunca tinha estado na opinião de alguns presentes), o que abria espaço para sonhos de continuidade, para além das necessidades imediatas. A pergunta que fiz aos moradores para que falassem de seus sonhos também pedia que orientassem as possibilidades para sonhos impossíveis ou absurdos, mas não acredito que essa tenha sido a motivação principal.

Apesar de não ter sido possível seguir com as atividades que tinha proposto inicialmente, jogos do Teatro do Oprimido que discutem questões espaciais (BOAL, 2015, p.198), nos aprofundamos nessa conversa sobre os sonhos e a forma como levaríamos o que foi discutido para o grupo na parte da tarde e como poderíamos ter a mesma discussão no Encontro de Cuidado. Em seguida, planejamos e organizamos o Encontro de Cuidado da parte da tarde. Os mobilizadores discutiram a forma de apresentação dos sonhos sistematizados e as atividades que faríamos com os demais moradores. Sônia propôs:

[...] enfatizar na questão da mobilização social, mostrando que construir um parquinho, ou um jardim ou alguma coisa coletiva, é o caminho pra se chegar no comércio, no parque, na iluminação, na segurança etc. E se a comunidade mostrar ao poder público o quanto ela está mobilizada, o poder público vai dar uma resposta às questões que são específicas dele, entendeu? A ponte por exemplo.

Era também a opinião dos outros 5 moradores presentes, que achavam importante não descartar a ideia do comércio ser um sonho dos moradores, principalmente pela quantidade de vezes que havia sido mencionado (10 vezes), mas construir um caminho contínuo até chegar nesse sonho. Roneide sugeriu *"fazer uma pergunta pras pessoas: dentro dos sonhos apresentados, qual é possível de virar realidade agora, tipo curto-médio prazo, com a comunidade? E aí colocar as pessoas pra pensar o que é possível com o que nós temos agora, com os recursos, com as belezas e com os talentos que temos."* Assim, retomaram a ideia de construir uma linha do tempo e criaram o Rio do Tempo. Nele, ordenaram os sonhos, tendo os sonhos de mobilização social como ponto de partida vinculados aos sonhos que propunham mudanças de cultura ou comportamento, investindo em uma intervenção que pudesse trabalhar com algum dos sonhos espaciais situados mais adiante no Rio do Tempo. Na parte da tarde, os moradores foram convidados a observar essa linha do tempo (Foto 28) que expunha também os cartazes produzidos ao longo do processo (sistematização de belezas, recursos, talentos e histórias de vida) e discutir se a ordem de sonhos fazia sentido. Como previsto, a maioria estava realmente com foco na mobilização social e entendia que um espaço de lazer estimularia os encontros comunitários e as interações entre os moradores, além de contribuir para a segurança e incentivar os cuidados com a saúde e o esporte. Dessa forma, um espaço de lazer e convivência ficou definido como primeiro sonho a ser realizado.

Foto 28 – Moradores observam o Rio do Tempo no Encontro de Cuidado



Fonte: Roberto Blasig (19/05/2018)

Essa foi a primeira definição dos participantes desse encontro, que eram 16 moradores do bairro, sendo 7 deles mobilizadores presentes desde o início do processo. Em seguida, a atividade definida em conjunto com os mobilizadores era fazer um Teatro-imagem para construir uma maquete corporal do primeiro sonho a ser realizado no Conjunto Ribeiro de Abreu. Perguntei, na parte da manhã, se achavam que fazia sentido experimentarmos jogos do Teatro do Oprimido com os demais moradores, e disseram que sim, sugerindo o Teatro-imagem do primeiro dia como referência. Foi interessante também para entender o que valorizavam nas práticas. Valorizaram principalmente o potencial de descontração, relaxamento, e desinibição para incentivar a participação, pois *“algumas pessoas podem não se sentir confortáveis para falar, mas vão poder intervir e se expressar com o corpo”*. No entanto, Rosemar falou de um aspecto interessante para a construção da maquete e para a ampliação do imaginário em relação aos sonhos: *“Eu vi a questão do Teatro por outro lado, eu achei muito legal porque a gente teve a visão de vários pontos. E a*

gente descobriu que cada um tem um olhar, né? Sobre o diferente, sobre um determinado gesto, uma determinada cena é vista de vários ângulos, então acho que é por aí.”

Com as devidas preparações para ajudar a tornar o corpo expressivo e entender o conceito de imagem, experimentamos uma maquete corporal a partir do teatro-imagem. Nesse primeiro momento, esperava que o potencial da dinâmica estaria em uma construção mais passível de alteração durante a criação, explorando seu caráter dialógico em que o que um expressa com o corpo depende do movimento do outro, com uma negociação constante e mais flexível que a maquete física. Não há espaço também para uma manipulação retórica. Mas o que o processo revelou ao iniciarem a dinâmica era que não estavam focados no que teria no espaço e sim nas relações que ele abarcaria (Foto 29). Esperava que fossem colocar árvores, brinquedos, mesas e bancos na imagem, e depois eu teria que incentivar uma discussão sobre o caráter social por trás da proposta espacial, mas o que apareceu primeiro foram as relações sociais que queriam estabelecer com esse processo. Quando perguntei ao grupo o que tinham visto na imagem, disseram: cozinhar coletivamente (Foto 30), confraternizar, encontro, beber juntos (Foto 31), brincadeiras, doação, mutirão, prazer, amizade, união e apenas em uma última fala, alguém disse *“eu vi um parquinho”*. Estabelecidos os objetivos sociais da intervenção, propus então que passassem para a definição da espacialidade que contemplaria esse sonho. Disse que nessa segunda imagem, os corpos deveriam ser objetos ou coisas e não pessoas. Também com o corpo construíram uma imagem (Foto 32) que, quando interpretada pelo grupo, apresentou árvores, cadeiras, mesa de jogos, brinquedos de pneus (provavelmente do imaginário do outro parquinho do RdA), área de lazer, praça, bancos, casinha de brincar, academia, e também uma churrasqueira. Além desses, alguns elementos indefinidos como pedras *“que podem ser para sentar, brincar, podem ser pra várias coisas”*. Ao mesmo tempo em que fecharam a visão transformando o que viram em objetos específicos, permaneceram com abertura para diferentes usos. E algo surpreendente, uma das moradoras ousou propor um caráter temporal para a imagem: *“eu vi muita natureza, mas vi também uma reunião familiar, eu vi um café da manhã mensal acontecendo nesse lugar.”*

Foto 29 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto I



Fonte: foto do autor (19/05/2018)

Foto 30 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto II



Fonte: foto do autor (19/05/2018)

Foto 31 – Teatro-imagem: Relações Sociais do Sonho do Conjunto III



Fonte: foto do autor (19/05/2018)

A ideia seria fazer depois uma maquete física em miniatura para modelar a relação sócio-espacial do sonho proposto, mas avaliamos que não seria possível pois faltava ainda definir o local da intervenção, que era o outro objetivo do encontro. Além disso, a visualização do que aconteceria ali foi além do que uma maquete representativa poderia propor. O tempo gasto foi menor e a ausência de uma maquete concreta permitiu que o grupo ampliasse o imaginário das formas de construir cada uma das proposições no encontro seguinte. Também percebi que o espaço para negociação foi maior nessa situação, uma vez que todos observam as negociações silenciosas, diferente da construção da maquete em que duas pessoas podem propor coisas diferentes e inserirem ambas as proposições no local, sem necessariamente se comunicarem ou discutir o que funciona ou não. O que um faz inspira o outro, que complementa, modifica, melhora, repensa. Muito mais fluido do que a maquete física tenta reproduzir e também sem criar um gabarito que coloca aqueles que projetaram em posição superior em relação àqueles que não estiveram presentes. Mantiveram assim o projeto em aberto até o encontro seguinte, ganhando tempo para

trazer mais pessoas que pudessem se interessar pelo que estavam propondo. Assim, decidiram que além do proposto inicialmente queriam fazer uma tirolesa, instalar latas de lixo, um jardim, plantas medicinais, entre outras.

Foto 32 – Teatro-imagem: Materialidade do Sonho



Fonte: Foto do autor (19/05/2018)

A primeira ideia de intervenção, anterior ao início das atividades, era a de atuar onde alguns moradores tinham perdido suas garagens, próximas à margem do Ribeirão Onça. Por isso, acreditávamos que esses moradores poderiam se interessar pelo curso. O local onde estavam as garagens, além de ser uma Área de Proteção Permanente (APP), está no projeto do parque. As garagens foram removidas como continuidade do mesmo projeto da URBEL que havia removido as casas no local do mutirão do Oasis RdA. Para que as remoções pudessem ser contextualizadas em um projeto maior e que não fossem encaradas como uma simples imposição, o COMUPRA se dispôs a abrir diálogo com os moradores, a pedido da equipe de trabalho social da URBEL, na perspectiva de apoiar que fizessem como havia sido feito no Ribeirão de Abreu, um espaço de lazer onde antes estavam as garagens. Além disso, o local se encontrava bem próximo de uma nascente, revitalizada em 2016 com a construção de um deck para que pudesse ser acessada e contemplada,

além do plantio de mudas de árvores nativas em seu entorno. A intervenção foi realizada como parte de um projeto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (Subcomitê de Bacias do Ribeirão Onça). A nascente era chamada de Nascente Fundamental do Parque Ciliar do Onça por simbolizar o primeiro passo concreto no processo de construção do parque. Entretanto, a nascente estava, segundo críticas dos próprios moradores, “*mal cuidada*” e precisava receber maior atenção. Assim o Oasis poderia se dedicar também à recuperação da nascente. Antes de iniciarmos o curso, Maria Luiza e Cléria já tinham realizado duas reuniões com moradores que perderam as garagens, mas eles não pareciam dispostos a se engajar em um projeto coletivo para a área. Como nenhum deles se envolveu no processo de mobilização, e eram os moradores participantes das reuniões que decidiriam onde realizar o sonho, o projeto tomou um rumo distinto daquele imaginado no primeiro momento.

Foto 33 – Oasis do Conjunto: Espaço antes da intervenção



Fonte: Cecília Corgozinho (12/05/2018).

Na reunião seguinte (21 de maio) definiram, quase por unanimidade, o local em que realizariam a intervenção. Algo que foi também interessante, pois como eu não estava presente,

não foram influenciados pela expectativa inicial que eu e Maria Luiza tínhamos de usar o espaço das garagens removidas. Definiram um outro local, que eu nem havia imaginado como possibilidade. Estava com o mato tão alto que não era possível avaliar o terreno, mas a memória coletiva sabia que ali já havia sido um espaço de lazer em que alguns adolescentes chegaram a propor uma pista de skate. Assim, decidiram recuperar o espaço para contemplar também uma outra questão, a sensação de medo, pois muitos disseram que não passavam mais pela escadaria do local em decorrência de relatos de assaltos na região (Foto 33).

6.10 Como intervir no espaço?

Os mobilizadores do conjunto organizaram-se em torno do mutirão sem a minha presença. Maria Luiza, que já tinha experiência com processos de mobilização atuando pelo COMUPRA, assumiu a coordenação das reuniões junto com Roneide e Roberto. Dessa forma, apesar de ter participado do mutirão, também não assumi um papel de organizador das relações, pelo contrário, sabia menos que eles o que tinham decidido para o espaço. Não entrei em nenhuma das frentes de trabalho para tentar observar o andamento das atividades do mutirão que aconteceram conforme o previsto por eles. Essa auto-organização para a captação de materiais talvez não teria sido possível nos outros dois casos, mas como as expectativas dos moradores do Conjunto em relação ao mutirão o colocavam apenas como uma etapa de um processo maior, o próprio grupo se organizava para colher os aprendizados da experiência, e não para atingir um objetivo grandioso. Essa é uma diferença importante em relação à forma como os moradores da VNC e do RdA encararam o processo.

A experimentação do trabalho coletivo era encarada como oportunidade para que percebessem os talentos sendo aplicados em uma prática cooperativa, em um espaço cujas relações sociais são definidas pelos próprios trabalhadores. Assim, as discussões da roda de conversa anterior ao Encontro de Cuidado (maquete), diferenciando os sonhos espaciais das relações sociais que propunham estabelecer (processo de produção de cultura) dava o tom dos projetos para o espaço. Pois, como produção de cultura, ou produção das relações sociais de reprodução, entende-se também o espaço que construímos para viver. Se os moradores percebem que já são produtores de cultura na medida que produzem o espaço em que vivem, são capazes de transformar também

as relações sociais entre eles. Coube propor, entretanto, que eles mesmos avaliassem se reproduzem o espaço seguindo padrões externos ou se é possível repensá-los, a partir de interesses comuns. Mas para que cheguem a repensá-los, não podem achar que a forma como estão vivendo, ou a forma como vivem “os outros” (aqueles que tem maior acesso aos serviços públicos, desenvolvimento econômico etc.) são as únicas formas de existir. Assim, o processo de conscientização se dá também à medida que os moradores começam a experimentar essas intervenções no espaço. Como os moradores do Conjunto que se envolveram no processo não estavam habituados a produzir espaços comuns, de lazer por exemplo, o método apresentou essa possibilidade e a colocou como motivo para a interação⁴³. Ao mesmo tempo, enquanto o fazem, questões sobre o espaço aparecem, como por exemplo, nas relações com o Estado e suas atribuições. Ao terminar o mutirão, para que fosse possível irrigar a grama do campinho e as mudas recém-plantadas, pensaram em diversas ações e investiram em três simultaneamente. A primeira recorreu à disponibilização de água de um dos moradores do prédio em frente, que passou a controlar o aumento do consumo de água na conta, cuja diferença foi dividida entre alguns moradores que se dispuseram a pagar. Além disso, fizeram uma requisição formal à prefeitura que levaria um caminhão pipa ao local duas vezes por semana, no entanto, parou de fazê-lo na segunda semana, sem avisar. E uma terceira ação tentou recorrer também ao poder público na instalação de um Ponto Verde, em parceria com a Secretaria de Limpeza Urbana, para que fosse instalado um ponto de acesso à água, que a própria prefeitura se responsabilizaria pela despesa. Assim, se depararam com uma discussão sobre propriedade coletiva do espaço: a prefeitura dizia que não podia ser um ponto verde, por ser um espaço privado (pertencente à associação de bairro), já os moradores diziam que era público e por isso queriam que a prefeitura ajudasse a mantê-lo. As discussões sobre essa questão ainda não evoluíram em função da dificuldade de agenda dos representantes da regional na prefeitura, mas os moradores passaram a encarar a tarefa de irrigar as plantas no local, assim como a limpeza do terreno, com outra camada de complexidade.

Para organizar o mutirão, gastaram mais tempo do que no RdA. Na primeira experiência, meu papel como sistematizador das informações foi muito importante (atualizar a lista de materiais,

⁴³ Em outros contextos pode ser um processo mais comum. Ainda assim, questionar se os moradores o fazem reproduzindo padrões ou gerando seus próprios valores de uso é interessante. Dessa forma, encaram o mutirão como processo formativo, reduzindo as expectativas sobre seu resultado, avaliando de antemão as relações sociais que querem produzir e não apenas a materialidade do espaço que querem construir.

reforçar os itens críticos que ainda não tinham conseguido etc.). Contudo, durante o processo no Conjunto, não precisei me envolver. Talvez tenha sido um mutirão com menos recursos, também por não terem os alunos da UFMG ajudando na captação, mas avalio que tenha ocorrido com muito mais aprendizados e a partir do que o próprio bairro ofereceu, incluindo doações financeiras de comerciantes e dos próprios mobilizadores. Uma moradora chegou a investir 600 reais para a compra de grama, acreditando que arrecadaria essa quantia com doações dos moradores. Por fim, acabou não conseguindo ainda na primeira fase, mas na reunião de revolução um dos moradores (que participou apenas do mutirão, mas acompanhava a mobilização desde o início) levantou essa questão como um dos incômodos em relação ao processo. Ele mesmo doou uma parte do valor para repor o que tinha sido gasto e conseguiram o resto vendendo uma rifa que cobriu as despesas e ainda gerou recursos para ações de continuidade e manutenção do parquinho.

O “canteiro” do Oasis é bem diferente do que costuma acontecer nos "canteiros" dos mutirões comunitários que vemos em vilas e favelas que, para muitas comunidades, não é algo tão comum como foi no processo de ocupação inicial (apenas os mais velhos lembram de ter feito mutirões nos três casos analisados). Ainda assim, pode ter alguns ensaios de autoprodução, também pela quantidade de ações simultâneas. Boa parte delas foge ao controle dos mobilizadores (mesmo que tentem controlar) e são autodeterminadas no processo. Como nesse caso foi feito majoritariamente por mobilizadores que moram no local, diminuía também o risco de um controle heterônomo. As negociações durante o processo de construção aconteciam considerando as possibilidades do contexto, e incorporavam, inclusive, os moradores que chegavam ao mutirão durante as atividades. Diversos moradores que descobriram o projeto durante o mutirão entraram em ação trazendo mudas de plantas de suas casas. Parecia ser uma espécie de ingresso para a festa, que permitia que aqueles que não sabiam se eram bem-vindos fizessem suas contribuições. Como o caso de um morador que trouxe um pé de abacate dizendo que traria a sombra perfeita para o balanço que estava sendo construído. Ainda assim, autoconstrução ou autoprodução, não levam necessariamente a auto-organização, autogestão ou autonomia. Mas, ao menos no RdA, o resultado do trabalho coletivo entra como fator para manutenção do grupo conectado e ativo. Um primeiro passo na transformação do espaço fez com que o grupo acreditasse que poderia fazer mais. Inclusive refizeram o parquinho quando foi preciso. No caso do Conjunto, manteve o grupo unido ao menos pelas próximas 12 reuniões, em que continuaram realizando intervenções no local.

Alguns moradores autonomamente, como no cuidado com as mudas. Realizaram também dois mutirões comunitários e uma festa de inauguração do espaço (11 de agosto de 2018), que foi batizado como Espaço José Costa e Silva, em homenagem a um apoiador do COMUPRA que faleceu na noite anterior ao mutirão (Foto 34 e 35).

Foto 34 – Oasis do Conjunto: Resultados do Mutirão I



Fonte: Cecília Corgozinho (17/06/2018)

Foto 35 – Oasis do Conjunto: Resultados do Mutirão II

Fonte: Cecília Corgozinho (11/08/2018)

6.11 Como pensar a continuidade?

A possibilidade de continuidade é um dos aspectos que orientou toda a experimentação. Por termos encarado o processo como mobilização contínua, a ideia de continuidade foi trabalhada desde o início do processo como responsabilidade dos próprios moradores que se engajavam, e não como resultado do método. Retomo a proposta de continuidade nesta seção para finalizar o relato da experiência. Como exemplo, o Encontro de Futuro (18 de junho), da etapa da Re-evolução, aconteceu no dia e horário em que o grupo seguiu fazendo as reuniões comunitárias abertas. Os moradores já estavam realizando reuniões nesse mesmo dia (segundas-feiras) antes do mutirão, e assim seguiram com a rotina de forma mais natural. Sabiam quem eram as pessoas que tinham disponibilidade nesse horário e puderam experimentar o mutirão também como espaço para convidar mais moradores para as reuniões. Algo que aconteceu também em um mutirão no dia 11 de agosto. Dois moradores, que passaram pelo local, se interessaram pela ação e passaram a integrar

o grupo. Por fim, consolidou-se um grupo de 19 pessoas que participaram das reuniões após a finalização do curso. Mas nunca todas ao mesmo tempo. O número de pessoas por reunião oscilava de 16 pessoas na terceira reunião, a 6 pessoas na nona. Na décima segunda, que foi a última reunião em que estive presente, eram 7 participantes. Esse número de 19 são aquelas que participaram ao menos duas vezes, e continuaram acompanhando as discussões pelo grupo que tinha 42 participantes até o momento em que escrevo. Diferentemente do grupo criado para o Oasis RdA, não foram adicionadas pessoas que não estiveram presentes em ao menos uma atividade, e nunca sem antes conversar sobre os combinados do grupo, abrindo espaço para que a pessoa comentasse caso discordasse de alguma das regras (conforme apresentado na seção 6.3). Assim, o volume de mensagens era muito menor que no grupo do projeto anterior e o conteúdo das mensagens raramente desviava de questões específicas do bairro e dos processos de mobilização. Talvez por esse motivo, poucas pessoas saíram do grupo desde que foi criado, e somente após o fim do curso. Fator esse que não gerou a sensação de estarem perdendo participantes como era comum ser relatado pelo outro grupo. Também em relação à intervenção no espaço, a ideia a que tentávamos chegar não era o projeto mais impactante, mas aquele que contemplava as propostas de transformação social mais fortes para o grupo: a união entre os ribeiros. Dessa forma, a perspectiva do encontro, da festa, das atividades culturais e de lazer que pudessem ser compartilhadas como instrumento de atração para a continuidade tinha mais força. Sabiam que existiam outras áreas pelo bairro que poderiam ser cuidadas por moradores da mesma forma, e que os moradores próximos a cada um desses espaços poderiam se engajar, inspirados pela ação inicial. Assim, os motivos da construção da área de lazer vieram junto com a proposta. Ao invés de ser definida por uma demanda fechada (parque), eram uma resposta possível para iniciar um processo maior que tinha outros sonhos por trás, direcionando o grupo para a continuidade.

Desde o início do processo, acordamos que eu acompanharia as reuniões de continuidade por três meses. E, ao chegar nessa fase (pós mutirão), decidimos que me distanciaria gradativamente do papel de organizador das reuniões, seguindo um cronograma que criamos no Encontro de Re-evolução (16 de junho) já evidenciando as reuniões em que eu não estaria presente. Participei das primeiras duas reuniões e deixei de participar da terceira. Depois participei de mais duas (quarta e quinta), e deixei de participar da sexta e da sétima. No combinado inicial participaria da oitava, mas em função de uma viagem de última hora acabei não participando, e na reunião

seguinte (nona), percebi que já não falava quase nada nas reuniões, que o grupo organizava por conta própria. Assim, decidi participar de mais três (17 e 24 de setembro e 08 de outubro) observando a dinâmica da reunião para verificar indícios que apontassem para a continuidade, em comparação às reuniões iniciais daquele mesmo grupo e à organização das reuniões da Turma do Parquinho. Estou ciente de que as diferenças entre uma reunião e outra não se devem unicamente ao que a experimentação crítica foi capaz de proporcionar, mas sim ao fato de ser uma reunião entre pessoas distintas, que trazem consigo sua bagagem individual. Entretanto, me preocupava exatamente se elas seguiriam usando as ferramentas (e estrutura) propostas durante o curso, ou se alterariam a estrutura.

Ainda na reunião do dia 18 de junho (Re-evolução), Walquiria, uma das mobilizadoras que não acompanhou todas as reuniões, mas participou do início do processo e do mutirão, perguntou se o projeto iria agora para outros bairros da região. Eu disse que não poderia me envolver presencialmente naquele momento, mas perguntei quantos ali se sentiam capazes de levar o que aprenderam para outros espaços, outros bairros, e seis pessoas levantaram as mãos. Duas das quais (Roberto e Cecília) realmente experimentaram, dois meses depois, um processo de mobilização de pessoas em torno de uma ação coletiva na Unidade de Pronto Atendimento da regional, como comentei na seção 6.4. Além desse desdobramento, outros mobilizadores disseram estar experimentando as ferramentas em outros contextos. Itamar disse ter usado o Estacionamento de Questões em um curso de horticultura que realizaram após o processo e Ludmilla, que é professora, disse estar usando o Bastão da Fala em sala de aula. A própria Walquiria, após três meses, disse estar se organizando para iniciar um processo de mobilização social no bairro Vista do Sol, na mesma região.

A título de comparação com o processo anterior do RdA, que manteve as relações com o Estado centralizadas em um único morador, no caso do Conjunto passaram a ser organizadas por um grupo. Exatamente para que outras pessoas aprendessem com o processo, Maria Luiza, que é do COMUPRA e trabalha no gabinete do vereador, poderia assumir a tarefa sozinha, como Danilo havia feito no RdA, mas criou um grupo junto com outras pessoas que se engajaram nas atividades de negociação, escrita de ofícios, acompanhamento etc. Assim, o conhecimento era compartilhado e os riscos de cooptação podiam ser amenizados pelo controle social do grupo. A ideia de dar foco na continuidade, discutida ao longo dos encontros, foi o que levaram em conta para tomar essa

decisão. Pude observar que mudou também a forma como alguns moradores passaram a encarar essas relações com o Estado de forma mais propositiva e não reativa. Em uma das reuniões da Turma do Parquinho, a URBEL foi acionada para informar sobre o processo de remoção de algumas famílias que estavam na mancha de inundação e tiveram o acesso a suas casas comprometido em função de um deslizamento na época de chuvas (janeiro de 2018). Roberto, que como mencionado foi eleito presidente do conselho de saúde da regional, passou a se posicionar de forma diferente também nas reuniões que aconteciam no bairro, e se colocou da seguinte forma:

O ribeiro não é mais o bairro de pobres que a prefeitura sempre achou que era, tem engenheiros aqui, tem advogados aqui, tem promotores aqui. Quando vai ter uma reunião a prefeitura precisa entender que está conversando com gente, precisa mandar a pauta antes, pra gente se preparar. Se vamos discutir o projeto do parque, vamos chamar nossos engenheiros, se é uma legislação, vamos chamar os advogados. Por que não adianta vir aqui com linguagem difícil, com o técnico na frente, por que a gente não vai aceitar.

Estavam discutindo o fato de a URBEL não ter definido um cronograma de reuniões de acompanhamento para informar às famílias sobre o processo de remoção. E, nessa reunião exigiram que fosse feito esse cronograma, que não poderiam sair de uma reunião sem ter a próxima reunião agendada, e mesmo que o processo não evoluísse, a URBEL deveria estar presente para apresentar os motivos do atraso, pois isso não era responsabilidade dos moradores. Ao final da reunião, disse para Roberto em tom de provocação que dessa forma ia acabar perdendo o cargo de presidente no conselho de saúde, brincando com a ideia de que o Estado prefere as pessoas que não são questionadoras. Ele me respondeu: “*aprendi com o Oasis*”.

Por fim, a inversão de lógica de que falava no início do capítulo 5, que tentei inicialmente com a pesquisa-ação, mas se mostrou possível apenas na experimentação crítica, pode ser entendida da seguinte forma: nenhuma das críticas que fiz sozinho ao método, observando os reflexos das experiências na VNC e no RdA, é mais importante e mais contundente que aquelas que fizemos juntos. Não por uma questão de profundidade ou elaboração de raciocínio, mas pela viabilidade de se efetivar enquanto ação que passa a ser coletiva, pois leva consigo um conhecimento e um objetivo compartilhado por todos que agem em diálogo constante. Não pode ser a ação direcionada pela propaganda, pelo convencimento, mas pela transitividade crítica de que Freire (1979a) fala. Entendi nessa prática que o Jogo Oasis, ou qualquer método de mobilização

sócio-espacial que inventássemos, deveria conter em si o espaço para a crítica sobre ele mesmo, exatamente para ser criticado pelas pessoas que o aplicam e o vivenciam, e que assim o conhecimento que levam não seria uma transferência, mas uma construção coletiva. Não uma crítica a partir das experiências pessoais de cada um, mas uma crítica compartilhada pelo que viveram coletivamente, uma crítica à forma como se relacionaram. Experimentar o Jogo compartilhando a crítica com os moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu, que era também compartilhar as minhas dúvidas sobre o processo e o meu envolvimento com eles, foi a chave para que reconhecessem as minhas limitações e assim se aproximavam cada vez mais de uma relação de afeto. Retomando a metáfora que usei para iniciar o texto, no capítulo 1, dizendo que partia de uma linha de chegada, entendo agora que toda linha de chegada deve ser encarada como um ponto de partida de uma nova corrida. Mas como me lembra minha avó, *“quem corre por gosto, também cansa”*. Entendo que a exaustividade com que nos dedicamos à crítica pode ser paralisante e desmobilizadora se não a encaramos com um tempo coletivo. Chegar ao final da corrida – em primeiro ou em último lugar – sem outros competidores por perto, é sinal de que ignoramos a ideia de autonomia coletiva, investindo apenas no desenvolvimento individual das pessoas que se envolveram no processo, e não na criação de uma instituição que promova a manutenção de uma coletividade que se auto-organiza conjuntamente. E de fato, o número de “corredores” também apresentou uma queda ao longo das reuniões que acompanhei nos três meses que se sucederam ao Oasis, mas assim que perceberam essa queda, o grupo colocou como pauta pensar em novos processos de mobilização de pessoas. Diferentemente do RdA, os participantes não estavam pensando em uma ação específica para a qual precisariam de mais mão de obra, buscavam um número maior de participantes para que as decisões fossem mais legítimas e coletivas. As propostas de ação que levantaram como possibilidade nessa reunião tinham inspiração na Cabra-cega e nos exercícios do Teatro do Oprimido realizados no processo de formação, pois queriam algo que pudesse chamar a atenção dos moradores, que fosse uma quebra de rotina. Primeiro Davidson sugeriu uma bicicleta com som, que seria algo atípico. E Roberto deu a ideia de um *“teatro na rua, como um mutirão de outro tipo, como a venda que colocamos nos olhos que chamou a curiosidade das pessoas”*. Os demais gostaram da ideia e começaram a vincular com outras possibilidades, como a ideia de Helena de um personagem, que chamou de “profeta”, que sai pelas ruas fantasiado contando as novidades, dando o exemplo da horta que estava sendo produzida: *“poderia ser*

alguém vendendo verduras do COMUPRA”. Por fim, combinaram as ideias e começaram a planejar uma bicicleta-feira, que chamaria a atenção e ao mesmo tempo seria uma fonte de renda para pagar as contas da instituição que disponibilizava a sala para as reuniões.

Uma discussão que os moradores tiveram após a realização de um dos mutirões subsequentes é interessante para perceber essas mudanças de perspectiva. Fizeram uma avaliação coletiva do que tinha acontecido, incluindo um novo participante que conheceu o grupo no mutirão. Os mobilizadores receberam esse novo participante explicando o Bastão da Fala e o Estacionamento de Questões e pedindo sugestões a ele para tentarem entender o que o trazia para a reunião, pois queriam pensar em estratégias para trazer mais pessoas. Como ele tinha ido ao espaço por que a filha pedira para conhecer o lugar, que tinha visto ao passarem de ônibus, se puseram a pensar em atividades para as crianças no local, que poderia ser uma forma de atrair também os pais. A título de comparação, me fez lembrar da chegada de um novo participante nas reuniões da Turma do Parquinho, que passou toda a reunião em silêncio e ao final disse que ainda não estava entendendo como ele poderia participar e por isso só observava.

E, ao mesmo tempo em que pensavam como ter mais participantes nas reuniões, é interessante que mencionaram ao menos duas pessoas que estavam cuidando do espaço por iniciativa própria, e que não podiam ir nas reuniões, mas mantinham com elas um canal de comunicação para que sugerissem ideias a serem debatidas nas reuniões. Pouco tempo antes desse mutirão, uma queimada havia atingido parte das mudas de árvores frutíferas, algo que parece ter intensificado os cuidados com o espaço ao invés de desmobilizar os moradores do entorno. Desconstruíram a ideia de mutirão enquanto evento, e passaram a entender como um processo, dizendo que qualquer um poderia ir ao local quando estivesse disponível para fazer ações. Um processo que se articula entre uma reunião e outra, mas contempla também uma relação de vizinhança que se estabeleceu no local entre as crianças que vigiavam o campinho enquanto esperavam a grama fixar, outros moradores que voluntariamente regavam as mudas recém-plantadas e plantavam novas mudas, mesmo sem participar das reuniões.

Se o jogo não puder ser jogado por todos de forma que possam repensá-lo e jogá-lo novamente de outra forma, os “jogadores” não serão capazes de reinventar as relações sociais a que estão submetidos. Se as atividades que eu propunha fossem entendidas como um método fechado, e não como um meta-método aberto, estariam presos à reprodução das relações da

experiência vivida ou das ferramentas apresentadas, sem se verem capazes de inventar novas possibilidades. É muito cedo para dizer que os resultados da experimentação levaram a um processo de mobilização sócio-espacial contínua, mas os indícios de auto-organização apresentados até aqui, ajudam a delimitar ao menos pontos de atenção para outros processos de mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de uma empreitada como essa, em que a experimentação nem sempre corresponde diretamente à crítica construída ao longo do processo de escrita, que é concomitante à prática, as considerações finais podem parecer mais um pedido de desculpas ao leitor do que uma conclusão. Em alguns casos, a saída discursiva pode ser suprimir a crítica para que não fiquem questões em aberto: assim, a proposição parece ser um espelho da crítica e o esforço de experimentação não inspira a continuidade da reflexão por outros pesquisadores. Entretanto, aprendi com o processo de autorreflexão constante⁴⁴ que seguir com boas perguntas é mais relevante que encontrar as melhores respostas. Retomo, então, algumas das questões levantadas ao longo da escrita que permanecem em aberto, ao mesmo tempo em que tento delinear apontamentos para outras pesquisas e mobilizações.

Antes disso, para retomar alguns aspectos da lente teórica, trago mais um artigo de Souza (2012b), que organiza uma investigação acerca dos usos discursivos dos termos autonomia e autogestão em movimentos sociais. Embora tenha sido uma leitura relativamente tardia em relação ao processo da escrita, que impossibilitou que fosse incorporada à lente teórica usada na dissertação, resolvi incorporar algumas das inspirações do artigo para tecer as minhas considerações finais. Souza chama atenção para a forma como "a práxis dos movimentos contemporâneos vem mostrando o quanto a mudança social concreta tem que ser uma mudança sócio-espacial, começando pelo trabalho de mobilização e organização em escala (micro)local" (SOUZA, 2012b, p.81). O autor analisa, por exemplo, os movimentos sociais argentinos (*piqueteros e assembleas barriales*) que despontam no início do século XXI, e ressalta o caráter territorial que dão para a possibilidade de autonomia, que defendem como "‘poder popular’ apesar do Estado e independentemente do Estado" (SOUZA, 2012b, p.81), ressalta também a noção de "*trabajo territorial* [trabalho territorial]" que é exatamente fomentar a transformação social em âmbito comunitário. Dentre outras coisas, o trabalho territorial reconstitui laços interpessoais e os reforça ao mesmo tempo em que constrói uma identidade territorial que se coloca e se afirma como soberana para além do Estado. "Em parte, portanto, o *barrio* [bairro], enquanto ‘lugar’ densamente

⁴⁴ Aprendi também com as disciplinas do mestrado em arquitetura e urbanismo do NPGAU, em especial a disciplina voltada para a discussão metodológica em torno das chamadas pesquisas sócio-espaciais de caráter (ou viés) propositivo, lecionada por Silke Kapp. A reflexão sobre o risco de pesquisas propositivas recaírem nesse espelhamento da crítica não é minha, mas dela.

politizado e território apropriado de baixo para cima, é produzido pelo e através do movimento social." Nesse sentido, coloca o trabalho territorial como "uma verdadeira trilha e um autêntico princípio norteador da construção da ‘*autonomía*’ [autonomia]" (SOUZA, 2012b, p.82).

Nesse sentido, o trabalho do COMUPRA pode ser entendido como um movimento social (que já demonstra influenciar outras regiões – não só nos eventos do Deixem o Onça Beber Água Limpa e nos visitantes que recebem no parquinho querendo entender como conseguiram construí-lo, mas por terem boa representatividade nas reuniões do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça) que trabalha nesse nível territorial. Não era o objetivo dessa dissertação investigar a história e o desenvolvimento da organização, mas, em função do protagonismo que tiveram na viabilização das duas experiências de aplicação do Oasis no Ribeirão de Abreu e no Conjunto, é importante tecer alguns comentários sobre os reflexos da experiência para a organização. Acreditar que é possível inventar um outro tipo de cidade, já é característica essencial da mobilização que a entidade vem fazendo no bairro, com pluralidade de pensamentos, debate e ação popular. Porém, como todo movimento, tem suas contradições. Sou profundamente influenciado pelas reflexões de seus membros sobre a proposição do parque, e da necessidade de se pensar em um ativismo ambiental em consonância com as conquistas de justiça social, ou nas palavras de Itamar, *“um equilíbrio social e ambiental em que ele [o Ribeirão Onça] é o catalisador. A gente fala o seguinte: ele não é o problema, hoje o principal problema é a forma como a gente se relaciona com ele. Esse é o problema. Então o principal problema da região também é a solução dela”*. Algo que evidencia a atenção que é dada para as pessoas e as relações sócio-espaciais que levam à degradação ambiental. Entretanto, acredito que a forma como atuam incentiva o parque como produto e não como processo de conscientização.

Durante o processo no Oasis do Conjunto, os moradores se revoltaram frente à associação de bairro (AMCRA) que se sentiu ameaçada e não permitiu que o grupo continuasse usando o salão da associação. Os moradores não tinham instrumentos para lidar com a situação naquele momento, mas tiveram clareza do modelo de organização que não queriam reproduzir. Alguns disseram inclusive estar participando das reuniões do projeto exatamente por serem diferentes das reuniões da associação: em que ninguém é escutado, e participa apenas *“para se informar”*, e não para *“construir junto”*. Reconhecem, ao mesmo tempo, que são responsáveis pelo *“abandono da associação”*, por não terem participado ao longo dos anos. Mas que tipo de organização de bairro

endossa e em boa medida apoia a criação de movimentos paralelos a ela mesma no território em que atua? O COMUPRA entende que essa pluralidade de perspectivas é na verdade a base de sua atuação, faz questão de trazer para suas reuniões representantes das universidades, de empresas como a COPASA (agência público-privada de distribuição de água e tratamento de esgoto de Minas Gerais) e representantes do poder público (regional da prefeitura, SLU – secretaria de limpeza urbana e URBEL). No entanto, nem sempre consegue trazer um número de moradores que ao menos se equipare à quantidade de representantes dessas instituições, em alguma medida, pelo horário em que acontecem (terças-feiras de 14:00 às 17:00), mas também pela dificuldade pessoal de inserir-se nelas frente ao protagonismo de alguns membros. Dessa forma, viram no Jogo Oasis a oportunidade de estimular a população a se organizar em outros âmbitos, para além das proposições que são evocadas nessas reuniões. Mas não sem contradições, que têm a ver com modelos que reproduzem, por experiências pessoais do aprendizado que tiveram que desenvolver intuitivamente ao longo dos anos e são difíceis de alterar, pois nem sempre encontram uma população disposta a criticá-los, pelo contrário, ela costuma se afastar. Ou como ressalta Souza (2012b), também por “influência e ‘contaminação’ pelo Estado e/ou pela dinâmica e pela experiência dos partidos” (SOUZA, 2012b, p.77). As duas reuniões comunitárias que acontecem semanalmente no bairro (Turma do Parquinho às terças de 18:00 às 20:00 e Mobilizadores do Conjunto às segundas de 19:00 às 21:00), mesmo com suas contradições entre a hierarquia vertical velada e a horizontalidade proposta, são um espaço de debate rotineiro que antes dependiam de uma mobilização pessoal de alguma liderança para acontecer. Acredito, independentemente da minha atuação, que estão inventando novas formas de se organizar em torno de questões territoriais. Espero ter contribuído (também com esse texto) com reflexões que possam ajudar a repensar a maneira como o movimento se coloca frente ao bairro. E que também possam discordar do que disse até aqui. Estou seguro de que sabem melhor do que eu das dificuldades de se viabilizar uma organização em meio a uma sociedade que tenta a todo tempo desmobilizar qualquer tipo de organização comunitária e individualizar qualquer possibilidade de mudança nos padrões de vida da população.

Em torno da primeira crítica que faço ao Oasis, da incapacidade dos grupos da VNC e RdA de alterarem as estruturas da organização que dominavam o funcionamento das reuniões que parecia ter sido fortalecida pelo Jogo (seção 4.3), tentei criar o Quadro de Regras como interface

para negociação de uma estrutura aberta (seção 6.4). Mas como chegamos a abandoná-lo após o mutirão, apesar de ter sido retomado depois de doze reuniões, acredito que outras interfaces possam ser mais interessantes. Talvez teria estimulado maior abertura se eu mesmo tivesse alterado as regras ao longo do curso. Ou ainda, algo que pensei em experimentar, mas não cheguei a fazê-lo, seria obrigar o grupo a deixar de usar uma regra que achavam útil para que verificassem se sentiam falta. Outra possibilidade seria introduzir regras que atrapalham o funcionamento da reunião, ou oprimem um grupo específico, para estimular reflexões sobre outras opressões que acredito não terem sido discutidas em profundidade. Entretanto, não chegamos a nos aprofundar em discussões específicas sobre representatividade ou delegação, e também sobre diferentes formas de tomada de decisão (consenso, consentimento, votação etc.). O grupo segue votando sobre assuntos quando chegam a um impasse, mas nunca como primeira opção. Começam sempre com um levantamento de possibilidades, as discutem e só então votam, também para que todos tenham a oportunidade de se expressar mais uma vez na hora que o Bastão da Fala chega em suas mãos para votar. Estabelecer uma continuidade também tem a ver com não ter uma quebra grande de participantes, por isso, um processo gradual me parece mais interessante que algo muito impactante em um primeiro mutirão ou ação de mobilização. Por exemplo, uma flexibilidade de agenda para manter o protagonismo do grupo e que decisões sobre mudanças de data sejam exercitadas ainda durante o processo inicial de mobilização, pois certamente serão necessárias em momentos posteriores. A agenda também é parte da estrutura organizacional, entender que é possível mudá-la pode ter início com mudanças no próprio calendário do projeto. O mesmo ocorreu em relação à mudança do local das reuniões. E a importância de se estabelecer momentos em que os facilitadores não estejam presentes, para que o grupo exercite também uma interação entre eles, sem que haja um mediador. Aspectos que talvez possam dificultar a viabilização de projetos como esse, com recursos de fundos de investimento de responsabilidade social de empresas que exigem cada vez mais uma previsibilidade do cronograma e das ações propostas. Manter a abertura também exige uma capacidade de negociar com os investidores, que também colocam seus interesses em jogo.

Ainda não sei se cheguei a algo que Flusser chamaria de um jogo aberto (BALTAZAR, 2014), mas entendo que o esforço de qualquer mobilização deve estar em sua continuidade, na possibilidade de que o grupo se auto-organize a partir do que viveu, cientes dos pressupostos de cada ferramenta usada e da capacidade de alterá-las. Algo que talvez se aproxime de um projeto do

Instituto Elos que não consegui analisar em profundidade, pois tomei conhecimento já no final da escrita, mas parece conseguir incentivar essa continuidade. Trata-se de um processo de doze meses de acompanhamento, que começa com um Jogo Oasis envolvendo moradores de habitações sociais que chegaram a pouco tempo e ainda não estabeleceram vínculos de identidade entre eles e com o território. O processo tenta estimular, nesse sentido, um Desenvolvimento Integrado e Sustentável em Territórios (DIST), que é o nome do programa promovido pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. O Instituto Elos propôs então o “DIST Campinas – Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras”, em parceria com a Demacamp (escritório de arquitetura e urbanismo que trabalha desde 1999 com questões de habitação e meio ambiente). A vivência do Oasis é o ponto de partida para um processo que trabalha temas como “Cultivar Comunidades”, “Território e Identidade”, “Liderança Comunitária”, “Mobilização”, “Zeladoria Comunitária”, “Comunicação” e “Convivência”, concomitantes a um assessoramento de iniciativas comunitárias em torno dos princípios da economia solidária, ao longo de um ano.

Já em relação à crítica da espetacularização do processo que, por ser “circense demais”, produzido por gente de fora, distancia as pessoas de sua replicabilidade e não amplia o imaginário da continuidade em torno da mobilização social (seção 4.4), experimentei fazer um processo envolvendo apenas os moradores da região. O “circo” foi montado por eles mesmos, e não havia uma disparidade de classe entre os mobilizadores e os moradores, pelo contrário, os mobilizadores tentavam criar os mecanismos durante o processo para que fossem um grupo maior e integrassem outras pessoas. Os mobilizadores não seriam substituídos por outros, como no caso dos alunos de arquitetura, no RdA, que seriam substituídos por moradores, mas continuariam realizando a mobilização agregando novos mobilizadores. Entretanto, essa relação descortinou um outro nível de reflexão, as relações mobilizador-morador entre moradores do mesmo bairro também podem se dar de forma opressiva, assim como o meu papel enquanto facilitador (e mobilizador). Por isso mesmo tentei criar uma situação em que eu também era limitado pelas ferramentas que propunha, controlando, por exemplo, o meu tempo de fala. Tinha em mente a ideia de um relógio de xadrez, como se todos tivessem que ter um tempo igual, só assim é possível construir argumentos em diálgicidade. Quanto menos determino os conteúdos, mais espaço abro para que o processo se estabeleça de forma aberta. Considero relevante continuar a refletir também acerca dos limites que definem o que pode ser considerado *auto-* em cada caso. A decisão de não incluir mobilizadores

externos no processo de experimentação crítica ajudou a elucidar questões sócio-espaciais que não apareceram de forma clara nos outros dois casos em que parecia haver um esforço de manter as relações e os debates harmônicos, sem entrar em temas polêmicos. Diferente do caso da VNC, em que os mobilizadores internos pareciam a todo tempo buscar eufemismos para as questões que viviam frente aos mobilizadores externos, isso não aconteceu no Conjunto. Não tinham atores de quem esconder as questões, todos conhecem bem a realidade do local. Dessa forma, evidenciaram-se relações de opressão internas ao grupo que precisam ser enfrentadas para que não reproduza as relações de dominação a que são submetidos constantemente. Ainda assim, disparidades entre os próprios moradores se evidenciaram e a discussão passou a levar em conta as dificuldades de construção de relações horizontais, mesmo sem ter mobilizadores de classes sociais superiores. Nos ativemos principalmente a questões como o tempo de fala e um tipo de mobilização social que pode se colocar de forma opressiva quando propõe uma via única como processo de transformação. Interessante por ter sido identificada pelos próprios mobilizadores que chamaram de sobreposição de sonhos, ao encararem o processo em uma perspectiva de continuidade. Também em relação à minha participação, permanecem questões em aberto. Me parece que as fronteiras entre o *auto* e o *hetero* se confundiram (não sem que eu resistisse) enquanto participava das reuniões dos moradores e tentava levar adiante a ideia de uma pesquisa coletiva, mas principalmente a partir de um convite (para não dizer intimação) de Grazi, que participou ativamente nas reuniões de pesquisa-ação. Não posso afirmar que a fala foi exatamente essa, pois o gravador não estava ligado nesse momento, mas me lembro de algo mais ou menos assim:

[...] entenda uma coisa, a gente não quer um Lucas pesquisador, não queremos que você fique estudando a gente ou pensando sobre os impactos que sua atuação tem sobre a gente. Eu sei que você tem que escrever sua dissertação, mas na hora de escrever é outro momento. Enquanto você estiver aqui, você tem que ser um de nós, tem que ser como se fosse um morador. Não tenha medo de dizer o que você pensa. Se a gente pensa diferente a gente vai te dizer.

Estávamos, a convite dela, caminhando pelo bairro para que ela me mostrasse a realidade dali e, conforme entendi depois, também para que me dissesse isso. Apesar de não ter seguido a sugestão de Grazi à risca, me ajudou a perceber que estava realmente investindo em um tipo de abordagem que analisava a dinâmica do grupo sem me sentir à vontade para propor

questionamentos, criticar a forma como se organizavam e propor estruturas para que testassem seu funcionamento. Ainda assim, exercia influências sobre o grupo, mas não evidenciava essas colocações que vinham de fora, esperava (inocentemente) que percebessem essa diferença entre o *auto* e o *hetero* espontaneamente. Ao retirar essa máscara científica, acredito ter me aproximado da experimentação crítica. Não respondi exatamente da forma como ela esperava, não sou morador do bairro, e não posso assumir as consequências de tomar decisões por eles, mas ficou evidente que estava me colocando como superior exatamente quando não discutíamos as estruturas que eu propunha, ou o que me levava a defender que refletissem sobre a forma como conduziam as atividades. Me vi atuando a partir desse ponto com maior proximidade, estimulando uma reflexão crítica exatamente por que assumia essa assimetria, falava do lugar de quem pesquisa e critica o método há dois anos. Aquilo que descortina o receio pela domesticação é a própria *práxis*. Se parto dessa dúvida, serei sempre uma influência, nunca uma determinação. E, por mais que consiga instaurar um tipo de estrutura que passam a utilizar indiscriminadamente, à medida que o grupo se renova, outros atores trazem consigo suas próprias suposições e assim criticam o modelo que está posto, obrigando os participantes do grupo a relembrar e rediscutir os motivos que os levam a se organizar daquela forma. Se não discutiram esses motivos no momento em que instauraram a prática, podem acabar se sentindo ameaçados pelos novos membros e adotar uma postura autoritária impondo as ferramentas e a dinâmica vigente. No caso da VNC, em que atuava com um grupo de outros facilitadores, não foi possível assumir esse lugar, mantinha minhas críticas ao método veladas, reproduzindo as estruturas como um modelo (fechado). Talvez não tenha sido possível acessar a lente teórica, não vi essa abertura na relação com a Localiza e os demais facilitadores.

Assim como o calendário de atividades, a reflexão acerca da comunicação do grupo também é um espaço para essa reflexão sobre a estrutura do grupo. Todos esses são aspectos que precisam ser primeiro desnaturalizados, antes de qualquer proposição de mudança. Quando levantei a questão sobre a comunicação entre uma reunião e outra, não analisei muitas outras formas de comunicação que poderiam ser inventadas. O Whatsapp foi uma escolha do grupo, e imagino que seja interessante criar outras formas comunicativas para não depender dessa ferramenta. Por exemplo, uma rede de vizinhos, por ruas, com delegados que possam compartilhar as informações de outras formas, com outras reuniões mais específicas e pontuais. A chave está em discutir a

comunicação do grupo, e nada óbvio, ou como se existisse uma comunicação mais eficiente. A título de exemplo, o grupo pode definir que não há comunicação entre uma reunião e outra, apenas nos momentos das reuniões. Ou até uma outra reflexão sobre que tipo de conversa é adequada para cada canal de comunicação. É importante ressaltar que não defendo que o grupo aprenda a reestruturar a comunicação e as demais regras das reuniões pela burocracia de fazê-lo, esse também é um cuidado importante que pode paralisar o processo. O Bastão da Fala, o Estacionamento de Questões, *Check-in*, *Check-out* não são fixos, e questões que parecem indispensáveis para qualquer reunião, como pautas e informes não são óbvias, ou naturais. Pelo contrário, o grupo inventou uma nova forma de usar o Estacionamento de Questões, que substituía a necessidade de definir as pautas a cada reunião, por um registro contínuo, que era usado por todos simultaneamente. Percebi, ao longo do processo, que as estruturas que propunha precisavam ser entendidas apenas como exemplos, que se abrem para outras possibilidades de acordo com as especificidades de cada comunidade. Pode até parecer bobagem, mas a materialidade do cartaz do Quadro de Regras – sua presença física no espaço – era o que lembrava os moradores de que precisavam refletir acerca das regras ao final das reuniões, e mais importante, apresentá-las como passíveis de alteração para os novos membros que chegavam. Fosse um estatuto, guardado em uma gaveta esquecida na sala ao lado, não se colocaria como interface viva que estrutura as reuniões, e é reestruturada pelo grupo sempre que necessário. Tampouco poderiam ser mandamentos cravados em pedra, inalteráveis por aqueles que apenas obedecem.

Em relação ao debate acerca dos sonhos, que em sua maioria recaíram em necessidades imputadas pelo desenvolvimento econômico sem que fossem criados os espaços para questionar as relações sócio-espaciais que os levaram à situação em que vivem (seção 4.5), acredito termos avançado pouco na experimentação crítica. Não acho que chegamos a ampliar o imaginário sócio-espacial no Oasis do Conjunto, mas tivemos a oportunidade de discutir sobre as relações sociais que vêm antes do sonho. Discutimos também que os moradores não estavam necessariamente resolvendo problemas (apesar de também estarem), mas se colocavam em uma situação em que podiam inventar o tipo de interação que queriam ter entre eles (união, atividades lúdicas, festas, café da manhã coletivo) e usavam o espaço como tática para estimulá-las. Também não acho que fomos capazes de evidenciar as desigualdades e romper com a reprodução das relações de produção típicas do modo de produção capitalista, que menciono no primeiro capítulo como objetivo inicial

do mestrado. Nos limitamos à esfera da reprodução das relações sociais em torno do que o próprio grupo propôs enquanto tema. Entendo que a reflexão em torno das relações de opressão internas ao grupo é apenas um ensaio que pode levar a reflexões mais abrangentes, mas não necessariamente o faz. Acredito, entretanto, que a horta que já existe no COMUPRA, pode ser um ponto de partida interessante (que os moradores já estão explorando) para discutir questões como autonomia alimentar, consumo, e a própria necessidade de um supermercado no bairro. Outra possibilidade seria continuar as reflexões dando maior atenção ao trabalho nos mutirões, refletindo e sistematizando regras de interação do “canteiro” que se estabelece sempre que se reúnem para trabalhar juntos. A título de exemplo, fui chamado para intervir em um dos grupos em que uma das moradoras tentava impor suas decisões sobre o plantio de árvores ao invés de debater com os demais. Corre-se sempre o risco de que, mesmo reinventando as reuniões que os levam a transformar o bairro, se reproduzam relações de exploração no momento de colocar essa transformação em prática. Mas não foi possível dedicar atenção a essas questões.

O que eu considero interessante e continuo defendendo para estimular processos semelhantes em outros lugares é que estávamos construindo um grupo ideologicamente diverso que tentava debater e encontrar objetivos comuns para o bairro, diferentemente do que normalmente ocorre nas associações de bairro, ou nos movimentos sociais em geral, em que um objetivo em comum une os representantes de uma chapa ou os ativistas de um movimento. Dificilmente encontramos na atualidade espaços de debate como esse. O compromisso de reunir-se semanalmente compartilhado entre pessoas com posicionamentos políticos distintos, por mais que não estejam discutindo política, me parece mais relevante que objetivos políticos comuns unindo pessoas em torno de causas específicas. Comprometer-se com uma mobilização diversa aumenta a probabilidade de que existam embates e mudanças de perspectiva, diferentemente do que pode surgir de um grupo politicamente homogêneo. Nesse sentido, não esperávamos que todos atuassem como iguais, se dividindo entre as funções necessárias para cumprir um objetivo, pelo contrário, cada um contribuiria de uma forma diferente de acordo com o que gostaria de fazer. Atribuo esse aprendizado ao Instituto Elos, que estimula quando diz que cada um deve encontrar onde exercerá sua “melhor versão”. E é importante lembrar que participar de reuniões não é a única forma de participar da vida comunitária. Continuo apostando em uma mobilização de baixo custo, que se desenvolve a partir do que o contexto apresenta, e principalmente das contribuições que a

rede de relações que já existe no bairro oferece. Cabe, em paralelo, uma reflexão acerca das ações que já acontecem no bairro, para situar-se em uma história que não é iniciada com a intervenção, mas catalisada. É provável que os motivos que podem levar as pessoas a se envolverem com a mobilização sócio-espacial sejam bastante distintos em contextos distintos, nesse sentido, é possível que venham a existir grupos mais ou menos propensos ao debate, e igualmente, grupos mais ou menos propensos a colocar a mão na massa para transformar os espaços. Mas como a continuidade do processo é o mais importante, desde o início, adaptá-lo àquilo que mobiliza o grupo parece ser mais interessante do que propor uma intervenção no espaço acreditando que seja mobilizadora. O mesmo vale para o caráter lúdico dos jogos, que ajudou a convidar os envolvidos para o debate, principalmente aqueles que não se veem capazes de falar em público, ou aqueles que já não acreditam mais que podem mudar a própria realidade. Nesse caso, tentei levar ao limite a ideia de uma interação em uma “plataforma livre das ansiedades do imediato” (ASSIS, 2016). O Oasis na VNC e no RdA não foi capaz de fazê-lo, apesar de ser chamado de jogo, e propor brincadeiras ao longo do processo, dificilmente ocorre esse distanciamento do presente e das necessidades imediatas para permitir outros olhares sobre o lugar e as possibilidades, inclusive de produção de novas relações de produção e reprodução. Principalmente na etapa do sonho isso é necessário. Para tanto, recorri aos jogos e exercícios do Teatro do Oprimido para criar uma atmosfera distinta.

No que diz respeito às relações com o Estado, apesar da postura dos mobilizadores de ter criado um grupo para cuidar das negociações coletivamente, considero que a experimentação crítica não levantou o debate de forma contundente. No caso do RdA, pouca atenção foi dada para essas relações (seção 4.6), ainda assim, no Oasis do Conjunto nos limitamos à discussão das relações entre os moradores no processo de mobilização (relações mobilizador-morador). Penso inclusive que o grupo tem uma certa tendência de terceirizar para o Estado tudo que têm dificuldade de resolver por conta própria. Voltando a Souza (2012b), acredito que gostariam de estar muito mais “com o Estado”, por mais que tenham percebido que podem se organizar “apesar do Estado”, mas definitivamente não estão “contra o Estado”. Apenas na etapa do cuidado (que descrevo na seção 6.9) conseguimos tangenciar a questão refletindo acerca das diferenças entre espaços produzidos por moradores e aqueles produzidos pelo Estado. Não mencionei essa discussão enquanto descrevia as atividades da manhã do dia 19 de maio, por achar que estava impondo

conclusões aos mobilizadores, ao invés de seguir o princípio da dialogicidade. Tentava encaixar a crítica ao momento estimulando que os moradores pensassem em espaços em que se sentiam confortáveis para propor mudanças nas regras de convivência e aqueles em que se sentiam obrigados a se comportar de uma maneira específica. A ideia inicial era fazer um exercício corporal, mas acabamos não fazendo em função do número de mobilizadores presentes (apenas 6). Fico também mais tranquilo em relação aos meus receios de imposição de ideias ao grupo por que me questionavam sobre as conclusões a que eu chegava na roda de conversa, em que eu tentava defender a importância da autoprodução de espaços de uso comum indiscriminadamente. Quando percebi que o fazia, mudei de tática e começamos a discutir os sonhos mapeados.

Pensando também em outros aspectos da mobilização sócio-espacial, em uma tentativa de síntese, me parece que as conversas presenciais funcionaram bem para reunir o grupo de moradores que já atuava no Conjunto Ribeiro de Abreu. E esse novo coletivo, os Mobilizadores do Conjunto, reconhece que a qualidade das interações e a reflexão sobre o processo são aspectos mais relevantes que a quantidade ou representatividade das pessoas. A qualidade das relações de um grupo é imprescindível para que autonomia não se confunda com autoverdade em que cada um dos membros do grupo define a própria verdade (e as próprias regras) disputando-a com as dos demais. Se cresce a autonomia individual e não a coletiva, isso resulta em domínio dos mais opressores sobre os já oprimidos. Para que haja autonomia coletiva é necessário considerar caminhos que sejam construídos na coletividade, por coletividades que superam constantemente as relações de opressão internas ao grupo, como um objetivo comum do grupo, que controla o poder ao invés de ignorá-lo. Para isso, precisam aprender a criar e manter os mecanismos que asseguram essa distribuição, como no sentido da liderança distribuída, ou similar ao que propõe Souza:

[...] a autonomia coletiva, de sua parte, remete à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é apenas ou basicamente formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processo decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. [...] se fundamenta em instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e educados para a liberdade, isto é, educados para amar a própria liberdade e a dos outros. Como Castoriadis ressaltou mais de uma vez, não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma - e vice-versa. (SOUZA, 2012b, p.79)

A autonomia dos indivíduos é viabilizada pela sociedade de que fazem parte, ao mesmo tempo em que indivíduos autônomos são os principais defensores dessa sociedade, pois são também os educadores que constroem um processo de reprodução cultural em que amar a liberdade é cuidar para que ninguém se sobreponha ao grupo indiscriminadamente. Talvez tenhamos nos limitado, no Conjunto Ribeiro de Abreu, à tentativa de identificar a opressão interna, circunscrita ao grupo e à forma como exercem o ativismo ambiental de que fazem parte, muitas vezes de forma opressora, na imposição do projeto do parque como única alternativa. A ideia recorrente nas falas do grupo, de “primeiro ouvir o sonho do outro” para construir sonhos comuns, apareceu diversas vezes enquanto discurso, mas não está amplamente difundida enquanto prática. Entretanto, se esforçam para encontrar esse equilíbrio. Vale lembrar que a intervenção realizada não foi feita no terreno às margens do Onça como pensado inicialmente, e sim em um terreno da associação (AMCRA) que não está dentro do projeto do parque. Nunca foi meu objetivo estabelecer relações que de antemão superassem as relações de opressão internas ao grupo, mas criar mecanismos que as evidenciassem. Caso contrário, o mais provável é que se estabeleça uma "coletividade de pequenos padrões" (SOUZA, 2012b, p. 66), como o tipo de organização que os moradores da VNC pareciam querer criar, reproduzindo uma estrutura de especialistas que cuidam de temas distintos sem negociar entre eles outras formas de agir.

Um grupo sócio-espacial sempre será permeado por relações externas, sejam de outros grupos igualmente capazes de determinar os arranjos sociais sob os quais desejam viver (um futuro utópico) ou por relações de dominação — sendo dominados por uma hierarquia velada, ou como dominantes em relação a outros indivíduos e grupos. Como nos lembra Freire (2018), um grupo (ou indivíduo) pode também estar simultaneamente nas duas posições em relação a outros grupos, o oprimido é também opressor. Mas, para todos os casos, apenas os contextos que se dispuserem a reinventar as relações sócio-espaciais vigentes, olhando para o passado e para a tradição ou estimulando a criatividade imaginando um outro futuro possível, serão capazes de instituir um processo de transformações efetivas na sociedade. O objetivo é estimular que as pessoas passem a se encontrar e discutir a vida em comunidade, os impactos do exterior (o que é *hetero-*) em seu modo de vida e mudar primeiro aquilo que podem mudar, sua auto-organização. Sem esse tipo de interação, dificilmente surgirá algum tipo de organização social que trave os avanços da reprodução do modo de produção capitalista. A luta inicial é contra a alienação e o autoritarismo. É comum

chegar em uma comunidade e constatar que não realizam uma reunião comunitária há muitos anos, e que as pessoas têm as relações interpessoais desgastadas por conflitos velados umas com as outras que não vem à tona, ou que o modelo de associações de bairro que existia e atendia o interesse de todos havia sido cooptado por interesses particulares de um antigo líder que é agora assessor de um vereador. Também não é suficiente colocar as pessoas em uma sala e ter um agente externo coordenando a reunião de forma que os moradores apenas participem. Para esse tipo de reunião, já bastam os conselhos e o participacionismo tradicionais. É necessário que a própria comunidade adquira esse hábito, que possa se reunir entre iguais, que dê conta de levar a cabo uma reunião e deliberar a respeito do futuro que desejam para a localidade, por mais microlocal que possa ser. Se um grupo consegue, ao menos internamente, extinguir as relação de opressão, será muito mais fácil expandir essa experiência democrática e horizontal para outros contextos, ou ao menos identificar quando estiver diante das situações em que não é capaz de exercer sua autonomia.

Nesse sentido, cabe voltar a atenção não só para as pessoas que vivem nas favelas ou diferentes formas de ocupação urbana, mas a todos os contextos que (ainda) produzem arranjos sociais distintos daqueles que dominam o imaginário urbano. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, coletivos de mulheres, empreendimentos da economia solidária, e comunidades rurais, podem ser exemplos inspiradores. Mas, faz-se necessário recuperar um outro prefixo *auto-* para não atrapalhar tais processos, que cabe a nós pesquisadores e também militantes de diferentes movimentos sociais, principalmente quando não fazemos parte desses contextos: uma *autocrítica* constante, se é que somos capazes de fazê-lo. Autocrítica que precisa estar presente também nos grupos que se auto-organizam. As estratégias de sucesso de um momento anterior podem se tornar autoritárias aos olhos de quem não se envolveu nessa construção. Por mais desgastante e lento que possa parecer, o processo precisa estar permeado de pausas para repensar as relações sociais e estratégias que o referenciam. Dessa forma, a ênfase sempre estará no processo, e nunca no resultado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Ana Paula. *Play as a democratic mean to reconfigure the politics of space*. in: Mediations International Conference. Royal College of Art London, United Kingdom 21-22 November, 2016

BALTAZAR, Ana Paula. *A sedução da imagem na arquitetura: Materamoris como alternativa pós-histórica*. In: Alice Serra; Rodrigo Duarte; Romero Freitas. (Org.). *Imagem, imaginação, fantasia: vinte anos sem Vilém Flusser*. Belo Horizonte: Relicário, pp.9-20, 2014.

BALTAZAR, Ana; ARRUDA, Guilherme; CABRAL FILHO, José; MELGAÇO, Lorena; ALMEIDA, Marcela. *Dialogue with Interfaces: beyond the Visual towards Socio-spatial Engagement*. In: Anna Ursyn (ed.). *Interface Support for Creativity, Productivity, and Expression in Computer Graphics*. Pennsylvania: IGI Global, pp.129–148, 2019.

BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não atores*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CICLO UFMG 90. (2017) *Desafios Contemporâneos* - Eduardo Viveiros de Castro. O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo. Conferência Ministrada na Universidade Federal de Minas Gerais em 9 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_PFE54pj1wU>. Acesso em: 19 de nov. de 2017.

COOKE, Bill and Uma Kothari, ‘*The case for participation as tyranny*’, in Cooke and Kothari, *Participation: the new tyranny?*, London and New York: Zed Books, pp.1–15. 2004.

DIAS, Paola Lisboa Côdo. *Sob a “Lente do espaço vivido”*: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. 201 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ELDEN, Stuart. *Understanding Henri Lefebvre: Theory and the Possible*. Londres / Nova Iorque: Continuum, 2004.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FLUSSER, V. *Jogos*. [s.d.a]. Artigo não publicado e cedido pelo Arquivo Flusser em Berlim, 2010.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Ed. Hucitec, 1985a.

FLUSSER, V. “*Crisis of linearity*” [original ‘*Krise der Linearität*’, 1988c], in: RÖLLER, N. and WAGNERMAIER, S. *Absolute Vilém Flusser*, Freiburg: Orange Press, 2003 (1988c).

FREEMAN, Jo. (1972?). *The Tyranny of Structurelessness*. Disponível em: <<https://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>> Acesso em: 10 de Out. 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979a.

_____. *Ação Cultural pela Liberdade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979b.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

FRIEDMANN, John. *Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Jogo Oasis*: Ferramenta de mobilização cidadã (Texto). 2013a. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-47.htm>; Acesso em: 10 de set. 2017. (2013a)

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Jogo Oasis*: Ferramenta de mobilização cidadã (Vídeo). 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=12JmY2ExDqA> Acesso em: 02 de dez. 2018. (2013b)

GVT+VIVO. 2014. GVT na Praça – Vila Madalena – Praça Eder Sader. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Ici1I4sj70> . Acesso em: 02 de dez. 2018. (2014)

IBGE, 2010. Bairros de Belo Horizonte. Disponível em: <https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/>. Acesso em: 03 de out. 2017. (2010)

INSTITUTO ELOS (Santos). *O que é o Jogo Oasis?* Disponível em: <http://institutoelos.org/jogo-oasis>. Acesso em: 10 de set. 2018. (2018a)

INSTITUTO ELOS (Santos). *Metodologias Inspiradores*. Disponível em: <http://institutoelos.org/em-parceria/metodologias-inspiradoras/>. Acesso em: 10 de set. 2018. (2018b)

INSTITUTO ELOS (2013). *As 7 Disciplinas da Filosofia Elos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BTs63bgWkYY> Acesso em: 10 de set. 2018. (2013).

ILLICH, Ivan. *Tools for Conviviality*. Glasgow: Fontana/Collins, 1975.

_____. *O Direito ao Desemprego criador: a decadência da idade profissional*. Editorial Alhambra, 1978.

_____. *Needs*. Oakland Table, 1990.

KAPP, Silke. *Moradia e Contradições do Projeto Moderno*. Interpretar arquitetura, Belo Horizonte, v. 6, n. 8, 2005.

_____. *A outra produção arquitetônica*. In: *Estéticas do Deslocamento*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008.

_____. *Direito ao espaço cotidiano*. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 14, p.463-485, 2012.

_____; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYNTHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. In: Anais do III Congresso Ibero-Americano sobre Habitação. Florianópolis: PosArq/ UFSC, 2012.

_____; CARDOSO, Adauto Lúcio. *Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social*. Risco. Revista de Arquitetura e Urbanismo, v.17, n.1, p.94-120, 2013.

_____; *Grupos Sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. São Paulo, v20, n2. P. 221-236, maio a agosto. 2018.

LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. London: Allison & Busby, 1976.

_____. (1974). *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Instituto de Geociências - UFMG, 2006.

LIMA, Henrique Gazola. *Parametrização, zoneamento e produção autônoma do espaço urbano*. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MANIFESTO 55. (2016). *O que é facilitação e para que serve?* Disponível em: <<https://manifesto55.com/o-que-e-facilitacao-e-para-o-que-serve/>>. Acesso em: 08 de out. 2018.

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a Arquitetura Possível*. in: Maricato, Ermínia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MELGAÇO, Lorena; BALTAZAR, Ana Paula. *Anthropophagy in planning: building a theory from the South through an association of Actor-Network Theory and Historical Materialism*. Proceedings of Lisbon AESOP Annual Conference: Spaces of Dialogue for Places of Dignity. Lisbon, 11–14 July 2017.

MILAGRES, Lígia. *Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG. 2016.

NOSSA CIDADE. *Documentário - Jogo Oasis Bananal*. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0foIcY8DELI>>. Acesso em: 02 de dez. 2018. (2016).

NUNES, Rodrigo. *Liderança Distribuída*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n.09, p.10-19, 2016.

OPEN SPACE, (?). *Welcome to Open Space*. Disponível em: <<http://openspaceworld.org/wp2/>>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *A estética como política*. Revista Devires. Belo Horizonte, v.7, n.2, p.14-36, Jul/Dez. 2010.

RICKLEFS, Robert. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan - 7 edição, 2016.

ROSEMBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A 'nova geração' de movimentos sociais e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto*. In: *Cidades*, v.6, n.9, 2009.

_____. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?*, Lastro, UFSC, 2012a. Originalmente publicado em jornal Passa Palavra em 27 de abril de 2012a.

_____. *Autogestão, 'Autoplanejamento', Autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos*. In: *Cidades*, v.9, n.15. São Paulo, 2012b.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo, Cortez, 2011.

VIVO. 2016. GVT na Praça Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9ZrS0Zp0vEE>> Acesso em: 02 de dez. 2018.

WIKIPEDIA, 2016. Nova Cachoeirinha. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Cachoeirinha>. Acesso em 03 de mar. 2018. (2016).

WORLD CAFÉ, (2018). The World Café website. Disponível em: <<http://www.theworldcafe.com/>> Acesso em: 02 de dez. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Detalhamento do Jogo Oasis e dos casos do Ribeiro de Abreu e da Vila Nova Cachoeirinha.

Para facilitar a leitura, pode ser acessada pelo link: <https://bit.ly/2rkr80E>

De acordo com os passos da Filosofia Elos

- 1) **Olhar** linhas 1 a 15
- 2) **Afeto** linhas 16 a 30
- 3) **Sonho** linhas 31 a 43
- 4) **Cuidado** linhas 44 a 56
- 5) **Milagre** linhas 57 a 65
- 6) **Celebração** linhas 66 a 68
- 7) **Re-evolução** linhas 69 a 76

1

7

ANEXOS**ANEXO 1 - Cartaz Combinados**

- Horizontalidade
- Usar os termos que quiser
- Atuar nos quatro cantos da VNC
- Cuidar dos Horários
- Cuidado na Escuta
- Combinado das Mãos para Silêncio
- Dê o melhor de si
- Atenção / Cuidado com o Lixo (Reutilize os Copos)
- Organizar o espaço
- Deixar o espaço melhor do que encontramos
- Solidariedade com o Outro

ANEXO 2 - Registros do Olhar: Belezas e Recursos do RdA

[As listas foram feitas pelos mobilizadores em uma cartolina ao retornarem para a sala após as atividades do Olhar. Transcrevi o que escreveram e reordenei para separar por temas. O reordenamento, o agrupamento em temas e a contagem foram feitas por mim sem o envolvimento dos moradores. Todas as informações que foram adicionadas depois (por mim) estão entre colchetes]

BELEZAS:

[Natureza e Ruralidade / tranquilidade: 17]

- Sombras das árvores
- Sentimento de cidade do interior
- Vista do morro
- [Alguém desenhou um Tucano]
- Flores amarelas
- Casas com quintal
- Borboletas
- Os animais na rua
- Árvores
- Vista
- Animais
- Galinhas de angola na rua
- Flores
- Bairro arborizado
- Coqueiros
- ônibus com dizeres: a natureza e a vida preservadas; da natureza se traz fotos e recordações; fotos na lataria.
- Mirante “Alto do morro” → sorvete no alto, depois do morro e da praça, pra refrescar.

[Arte e Cuidado com o espaço: 7]

- Grafismos nas paredes
- Casas coloridas
- Grafismos nos comércios
- Grafites nos muros
- Grafite (Fabio tattoo)
- Jardins bem cultivados
- Grafite [aparece 5 vezes]

[Pessoas: simples e felizes: 4]

- Simplicidade e praticidade das pessoas
- Preocupação com o Bem-estar (Salões de beleza; academias)
- Energia e felicidade das crianças
- Pessoas simpáticas / curiosas / receptivas / prestativas

[Empreendedorismo / Economia informal: 4]

- Oferecimento de serviços “informais” → bata no portão
- Lava-jato ocupando casas removidas
- Chup-chup
- Artesanato

[Uso da Rua / Vida comunitária: 7]

- Tocos nos pés das árvores e beiradas de muros para sentar.
- Ruas habitadas
- Muitas crianças nas ruas
- Placa sinalizando futebol na rua
- Casas com terreiro em comum (quintal)
- Escola c/ horta
- Placas indicando o uso da rua como meio de recreação por crianças

[Outros: 6]

- Orelhão
- Ponto de ônibus
- Carros de som
- Lojas vendem coisas variadas
- Música
- Conexão das escadarias

RECURSOS:

- Loja de Ferragens
- Loja de Laje
- Borracharia
- Borracharia
- Várias serralherias
- Serralheria
- Marcenaria
- Marcenaria
- Monta móveis
- Fabricante de moveis
- Peninha (Solda e consertos)
- Peninha: Solda elétrica
- Serviços de pedreiro de acabamento
- Pedreiro
- Depósito esquinhão - R. Divino Espírito Santo
- Depositos de areia e brita

- Muita sobra de material de construção nas portas

- Brita / Areira
- Blocos de concreto
- Areia
- Brita
- Caminhões
- Blocos
- Madeiras

- Garrafas pet
- Pneus
- Caixotes
- Materiais na beira do rio
- Pedacos de madeira
- Janelas/Grade
- Ripas

- Trator
- Trator + Rodas
- Carretinha
- Trabalhador com maquita
- Mão de obra

- Espaços abandonados
- Terrenos vazios
- Terrenos Vazios

- Bonecos
- Grafismos nos comércios

- Fabim - Grafiteiro (Tem uma loja de tatuagem ao lado da igreja)
- Estúdio de Tattoo
- Loja de brinquedos
- Supermercado / Luca
- Pet shop [aparece duas vezes]
- Kombi da pamonha
- Açaí
- Artesanato
- Loja de conserto de máquinas de costura
- Várias costureiras
- Brechó
-
- Várias igrejas

- Instituto Educacional Anni
- Opções de lazer (bares)
-
- Praça no alto do morro com vista incrível
- Campo / Quadra de esporte
-
- Jardins
- Árvores Frutíferas
- Venda de muda de plantas e verduras
- Flores
- Bambu
-
- Boa Vontade

ANEXO 3 - Registros do Olhar: Belezas e Recursos da VNC

BELEZAS:

- Portões coloridos;
- Vista;
- Mesa no bar dos amigos;
- alegria das crianças;
- flores/plantas;
- a felicidade no simples;
- os galos e seus cantos;
- os becos;
- as janelas do sobrado do bar do nelson;
- parapeito de colunas;
- as arvores;
- parede com textura verde com vasos de orquídeas na casa da bete;
- os sorrisos do farley e do Davi (3 anos);
- comércio locais;
- a capela de santa cruz;
- os moradores;
- os trabadores manuais que consertam coisas;
- o mosaico de adesivo na parede da cozinha da casa da musa;
- ruas limpas e sem lixo;
- bazar;
- cantinho da bia < bar aconchegante.
- Crianças brincando de pipa nos telhados
- As moradores se cumprimentando nas ruas
- Bar no beco da vitoria
- Meias escadas
- Não ter poluição sonora
- Bar do geraldo (fiado não)
- Grande rocha cravada entre cadas
- As hortas/jardins nas lajes
- A cruz do cruzeiro
- As crianças brincando
- Acolhimento na marquise e na rua
- A chuva
- Chup-chup, sorvete, açaí;
- A vista do mirante
- Proximidade entre as pessoas;
- Bananeira e mangueiras;
- _____ ilegível
- Mosaico na fachada;

- Frases de amor ao NC nos becos;
- Jardins, plantas e flores;
- Restaurante do Leo (Comida Cheirosa!);

RECURSOS:

- Pallets
- Areia
- Azulejos
- Cabeleireiras
- Manicures
- Espaços que podem ser melhor aproveitados
- Marmitex
- Padaria
- Entulho
- Cestas e ovos de pascoa
- Soldador (Carlinhos)
- Grafiteiros (Juquinha tem contatos)
- Mercarias
- Área p/ horta comunitária
- Serralheiro (Marco Antônio)
- "Mirante" formado pelo espaço das casas desapropriadas para abertura da rua vitória
- Corrimão nas escadas
- Rua Conde de Valadares (Possível rua de lazer)

ANEXO 4 - Sonhos do Ribeiro de Abreu

Registro dos Mobilizadores a partir das conversas com moradores:

Os Sonhos registrados no compartilhamento, a partir da conversa com os moradores foram:

(Escrevi da forma como estavam no registro)

- Zé da sinuca -> Alargamento da avenida;
- Itamar: Nadar e pescar no orça;
- Lilian: Espaço de lazer e cultura;
- Dona Kátia: Parque p/ as crianças;
- Sr. Geraldo: centro de reeducação p/ pessoas marginalizadas com galpão de oficinas;
- Sr. Faria: Fazer uma creche;
- Haroldo: Sonha que a população local seja mais envolvida para poder se mobilizar para buscar melhorias;
- Haroldo: sonha com uma quadra para a prática de esportes e uma pista de bicicross - sendo imprescindível o fortalecimento da segurança;
- Vicente queria uma praça para crianças;
- Jader - Parque ecológico + praça p/ crianças brincarem
- Maria > Sonha com 1 campo de futebol para seu neto brincar!;
- Jenifer - sonha que o bairro tenha mais opções para entretenimento;
- Valdivino - sonha com um local para funcionar uma feirinha;
- Aparecida > Apesar de ter realizado a maioria de seus sonhos. Sonha com um bairro mais seguro; e com + opções de lazer;
- Edna > Sonha com um comércio maior e um banco;
- João > com 1 ribeirão + limpo, e que possa pescar novamente!;
- Sebastião - morador há mais de 30 anos. Sonha com uma melhor infraestrutura para as pessoas, para o comércio. Acredita que assim as pessoas serão mais felizes.
- Alisson - sonha com um parque para as pessoas poderem se encontrar e descansar.
- Sr. Almiro (Nego do Gê): Sonha voltar a nadar e pescar no ribeirão.
- O sonho de plantar uma ideia (desenho de uma plantinha ao lado)
- John, um lugar de lazer p/ as crianças, c/ atividades culturais p/ tira-las das ruas.
- Sr. Ademar -> Sonha em poder continuar cultivando suas hortaliças e poder vender aos moradores locais em algum tipo de feirinha.
- Elisângela -> Sonha com um córrego limpo e com aproveitamento dos recursos locais.

[Análises:]

[Número total de moradores referenciados: 21]

[Relação direta com o parque: 10]

[Relação indireta com o parque (lazer, limpeza do rio): 6]

[Questões de infraestrutura e desenvolvimento (comércio, banco etc.): 5]

[Outros: 2 (mobilização social)]

[Sonhos específicos para crianças: 7]

Cartaz: Rio de Sonhos:

- Ponte Nova; Parque Crianças; Melhorar deslocamento; Creche; Feira;
- Uma equipe voluntária de limpeza semanalmente;
- Pista para caminhada; Passarela da ponte; Parquinho para crianças;
- Parque ecológico; O novo acesso ao bairro (a construção da nova ponte).
- Um observatório de pássaros, temos muitas aves lindas: carcará, tucanos, garças, pica-paus, araras, siriemas etc.
- Nova Ponte; Pista de Skate; Quadra de Volei, Peteca, Jardim, Muita árvore;
- Uma casa lotérica;
- Limpeza do rio; vegetação, peixes, comércio;
- Limpar, iluminar e área de lazer, artesanato;
- Quadra para esporte, lugar para descontrair ou bate papo, jardim, hortas comunitárias
- Conscientiza p/: ruas limpas, passeios regulares. Requerer do governo: Construção da ponte que atende a demanda dos moradores, investimento em urbanismo e lazer.
- Ponte, Espaço de esporte
- Espaço de Lazer / Cultura
- Limpeza do Rio; Retirada do esgoto; Parque ao redor.
- Nova ponte; Parque de lazer; quadras esportivas; jardins; cercado rusticamente; segurança;
- Que se pudesse ter uma área de lazer para comunidade, principalmente para as crianças;
- Supermercado, banco, creche, ponto de ônibus;
- Um CRAS para o bairro. Ou um paque ecológico. Limpeza do rio do onça.
- Limpeza e iluminação área de lazer e jardim;
- Sonhos: limpar; colocar luzes (iluminar); fazer uma área de lazer/esportes; Mais segurança;
- Limpar o rio e iluminação e mais segurança que não tem.
- Eu sonho com o onça limpo, como meu pai conheceu. Já que sua nascente está limpa, é possível, vamos lá!
- Rio limpo, maior, com grande vazão, pavimentação + árvores. Sem esgoto. Avenida; Reciclagem no bairro.

Parque do Onça; Equipamentos p/ lazer; 100% interceptação do esgoto; Modelo de transformação partindo da organização comunitária.

Registro dos grupos durante o Encontro de Sonhos:**Grupo1:**

Resp da primeira pergunta:

O sonho melhor para o bairro - Fátima

O sonho de uma água limpa - Maria

Árvores frutíferas - Maria

O sonho de um bairro melhor e seguro - Dona Inês

Área de lazer para idosos - Maria Lúcia

Melhor iluminação - Grupo

Cursos, lazer, atividades - Fátima

Coleta Seletiva - Fátima e Maria

Entrada do bairro com flores, brinquedos, horta comunitária suspensa - Grazielle

Feira para produtores do bairro - Fátima

Ocupação das margens com atividades - Fátima

----- Como era: rio limpo, cobra, sapo... lugar bom de morar, muito verde -----

(Sonhos soltos registrados:)

Quadra de lazer, limpeza básica, locais de contemplação, melhor deslocamento no bairro, resposta sobre a verba da ponte, teatro de arena (igual mangabeiras), rio limpo, poder pescar no rio, árvores às margens do rio, melhoras de acessibilidade (ponte); acesso às margens do ribeirão, supermercado, casa lotérica, pinturas, grafismos no chão.

----- Por onde começar? -----

Limpeza do Terreno

Retirada de Entulhos

Começar um Pomar

Fazer planejamentos

Brinquedos

Horta

Grupo 2:

---Por que você veio?---

- Melhorar o bairro
- construir um lugar melhor
- interesse em bairro melhor
- vontade de melhorar a região
- escolhi o bairro pelo verde
- vontade de nadar e pescar no rio de novo
- união faz a força
- novo acesso ao bairro
- ponte, supermercado

---Quais os sonhos?---

- limpo
- encanamento do rio
- verde
- soluções para contenção do rio
- pescar
- aumentar as margens do rio - para o rio e lazer
- quadras
- área de lazer - esportes
- rio limpo

- comunicação e união da comunidade
- salão de forró
- praça
- ponte urgente
- quadra de esportes
- coreto, árvores, brinquedo, chafariz
- aula de dança e capoeira
- jardim, iluminação, segurança
- parque
- feirinha de artesanato e lazer
- melhorar os ônibus

---Por onde começar?---

- Limpeza
- cercar a beira com bambu
- campinho
- lugar para caminhar e andar de bicicleta
- quadra

Grupo3:

---Por que você veio?---

- ver o bairro melhor
- união faz a força dedicação
- espaço de lazer para crianças
- bairro + bonito
- novidades
- pensamentos “prováveis” sobre o bairro (ilegível)
- ruas limpas

---quais os sonhos?---

- margens do ribeirão limpos
- árvores, ambiente agradável, limpeza urbana, quadra de esportes
- quadra de esportes
- conscientização e participação
- escada e corrimão na rua com acesso ao posto
- coleta seletiva
- pomar

---por onde começar?---

- limpeza
- Iluminação
- plantio

- cercado
- quadra de areia
- feirinha
- placa educativa
- pista de caminhada

Grupo4:

---O que te trouxe?---

- A vontade de ver o rio limpo e sendo utilizado pela comunidade
- a possibilidade de conscientizar as pessoas
- poder aproveitar o recurso que o bairro tem, a beleza natural
- vontade de ter um espaço para os jovens
- vontade de ver o rio limpo, cuidar do espaço
- busca da requalificação socioeconômica e ambiental do ribeirão e da comunidade de forma participativa

---qual é o seu sonho para o bairro?---

- ter mais segurança, iluminação
- academia da cidade na praça de cima (praça raimundo camilo)
- ter lazer / brinquedos para crianças
- ter um rio saudável
- uma comunidade mais participativa
- uma praça esportiva que não tenha só futebol, mas também quadra de volei, tatame
- centros culturais, universidades públicas
- ser um bairro ecológico (“biologia botânica” estava escrito na frente desse item)
- ter um parque ecológico

---e para a margem?---

- retorno do campo que existia antes
- ter uma área de lazer p/ crianças
- não canalização do rio
- ter bastante árvores (diminuir o calor)
- agrofloresta na margem
- pista de caminhada e bicicleta
- limitar o espaço (não proibir, proteger, cuidar)

---por onde começar?---

- Área de lazer com quadra e pista de caminhada
- cercado e arborizado

grupo5:

---o que te trouxe?---

bairro melhor
agradável

união
 mover
 tirar a ideia de bairro perigoso
 escola boa!
 A fé!
 ruas limpas
 passeios
 melhoria
 crianças
 conscientização

---quais os sonhos?---

--bairro--

- conscientização
- escada na rua ambrosina
- esgoto na antonio ribeiro de abreu
- asfalto na rua paranavai
- coleta seletiva
- ponto de reciclagem
- URPV

--margens--

*- Limpeza (4 - indicação de pauzinhos como se fossem repetição do mesmo sonho)

- Ponte
- Evitar invasão

*- Quadra (1)

- parquinho (3)

*- pomar (manter) (2)

*- Iluminação (5)

*- cerca (5)

- guarda corpo ponte (1)

*- feirinha (1)

- placa educativa (1)

*- caminhada (3)

*- Banco (2)

- problema da chuva
- guarda corpo caindo
- limpeza de boca de lobo

[Alguns itens tinham asteriscos e/ou estavam sublinhados de vermelho. Mantive o destaque]

SONHOS FINAIS:

[Cartaz usado para definir a lista final de sonhos que seria trabalhada para o Mutirão. Registros feitos a partir das apresentações dos grupos. Cortes foram feitos pelo grupo de moradores envolvidos no encontro.]

- Iluminação
- Feira
- Quadras esportivas (futebol, volei etc.)
- Contemplação
- ~~Ponte / Guarda-Corpo~~
- Limpeza
- Parquinho
- ~~Teatro de Arena / Forro~~
- Cercar a área
- Pista de caminhada
- ~~Ciclovia~~/Bicicross
- Bancos
- Pomar / Arborização
- Placas Educativas
- Coleta Seletiva

ANEXO 5 - Sonhos do Vila Nova Cachoeirinha

SONHOS: (Registro dos mobilizadores após rodada de conversas com moradores)

- Espaço de convivência para as crianças
- Pintura das Escada e becos.
- Limpeza da região próxima a igreja evangélica
- Oficinas de Biscuit da Vanilda
- Revitalizar os becos
- Espaço de lazer para as crianças
- Campeonato de futebol intercomunitário
- Espaço de convivência
- Projeto para crianças e adolescentes com oficinas e aulas de esportes
- Livro comunitário
- Falar sobre a gravidez na adolescência
- Area de lazer
- Resgatar as pessoas que estão na rua e devolver aquilo que perderam
- Palestras sobre direitos, assuntos diversos de interesse da comunidade.
- Escola Modelo Particular
- Usar a precinha p/ Brincar
- Pararem de vender drogas na pracinha
- Mais amor
- Atividades educacionais
- Brinquedo
- Teatro
- Creche
- Futebol
- Biblioteca
- Rua de lazer
- Espaço para brincar

LISTA DE SONHOS SISTEMATIZADA:

[Sonhos coletados na dinâmica de troca de sonhos em cortejo pela comunidade. Inclui também falas de moradores durante o Show de Talentos. Feito pelo Jonathan – apoiador da logística]

Projetos / Empreendedorismo:

- Projeto Social
- Com Crianças (apareceu 2 vezes)
- Com Moradores de Rua (apareceu 2 vezes)
- Educacional com Oficinas, Linguas, Cursos e Esportes (Apareceu 4 vezes)
- Rua de Lazer (apareceu 2 vezes)
- Teatro

- Campeonato de Futebol
- Biblioteca Comunitária / Livro Comunitário (apareceu 2 vezes)

Infraestrutura:

- Limpar sujeita (apareceu 8 vezes)
- UMEI / Creche (apareceu 7 vezes)
- Espaço de Convivência (apareceu 12 vezes)
- Lazer (apareceu 3 vezes)
- Foco Crianças (apareceu 2 vezes)
- Convivência (apareceu 3 vezes)
- Educação (apareceu 2 vezes)
- Biblioteca (2 vezes)
- Parquinho Lazer (apareceu 2 vezes)
- Favela Colorida (apareceu 6 vezes)
- Pintura das Escadas e Becos
- Pintar as casas
- Ruas mais bonitas (3 vezes)
- Melhorar a Favela - Infraestrutura (3 vezes)
- Iluminar e cimentar os becos
- Revitalizar os becos
- Reformar as casas
- Posto de Saúde
- Escadas Rolantes
- Campo de Futebol (2 vezes)
- Corrimão Beco do Carvalho

Valores:

- Felicidade
- Segurança
- União (apareceu 4 vezes)
- Respeito (apareceu 2 vezes)
- Amor
- Paz (apareceu 3 vezes)

ANEXO 6 - LISTA DE SONHOS FINAL:**(Construída com o grupo de mobilizadores antes do Encontro de Cuidado - maquete)**

- Reforma do Campinho (alambrado)
- Jardins
- Parque Infantil (ao lado do campinho)
- Melhoria dos Becos (Pintura e Limpeza)
- Creche

(Sonhos detalhados durante o Encontro de Cuidado. A partir das falas dos moradores sobre as maquetes.)

1 - Campinho / Jardins:

- a) Alambrado
- b) Parquinho
 - i) balanços
 - ii) escorregador
 - iii) gangorra
 - iv) rally
- c) Mesas
- d) Jardim da Passarela (Em frente ao galpão)
- e) Lixeiras
- f) Vestiário
- g) Bebedouros

2 - Becos:

- a) Pintura
- b) Limpeza
- c) Pontos de Luz
- d) Grafite
- e) Corrimão
- f) Placa / Informe sobre lixo

3 - Creche:

- a) Quadro branco
- b) Banheira para Bebê
- c) Pinico
- d) Minhocona no sofá
- e) Estante de livros
- f) Tapete de Eva
- g) Lixeiras
- h) Cercadinho
- i) Placa de Cão bravo

ANEXO 7 - Carta Para Captação de Materiais e Ferramentas - Ribeiro de Abreu



Olá, seja bem vindo ao **Oasis Ribeiro de Abreu!**

Nos dias **08 e 09 de Abril de 2017** teremos no bairro **Ribeiro de Abreu** um **Mutirão** para criar **A Praça Comunitária do Ribeirão Onça**. Toda a comunidade do bairro e região, voluntários de qualquer parte da cidade, assim como empresas e instituições públicas estão convidados para participar!

A ação é parte do **Jogo Oasis**, metodologia de mobilização comunitária que transforma espaços com as pessoas que vivem e convivem nesses locais, valorizando a coletividade. Essa ação está sendo realizada em parceria com o COMUPRA (Conselho Comunitário do bairro), a **Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e o Coletivo Micrópolis**. Com a aplicação do método Oasis buscamos, sobretudo, o **empoderamento dos moradores**. Dessa forma, durante o mês de março convidamos a comunidade do Ribeiro de Abreu para reunir seus talentos, descobrir e planejar a realização de um **sonho coletivo**. Agora vamos colocar a mão na massa junto com os moradores para transformá-lo em realidade neste mutirão de dois dias!

Há uma década, moradores lutam pela limpeza do Onça e criação de um parque. Há alguns anos, conseguiram que a PBH desenvolvesse, de maneira participativa, o projeto do parque. Acontece que o parque prevê a retirada e demolição de 2.000 casas que estão na mancha de inundação.

Desde que as casas vêm sendo demolidas na beira do Onça, a comunidade relata aumento de assaltos. Pessoas jogam lixo e entulho nos terrenos recém esvaziados. A percepção dos movimentos do bairro é que a alternativa viável é ir criando o parque do Onça aos poucos, via protótipos comunitários, conforme as desapropriações vão acontecendo.

É o que estamos fazendo junto com eles!

Sonhos que vamos realizar com o projeto:

- **Limpeza do terreno**
- **Um campinho de futebol**
- **Pista de caminhada**
- **Parquinho com brinquedos**
- **Bancos de praça, mesas e iluminação**

Todos os materiais são captados por meio de doação. E as ferramentas emprestadas e devolvidas no final.

A ação é sempre coletiva, envolvendo diversos parceiros e colaboradores. Assim criamos um espaço de todos! **Buscamos empresas, entidades do poder público e moradores do entorno para serem parceiros** e ajudar na construção desses espaços de participação comunitária.

Sinta-se convidado para participar desta ação apoiando a comunidade com:

DOAÇÃO DE MATERIAIS: Você pode entregar os materiais até dia 08 pela manhã, na casa da Dona Marilene, Rua Antônio Mariano de Abreu nº 780. Ou entrar em contato com a gente para buscarmos onde estiver!

(LISTA DE MATERIAS ABAIXO)

DOAÇÕES FINANCEIRAS:

Entre em contato com a gente que passamos detalhes para depósito! Lucas Alves - 99102-8558

AJUDA COM TRANSPORTE DE MATERIAIS: Você que tem uma caminhonete ou carroto pode ajudar a gente a recolher materiais doados pela cidade e levar para o Ribeiro de Abreu.

PARTICIPAR DO MUTIRÃO: Use o **evento no facebook** para se atualizar do projeto, confirme sua presença e venha com o que tiver! Ferramentas, materiais, talentos!

[<https://www.facebook.com/events/763425343820592>]

E clique aqui para conhecer um pouco mais do processo.

[<https://goo.gl/3xAUAo>]

Muito obrigado!

Atenciosamente,

Em nome da comunidade do Ribeiro de Abreu.

Contatos:

Ney Marcos (Morador do Ribeiro de Abreu): 99213-9316

Roberto Andrés (UFMG): 99587-4857

Lucas Alves (Oasis Belo Horizonte): 99102-8558

Realização



UFMG

Apoio



LISTA DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E ALIMENTOS PARA O MUTIRÃO

(As ferramentas serão devolvidas depois das atividades)

[Atualizado pelos alunos ao longo da captação. Não contempla todos os materiais captados]

Materiais (para doação)	Quantidade/tamanho	Situação
Areia (Média)	1 metro	
Brita (para pista de caminhada)	2 caminhões	
Bola	1	
Nivelamento do campinho	1.000 m2	
Tinta	Várias	OK - Urbel
Poste de eucalipto	3 de 2,20	OK - Urbel
Traves (para campinho)	2	
Poste de eucalipto - cortado	4 pedaços de 10 cm de altura (30 cm enterrado) / 12 pedaços de 20 cm de altura (30 cm enterrado) / 20 pedaços de 30 cm de altura (30 cm enterrado) / 28 pedaços de 40 cm de altura (30 cm enterrado) 2 pilares de 40 cm (30 cm enterrado) / 2 pilares de 50 cm (30 cm enterrado) / 2 pilares de 60 cm (30 cm enterrado) / 2 pilares de 160 cm (50 cm enterrado) / 3 vigas de 130 cm	OK - Urbel
Corda (p/ aguentar no mínimo 100 kg)	4 mts	
Corda para espirobol	2 mts	OK - Janderson

Pitão galvanizado c/ rosca p/ madeira	1	
Gancho p/ prender a bola	1	
Rede	1	OK - Vivian
Saco de lixo (30cm alt.x15 cm larg.)	80	
Cimento	5 sacos de 50 kg	
Tábuas de madeira (espessura min 3cm, largura min 30cm, comprimento ideal min 120cm)	20	
Pallets	10 unidades (Qualquer tamanho)	
Vergalhão de metal (esp. 2mm)	480 cm	
Lacre plástico	50	
Prego grande (11 cm)	300	
Prego (8 cm)	50	
Terra	6 mts³	
Pneu de moto	10	OK - Fernanda

Pneu de carro	60	OK - SLU, Vivian e Jéssica - Carreto
Escorregador ou qualquer outro brinquedo	1	
Balanço ou qualquer outro brinquedo	1	
Escoras	5 mts	OK - Jess, Fernanda, Iago
Verniz		
Terra para Plantio	200kg	
Grama (para piso do Parquinho)	200 m2	
Mudas de bambu	100 unidades	
Mudas de árvores (pleno sol)	100 unidades	1 muda de pitanga
Redes (Para o Gol)	2 unidades	
Lixa Grossa (5)	30	
Lata de Tinta vazia	6	3
Fita Crepe (Grande)	10	
Cadernos	2	
Lampada	80	

Boquilha para lampada	80	
Fio Eletrico para Lampada	200m	

Ferramentas (para empréstimo)	Quantidade	Situação
Alavanca	5	
Boca de lobo	12	
Carrinho de mão	6	
Enxada	6	
Escavadeira	1	
Facão	3	
Furadeira	2	
Martelo	20	
Lixadeira	5	1
Motoserra	1	
Pá	6	
Peneira	2	
Pincel e rolo	4	OK
Luva	8	OK
Pá	4	
Prumo	1	OK
Suporte para tinta	3	OK

Pano/estopa	5	
Ferramenta p/ compactar terra	2	
Chave de fenda Philips	1	OK
Removedor de tinta	1	OK
Esmilhadeira	1	
Serrote	2	OK
Tendas	2	
Serra Tico-tico	1	OK
Turquesa	5	1
Cadeiras de Plástico	8	
Mesas de Plástico	4	
Megafones (para Mobilização)	2	
Mesa de Som	1	
Caixas de Som	2 (Passivo e Ativo)	
Microfone	1	
Extensão	100 metros	
Tomadas Elétricas	3	
Gerador de Energia (PLANO B)		

ANEXO 8

Carta Para Captação de Materiais e Ferramentas - Vila Nova Cachoeirinha

Olá, seja bem vindo ao Oasis Nova Cachoeirinha!

Nos dias **3 e 4 de Junho de 2017 de 08:00 às 18:00** teremos na Comunidade da Vila Nova Cachoeirinha um **mutirão comunitário**. Todos os moradores, voluntários e colaboradores da Localiza estão convidados!

(Endereço de referência: Avenida Antônio Carlos, 3191 - Nova Cachoeirinha)



A ação é realizada com a **metodologia Oasis**, desenvolvida pelo Instituto Elos, que transforma espaços por meio da mobilização e das pessoas que vivem e convivem nesses locais, construindo no processo comunidades unidas e vibrantes .

Essa ação tem o apoio e a realização da **Localiza, Bridge Comunicação e Desenvolvimento Social e Associação Nossa Cidade**. Juntos com os moradores da Nova Cachoeirinha, reunimos os talentos locais e identificamos e planejamos a realização de um sonho coletivo. Agora vamos colocar a mão na massa para transformá-lo em realidade!

O sonho da comunidade é a criação de um espaço de convivência (parquinho e campo de futebol), de uma creche comunitária, bem como embelezamento do local por meio de limpeza e pintura.

Todos os materiais são captados por meio de doação. A ação é sempre coletiva, envolvendo diversos parceiros e colaboradores. Assim criamos um espaço de todos!

Sinta-se convidado para participar desta ação apoiando a comunidade com a doação de materiais (conforme lista abaixo), ou doação de recursos financeiros para ajudar a comprar os materiais ou doando seus talentos no mutirão!

Vem junto construir o mundo que queremos!

COMO AJUDAR

Abaixo você encontra uma lista de MATERIAIS necessários para o mutirão. Você ajuda doando, emprestando, financiando parte desses materiais com doações em dinheiro ou colocando a gente em contato com empresas e grupos que podem doar.

Além disso, pode também colocar a mão na massa no mutirão, basta chegar junto nos dias 3 e 4.

DOAÇÕES FINANCEIRAS:

Preferimos doações do produto em si (veja lista abaixo), mas sabemos que algumas coisas terão que ser compradas e talvez seja a forma mais fácil para você contribuir. Agradecemos sua generosidade para com a Vila Nova Cachoeirinha nas doações para:

Caixa Econômica Federal, Agência 0085, Conta Poupança (operação 13) 974631-0

Associação Nossa Cidade - CNPJ 21.964.646/0001-69

PONTOS DE COLETA:

Você pode entregar os materiais nos seguintes endereços (entrar em contato via whatsapp antes para combinar a entrega). Para itens de grande volume, favor combinar com a gente para buscarmos ou combinarmos o local de entrega.

Padaria do Jaiminho 98813.8624

Rua Martins Mendonça, 530, Nova Cachoeirinha

Sheila 98542.3887

Rua Manoel Galvão, 150, Nova Cachoeirinha

Silvano, 99996.8850

Av. Antônio Carlos, 3203, apto 102, Nova Cachoeirinha

Hector (32) 99146.8645 (a partir das 19h)

Rua Professor Domício Murta, 45, apto 904, bloco 01, bairro Ouro Preto

Chris 99958.4166

Rua Cachoeira de Minas - 174, apto 101 - Gutierrez
(atrás da faculdade Pitágoras)

Marília - 99656.0424

Rua Chile 221, apto 102 - Sion

PARA SE ATUALIZAR SOBRE O EVENTO:

Evento no facebook: <https://www.facebook.com/events/1079209008878459/>

CONTATOS:

Roger Juquinha (Comunidade Nova Cachoeirinha): 97531.7353

Lucas Alves (Oásis/Nossa Cidade): 99102-8558

Jonathan Felix (Oásis/Nossa Cidade): 99353-1725

DOAÇÕES PARA PINTURA ✓

O que?	Quanto?	Especificações
Tinta para mural	1 lata de cada	2 tons de verde, laranja, vermelho, amarelo, branco e preto.
Andaime	5 metros de altura	
Bandejas de pintura	10 unidades	
Bisnagas de corantes líquidos/tingidores AMARELO	3	✓
Bisnagas de corantes líquidos/tingidores AZUL	3	✓
Bisnagas de corantes líquidos/tingidores PRETO	3	✓
Bisnagas de corantes líquidos/tingidores VERDE	3	✓
Bisnagas de corantes líquidos/tingidores VERMELHO	3	✓
Cal	120 kg	
Cola branca	15 L	
Compressor	1 unidade	
Estopa	3 kg	✓
Fita crepe larga	3 unidades	50mm x 5m ou 48mm x 50m ✓
Garrafas pet vazias para por tinta	20 unidades	✓
Lixa para massa/parede	25 folhas	Gramatura 60 a 250 ✓
Luva látex	2 caixas	1 tamanho médio e outra grande ✓
Thinner ou aguarrás	3 litros	1 galao ✓
Tinta a óleo (galão) AMARELO	2	(cores variadas e vibrantes, galão, lata de 3,6L)

Tinta a óleo (galão) AZUL	2	(cores variadas e vibrantes, galão, lata de 3,6L) ✓
Tinta a óleo (galão) BRANCO	1	(cores variadas e vibrantes, galão, lata de 3,6L) ✓
Tinta a óleo (galão) VERDE	2	(cores variadas e vibrantes, galão, lata de 3,6L) ✓
Tinta a óleo (galão) VERMELHO	2	(cores variadas e vibrantes, galão, lata de 3,6L) ✓
Tinta látex (18L) - cores variadas	10 latas	✓
Tinta látex (18L) - preferência para branco	10 latas	✓
Vasilhas plástica para misturar tinta	10 unidades	✓
Tinta acrílica	Falta: 2 latas de 18 L (branca) + 5 latas de 2 L cores diversas	1 lata de 5 L (amarelo pastel) ✓
Tinta para piso	2 latas de 5 L (salmão e verde pastel) + 1 lata de 2 L (preto)	✓

DOAÇÕES PARA MOBILIÁRIO DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA

O que?	Quanto?	Especificações
"Bombona" para fazer lixeiras	10	4 ✓
Areia	6m ³	sacos de areia fina ou lavada ✓
Areia	3m ³ sacos de areia grossa	Conseguimos 1 ✓
Brita	120 kg Conseguimos 1	Brita 0 ou 1 ✓
Carreto	5 viagens	✓ Silvano e Wilson
Cordas	70 metros	comprada com doação
Duendes e outras decorações	10	
Eletrodos para solda	100	
Garrafas plásticas para decoração	50	✓

de jardim	(mas pode trazer mais)	
Irigador	2	✓
Luvras para construção	10	Marcos Daniel ✓
Mudas de plantas	5 (pode trazer mais)	✓ Dona Silma
Paletes	100	✓
Perfis para o alambrado	61 de 6 metros	
Placas para o jardim	10	
Pneus para jardim e parquinho	155 (faltam 3)	✓
Pregos	100	✓
Sacos de cimento	8 (falta 5 sacos)	✓ (Everson 3 sacos)
Sacos para o lixo	50	✓
Tela para o alambrado	358 metros	
Terra Vegetal	3 sacos	
Tijolos	50	✓
Tinta	12 latas de 12,7 litros	verde, vermelha, branca, azul, amarelo e marrom ✓

DOAÇÕES PARA PARQUINHO

Escadinha, Gangorra, Pirâmide, Balanço, Escorregador

O que?	Quanto?	Especificações
Tora de Eucalipto	4	H=3m ✓
Tubo de Metalon	3	H= 2m
Parafuso (para fixar madeira e aço)	VÁRIOS	✓
Cano PVC (manilha)	1	

Chapa de Aço	2	2,5m x 0,50 cm
Parabolt	10	-Parafuso resistente ao concreto Escorregador pronto (Leo) ✓
Parafusos	VÁRIOS	(Para madeira)
Peça de 8	4	(MADEIRA) ✓
Pranchão de Madeira	2	3,00m X 0,50 cm
Prancha de Madeira Resistente		H= 3,5m
Tinta	10 latas de	ÓLEO, PARA PNEUS, AÇO E MADEIRA (azul, verde, vermelho e amarelo) ✓
Tubo de Metalon	4	
Cordas	1	2 METROS
Pneu de Caminhão	1	
Tábua	2	2 METROS ✓
Terra Vegetal	MUITA!!	
Tinta		Óleo, (para pneus, aço e madeira) em várias cores
Aço (para estrutura)	1	
Corrente	2	
Pneu ou Chapa de aço para assento	2	
Chapa de Metal	24	Chapa de metal - pelo menos de 4cm x 4cm (para ser usada como arruela na fixação dos pneus no tubo para montagem brinquedo)
Pneu moto	20	Para fazer brinquedo escalada Conseguimos de bicicleta ✓
Zarcão	10 galões	

DOAÇÕES PARA CRECHE COMUNITÁRIA

O que?	Quanto?	Especificações
Banheira para bebê	2 (falta uma)	
Brinquedos	Quanto mais, melhor	(crianças de 0 a 3 anos)
Caixinhas de leite vazia	20	Tretrapak ✓
Caixote de sacolão	10 (faltam 7)	Aqueles do sacolão ✓
Cercadinho	1	
Cola de madeira	3	
Colchonete	6 (faltam 2)	
Gancho para mochila	10	
Giz	10 caixas	
Lápis de cor	10 caixas	
Microondas	1	
Minhocão	5m	
Papéis	10 pacotes	
Papelão	1m ²	✓
Parafuso	1 caixinha	
Penico	2	✓
Pisca-pisca	2	
Quadro negro	1	
Revistas	2	✓
Suporte para banheira	1	✓
Tapete de EVA	6m ² (2x3m)	✓
Portãozinho ou cerca escada	1	

Alimentação para 200 voluntários

Pontos de recolhimento:

Casa da Dona Noeimi - Rua Manuel - Tel.: 98789-8260 | 99171-3252

Quadra do Domdom - Rua Conde Valadares, 180 - Colado do Cantinho de Jesus - Tel.: 98636-5937 -

Informações: Paula 99412-6071

O que? Quanto?		
10kg de feijão preto ✓	10 fardos de refrigerante FALTAM 8	1kg de grão de bico
7kg de pernil ✓	5kg de suco Vilma ✓	12 couves
3 pentes de ovos ✓	600 pães francês	1kg de cebola roxa ✓
5kg de bacon ✓	10 pacotes de salsicha ✓	3 caixas de tomate cereja
3kg de alho ✓	6 kg de molho de tomate ✓	1 pote de azeitona
2l de óleo ✓	6 moio de cheiro-verde	1kg de queijo
1kg de sal	6 moio de cebolinha	Molho para Salada
6 pacotes de farofa ✓	6kg de pimentão ✓	1kg de limão
5 pacote de torresto (pururuca)	6kg de cebola ✓	1kg de pepino
5kg de linguiça para tropeiro	3kg de chuchu	1 Vidro de Azeite Oliva ✓
10kg de arroz ✓	3kg de Ervilha	1 vinho Tinto
20 pacotes de macarrão espaguete ✓	2kg de milho	½ de alho desidratado
10kg de carne moída ✓	2kg de maionese	500 gramas de pimenta calabresa
3kg de molho de tomate ✓	1 litro de Vinagre ✓	½ de Orégano Seco
3 bisnagas de catupiry	2kg de pimenta	8 pacotes de guardanapo FALTAM 6
2kg de café ✓	05 couve flor	10kg de maçã
10kg de açúcar ✓	3 kg de beterraba	10kg laranja

20 litros leite ✓	04 moio de alface roxo	10kg banana
-------------------	------------------------	-------------

RELAÇÃO DOS MATERIAIS PARA EMPRÉSTIMO

O que?	Quanto?	Especificações
Espátula	4	✓
Trincha	20 unidades	- 2 un. 3" (76,2mm) - 7 un. 2" (50,8mm) - 6 un. 1.1/2" (38,1mm) - 5 un. 3/4" (19,05 mm)
Cones para sinalização de trânsito	6	✓
Boca de Lobo	12	✓
Carrinhos de mão	3	✓
Luvas	(Muitas)	Luva de raspa, Luva de proteção, resistente à corte, agarrás etc ✓
Enxadas	4	
Pás	4	
Pincéis (de tamanhos variados)	25 unidades	- 12 pincéis chatos: numeração de 14 a 24 - 8 pincéis redondos: numeração acima de 16 5 pincéis para pintura de quadra
Rolos (tamanhos variados)	15 unidades	preferência por lã (melhor para superfícies irregulares) - 7 un. 23cm - 5 un. 15 cm - 3 un. 9 cm
Hastes para rolo	5 unidades	hastes com 3 a 4 m de altura

PS: Sua ferramenta será bem cuidada. Haverá uma equipe dedicada inteiramente a garantir que o que foi emprestado será devolvido ao dono do equipamento.

ANEXO 9 - Registros do Encontro de Futuro (Re-evolução) - VNC

Sonhos:

Limpeza da Vila (Reciclagem) ... p/ depois menos prioritário → Lixeira Comunitária

Iluminação

*Registro Associação (Consolidar espaço)

*Faixas (comunicação) Transversal → Informar a todos os moradores sobre o que está sendo feito.

Competições esportivas

*Aparelhamento (esporte) → Uniforme, chuteiras, rede de voley, peteca...

*Prestação de contas

*Ocupar espaço ao lado: Horta + Reciclagem

Capacitação - Líderes

*Estrutura da Associação - Pessoas (Horários)

"Creche"

Acesso à prefeitura (Reunião com Autoridades)

*Cercamento da arena (iluminação) → Área toda

Rede de Vôlei - Peteca (trata-se de instalar o equipamento adquirido)

Escola Digital

Cursos Profissionalizantes

Cooperativa Feminina

Ações Sociais

*Sonhos prioritários (para os próximos 3 meses)

Próximas Reuniões

Sábado : 13h às 15h de 15 em 15 dias. (Próxima: 24/06)

Pauta: Como vai ser a cozinha / Estrutura da Organização

Ações:

1. Alambrado [Bebeto] + juquinha
2. Negociar com a Localiza [Lucas] → Ver se existe a possibilidade de doarem materiais de refugo.
3. Fazer lista de materiais para a cozinha
 - Chamar pedreiro p/ avaliar.
4. Montar um grupo da Re-evolução [Juquinha] - Adicionar Paula, Noemi e Lucas.
5. Pasta p/ prestação de contas
 - Online [Paula] → Aberto ao público
 - Recibos [Paula]
 - Rifas [Juquinha]
 - Tentar doações dos prêmios

- Espaço de vendas → procurar
- Paula vai doar a misteira
- Lançar comunicado das Rifas no grupo. [Juquinha]

ANEXO 10**Lista de "Sonhos de Futuro" - Encontro de Futuro (Re-evolução): Ribeiro de Abreu.**

[Produzido no dia 10/04/2017 por participantes do Encontro. Atualizado com OKs no dia 16/08/2017]

- Contato com a escola com o intuito de informar e educar os alunos a respeito da preservação do espaço.
- Placas informativas;
- Mesas de Jogos;
- Quadra de Volei;
- Área de convivência perto da padaria;
- Horta;
- Centro de Ajuda;
- Ampliar espaço com quadras esportivas;
- Criar um espaço para idosos;
- Grafitar o muro da escola;
- Área para teatro e palestras;
- Treinador para o campo de futebol;
- Barracas e feira de artesanato;
- **Eleger alguém para “cuidar” da pracinha;**
- Música ao vivo;
- Oficinas;
- Plantar mais árvores frutíferas no local com mudas cedidas pelos moradores; (ok)
- Evento deixe o onça beber água limpa; (ok)
- Realizar uma festa junina no local com colaboração dos moradores sendo que, os valores arrecadados nas barraquinhas da festa poderiam ser revertidos em recursos para a preservação e melhorias no parque; (ok)
- Encher os pneus de areia;

ANEXO 11: Divulgação Inicial da Pesquisa-ação

Pesquisa-ação: Mobilização Social no Ribeiro de Abreu

Depois do Oasis que deu alguns passos na construção do Parque do Onça, um grupo de moradores seguiu mobilizado para continuar transformando o bairro. Foram vários mutirões para continuar a construção do parque, uma grande festa junina, um novo campinho com alambrado e também uma festa das crianças — mas o principal, **muito aprendizado!**

Esse grupo quer crescer, mas não sabe muito bem como...

Por isso decidimos fazer uma pesquisa: estudar e experimentar a melhor forma de mobilizar cada vez mais pessoas que sonham com um Ribeiro de Abreu diferente e querem transformar a própria realidade. Essa pesquisa vai começar no dia 20, sexta-feira de 18h30 às 20h30, e queremos um grupo de pessoas comprometidas que conhecem o bairro e podem ajudar nesse processo, assim, a gente descobre juntos o que deve ser feito por aqui!

O Lucas Alves, pesquisador da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG que fez o Oasis com a gente, vai nos ajudar nessa pesquisa. Serão várias oficinas e seminários com atividades coletivas de pesquisa e ação.

Reunião Inicial da Pesquisa:

20/10 - Sexta-feira

Local: Salão da Simone - Rua São Judas Tadeu 115

Horário: 18:30 às 20:30

E como combinamos na última reunião, para o dia 20/10, já temos uma atividade. Responder essas duas perguntas para nos preparar para o encontro:

- 1 - O que é mobilização social? (fazer uma pesquisa para entender o que é esse conceito)
- 2 - Qual é a pergunta que eu quero responder sobre o processo de mobilização social no Ribeiro de Abreu? Essa pergunta deve começar com um porque.

Se você não conseguiu responder, não tem problema. Venha mesmo assim, vamos conversar na hora, e sua contribuição e conhecimento sobre o bairro é muito importante.

ANEXO 12 - Oasis do Conjunto: Registros do Encontro de Futuro - Re-evolução

- Mobilizadora;
- Convidar e Compartilhar;
- levar a capacidade de sonhar para outras pessoas;
- sensibilizar outras pessoas a continuar;
- Ser exemplo como ação motivadora;
- A mesma direção de agora;
- Ampliar o grupo em outros espaços;
- Cooperar;
- Que o grupo saiba decidir coletivamente;
- Fazer com as próprias mãos;
- Potencializar as belezas e preciosidades;
- Muita coisa para fazer ainda;
- Mais áreas de lazer;
- Muitos sonhos aconteçam;
- Requalificação da Região através do Onça;
- Mudar o mundo pelo onça;